



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Diego Grossi Pacheco

**Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: esquerdas e direitas ante a centralidade da questão nacional (1945-1964)**

Rio de Janeiro

2021

Diego Grossi Pacheco

**Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: esquerdas e direitas ante a centralidade da questão nacional (1945-1964)**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Buarque de Hollanda

Rio de Janeiro

2021

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

P116 Pacheco, Diego Grossi.  
Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: esquerdas e direitas ante a centralidade da questão nacional (1945-1964) / Diego Grossi Pacheco – 2021.  
231 f.

Orientadora: Cristina Buarque de Hollanda.  
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Política e governo – Brasil – Teses. 2. Nacionalismo – Teses. 3. Direita e esquerda (Ciência Política) – Teses. 4. Brasil – Política e Governo – 1945-1964 – Teses. I. Hollanda, Cristina Buarque de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 32(81)

Thaís Louzada CRB-7 / 6809 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Diego Grossi Pacheco

**Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: esquerdas e direitas ante a centralidade da questão nacional (1945-1964)**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 29 de março de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Buarque de Hollanda  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. Darlan Ferreira Montenegro  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Rio de Janeiro

2021

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família: meus pais, Nadia Maria Pereira Grossi e Julio Cesar de Oliveira Pacheco; meus irmãos Felipe e Thiago; meus avós Maria de Lourdes, Maria Grossi (*in memorian*) e Germínio (*in memorian*); meu tio Carlos Augusto; meus primos Cristiano e Luciano (*in memorian*) – e aos meus demais antepassados também da classe trabalhadora que com seu suor construíram as pontes para que eu pudesse chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, pela compreensão nas ausências e o apoio nas presenças.

À Cris, minha orientadora, que desde quando se tornou minha professora no mestrado foi um exemplo não só de docência e pesquisa, mas também de humanidade. Repito o que disse na dissertação de mestrado: qualquer coisa aqui escrita seria pouco. Mas dessa vez faço questão de registrar que levarei o exemplo para a vida.

À Anita Leocadia Prestes, minha orientadora no mestrado, pelas primeiras orientações no mundo da pesquisa acadêmica.

A toda comunidade do IESP-UERJ: professoras e professores, colegas do corpo docente (como Ângelo, Brenda, Dudu, Fernanda, Hélio, Leandro, Lidiane, Marcia, Mari, Matheus, Tássia, Rafael e Rodolfo – que se tornou também irmão de Kung Fu), profissionais da limpeza, segurança, administrativo, secretaria, etc. Todos foram fundamentais para que o presente trabalho se desenvolvesse sob um ambiente acolhedor e radicalmente crítico

À Clarissa Melo, minha companheira de todas as horas na época, por aquecer não só coração e alma, mas também (n)as trincheiras; assim como pelas sugestões e leituras.

Aos meus amigos e amigas que auxiliaram de diversas formas: Roberto Schiffler Neto, Gabi Poke, Thársyla Glessa e Luciana Dias (que, além de ter lido todos os meus capítulos com muita atenção e carinho é há mais de década fonte inesgotável de inspiração e aprendizado).

Aos membros e funcionários do Centro Alceu Amoroso Lima Para a Liberdade pela disponibilidade.

Aos que, em algum momento, compartilharam conhecimento comigo, especialmente as professoras Lorena, Adriana e Iraci, os professores Cesar e Marcelo, e os mestres Anselmo e Sêrpio.

Ao André B., à Emilce e ao Leandro R. À Alice, à Concerny, à Dani, à Rosane, à Silvana e à Verônica.

*In memoriam:* à Adriely, ao Israel, à Kethelen e ao Mateus.

Ao povo brasileiro, especialmente sua classe trabalhadora, que com seus esforços permitiu com que meus estudos fossem possíveis – o que inclui uma bolsa do ProUni na graduação, a oportunidade de fazer um mestrado em uma universidade pública (UFRJ) e agora, na condição de bolsista, um doutorado em uma universidade que é pioneira na luta pela democratização do ensino no país, dentro de um instituto que sempre foi exemplo no que se refere a pensar no (e para o) Brasil. Portanto, eterno agradecimento em forma de compromisso

com os destinos da pátria e seus trabalhadores - que no momento em que esta tese era finalizada sofriam com uma grave crise, em que um dos símbolos é a marca de mais de 250 mil mortos por COVID-19.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de doutorado que deu as condições para a produção desta tese.

Libertad ès pátria

*Fidel Castro*

A névoa às frias águas

à areia o luar

a noite se demora

em vinho pelos bares

Continuam trabalhando

Sem dor ou nostalgia

sobre a nação perdida

em seu canto de rossios

*Du Mu, séc. IX, Dinastia Tang*

## RESUMO

PACHECO, Diego Grossi. *Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: esquerdas e direitas ante a centralidade da questão nacional (1945-1964)*. Orientadora: Cristina Buarque de Hollanda. 2021. 231 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A questão nacional foi um dos grandes eixos sob o qual se desenrolaram os conflitos políticos ocorridos no Brasil durante a IV Quarta República (1945/46-1964). A presente tese analisa essa temática com foco no tratamento dado à mesma nas produções discursivas das principais lideranças das forças políticas à esquerda e à direita no período. Trabalha-se tais espectros políticos de maneira comparada a partir da abordagem sugerida pela área conhecida como História Cruzada, visando observar os conflitos e trocas entre esses setores, nas quais o conceito de nacionalismo foi alvo de disputas. Com isso, recorre-se também às ferramentas do campo intitulado História dos Conceitos para identificar o conceito de nacionalismo e suas relações com outros conceitos fundamentais para o seu entendimento (patriotismo, desenvolvimento e democracia). Enquanto entre as lideranças de esquerda era hegemônico trabalhar a questão nacional a partir de um viés anti-imperialista, centrado na busca por justiça social e no papel do Estado (por ter na instituição estatal o meio de garantir a soberania nacional e combater as desigualdades sociais); para as direitas abordadas, o Brasil e seus problemas específicos deveriam ser prioritariamente pensados e solucionados em sintonia com (o que seria, para elas) as tradições nacionais, com destaque para a noção do Brasil como parte de uma “civilização ocidental” liberal-capitalista e cristã – o que alegavam ser pragmaticamente vantajoso. Presente nos dois espectros políticos, o conceito de nacionalismo adquiria uso polissêmico para, quando não rejeitado, ao menos se enquadrar e, por vezes, organizar, essas perspectivas específicas acerca da questão nacional.

Palavras-chave: questão nacional; nacionalismo; patriotismo; IV República Brasileira; República de 1946.

## ABSTRACT

PACHECO, Diego Grossi. *The homeland shall be free or we shall die for Brazil: lefts and rights facing the centrality of the national issue (1945-1964)*. Orientadora: Cristina Buarque de Hollanda. 2021. 231 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The national issue was one of the major axes under which political conflicts took place in Brazil during the Fourth Republic (1945/46-1964). The present thesis analyzes this theme with a focus on the treatment given to it in the discursive formulations of the main leaders of the political forces at the left and at the right in the period. Such political spectrum are comparatively analyzed by the area of knowledge known as Entangled History, aiming to observe the conflicts and exchanges between these sectors, in which the nationalism concept was a disputed target. With this, Conceptual History are also used to identify the nationalism concept and its relations with other fundamental concepts for its understanding (patriotism, development and democracy). While among the political left leaderships was hegemonic to work the national issue from an anti-imperialist bias, centered on social justice searches and on the role of the State (for having in the state institution the means to guarantee national sovereignty and combat social inequalities ); for the rights addressed, Brazil and its specific problems should be prioritized and solved according to (what would be, for them) national traditions, with emphasis on the notion of Brazil as part of a “western civilization” liberal-capitalist and Christian - which would, for these rights groups, be pragmatically advantageous. Present in both political spectrum, the nationalism concept acquired polysemic use so that, when not rejected, at least fit in and, at times, organize these specific perspectives on the national issue.

Keywords: national issue; nationalism; patriotism; IV Brazilian Republic; Republic of 1946.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>“NACIONALISMO” COMO CONCEITO: POLISSEMIA, DUALIDADE E DISPUTAS.....</b>	<b>28</b>
1.1	Um consenso: a nova era das nações.....	29
1.2	Muitas divergências: quem será a “quinta-coluna”?.....	40
1.3	Nacionalismo e/ou patriotismo: encontros e desencontros.....	56
<b>2</b>	<b>ANTI-IMPERIALISMO, ESTATISMO E JUSTIÇA SOCIAL: A QUESTÃO NACIONAL À ESQUERDA.....</b>	<b>82</b>
2.1	O imperialismo como fator colonial no Brasil.....	83
2.2	O Estado como instrumento de libertação e realização da nação.....	103
2.3	A questão da justiça social como meio de inclusão do povo na nação.....	116
<b>3</b>	<b>TRADIÇÕES BRASILEIRAS, INSERÇÃO NA “CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL” E ANTICOMUNISMO: A QUESTÃO NACIONAL À DIREITA.....</b>	<b>125</b>
3.1	As tradições nacionais e a “civilização ocidental”.....	127
3.2	Cosmopolitismo, pan-americanismo e alinhamento aos EUA.....	139
3.3	Pragmatismo econômico e afirmação nacional.....	155
<b>4</b>	<b>NAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: A QUESTÃO NACIONAL EM TRÊS EIXOS.....</b>	<b>171</b>
4.1	Desenvolvimento e questão nacional.....	172
4.2	Democracia e questão nacional.....	188
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>210</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>218</b>

## INTRODUÇÃO

A presente tese possui como orientação estudar os projetos que as principais lideranças políticas à esquerda e à direita do espectro político brasileiro apresentaram em torno da questão nacional durante a IV República (1945 e 1964)<sup>1</sup>. Logo, o trabalho que se segue tem como objetivos: 1) verificar, de forma comparada, o tratamento dado à questão nacional nos discursos dos principais agentes políticos no Brasil entre 1945 e 1964, identificando, sobre a temática, semelhanças e diferenças entre os campos e dentro deles; 2) mapear a polissemia do conceito de “nacionalismo” surgida nas disputas entre esquerdas e direitas de então; e 3) correlacionar o papel ocupado pelas noções de “democracia” e “desenvolvimento” na interpretação que cada campo ofereceu à questão nacional.

A escolha desse recorte espaço-temporal para se estudar as diversas manifestações da questão nacional à esquerda e à direita no Brasil não foi fortuita: aparece como um bom momento para se analisar a problemática do nacionalismo por ter sido palco do auge das querelas entre as forças destes dois campos políticos da sociedade no século XX - com sete tentativas (frustradas ou vitoriosas) de golpes de Estado ocorridas no período (SALES, 2007, p. 45). Nessa época, o Brasil se encontrava em um momento decisivo da transição entre uma economia de tipo agrário para um país industrializado<sup>2</sup>; estando, portanto, em uma quadra histórica de consolidação do capitalismo (FERNANDES, 1975) – situação na qual, em geral, aparecem os projetos de caráter nacionalista com vistas à formação da nação como uma instituição tipicamente moderna (PRADO, 2008, p. 19). Há que se destacar, porém, como Benedict Anderson (2008), que o nacionalismo tem um grande impulso a partir das lutas pela independência no continente americano e que o Brasil não fugiu dessa regra. Todavia, apesar da questão nacional e da temática do nacionalismo estarem presentes de forma destacada nas disputas políticas brasileiras desde tal época, o momento escolhido galvaniza tanto essa temática quanto uma aceleração das contendas políticas no país (conforme se pode observar pela quantidade de golpes/tentativas de golpe mencionada), fazendo acentuar, portanto, ainda

---

<sup>1</sup> Pode-se discutir quando formalmente teria se iniciado a Quarta República no Brasil: com Getúlio Vargas sendo deposto em 1945 ou com a formulação da Constituição que regerá todo o período em 1946. Aqui, porém, esse debate não tem importância e se fez a opção de abarcar o período que vai da ofensiva que culmina na deposição de Vargas em 1945 até o golpe de 1964 para analisar os elementos centrais nas disputas políticas da época.

<sup>2</sup> Taxa de evolução da população urbana no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980: 1940 31,24%; 1950 36,16%; 1960 45,08%; 1970 55,92%; 1980 65,57% (Grynspan, 2003).

mais os problemas em torno da questão nacional – o que incluiu, inclusive, a disputa conceitual sobre o nacionalismo.

Nesse sentido, um campo teórico mobilizado de maneira instrumental para auxiliar na resolução da problemática apresentada é a chamada *História dos Conceitos*<sup>3</sup>, já que nesses conflitos em torno da questão nacional mesmo os setores à direita, cujas principais lideranças eram frequentemente acusadas de “entreguistas”, propunham um conceito próprio de “nacionalismo” e disputavam com os setores autoproclamados “nacionalistas”, majoritariamente alinhados à esquerda, o que seria o “verdadeiro nacionalismo” – e, secundariamente, o “patriotismo”, que em geral aparecia como sinônimo, inclusive em dicionários na época<sup>4</sup>. Segundo Reinhart Koselleck, o principal expoente do campo, alguns conceitos são acompanhados pelos chamados “conceitos paralelos” – que seriam aqueles cuja relação com o conceito estudado se mostram fundamentais para a compreensão de aspectos importantes de tal conceito (KOSELLECK, 2006). Em nosso caso, ao longo da pesquisa observamos que, além de “patriotismo”, as noções de “desenvolvimento” e “democracia” acompanharam com frequência as disputas acerca de “nacionalismo” – e, por essa razão, estão abarcadas no trabalho nos aspectos identificados com a questão nacional.

Tanto os projetos nacionais das forças à esquerda quanto os das direitas compartilhavam de um patrimônio comum de eixos tidos como socialmente legitimadores. Se a nação era vista como o espaço de encontro e amálgama de todos os brasileiros, a disputa em torno desta precisava vir acompanhada de mecanismos em que realmente essa totalidade pudesse exercer sua representação (a democracia) e promover ganhos econômicos e sociais – ou seja, a capacidade de desenvolver o país. Ser mais ou menos capaz de representar a democracia e promover o desenvolvimento, então, seriam as provas a legitimar mais ou menos determinadas

---

<sup>3</sup> Barros, José D’Assunção. *Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades*, 2016.  
*Idem. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo*, 2017, posto online no dia 04 janeiro 2018.  
 Dutt, Carsten. *História(s) e Teoria da História: entrevista com Reinhart Koselleck*, 2015.  
 Feres Júnior, João. *For a critical conceptual history of Brazil: receiving begriffsgeschichte*, 2005.  
 Koselleck, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*, 2014.  
*Idem. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*, 2012.  
*Idem. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, 1992.  
*Idem. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, 2006.  
*Idem. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe*, 2011.  
 Sebastián, Javier Fernández; Fuentes, Juan Francisco. *Conceptual history, memory, and identity: an interview with Reinhart Koselleck*, 2006.

<sup>4</sup> Conforme notou uma importante referência para o nosso trabalho, a tese de doutorado *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*, defendida por José Pedro Kunhavalik no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC) em 2009.

concepções de nacionalismo. Dessa forma, a tese tem como foco tais projetos nacionais das esquerdas e das direitas destrinchando-os nos três eixos basilares que aparecem como patrimônio comum e relacionando-os: (a) a defesa dos interesses da nação; (b) a manutenção/construção da democracia e; (c) a capacidade de promover o desenvolvimento do país. O que se quer aqui é comparar o que tanto as esquerdas quanto as direitas visavam enquanto projetos nacionais através de três paradigmas comuns na aparência para entender as diferenças de essência e conteúdo destes, chegando, por esse caminho, à compreensão das diferenças e semelhanças no tratamento da questão nacional em cada campo (assim como possíveis nuances internas). Se possuíam visões distintas sobre o que seria a defesa da nação, a democracia e o desenvolvimento, não abriam mão de colocar seus respectivos projetos nacionais em torno destes três significantes.

A abordagem metodológica que orienta o trabalho na promoção dessa comparação entre os espectros políticos nacionais insere-se no conjunto dos procedimentos relacionais conhecido como *História Cruzada*<sup>5</sup> - o que se dá por conta das características inerentes aos objetos estudados (os projetos nacionais à esquerda e à direita na IV República no Brasil), que se desenvolveram por meio da interação e do contraste. De acordo com Michel Werner e Bénédicte Zimmermann, autores que são referência em tal metodologia, diferente da simples comparação, a história cruzada busca observar os objetos não só uns em relação aos outros, mas também considerar a interação entre os mesmos como um processo, incluindo incidências e repercussões (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96) – sendo, importante salientar, o termo *História Cruzada* mera convenção, já que o método não se restringiria apenas à História, tocando o conjunto das Ciências Sociais (2003, p. 100). Portanto, tal metodologia nos permite identificar as semelhanças e as diferenças entre os projetos de nação em choque na Quarta República brasileira considerando que estavam em conflitos e trocas constantes.

Outrossim, como lembrou Marc Bloch – e o que é, de certa forma, bastante evidente para uma tese de doutorado -, a comparação só tem valor se fundamentada em estudos solidamente documentados (BLOCH, 1928, p. 34). Dessa maneira, foram analisados livros, discursos parlamentares, entrevistas e artigos produzidos no período (1945-1964) pelos principais expoentes políticos de esquerdas e direitas: (I) à esquerda: Getúlio Vargas, Henrique Teixeira Lott, João Goulart, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes e Miguel Arraes; (II) à direita:

---

<sup>5</sup> Werner, Michael; Zimmermann, Bénédicte. *Beyond comparison*, 2006.  
*Idem. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade*, 2003.

Carlos Lacerda<sup>6</sup>, Eduardo Gomes, Eurico Gaspar Dutra, Golbery de Couto e Silva, Jânio Quadros e Juarez Távora. Os critérios adotados para a escolha de tais políticos-autores buscaram, em geral, combinar, de maneira paritária, fatores relacionados com a importância política das figuras para os seus respectivos campos com aqueles ligados a certo grau de representatividade de perfil<sup>7</sup>. Foram considerados, dessa forma, cinco variáveis.

Em primeiro lugar, a contemplação dos quatro grandes partidos do período: Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), à esquerda; Partido Social Democrático (PSD), ao centro; e União Democrática Nacional (UDN), à direita. Os três últimos foram os maiores partidos no Congresso Nacional entre 1945 e 1964 e pouco cabe discutir sobre isso além de demonstrar os números: entre 1945 e 1964, na Câmara dos Deputados, o PTB avançou, em termos relativos, de 7,7% em 1945 para 29,8% em 1962, enquanto o PSD caiu de 52,8% para 30,3% e a UDN de 29,0%; para 23,4% (DELGADO, 2003, p. 142). Já o PCB, posto na ilegalidade em 1947/1948, participou, enquanto legenda, apenas das eleições nacionais de 1945, quando, em apenas 16 dias de campanha, o partido obteve 9,7% dos votos para a presidência com Iedo Fiúza e, em cidades operárias, teve altíssima votação, como em Santos-SP, obtendo 45% dos votos, elegendo, para o Congresso Nacional, 14 deputados federais (quase uma dezena de operários) e um senador, Luiz Carlos Prestes. Nas eleições de 1947 tornou-se a terceira maior bancada da Assembleia Legislativa de SP, elegendo 11 deputados, e obtendo a quarta colocação entre os partidos mais bem votados no país. Além disso, conseguiu a maioria na bancada de vereadores na capital federal (SILVA; SANTANA, 2007, p. 109). Mesmo na clandestinidade o partido manteve sua força e nas eleições de 1962, quando contava com cerca 50.000 membros, os pecebistas conseguiram eleger, nas legendas de partidos aliados como o PTB e o Partido Social Trabalhista (PST), vários candidatos em diversas assembleias estaduais do país, assim como 17 deputados para a Câmara Federal (sendo alguns mandatos de comunistas cassados no RS e em SP)<sup>8</sup> – o que deixava o partido, ainda que

<sup>6</sup> No que se refere aos seus artigos, é importante apontar que depois de se tornar governador do então estado da Guanabara em 1961, Carlos Lacerda passa a assiná-los com o pseudônimo de Julio Tavares (Mendonça, 2002).

<sup>7</sup> O leitor interessado em outras organizações importantes na época mas que ficaram de fora da presente tese segundo os cinco critérios elencados, pode ter um panorama sobre entidades como a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas, a Política Operária (Polop) e outras nas obras *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil (vol. 2)*, de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (2007), *Combate nas Trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender (1987) e o sexto volume da coleção *História do marxismo no Brasil*, organizado por Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti (2007). Sobre as direitas, os trabalhos de Gilberto Calil sobre o integralismo do Partido de Representação Popular (PRP), como *Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965)*, publicado em 2011, valem a consulta.

<sup>8</sup> Tal resultado fica ainda mais expressivo se lembrarmos que cerca de 40% da população brasileira era

ilegal, muito próximo das 4ª e 5ª bancadas nacionais, respectivamente, o Partido Social Progressista (PSP), com 23 eleitos, e o Partido Democrata Cristão (PDC), com 18 deputados (SILVA; SANTANA, 2007, p. 128). Considerando tais resultados eleitorais junto da conhecida influência do partido nos movimentos sociais e na intelectualidade (PRESTES, 2012, p. 75), parece justo considerá-lo como quarta força partidária no período.

Em segundo lugar, os cargos assumidos, figurando entre os personagens elencados quase todos os presidentes eleitos no período, assim como seus principais adversários também concorrentes ao cargo. A única exceção foi Juscelino Kubitschek<sup>9</sup>, figura de centro que teve apoio das esquerdas e que seria inserido na análise, portanto, como elemento desse espectro. Devido ao grande número de personagens mobilizados (doze) e visando a paridade numérica entre os campos (seis lideranças para cada), teríamos que optar entre o seu nome ou outro com perfil semelhante (segundo critérios indicados a seguir), no caso Lott, também de centro alinhado à esquerda, mineiro e do PSD. No fim das contas, permaneceu o nome de Henrique T. Lott, já que a participação dos militares na política da época era considerável e não se pode ignorar tal fator, especialmente com o grande número de militares figurando no conjunto que definimos como “direita”<sup>10</sup>. Quanto a isso, cabe pontuar que o enquadramento à direita de outro militar do PSD, Dutra, não foi escolha evidente, pois que fora eleito presidente em 1945 com apoio do PTB e nas eleições de 1961 manifestou apoio ao próprio Lott. Terminou prevalecendo o entendimento de sua figura como um elemento de centro alinhado à direita por conta da sua postura em outros episódios (apoiou os golpes contra Vargas em 1945 e 1954, assim como contra Jango em 1964) e do caráter do próprio governo (1946-1951), que terminou por se alinhar com a direita pouco tempo depois de eleito, ganhando a oposição de figuras como Vargas e Prestes (cujo partido, PCB, foi radicalmente perseguido). Nos anos 1960, os três governadores que aparecem no conjunto, Arraes, Brizola e Lacerda, figuravam com frequência entre os nomes levantados em pesquisas nacionais de opinião referentes às intenções de voto para uma possível eleição presidencial em 1965 ou sobre o alinhamento político da população à esquerda ou à direita – sendo assim, eram reconhecidos na época como expoentes nacionais

---

analfabeta e, portanto, estava impedida de votar (Napolitano, 2014, p. 210) – setor majoritariamente composto por pessoas da classe trabalhadora, principal base do PCB.

<sup>9</sup> Por conta do pouco tempo de exercício, a maior parte das figuras que assumiram a cadeira presidencial sem terem sido eleitos enquanto presidentes ficaram de fora da análise: José Linhares (93 dias), Café Filho (1 ano e 76 dias), Carlos Luz (3 dias), Nereu Ramos (81 dias) e Ranieri Mazzilli (13 dias).

<sup>10</sup> Apesar de Kubitschek ter sido tenente-coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, o foi na condição de médico. Não se projetou na política como um representante militar. Outro ponto que consideramos foi o fato de Lott ser menos pesquisado que Juscelino Kubitschek, o que nos faz crer ser mais importante, então, estudá-lo.

da esquerda e da direita (termos abertamente usados em algumas dessas pesquisas) (FERREIRA; GOMES, 2014, pp. 295-296). De qualquer forma, a pluralidade de posições institucionais, com figuras que ocuparam cargos também em âmbito legislativo e/ou estadual, assim como aqueles sem mandato, foi considerada – afinal, cargos distintos poderiam significar compromissos também diferenciados expressos por meio das suas produções discursivas.

Em terceiro lugar, a inclusão de figuras que atuavam principalmente para além da política eleitoral, combinando trabalho legal com clandestino e a ação prática com a produção teórica – o que nos permitiu contemplar Luiz Carlos Prestes, à esquerda, e Golbery do Couto e Silva<sup>11</sup> (à direita).

Em quarto lugar, uma composição equilibrada entre elementos civis e militares – o que possui relevância não só pela já dita participação ativa dos militares na política da época, como também por conta de uma notada inclinação por parte dos estudiosos a identificar, no fator militar, um componente relevante de diferenciação no trato da questão nacional – o que será tratado no final da presente introdução, quando apresentarmos a bibliografia referente ao período.

Em quinto lugar, a pluralidade geográfica, na qual, infelizmente, apenas a região Norte não pode contar com representantes, posto que em todo o período não teve nenhum candidato à presidência do Brasil ou à vice-presidência do país<sup>12</sup>.

As produções discursivas destes políticos podem ser encontradas em livros de autoria própria, coletâneas de depoimentos organizadas por terceiros e entrevistas e artigos publicados em jornais da época. *Novos Rumos*, *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* foram os escolhidos como parte da base de pesquisa por representarem, respectivamente, os três principais campos político-ideológicos nos quais essas figuras se articularam: o comunismo, o trabalhismo e o udenismo.

Um dos responsáveis por estudar o campo da *História dos Conceitos* no Brasil e também referência nos estudos comparados é José D'Assunção Barros. Em um dos seus trabalhos, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) registrou a importância da precisão conceitual como um instrumento fundamental para o pesquisador não cair no problema do anacronismo ao confundir os seus conceitos com aqueles das fontes analisadas, que podem compartilhar semelhanças na forma, sendo palavras idênticas, mas não necessariamente no

---

<sup>11</sup> Que foi um dos principais nomes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidade fundada em 1961 e que foi fundamental para a derrubada de Goulart no golpe de 1964. Um clássico sobre a atuação do IPES é *1964 A Conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss (1981).

<sup>12</sup> Até hoje o Brasil não elegeu nenhum presidente nortista.

conteúdo (BARROS, 2017). Pensando nisso, se faz necessário apresentar ao leitor a definição de “questão nacional” e de “nacionalismo” presente no corrente trabalho e utilizado pelo autor da tese como ferramenta epistemológica para compreender as fontes históricas analisadas sem, entretanto, ter intenções normativas ou pretender encerrar o assunto - e, por isso, tais definições podem soar demasiado abertas; o que foi, porém, uma condição para se analisar as obras sem cair em tautologias que, de antemão, viciariam os resultados da pesquisa ao confundir os conceitos epistemológicos do autor com os mobilizados pelos agentes históricos analisados. Preocupação que, aliás, acompanha um pressuposto de uma grande referência nos estudos sobre a questão nacional no Brasil, *A questão nacional na I República*, de Lucia Lippi Oliveira (OLIVEIRA, 1990, pp. 12-13),

Essa explicitação conceitual das ferramentas epistemológicas se faz indispensável, também, porque, apesar de serem numerosos os trabalhos sobre “questão nacional” ou “nacionalismo”<sup>13</sup>, existe uma grande pluralidade de usos acompanhada por certo vácuo de imprecisão e se referindo a situações consideravelmente distintas ao longo do tempo. A própria Lucia Lippi Oliveira notou a pluralidade conceitual que sempre envolveu a palavra “nacionalismo” (1990, pp. 29-30) - estando em sintonia com pensadoras e pensadores nacionais, como Vânia Maria Losada Moreira (MOREIRA, 1998), e estrangeiros, como o cientista político Benedict Anderson (ANDERSON, 1993, p. 19), que propôs, no lugar de uma noção de um “nacionalismo” uno, o uso do mesmo como uma categoria tão ampla e plural quanto a de “religião” (ANDERSON, 1989, p. 14). Lenin, um dos clássicos do tema “questão nacional”<sup>14</sup>, ao escrever a *Resolução sobre a questão nacional* (1917) na conjuntura revolucionária russa, dá especial atenção à emancipação nacional dos povos oprimidos. Já Raymundo Faoro, em *A questão nacional: a modernização* (1992), trata a modernização praticamente como sinônimo de questão nacional. Numa polêmica hodierna, em combate ao neoliberalismo e ao identitarismo, Roberto Dutra, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e ex-diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), conclama à “retomada da questão nacional” por parte da esquerda, centrando os desafios propostos na recuperação das capacidades estatais do Brasil (DUTRA, 2018). Comentando o

---

<sup>13</sup> Ao buscar pelo termo “nacionalismo” no *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* <catalogodeteses.capes.gov.br> encontramos mais de 1.100 trabalhos. Já na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* <bdt.d.ibict.br> pode-se encontrar mais de 4.700 obras com o termo presente em seus respectivos títulos. No que se refere a periódicos, na base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) <scielo.org/> encontramos quase 200 artigos.

<sup>14</sup> Para uma coletânea de diversas obras clássicas e contemporâneas do pensamento especificamente marxista acerca da temática da questão nacional cf Pinsky (1980).

assunto, Olívia Carolino Pires, em sua tese de doutorado *Questão nacional no pensamento crítico da América Latina*, orientada por Lucio Flavio de Almeida<sup>15</sup>, escreveu que:

É usual falar em questão nacional na América Latina, na Ásia ou na África sem grandes explicações. Falar em questão nacional é tão amplo e impreciso como falar, por exemplo, em “questão agrária”. São conteúdos amplos, que nos interessam à medida que sinalizam a existência de uma questão pendente (PIRES, 2015, p. 20).

Isto posto, entendemos aqui por “questão nacional” um conjunto de problemas variáveis no tempo e no espaço que possuem como característica comum a primazia de pautas relacionadas à temática da nação em nível de construção e/ou defesa do que se entende ser determinada nação na respectiva situação histórica; e, por “nacionalismo”, os movimentos práticos e/ou teóricos que adotam as bandeiras relativas à questão nacional como núcleo organizador de suas ações e/ou reflexões, colocando-as como prioridade diante de outras reivindicações.

Outra justificativa plausível de ser feita previamente é a da nossa opção pelo uso do binômio esquerda-direita como abordagem a estruturar o trabalho, considerando que fora rejeitada até mesmo por figuras centrais em nossa análise, como Carlos Lacerda, que não só recusava a sua classificação enquanto de direita ou reacionário (LACERDA, 1962, pp. 9-10), como pregava a superação desse binômio (1962, p. 265). No caso brasileiro, em específico, não caberia falar em “esquerda” e “direita” porque os donos do poder seriam “ambidestros” (LACERDA, 1962, p. 13). Além disso, era notório que em todo o período a identificação dos partidos brasileiros dentro do espectro direita-esquerda era um indicativo geral baseado especialmente nas posturas e alianças nacionais dos setores hegemônicos nos respectivos partidos. Dissidências e frações em nível nacional ou diretórios inteiros em nível local poderiam fugir muito desse enquadramento generalizante. O próprio Luiz Carlos Prestes apontara como o PCB, forçado à clandestinidade, lançou candidatos pelo PSD e pela UDN, apoiando aliados nesses partidos quando não possuíam candidaturas próprias nas legendas (PRESTES, 2003, p. 698). Avaliando as eleições de 1958, o líder comunista identificou como muitas vitórias obtidas por tais partidos se deram na contramão dos setores nacionalmente dirigentes, fortalecendo os segmentos progressistas (PRESTES, 1959, p. 2).

Ainda assim, no entanto, o uso do espectro esquerda-direita se mostrou adequado à nossa abordagem, já que possibilitou enquadrar os dois principais campos em disputa na IV República brasileira a partir de referenciais tradicionalmente consolidadas no pensamento político contemporâneo – classificações que não pretendem ir além do caráter referencial, que

---

<sup>15</sup> Um dos principais estudiosos do nacionalismo no Brasil.

permitam ao leitor observar os discursos produzidos pelos agentes políticos elencados de maneira sincrônica e diacrônica. Sincrônica por compreender com quem determinado personagem estava dialogando e contra quem se dirigia; afinal, utilizando ou não os termos “esquerda” e “direita”, é patente que, na maior parte das pelepas da época, as lideranças analisadas tanto num campo quanto no outro estiveram alinhadas aos seus pares e em oposição aos elementos do campo oposto<sup>16</sup>. E diacrônica por inserir tais contendas como parte de uma disputa maior ao longo do processo histórico nacional e internacional – algo fundamental para uma abordagem crítica dos fenômenos ali ocorridos que permita se apropriar do debate para os dilemas do mundo atual.

Por essas veredas, uma premissa da tese em construção é o entendimento de que os diferentes projetos de nação comentados (e que serão alvo da análise) representaram interesses de classes sociais (e/ou conglomerados destas<sup>17</sup>) diferentes – o que ajuda a compreender os conceitos de “esquerda” e “direita” utilizados neste trabalho, já que, desde suas origens na Revolução Francesa, estão relacionados à ideia de representação política de diferentes setores sociais; quando, no parlamento, à esquerda se sentavam os deputados representantes das camadas mais pobres, e à direita aqueles eleitos pelos segmentos mais ricos. No caso específico do nacionalismo, o artigo *A questão nacional na América Latina*, de Octavio Ianni, levantou a complexidade da estrutura social como uma consideração importante para o entendimento da já comentada pluralidade:

o nacionalismo das diversas categorias sociais não é o mesmo. Seria equívoco imaginar que o patriotismo do militar, o protecionismo do comerciante e industrial e o anti-imperialismo de setores populares expressam o mesmo nacionalismo. São várias e diversas as nações que estão em causa nas controvérsias nacionalistas (IANNI, 1988, p. 9).

César Guimarães, em trato que demonstra enquadramento análogo, toma a questão de classe como uma das importantes variáveis a lhe permitir enquadrar o varguismo à esquerda: “Insisto, talvez excessivamente, que esse nacionalismo [...] está à esquerda do espectro ideológico exatamente porque requer o apelo à participação política das massas” (GUIMARÃES, 2001, p. 166).

---

<sup>16</sup> Ou, quando não em aliança com os do seu espectro, pelo menos compartilhando de adversários em comum. Luiz Carlos Prestes, por exemplo, na fase que passara para a oposição à Vargas não o fez em aliança com Lacerda ou outros elementos direitistas. Certamente houve uma série de nuances, como o já citado apoio de Dutra a Lott, mas foram excepcionais. Em geral, durante todo o período, estabeleceram alianças internas em seus respectivos campos enquanto prevaleceu a oposição dos agentes de um campo perante as figuras do outro. Assim, as lideranças dos setores aqui classificados como “esquerda” e “direita” se moveram e se aliaram de maneira suficiente para considerarmos ambos como dois campos distintos.

<sup>17</sup> Sobre os conglomerados de classes no período cf. Dreifuss (1981).

Levamos em consideração também uma formulação praticamente obrigatória elaborada por Norberto Bobbio no seu clássico *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (2011), em que por “direita” se entende o diverso campo das forças relacionadas à defesa do *status quo* e da normalização das desigualdades sociais, enquanto “de esquerda seriam as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade” (BOBBIO, 2011, p. 47). Todavia, conforme notou Perry Anderson, Bobbio demonstra “dificuldade de construir uma axiologia de valores políticos sem uma referência coerente no mundo social empírico” (ANDERSON, 2012, p. 164). Anderson em sua obra *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias* (2012), dedicada ao estudo da direita e da esquerda em perspectiva comparada, lembrou que “a localização e as fronteiras de cada uma [estão] longe de ser fixas” - apesar de, na sua opinião, a distinção e seus conceitos derivados manterem ainda assim a validade (ANDERSON, 2012, p. 11). Na mesma linha, o cientista político Moniz Bandeira comentou pouco antes de falecer: “a definição de esquerda ou direita depende das circunstâncias históricas, conforme a realidade em contínua mutação. Nós entramos e não entramos no mesmo rio, nós somos e não somos, Heráclito ensinou” (BANDEIRA, 2016). Nesse sentido, tanto o autor inglês quanto o brasileiro complementam bem Bobbio para atender aos objetivos do nosso trabalho, pois reforçam a validade do uso dos termos “esquerda” e “direita” a partir de pontos de partida clássicos (formulados por Bobbio) sem se limitar a eles de maneira estática e idealista. Esquerda e direita são referenciais que se consolidaram ao longo da história por permitirem identificar tradições específicas da disputa política entre determinadas classes sociais contemporâneas que se realizam, como, aliás, qualquer fenômeno, de acordo com as especificidades do espaço-tempo em que ocorrem

É válido apontar, por último, que o enquadramento esquerda-direita na análise da época não é nenhuma excentricidade. Ao contrário, são classificações tipológicas largamente aplicadas na bibliografia referente ao período, em que vários autores, como César Guimarães (2001), Wanderley Guilherme dos Santos (2003), Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho (2007), operaram suas análises a partir do enquadramento das mesmas forças políticas da época no espectro “direita-esquerda”. Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, em uma eminente obra, *O Cálculo do Conflito* (ampliação da tese de doutorado, *Sessenta e quatro: anatomia da crise*), valeu-se de diversos instrumentos para demonstrar, através de sólida combinação entre teoria e empiria, sua tese central acerca da paralisia decisória que teria levado o Brasil ao golpe de 1964. Entre os mecanismos empregados, o cientista político se outorgou a tarefa de demonstrar estatisticamente o imbróglio então vigente (de forma crescente) entre os partidos políticos brasileiros no parlamento e seus diferentes campos ideológicos; sendo, aí, de

fundamental importância o enquadramento dos mesmos em grupos. A opção pelo uso do espectro esquerda-centro-direita, preenchido da parte do autor pela sequência PTB-PSB-PSP-PR-PSD-PDC-UDN-PL-PRP, se mostrou adequada ao encontrar sintonia e coerência perante os resultados de todas as votações nominais ocorridas no Congresso e analisadas no livro (DOS SANTOS, 2003, p. 251).

No que se refere aos estudos sobre o período, existe uma vasta e diversificada produção, composta por obras com recortes e abordagens bastante diversificadas: (a) trabalhos que abordam o período como um todo<sup>18</sup>; (b) produções sobre determinados governos nacionais em específico<sup>19</sup>; (c) obras com foco local/regional<sup>20</sup>; (d) trabalhos com recortes temáticos<sup>21</sup>; e, claro (e) produções com recorte temporal maior, em que o período da IV República aparece apenas como parte<sup>22</sup>. Nesse universo de publicações, alguns trabalhos se tornaram clássicos no estudo do processo histórico geral que serviu de pano de fundo para os conflitos abrangidos na corrente tese. *O elo perdido: um estudo da política econômica do governo Dutra (1946-1950)* (1990), de Fausto Saretta, *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política* (1992), de Maria Celina Soares D'Araújo, *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política - 1956-1961* (1976) e *O governo Jânio Quadros* (1982), ambos de Maria

<sup>18</sup> Como os dois volumes de *A República Liberal: 1945-1964*, de Edgard Carone (1985) ou o livro *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*, de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (2003).

<sup>19</sup> *Exempli gratia*, a obra *O Brasil de JK*, de Angela de Castro Gomes (1991).

<sup>20</sup> Com parcela importante produzida nos programas de pós-graduação fora do Sudeste, por exemplo a dissertação de Rodrigo Dantas, *Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955 – 1962)* (2015), e a tese de Marco Antônio Medeiros da Silva, *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul 1959-1963* (2015).

<sup>21</sup> Evidentemente bastante variados, cabendo desde artigos sobre uma campanha específica de um determinado partido, como fez o cientista político Jorge Gomes de Souza Chaloub em *Liberalismo e nacionalismo no Brasil (1947-1953): notas sobre a UDN e a Campanha do Petróleo* (2017), passando pelas relações entre nacionalismo e futebol, tarefa encarada por Gerson Fraga em *"A derrota do Jeca" na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950* (2009), ou nacionalismo e Física, como Antonio Videia no artigo *Pensando no Brasil: o nacionalismo entre os físicos brasileiros no período entre 1945 e 1955* (2004), até uma tese sobre a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no período, conforme visto em *Os cruzados da Ordem Jurídica: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) 1945-1964* – trabalho de Marco Aurélio Mattos (2011). Um clássico a ser mencionado, que focou no estudo das articulações que levaram ao golpe que deu fim à IV República, é *1964 A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss (1981). O 2º volume do livro *Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical*, organizado por Daniel Aarão Reis (2007), ilustra uma situação de obra coletiva que cabe aqui.

<sup>22</sup> Inúmeras. Entre elas aquelas organizadas com eixo geral e governamental padrão, tipo *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, de Theotonio dos Santos (1995), ou *Brasil: de Getúlio a Castelo* (2000), de Thomas Skidmore; temáticas, como *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, de Alfred Stepan (1975); biográficas, ao estilo *João Goulart: uma biografia*, de Jorge Ferreira (2015); etc.

Victoria Benevides, e *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* (1978), de Moniz Bandeira. No que se refere aos principais partidos liderados pelas figuras políticas aqui tratadas, alguns trabalhos já se consolidaram como leituras obrigatórias: o vol. II de *O PCB* (1982)<sup>23</sup>, de Edgard Carone, e os livros *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB* (2010) e *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)* (2012), de Anita Leocadia Prestes; *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65* (1995), de Maria Celina Soares D'Araújo, e *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)* (2011), de Lucília de Almeida Neves Delgado; *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)* (1985), de Lúcia Hippolito; e *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro* (1981), de Maria Victoria Benevides, e *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946* (2015), de Jorge Chaloub.

Em meio a essa produção, algumas polêmicas acabaram ganhando maior dimensão, especialmente a partir dos estudos sobre a temática do trabalhismo, onde vem se sobressaindo uma vertente que tem como elemento fundante a obra *A invenção do trabalhismo* (2005) oriunda da tese de doutorado de Angela de Castro Gomes no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1988). Esse livro pode ser identificado como marco de toda uma corrente, depois engrossada por nomes como Lucília Delgado e Jorge Ferreira, por inaugurar como horizonte a negação do conceito de populismo (propondo o de trabalhismo como alternativa). Aprimorado pelo cientista político Francisco Weffort, o conceito de populismo sustentava que o aparato organizativo das esquerdas ao longo dos anos 1945 e 1964 seria composto por elementos sem grande enraizamento entre as massas populares e dependentes da relação com o Estado, sendo, dessa forma, manipulados (WEFFORT, 2003, p. 18). O nacionalismo seria, para Francisco Weffort, a expressão ideológica dessa relação de união de classes e dependência ante o Estado. Todavia, para Ferreira, por exemplo, “tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificavam interesses comuns” (FERREIRA, 2001, p. 103). Um balanço desse debate e as suas consequências pode ser visto nos artigos *Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo* (2014) de Felipe Demier e *Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do populismo e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais* (2019) de José Szwako e Ramon Araujo.

Foi a partir dessa mesma corrente crítica à tese do populismo que surgiu outra grande divergência entre os estudiosos do período: a questão democrática na conjuntura de 1964.

---

<sup>23</sup> Obra mista, com informações sobre o período e fontes primárias.

Por ocasião dos 40 e 50 anos do golpe de 1964, os debates referentes ao evento tiveram grande repercussão, principalmente se comparados ao decênio anterior, que passou sem grandes alardes, seja por parte da academia, da grande imprensa ou do público em geral. No jubileu 1964-2004, um dos temas mais discutidos foi a relação entre as disputas políticas na época do golpe e a questão democrática. Jorge Ferreira se destacou em tais debates ao endossar as teses de Argelina Figueiredo (oriundas do início dos anos 1990)<sup>24</sup>, sustentando que entre os agentes que se confrontaram ao longo do governo de João Goulart nenhum dos lados (esquerdas e direitas) se preocupava com a democracia, uma vez que ambos estavam dispostos a atropelar o regime vigente para que seus objetivos fossem alcançados. Nas palavras de Ferreira:

[...] a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. [...] Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa (FERREIRA, 2003, p. 400).

Em resposta, intelectuais como Caio Navarro de Toledo e Marcelo Badaró Mattos pontuaram, em defesa das esquerdas da época, que jamais se encontrou qualquer plano golpista por parte delas no período e que entre as reivindicações bradadas havia uma série de propostas nitidamente voltadas para a ampliação da democracia liberal, como a extensão do direito de voto aos analfabetos, a ampliação da liberdade sindical, entre outras. Além disso, o próprio regime vigente naquela conjuntura era muito restritivo até para os parâmetros de uma democracia liberal, se sustentando numa estrutura sindical herdada da ditadura varguista e impedindo, por exemplo, a legalização do PCB (MATTOS, 2005; TOLEDO, 2004a; 2004b).

Sínteses desse conflito, a partir de diferentes posições, podem ser vistas nos artigos *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*, de Marcelo Badaró Mattos (2008), e *O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*, de Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), além do livro *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (2014), organizado por Demian Bezerra de Melo<sup>25</sup>.

No que se refere à temática da tese, a questão nacional, alguns autores identificaram certa dificuldade de se abordar o tema quando se trata das direitas do período, cujas principais lideranças foram perpetuamente maculadas como antinacionalistas<sup>26</sup>. Ricardo Mendes,

<sup>24</sup> Figueiredo, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, 1993.

<sup>25</sup> Foge do tema da tese aqui introduzida aprofundar mais sobre essas disputas, assim como as divergências acerca do “populismo”. Por isso, recomendamos, em ambos os casos, sínteses para caso haja interesse por parte do leitor.

<sup>26</sup> O que é compreensível, tendo em vista o real conteúdo dos projetos da direita brasileira e as consequências

professor de História Política na UERJ, em sua tese de doutorado sobre as direitas no Brasil, lembrou: “Poucos são os autores que assinalam para a existência de uma direita nacionalista dentro das Forças Armadas, aspecto fundamental para a identificação de novos elementos diferenciadores entre os vários partidos militares” (MENDES, 2003, pp. 105-106). Todavia, no que concerne ao conceito de nacionalismo dentre as forças de direita, as exceções se encontram com mais ênfase justamente entre os estudiosos dos militares brasileiros. Luiz Felipe Cezar Mundim ao estudar Távora e Golbery, faz notar a insuficiência da caracterização dos mesmos enquanto meros “entreguistas”, chegando a apontar a existência, na verdade, de um tipo *sui generis* de nacionalismo alinhado a uma perspectiva de desenvolvimento associado (MUNDIM, 2010),

Porém, mesmo em alguns importantes estudos sobre os militares, prevalece a pouca atenção dada à questão nacional no caso das direitas da IV República (1945-1964). Edmundo Campos Coelho, na famosa obra *Em busca de identidade* (2000), por exemplo, até chega a comentar de forma passageira a existência de um nacionalismo militar generalizado, no qual “os militares se voltam para entidades abstratas e permanentes tais como a Nação”, notando que “estas doutrinas de nacionalismo militante permitem a coexistência dos aspectos seculares da profissão militar com os critérios absolutistas tradicionais da profissão [...] [oferecendo], por outro lado, condições estruturais para a integração dos militares na sociedade” (COELHO, 2000, p. 154). Todavia, apesar da constatação, esta não dá lugar a nenhuma análise mais detalhada - a não ser um breve subtítulo do terceiro capítulo (*Da doutrina à solidariedade militar*) do livro supracitado; parte voltada, porém, apenas para o Estado Novo (1937-1945) e não para a Quarta República.

De qualquer forma, talvez a mais singular dessas obras voltadas para o estudo dos militares no que se refere ao problema do corrente trabalho seja a já mencionada tese de doutorado em Sociologia Política de José Pedro Kunhavalik (2009), que segue, aliás, um caminho próximo do que trilhamos em nossa tese – apesar de haver, da parte de Kunhavalik, foco exclusivo nos militares. Observa, por exemplo, a utilização dos termos “nacionalismo” e “patriotismo” de forma variada; ora como sinônimos, ora como diferentes e em disputa, quando, no campo da retórica, se fazia interessante correlacionar um a uma virtude própria e outro a alguma qualidade negativa do adversário (KUNHAVALIK, 2009, p. 211).

---

práticas de quando alcançaram o poder de forma sólida em 1964 – que, de fato, deixaram o Brasil mais dependente das potências estrangeiras. Por exemplo, a dívida externa saltou de 3,2 bilhões de dólares (1964) para 102 bilhões (1985), enquanto o choque do petróleo se mostrou desastroso para uma economia que importava 70% do que usava da *commodity*, atuando como variável importante na explosão da inflação no país, que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 ultrapassou os 100% ao ano.

A correlação entre a questão nacional, a democracia e o desenvolvimento, apontados anteriormente como observadas enquanto amalgamadas nos discursos dos principais agentes políticos da época é, por várias vezes, comentada pelo autor.

Os conceitos de patriotismo, nacionalismo, democracia, dentre outros, eram usados como instrumentos de disputas políticas entre os militares nacionalistas e os militares antinacionalistas. Em vários momentos daquelas disputas políticas, os oponentes usavam o mesmo termo, porém dando um significado diferente para o mesmo. Redescreviam os significados dos termos e simultaneamente acusavam seus oponentes de fazer um uso inadequado dos referidos termos. Por isso, era frequente falar em falso nacionalismo, falso patriotismo, falsa democracia. Ou, ao contrário, em verdadeiro nacionalismo, verdadeiro patriotismo e verdadeira democracia. Ocorria uma disputa conceitual, na qual militares nacionalistas e antinacionalistas procuravam legitimar seus próprios conceitos de nacionalismo, patriotismo e democracia, ao mesmo tempo em que procuravam desqualificar os conceitos elaborados pelos seus oponentes (2009, p. 173).

No caso da democracia, por parte das direitas, a correlação se dava, de um lado, entre a fusão da democracia à propriedade privada e ao livre mercado e, de outro, à identificação do comunismo com o totalitarismo<sup>27</sup>. Sendo o Brasil um país de tradição liberal e cristã, somente a “democracia” (entendida como o regime da propriedade privada e do livre mercado) e o alinhamento aos países “democráticos” do Ocidente poderiam corresponder aos interesses da nação e, portanto, ao “verdadeiro nacionalismo” (2009, 173; 184).

A simbiose entre democracia e nacionalismo não estava presente apenas à direita como mero instrumento retórico. Por parte da esquerda a identificação também era presente. Kunhavalik mostra, entre outros, que na revista do Clube Militar um capitão do Exército chamado Primo Nunes de Andrade teria proferido as seguintes palavras:

Difícil é pois separar, atualmente, na vida dos povos em crescimento nacionalismo e democracia, sendo de se notar que o clima favorável para o florescimento de um nacionalismo sadio é a própria democracia; com efeito, somente no ambiente de liberdade que esta propicia, é que um povo pode reafirmar a sua consciência nacional e transformá-la em alavanca poderosa do seu desenvolvimento (2009, p. 197).

Para além dos aportes citados acima, o elemento que mais nos interessa aqui (a polissemia do conceito de nacionalismo) aparece como fator estruturante de toda a tese de Kunhavalik. Por parte do campo dos militares de esquerda, o sociólogo terminou por arrolar seu conceito de nacionalismo em cinco características: a) a defesa de que o povo brasileiro teria todas as condições de construir seu próprio desenvolvimento sozinho, assim como alcançar a plena emancipação política e econômica sem qualquer auxílio exterior e de maneira radicalmente democrática, com a participação popular de fato; b) uma postura anti-imperialista,

<sup>27</sup> Numa abordagem que se insere na tradição liberal, que desde seus primórdios identificou a propriedade privada como fundamento da liberdade contemporânea e, portanto, fundamento da democracia “moderna” Sobre o assunto *cf.* Losurdo (2004; 2006a) e Wood (2011).

denunciando os interesses de potências econômicas capitalistas (destacadamente os Estados Unidos da América) como nocivos à soberania política e econômica brasileira, especialmente no que concerne à exploração de recursos naturais; c) o entendimento de que esse imperialismo atuaria no sentido de dificultar a industrialização nacional de toda a América Latina em prol da manutenção/estabelecimento de relações econômicas análogas às coloniais; d) a consequente conclusão de que a tarefa de primeira ordem para a nação brasileira era combater o imperialismo econômico e político; e e) a acusação dos militares defensores da cooperação/alinhamento com os Estados Unidos (como Juarez Távora) enquanto “entreguistas”, que estariam colocando em risco a soberania nacional e tornando o país dependente de potências capitalistas estrangeiras.

No outro oposto, entre os militares de direita, prevaleceria um conceito de nacionalismo composto por quatro elementos: a) uma direção reativa, voltada principalmente para denunciar como “falso nacionalismo” as bandeiras levantadas pelos setores autointitulados “nacionalistas” das Forças Armadas; b) a correlação entre tais setores e o comunismo, numa estruturação argumentativa responsável por identificar o comunismo como ideologia de interesse estrangeiro (geralmente soviético) e antagônico ao *éthos* nacional brasileiro, cristão e capitalista/“democrático”; c) um viés ocidentalista para defender o alinhamento político e econômico do Brasil aos Estados Unidos e demais potências capitalistas por estas estarem, supostamente, em sintonia com esse *éthos* brasileiro, cristão e fundamentado num regime de liberalismo econômico e político; d) a busca por cooperação com os Estados Unidos e qualquer outro país capitalista, vistos como aliados na promoção de um possível desenvolvimento econômico oriundo de aportes do capital internacional (2009, pp. 188-189).

Portanto, o elemento central de toda a argumentação de Kunhavalik sobre os militares brasileiros à esquerda e à direita durante as décadas de 1950 e 1960, perfeitamente válida para a presente tese, é a de que:

A luta retórica em torno do termo nacionalismo se tornou bastante acentuada naquele contexto histórico, com grupos civis ou grupos militares defendendo determinada noção de nacionalismo como o verdadeiro nacionalismo em contraste com outras noções de nacionalismos consideradas falsas (2009, p. 136).

Em nosso trabalho, porém, o foco é mais amplo e estudamos, além de militares, as produções discursivas de líderes civis de esquerda e direita nesse imbróglio – o que também, de certa forma, encontra caminhos apontados pela produção bibliográfica, por exemplo, uma questão importante que é ressaltada por Chaloub: a defesa que a UDN fez do monopólio estatal do petróleo no Congresso brasileiro após o próprio Vargas encaminhar um projeto “moderado”, em que havia bastante espaço para a atuação do capital estrangeiro (CHALOUB, 2015, p. 170). Vale lembrar que a incompatibilização prévia das direitas da época com as pautas da questão

nacional levou até mesmo importantes historiadores, como José Murilo de Carvalho, a identificarem questões como essa, da criação da Petrobrás, como um dos principais fatores a acelerar a conspiração da UDN contra Vargas (CARVALHO, 2006, p. 113), quando, na verdade, como pode se ver em Chaloub, neste projeto os congressistas da UDN adotaram uma posição mais próxima do hegemônico tipo ideal “nacionalista” do que o próprio projeto original varguista. É interessante notar, aliás, que de todas as votações ocorridas no Congresso nesse momento, foram justamente aquelas referentes ao controle sobre o capital estrangeiro que mais dividiram a UDN - principal partido de direita de então. O partido ficou praticamente rachado ao meio nestes momentos, conforme observou Wanderley Guilherme dos Santos (2003, p. 280).

A abordagem aqui apresentada, portanto, vai mais no sentido de complementariedade e refinamento do campo bibliográfico exposto do que de uma contraposição generalizada. Conforme exposto na nota n. 26, é compreensível que haja nos estudos sobre a Quarta República no Brasil a hegemônica correlação entre a questão nacional e o campo político varguista e seus adjacentes – considerando as consequências reais dos projetos à esquerda e à direita (onde, entre outros fatores, a última tornou, de fato, o Brasil mais dependente do exterior – de acordo com alguns dados apresentados anteriormente na nota em questão). Que não se pense, portanto, que a presente tese ignora tal elemento prático e real em prol de alguma forma de relativismo com base em meras afirmações discursivas ou equiparação moral entre esquerdas e direitas. Outrossim, uma das preocupações é justamente entender como, *apesar desse conteúdo*, a direita brasileira conseguiu atrair para si importantes setores da sociedade sob a bandeira de defesa da nação – e aí a compreensão comparada de ambos os campos sobre como tratavam a questão nacional em seus discursos e o sentido que davam aos seus conceitos de nacionalismo oferece um potencial de esclarecimento. Sendo assim, é imprescindível considerar a limitação do nosso escopo, que são as produções discursivas de tais agentes e não necessariamente a maior ou menor fidelidade entre discursos e práticas.

Dito isso, se a tese busca discorrer sobre o tratamento dado à questão nacional à esquerda e à direita de forma comparada, o faz mobilizando, em segundo plano, a história do conceito de nacionalismo – que, nessa disputa, ocupa papel importante ao receber distintas designações pelos agentes em confronto que buscaram, em tal conceito, legitimarem a si mesmos enquanto desqualificaram os adversários dentro da dualidade “verdadeiro nacionalismo” *versus* “falso nacionalismo”.

Nessa tarefa, dividimos a tese em quatro capítulos.

O capítulo 01 cumpre o papel de iniciar a discussão das fontes primárias trabalhadas de maneira comparativa; tendo como foco uma questão de forma: a maneira como tanto as forças

políticas à esquerda quanto aquelas à direita construíram um conceito próprio de nacionalismo centrado principalmente na negação do campo adversário enquanto um setor identificado com uma nação estrangeira e portador de um “falso nacionalismo”. Dessa maneira, se pretende adentrar no estudo das fontes primárias a partir da identificação dos conceitos de nacionalismo mobilizados pelos agentes políticos estudados e a forma pela qual se construíam e buscavam se justificar.

Na sequência, os capítulos 02 e 03 fazem o esforço de afastar qualquer impressão relativista que a abordagem do capítulo 01 (*centrada na forma dos discursos*) possa vir a deixar no leitor, pois, ao focar no *conteúdo* dos discursos em ambos, se deixam claras as diferenças de concepções acerca da questão nacional presentes à esquerda e à direita no período de 1945 até 1964. O capítulo 02 aborda as esquerdas da época e divide a análise das suas produções sobre a temática nacional em três eixos: (a) o anti-imperialismo; (b) o papel do Estado; e (c) a justiça social. No terceiro capítulo, ao tratar das direitas, os eixos que aparecem como estruturantes nas visões sobre a questão nacional são: (a) as tradições e o *éthos* nacional; (b) o cosmopolitismo e o alinhamento aos Estados Unidos da América (EUA); e (c) desenvolvimento da nação e pragmatismo. São, assim, capítulos separados para cada um dos setores do espectro político brasileiro.

Já com o capítulo final, há novamente um recorte comparativo que aprofundará as correlações, presentes nos discursos, entre a questão nacional e as questões democrática e do desenvolvimento. O ritmo e a narrativa do texto assumem uma forma de comparação permanente, em que cada uma das duas partes tratará de um dos eixos em específico cruzando as abordagens tanto à direita quanto à esquerda referentes aos mesmos, salientando semelhanças e diferenças. Cumpre especial papel no que se refere ao sublinhar da correlação entre nação, democracia e desenvolvimento dentro de um mesmo amálgama derivado da centralidade da questão nacional e da mobilização do conceito de nacionalismo. Dessa forma, ao mesmo tempo que se separa os eixos fundamentais (nação, democracia e desenvolvimento) para compreendê-los através da condensação das diferentes visões à esquerda e à direita para cada, vai se construindo a identificação do papel complementar de um perante o outro.

## **1. “NACIONALISMO” COMO CONCEITO: POLISSEMIA, DUALIDADE E DISPUTAS**

## **Apresentação introdutória**

O objetivo do presente capítulo é demonstrar, a partir das produções dos principais agentes políticos da IV República brasileira, como esquerdas e direitas disputavam a questão nacional e utilizavam o conceito de “nacionalismo” de maneira conscientemente polissêmica. Mobilizando-o como instrumento de relevância, cada campo buscou, em geral, construir e legitimar seu pretense “nacionalismo” a partir da estrangeirização do campo adversário, que seria, então, acusado como portador de um “falso nacionalismo”, ligado sempre aos interesses estrangeiros. Em tempos de alta no revisionismo histórico<sup>28</sup>, é importante ressaltar, de antemão, que aqui não há nenhuma intenção relativista, como se poderia sugerir ante a apontada semelhança na estrutura argumentativa de ambos os campos. Se a pesquisa levou à conclusão de semelhanças na forma de argumentação entre estes, também apontou importantes nuances, diferenças e contradições de conteúdo (inclusive dentro dos próprios campos).

O texto segue dividido em três partes: 2.1 *Um consenso: a nova era das nações*; 2.2 *Muitas divergências: quem será a “quinta-coluna”?*; e 2.3 *Nacionalismos e/ou patriotismos: encontros e desencontros*.

O primeiro terço apresenta, basicamente, o pressuposto da tese, isto é, o diagnóstico de que a questão nacional era eixo fundamental nas produções escritas e faladas dos dois principais espectros políticos brasileiros no período compreendido entre 1945 e 1964; demonstrando que havia nos próprios agentes políticos da época estudada um consenso, ainda que tácito, sobre a questão nacional ser central nas disputas políticas de então – tanto em nível de Brasil quanto de mundo (que, por sua vez, se entrelaçavam). Assim, busca-se permitir que o leitor perceba, de antemão, a base interpretativa que estava presente nos políticos-autores analisados que servia de suporte para as intervenções discursivas de caráter normativo em prol de determinado tipo de abordagem da questão nacional e do conceito de nacionalismo. Além disso, cumpre, de forma secundária, o papel de fornecer um panorama conjuntural do período - o que é feito apenas na medida em que pode auxiliar a tratar dos atores que compõem este trabalho, uma vez que os elementos contextuais principais da época já são bem conhecidos e referências diversas foram indicadas na introdução da presente tese.

---

<sup>28</sup> Sobre a questão cf. Melo (2014).

Na parte seguinte, as forças políticas à esquerda e à direita são abordadas com ênfase nas suas divergências acerca das tentativas de macularem um ao outro como elemento relacionado a alguma forma de dominação exterior e, portanto, estranho ao Brasil como nação. Inicialmente, se discorre sobre como o eixo do movimento nacionalista hegemônico pela esquerda estava no discurso anti-imperialista, principalmente no campo econômico e na luta contra um acusado “entreguismo” da direita brasileira, sempre apresentada como apêndice do imperialismo estadunidense. Não há, nesse momento do subcapítulo, nenhuma grande contribuição para o que já se tem acumulado de estudos sobre o assunto; servindo principalmente, então, como ponto de comparação com as forças à direita, analisadas na sequência. Aí sim a tese começa a demonstrar, com base nas fontes primárias, aspectos originais ao identificar como a direita brasileira reagiu às demandas da questão nacional (hegemônicas pela esquerda no período 1945-1964) promovendo um amálgama entre a questão nacional, a defesa do capitalismo, uma interpretação conservadora do cristianismo e o anticomunismo.

Por último, nas trilhas do campo conhecido como *História dos conceitos* (D’ASSUNÇÃO, 2016; FERES JÚNIOR, 2013; KOSELLECK, 2006; KOSELLECK, 2012), o terço final e mais importante do capítulo, traz uma definição inicial dos conceitos de nacionalismo e patriotismo conforme os usos polissêmicos da época estudada para, assim, a leitura das partes seguintes da tese já ser feita considerando tais polissemias. Merece destaque o fato de que tais conceitos eram utilizados ora como sinônimos, ora como complementares e ora como opostos.

### **1.1 Um consenso: a nova era das nações**

No período trabalhado na presente tese (de 1945 até 1964), as principais forças políticas nacionais propuseram (e, frequentemente, disputaram) abordagens específicas acerca do conceito de nacionalismo por identificarem a questão nacional como uma das questões mais palpitantes do momento – tanto na conjuntura internacional, em que aparecia imbricada com a

problemática do colonialismo<sup>29</sup> e da Guerra Fria<sup>30</sup>, quanto no cenário nacional.. Segundo teóricos do tema, o momento era propício. Para o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, “como a competição entre os estados-nação é o fator econômico e político mais abrangente no capitalismo global, o nacionalismo, ainda que muitas vezes disfarçado, negado, tem sempre um papel central” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 171). Ernest Gellner, classificado pelo economista brasileiro como “o mais notável analista do nacionalismo” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 177), sustentava, com mais precisão, que “o nacionalismo se manifesta em sua forma mais aguda não no fim, mas em alguns dos pontos de transição” entre sociedades agrárias e industrializadas (GELLNER, 1996, p. 120). Corroborando tais conclusões, a relevância da questão nacional era notória nos discursos produzidos por alguns dos mais destacados agentes da política brasileira à direita e à esquerda. Sua existência e importância era um dos poucos consensos compartilhados entre esses campos, aliás.

Uma dessas figuras, o general Golbery do Couto e Silva<sup>31</sup>, declarava que o mundo vivia, então, a “era do nacionalismo”; isto é, “da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação” (SILVA, 2003, p. 257). Segundo o futuro fundador do Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>32</sup>, “o nacionalismo é, ainda, toda a nossa nobreza. E, se não o for conscientemente, muito importa que o seja” (SILVA, 2003, p. 255). Portanto, a nação deveria ser o polo de suprema lealdade de um cidadão.

À esquerda, entretanto, a ênfase em uma época de afirmação nacional aparecia quase completamente derivada do combate anticolonial e anti-imperialista. Miguel Arraes (PST), governador de Pernambuco, ao analisar a situação global, fez notar duas características, no seu entender fundamentais, ao apontar, de um lado, as tentativas de se atenuar os conflitos entre os

---

<sup>29</sup> Até o início do século XX quase todos os povos do continente africano e grande parte dos asiáticos estavam sob a dominação colonial de alguma potência (em sua maioria europeias). Com os choques da Revolução Russa (1917) e das duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945), essa dominação fica abalada e as lutas anticoloniais ganham impulso considerável, com a maior parte desses povos conquistando sua independência entre as décadas de 1940 e 1980. Alguns marcos desse processo são a Conferência de Bandung (1955), a I Conferência dos Países Não-Alinhados (1961) e a fundação da Tricontinental (1966).

<sup>30</sup> Conflito mundial de caráter ideológico, político, econômico e militar ocorrido entre os blocos capitalista e comunista entre 1945 e 1991, cujo nome deriva do fato de não ter havido ataque bélico direto entre as duas principais superpotências envolvidas e que lideravam cada um dos respectivos blocos (Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

<sup>31</sup> Ganhou a patente de general apenas quando passou para a reserva. Mas ficou conhecido por sua atuação não só no período abarcado, como, principalmente, pelo papel desempenhado na Ditadura Militar (1964-1985/88), em que foi um dos principais ideólogos e articuladores.

<sup>32</sup> Órgão de inteligência da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) que nasceu, em parte, graças aos trabalhos de inteligência que Golbery de Couto e Silva já fazia durante a IV República, como o levantamento de informações sobre figuras tidas como “comunistas”.

blocos capitalista e socialista em plena Guerra Fria<sup>33</sup> e, de outro, as lutas contra o colonialismo:

Dois fatos igualmente importantes, e aparentemente contraditórios, podem caracterizar o mundo de hoje. De um lado, as tentativas de entendimento e de coexistência num mundo dividido em dois blocos, em dois sistemas de vida, em duas filosofias; de outro lado, a obstinada luta pela autodeterminação e pela emancipação que travam os povos atrasados e subdesenvolvidos, subjugados econômica e politicamente às mais variadas formas de colonialismo (ARRAES, 1963, p. 11).

No entanto, a constatação, na época um tanto quanto óbvia, da relevância das lutas anticoloniais naqueles tempos, era comum a esquerdas e direitas. Nas palavras de Golbery do Couto e Silva:

os povos marginais à civilização [...] rebelam-se mais ou menos abertamente no Extremo Oriente, no sudeste asiático, no mundo árabe, na África negra, contra o imperialismo colonialista em crise e, aqui, em nome de um nacionalismo xenófobo, ali, de uma revivescência religiosa, acolá do comunismo internacionalista, agitam-se febrilmente à espreita dos primeiros sinais definitivos de enfraquecimento do colosso que desde muito os domina (2003, p. 61).

Nesse processo, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)<sup>34</sup> aparece, frequentemente, como importante marco nas lutas de libertação nacional. A exaltação da luta contra o imperialismo nazifascista também era patrimônio comum entre os espectros políticos nacionais<sup>35</sup>. Enquanto Eduardo Gomes, então candidato à presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), celebrava o conflito como a “maior guerra de libertação registrada na História” (GOMES, 1946, p. 333), Getúlio Vargas, seu principal antagonista, tempos depois registrará que a guerra fora travada pelos países aliados<sup>36</sup> em nome da democracia e da liberdade para que todos os povos pudessem ser livres para se organizar conforme suas respectivas vontades e tradições e sem dominações de caráter racial, religioso ou de casta (VARGAS, 2011, p. 511). Da mesma forma, Luiz Carlos Prestes, líder do Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB)<sup>37</sup>, senador e, em grande parte de sua vida, adversário de

<sup>33</sup> Apesar do fim da II Guerra Mundial ter levado a uma conjuntura em que, com a derrota do nazifascismo e a queda dos grandes impérios coloniais de então (como o inglês), Estados Unidos e União Soviética passavam à posição de principais potências globais a disputar os rumos do mundo, por vários momentos ambas dialogaram caminhos para a pacificação do conflito. Por parte da União Soviética, no momento da fala de Arraes, Kruschev liderava a política de “Coexistência Pacífica”.

<sup>34</sup> Conflito que envolveu, basicamente, três blocos: o capitalista liberal, liderado por EUA e Inglaterra; o socialista, composto pela União Soviética e os movimentos comunistas nos diversos países (especialmente aqueles sob ocupação fascista) e; o capitalista nazifascista, chefiado por Alemanha, Itália e Japão. Os dois primeiros se aliaram para enfrentar o terceiro e se sagraram vitoriosos.

<sup>35</sup> O envolvimento do Brasil no conflito após ampla pressão popular e a derrota do nazismo isolaram as forças políticas brasileiras que, ao longo dos anos 1930, apoiaram declaradamente o fascismo. Estas são extintas, mudam de discurso ou se tornam pouco relevantes no quadro político geral.

<sup>36</sup> Entre os quais o Brasil presidido pelo próprio Vargas.

<sup>37</sup> Durante o período sob o qual a presente tese se desenvolve, o PCB mudou de nome. Fundado em 25 de março de 1922 como Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista, adquiriu a

ambos, exaltava a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)<sup>38</sup> na Segunda Guerra Mundial como parte de um combate maior contra a tirania, pela liberdade do homem e a independência dos povos (PRESTES, 2003, pp. 152-153). Para o dirigente gaúcho, a política de tipo imperialista como um todo saíra enfraquecida com a derrota do fascismo – o que, somado ao papel decisivo desempenhado pela União Soviética e pelo movimento comunista no conflito, abria caminho para a emancipação dos povos oprimidos em aliança com a luta dos trabalhadores ao redor do mundo (PRESTES, 1947, pp. 9-10).

Com a derrota militar do nazismo foram sem dúvida quebrados os dentes do imperialismo que já não pode agora tão facilmente apelar para os canhões em defesa de seus privilégios e da ação extorsiva que quiser continuar a exercer nos países dependentes e coloniais contra a vontade dos povos oprimidos. O capital reacionário e colonizador foi em parte derrotado pelas Nações Unidas que segundo os termos da Carta do Atlântico e das decisões posteriores de Teerã e São Francisco se comprometeram a defender os povos da agressão e não intervir em seus negócios internos. E nestas condições, abrem-se agora para todos os povos, especialmente com a Carta da Paz que vem de ser assinada em São Francisco pelos representantes de 50 nações, amantes da paz e da democracia, novas perspectivas mais promissoras no caminho do progresso e da emancipação política e econômica (1947, pp. 10-11).

Fora, aliás, essa identificação do caráter da Segunda Guerra Mundial enquanto “guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo” e “guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista”, que fizera com que o PCB adotasse a linha de “União Nacional” em torno de Vargas na luta contra o nazifascismo a partir de 1943 (PRESTES, 1947, p. 14). Linha com ressonância em todo o período estudado, já que, ainda que com importantes variações táticas e de aplicação<sup>39</sup>, prevalecerá no discurso de Prestes e dos comunistas do PCB a busca por uma aliança de classes com a burguesia nacional – postura que, por sua vez, derivava da concepção da centralidade da luta contra o imperialismo na conjuntura de então (PRESTES, 1948, p. 26; 1959, p. 3).

Conforme apontou Anita Leocadia Prestes:

Se o PCB, desde o início de sua formação, sofreu forte influência das ideias e das

---

legalidade em 1945 como Partido Comunista do Brasil (mais de dois anos depois da Internacional Comunista deixar de existir). Até então, gozara apenas de momentos pontuais de legalidade que duraram poucos meses. Em 1947 foi posto novamente na ilegalidade, acusado, entre outros pontos, de ser um partido a serviço de potências comunistas estrangeiras. Uma das medidas para contornar a acusação e tentar reconquistar a legalidade, a mudança de nome, foi efetivada em 1961, quando passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro - o nome original poderia sugerir que o partido era apenas uma seção “do Brasil” de uma instituição internacional maior; daí a opção pela mudança para classificá-lo como “Brasileiro”. Descontentes com os rumos reformistas do PCB, cerca de uma centena de comunistas liderados por João Amazonas, Maurício Grabois e outros, decidem “refundar” o partido em 1962, resgatando o antigo nome e adotando a sigla PCdoB.

<sup>38</sup> Criada em 1943 para lutar na II Guerra Mundial ao lado da Força Aérea Brasileira (FAB) e incorporada ao V Exército Americano, a FEB foi composta por 25.834 homens e mulheres.

<sup>39</sup> Que serão discutidas em momentos mais pertinentes ao longo da tese, especialmente no próximo capítulo.

posturas nacionalistas presentes na sociedade brasileira da época, nos anos 1940-1950 - quando o nacionalismo se tornou um verdadeiro "divisor de águas" - a adesão do PCB às teses nacionalistas então em voga seria particularmente marcante (PRESTES, 2010. p. 59).

Nesse quadro, para a esquerda brasileira a América Latina era entendida como palco privilegiado do movimento anticolonial e da luta contra o imperialismo dos Estados Unidos da América (EUA) – o que ganhou ainda mais destaque com a vitória da Revolução Cubana em 1959<sup>40</sup> (PRESTES, 1959, p. 4). Para Leonel Brizola, outro fator fundamental para o desencadear desse movimento, foi a inserção das grandes massas no palco político depois da Segunda Revolução Industrial:

Até antes da primeira Revolução Industrial, os próprios países que hoje são a vanguarda do mundo ocidental podiam esperar por uma paciente transformação de suas estruturas econômicas. Hoje, depois da segunda Revolução Industrial, quando ao lado do assombroso progresso técnico registra-se um não menos vertiginoso grau de politização das grandes massas, nenhum país atrasado, pela simples pressão daquilo que já foi chamado de efeito de demonstração, admite aguardar com resignação, soluções de maturação a longo prazo. As revoluções nacionais, pacíficas ou não, que se estão operando em muitas partes são nesse sentido, provas irrefutáveis. Por que, nós brasileiros, por que, nós, da América Latina, haveríamos de discrepar desta regra hoje universal, e afundarmos numa paciência que teria muito mais de apatia, de incapacidade, de impotência e condenação certa do que de resignação e tolerância? (BRIZOLA, 2004, p. 534).

Aqui em nosso continente, segundo o então governador do Rio Grande do Sul, um exemplo de espoliação colonial cintilante poderia ser visto nas diversas vezes que, desde 1945, os países latino-americanos pautaram junto aos EUA o debate sobre a questão da compra e da venda de matérias-primas e manufaturas, buscando preços mais justos para os nossos produtos - porém, sem sucesso:

em todas as assembleias realizadas com o objetivo de debater o problema do nosso subdesenvolvimento as delegações latino-americanas lutaram dramaticamente para que os Estados Unidos dispensassem, como nossos maiores compradores e também fornecedores, tratamento mais justo aos nossos produtos de base. Em todas essas conferências a posição do governo americano foi efetivamente contrária ao atendimento de reivindicações tão fundamentais (2004, p. 537).

Direção, anos depois, seguida por seu cunhado, o já presidente da república João Goulart, que volta a tocar na questão dos preços de venda dos produtos primários e, ao saudar a decisão da LI Conferência Interparlamentar em prol das lutas dos povos agredidos pela ocupação colonial, faz questão de equalizar tais lutas com os esforços de todos os países subdesenvolvidos por sua emancipação econômica (GOULART, 1963, p. 197). Para o último presidente brasileiro do período tratado até mesmo a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) seria um reconhecimento formal de que, no continente americano, todas as

---

<sup>40</sup> Cujas declarações do caráter socialista se dá em 1961.

nações integrantes reconheciam o direito à soberania das demais como inviolável - apesar das pressões que a entidade sofria no quadro das polarizadas contendidas da Guerra Fria (GOULART, 2009, p. 28).

Acusações de tais pressões são, aliás, uma constante nos argumentos à esquerda e à direita no que se refere à incriminação mútua de que, de um lado, os adversários eram relacionados ao imperialismo capitalista e ao colonialismo, e de outro, à dominação comunista mundial e à infiltração subversiva. Se, para Golbery do Couto e Silva, a posição internacional dos comunistas estava marcada por uma “cínica política do Cominform<sup>41</sup> a serviço do imperialismo tradicional da Rússia” (2003, p. 62); para o mais destacado expoente dos marxistas-leninistas brasileiros, “os povos subdesenvolvidos ganham consciência de que podem contar com poderoso apoio internacional para enfrentar a pressão e a chantagem das potências imperialistas” justamente por causa “dos exemplos de ajuda econômica isenta de imposições políticas e em condições sumamente vantajosas que a União Soviética presta” (PRESTES, 1959, p. 3). Porém, a posição de Prestes era uma exceção no conjunto da esquerda brasileira. Para Leonel Brizola, por exemplo, o acirramento das tensões internacionais poderia levar ao aumento da dependência dos povos mais fracos diante de uma das potências-chefe dos polos em conflito:

Em cada nação se plasmará por este jogo de pressões moldando-se tanto mais à imagem e semelhança de cada um dos grandes contendores, quanto mais sob a influência de uma das partes e quanto mais fraca for, quanto mais pobre, quanto mais atrasada, quanto mais subdesenvolvida. Vejam e notem que não estou traçando um quadro pessimista ou tendencioso, mas me atendo à realidade. Assim é, em relação aos Estados Unidos; assim é, com a mesma exatidão em relação à União Soviética (2004, p. 511).

Ao anunciar o rompimento com a União Soviética, num discurso proferido na sacada do Palácio do Catete em 24 de outubro de 1947, o então presidente da república Eurico Gaspar Dutra, no início de sua fala, mobiliza uma interessante correlação<sup>42</sup> entre aquele ato que se anunciava e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, apontando nesta última um precedente na luta pela “libertação dos povos oprimidos” (DUTRA, 1948, p. 165).

Essa linha, em que se antagoniza a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como expressão da oposição à liberdade dos povos, majoritariamente adotada pela direita

---

<sup>41</sup> Entidade internacional liderada pela União Soviética e que buscava coordenar a ação dos partidos comunistas europeus. Substituiu parcialmente a Internacional Comunista (fundada em 1943) e durou de 1947 a 1956.

<sup>42</sup> Pois o Brasil e a União Soviética foram aliados no conflito, além do fato da última ter sido a principal responsável pela derrota do nazismo. Cerca de metade dos mortos na II Guerra Mundial eram soviéticos. Sobre a participação soviética na “Grande Guerra Patriótica” uma obra referência em português é *Aço Vermelho: os segredos da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial*, de João Claudio Platenik Pitillo (2014).

brasileira<sup>43</sup>, terminava por justificar o alinhamento destes segmentos aos EUA. Golbery do Couto e Silva colocava a situação global como uma disputa entre o que seria uma civilização ocidental e cristã, liderada pelos EUA, contra o Oriente materialista e comunista, liderado pela URSS – num quadro em que não haveria espaço para neutralismo. Para esse expoente da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>44</sup>, fortalecer o primeiro polo seria o único caminho para garantir a liberdade dos povos.

No mundo de hoje, o antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob o seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante (2003, p. 225).

O alinhamento político deveria se traduzir, inclusive, em alinhamento militar; já que o conflito assumia, para o militar gaúcho, contornos potencialmente apocalípticos:

Essa é a guerra - total, permanente, global, apocalíptica - que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada e só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé (2003, p. 10).

A preocupação com a conjuntura mundial exasperada era compartilhada pelas lideranças de esquerda analisadas. Mas, com exceção de Luiz Carlos Prestes, prevalecia a busca por um caminho alternativo ao das duas grandes potências. João Goulart acusava a “extrema esquerda” e a “extrema direita” de representarem projetos estranhos ao do Brasil, pois, “se uma quer nos impor o jugo ideológico, a outra quer subjugar-nos a interesses contrários ao país, aqueles [...] que se plantam em nossa pátria e prosperam à custa do empobrecimento do Brasil” (GOULART, 1963, p. 146). Para Miguel Arraes, a própria existência da humanidade correria sérios riscos caso ambos os sistemas políticos não se entendessem (ARRAES, 1963, p. 11). Outrossim, em vários momentos das duas décadas aqui tratadas, o próprio Prestes não identificava o alinhamento à União Soviética como, necessariamente, belicoso (em nível imediato ou mesmo potencial). Geralmente nos momentos em que os comunistas brasileiros adotaram esperanças “pacifistas” no nível das disputas internas, o fizeram também quanto às contendas externas<sup>45</sup>. Em 1947, no breve período de legalidade do PCB e nas veredas da já citada situação pós-II GM,

---

<sup>43</sup> E mundial.

<sup>44</sup> Criada por militares brasileiros sob inspiração estadunidense em 1949 diante do clima de pós-II Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Funciona até hoje como instituto subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas (que, por sua vez, nos dias de hoje é subordinado ao Ministério da Defesa). Sobre as relações entre a ESG e Golbery do Couto e Silva *cf.* Fernandes (2009).

<sup>45</sup> Do contrário, porém, também é válido, conforme o comunista gaúcho assume no bojo das discussões em torno da famosa *Declaração de Março de 1958* (1958, p. 2).

o líder pecebista faz notar que:

Para os povos coloniais, vítimas da mais impiedosa exploração imperialista, povos nacionalmente oprimidos, surge, afinal, pela primeira vez, a possibilidade real de que lhes sejam assegurados, de maneira, pacífica, seus direitos à independência, ao progresso e ao livre desenvolvimento de suas culturas nacionais (1947, p. 17).

Doze anos depois, em outro momento de moderação tática, o revolucionário gaúcho exalta a política de coexistência pacífica soviética por esta estar, supostamente, sendo favorável ao avanço do socialismo, que, por sua vez, atraía para si as lutas de libertação nacional; ainda que estas se dessem pela via armada e num mundo em que o imperialismo estadunidense atuava em prol da guerra global (1959, pp. 1-2).

Portanto, no que se refere à conjuntura mundial, parte majoritária das lideranças das esquerdas e das direitas no Brasil partilhavam consenso no tocante ao fato de haver, no pós-Segunda Guerra Mundial, um quadro político internacional fortemente marcado pela questão nacional, fundamentalmente movimentado pelas lutas anticoloniais e anti-imperialistas diante de um conflito maior entre dois polos político-ideológicos liderados, respectivamente, por Estados Unidos e União Soviética – divergindo, porém, no alinhamento ou não a uma destas potências e na qualificação das mesmas em relação ao papel desempenhado como agentes da libertação ou de algum tipo de dominação imperialista.

O interesse das forças políticas pátrias na problemática nacional não aparecia, porém, como mera consequência de uma análise da situação global. Fatores endógenos e exógenos eram bradados nos discursos das figuras estudadas de maneira conjunta e, por vezes, entrelaçadas. Se, no mundo todo, elementos nacionais se afirmavam na luta anticolonial e anti-imperialista (por vezes em amálgama e/ou confusão com as contendas entre capitalismo *versus* socialismo), ao Brasil interessava o processo não só por imperativa necessidade derivada da evidente inserção do país como parte desse mesmo mundo, mas também por conta do seu amadurecimento interno, em que despertava como nação em busca de um caminho próprio, na teoria e na prática, para o seu desenvolvimento.

No início da década de 1960, Miguel Arraes, constatara que a democratização da política nacional havia sido um fator fundamental para o fortalecimento da construção da nação brasileira, já que setores até então excluídos do poder estavam podendo influir nos destinos do país. Para o político pernambucano, um novo Brasil estava surgindo (1963, pp. 7-10) por meio das transformações derivadas da maior presença popular nos rumos políticos do país. E esse processo de mudanças era a própria revolução brasileira que estava sendo construída e, cujo fim, era uma nação livre, independente e desenvolvida (ARRAES, 1965, p. 50).

A revolução brasileira é um processo que se alimenta desses fatos históricos. Somos um povo que começa a aceitar suas matrizes étnicas e culturais, um povo que já não

tem vergonha de ser mestiço. Somos mais ainda: somos um povo que toma consciência de suas necessidades e de suas possibilidades, de seus defeitos e de suas qualidades, e por isso mesmo já não aceita ser tutelado nem governado por estranhos. Ainda mais: somos um povo que descobriu que pode, ele mesmo, explorar suas riquezas e com isso ser próspero e até rico (1963, p. 12),

Em campanha para a presidência da República, o general Henrique Teixeira Lott, do Partido Social Democrático (PSD), de acordo com discurso reproduzido na página 04 do jornal *Última Hora* (05 de mar. 1960), compara o país a um corpo humano que, ao crescer muito rápido, sofre até atingir a maturação necessária: “Passa o Brasil, no momento [...] por uma fase de transformação rápida que nos faz confiar em melhores dias. Como a criança que se desenvolveu muito rapidamente, nosso país tem de sofrer algum sacrifício. Mas esse sacrifício será compensado”.

Outrossim, para construir um Brasil soberano, a independência aparece não só como fim, mas também meio e caminho a ser viabilizado pela autonomia no campo das ideias e das práticas políticas: entender a realidade nacional em suas particularidades sem recorrer a esquemas prontos e ideias importadas para implementar um projeto de país sincrônico a essa realidade. E com exceção, novamente, de Prestes e dos comunistas, para parte majoritária das lideranças da esquerda nacional, essa autonomia intelectual e prática significava a busca por uma via brasileira e alternativa ante o capitalismo e o socialismo marxista. Leonel Brizola sintetizava bem o espírito de toda a esquerda não comunista sobre a questão: “confiamos no povo brasileiro! É um povo que sabe o que quer e sabe o que não quer. E o que este não quer são os figurinos de importação, quer de Moscou, quer de Nova Iorque” (2004, p. 521). Na mesma linha, Jango, no exercício da presidência da República, defenderá que “não precisamos de importar fórmulas ou figurinos estranhos à nossa formação, porque somos capazes de encontrar nossos caminhos, de plasmar nosso destino com as nossas próprias mãos e com a nossa coragem” (1963, p. 146); assim como Arraes:

Passou o tempo das discussões acadêmicas, dos torneios de oratória em defesa de posições teóricas importadas e mal traduzidas. Agora é o tempo de agir, de fazer, de enfrentar a dura realidade, que é a nossa, para compreendê-la e modificá-la. Tempo de fazer do homem brasileiro [...] o centro de todas as preocupações, a fim de ajudá-lo a sobreviver e ascender à condição de consumidor e criador de riqueza. Por isso mesmo, a filosofia da revolução que o povo brasileiro está fazendo deve e tem de ser um humanismo autenticamente brasileiro: humanismo que não decorra da assimilação de posições transplantadas, porém que nasça do sofrimento de ver, de sentir, de viver intensamente o drama de querer ser e de ser brasileiro neste tempo. [...] Cristão ou ateu, socialista ou capitalista, o brasileiro atual tem de ser um militante desse humanismo. É direito seu, que só um obscurantismo policial e agonizante pretende negar, o de escolher o credo religioso ou a filosofia política que melhor lhe pareça. Mas é seu dever, a que não pode fugir, ser um homem de seu tempo e de seu povo, um homem da revolução brasileira (ARRAES, 1963, pp. 10-11).

Brizola, inclusive, exaltará essa postura como mérito até mesmo de personalidade:

Dos atributos que possa ter, o da independência é o que mais cultivo, e não o faço só por imposição de temperamento, mas, sobretudo, por considerar que homens públicos de nações como o Brasil precisam indispensavelmente pensar com a mais absoluta independência os problemas de seu tempo e os problemas de seu país. É uma condição da qual não podemos fugir. Ela nos é imposta pelo próprio fato de vivermos a contradição de dois mundos, o antagonismo de dois sistemas que surgem dominantes, entre os quais teremos de escolher o nosso próprio caminho, comprometendo, nesta escolha, de modo definitivo, o nosso destino. [...] Raciocinar como homens que não pertencem ou não se entregam ou não se imolam a qualquer dos dois sistemas em conflito; raciocinar apenas em termos de Brasil (2004, pp. 490-491).

O argumento da sintonia com a realidade nacional era tão forte que, mesmo os agentes que, no campo político-ideológico, defendiam explicitamente o alinhamento a um dos blocos em disputa, não se desinteressavam de levantar a bandeira da independência intelectual em suas formulações e projeções. Ao propor uma geopolítica vernácula, Golbery do Couto e Silva será enfático nessa direção: “Já dissemos que não haverá geopolítica brasileira que tal nome mereça, sem que considere, de fato, o Brasil como centro do universo” (2003, p. 214). Juarez Távora, seu irmão de farda e um dos primeiros comandantes da ESG, partirá de Oliveira Vianna<sup>46</sup> e Alberto Torres<sup>47</sup> para traçar o quadro de insuficiência estrutural do Brasil enquanto nação. Parafraseando o segundo, apontava:

“Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar”.

Esse quadro desalentador da desorganização de nossa vida como comunidade nacional, traçado há já quase meio século por Alberto Torres, apresenta ainda muitos aspectos de atualidade (TÁVORA, 1959, p. 5).

De Oliveira Vianna herdará, entre outros aspectos, a constatação de que os próprios brasileiros desconhecem a realidade do país, acusando as elites nacionais de alienação ante o Brasil – o que as fazia volatizar do ufanismo ao derrotismo com certa frequência (1959, p. 6). Tal ignorância seria uma constante na história nacional, levando à importação acrítica de modelos políticos nos aspectos mais fundamentais da estrutura político-administrativa brasileira: do Império, com um sistema parlamentar copiado dos ingleses, à República, com o presidencialismo imitado dos Estados Unidos (1959, p. 7).

Curiosamente, como consequência, Távora propõe, com certa semelhança ao que Prestes já havia proposto na Constituinte de 1946 anos antes, um sistema parlamentar próprio, combinando as particularidades nacionais com a realidade universal. Segundo suas intenções, e aí se afastando de Prestes, haveria um quarto poder ordenador (que existiria para corrigir a ação dos demais poderes em nível federal, estadual e municipal) com um poder Judiciário

<sup>46</sup> Um dos pioneiros intelectuais brasileiros a estudar as especificidades do Brasil a partir de um arcabouço teórico original, seguindo os passos de Alberto Torres.

<sup>47</sup> Em maio de 1957, Távora se dizia apreciador “de longa data, do pensamento político de Alberto Torres, cujas principais obras temos lido e relido várias vezes, nos últimos 35 anos” (Távora, 1959, p. 22).

federalizado (libertando-o da tutela dos Executivos nacionais e estaduais) (TÁVORA, 1959, p. 51). É interessante notar que quando o “Cavaleiro da Esperança” lançou a proposta de um “parlamentarismo próprio” buscando entrosar a realidade nacional com a experiência internacional<sup>48</sup> fora acusado justamente de renegar as tradições do país. O deputado Daniel Carvalho, do Partido Republicano (PR), critica a proposta de Prestes acusando-o de importar a inspiração para tal regime e negar a tradição brasileira, que teria entre as suas características, para o deputado do PR, a forma republicana e o molde de poderes independentes entre si e contrapesos, conforme pensava Rui Barbosa (PRESTES, 2003, pp. 347-348). Na proposta do senador comunista, o “nosso” parlamentarismo suprimiria a divisão dos poderes, pois Legislativo e Executivo estariam subordinados à Assembleia Nacional (2003, p. 341).

De qualquer forma, mesmo alinhado à URSS na Guerra Fria, Prestes e os comunistas brasileiros recorreram ao argumento da adequação à realidade nacional em questões fundamentais quando suas propostas aparentavam ir na contramão da ortodoxia marxista. Em 1958<sup>49</sup>, por exemplo, quando Prestes conduzia o partido para uma reorientação tática reformista, a alegação de que os supostos equívocos do passado derivariam do desprezo e do desconhecimento da realidade brasileira para justificar a nova linha possuía papel destacado em toda estrutura argumentativa. Porém, diferentemente da direita anticomunista e dos demais líderes da esquerda não comunista, essa suposta miopia teórico-metodológica não deveria ser corrigida pelo combate, abandono ou rejeição ao marxismo. Pelo contrário, a aplicação correta do marxismo enquanto teoria científica, “análise concreta da situação concreta” (LENIN, 1920), é que permitiria revelar o *éthos* da realidade nacional:

Os erros fundamentais da linha geral que seguimos nos últimos anos têm como fonte comum o subjetivismo, que impregnou todo o nosso pensamento político. Este subjetivismo se manifestava em duas atitudes simultâneas e inseparáveis. Por um lado, transformamos os ensinamentos do marxismo-leninismo em dogmas abstratos, em fórmulas gerais, uniformemente aplicáveis a todos os países, sem exame das particularidades concretas do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, menosprezamos o estudo da realidade brasileira, perdemos de vista o movimento real, os processos que estavam em curso na vida econômica e política do país. A nossa política deixou de ser, assim, a decorrência direta das condições objetivas do Brasil e se tornou uma adaptação mecânica de fórmulas gerais ou de experiências acertadas em outras partes do mundo. Deixamos de ver os fenômenos políticos e sociais em movimento e costumamos, por isto, a perceber as transformações que se operavam na vida real. Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do desenvolvimento histórico brasileiro (PRESTES, 1958, p. 1).

---

<sup>48</sup> Na França já haveria debate sobre uma proposta semelhante e algo parecido já existiria na Mongólia (Prestes, 2003, p. 344).

<sup>49</sup> Que, de certa forma, inaugurou o processo já pontuado que gerou graves atritos internos e que teve, como uma das consequências, a formação de um partido comunista dissidente, o PCdoB.

Não surpreende, portanto, ser uma constante nos discursos políticos da época, independentemente da filiação ideológica, o recurso à estrangeirização do adversário.

## 1.2 Muitas divergências: quem será a “quinta-coluna”?<sup>50</sup>

Por parte das lideranças da esquerda brasileira no período em questão, era frequente a identificação das grandes figuras da direita nacional com o imperialismo estadunidense. Com considerável frequência as forças de direita eram acusadas de aliadas locais do imperialismo dos EUA - ou até mesmo agentes internos da sua ingerência. Em grande parte, essas denúncias derivavam de uma análise prévia da estrutura econômica, política e administrativa do Brasil, em que se entendia haver uma dependência estrutural do país diante do imperialismo das grandes potências capitalistas, responsáveis por controlar setores importantes da economia nacional e influenciar atores políticos nativos.

Quanto à direita, o recurso à estrangeirização da esquerda era igualmente generalizado; acusando-a, todavia, de servir, de maneira consciente ou não, à ingerência soviética e ao comunismo internacional. Na conjuntura da Guerra Fria, as formulações geopolíticas, sistematizadas fundamentalmente pelos militares, ocupavam um espaço essencial na construção dessa lógica do “inimigo interno” ao traçar um quadro de guerra permanente, latente ou potencial, em nível internacional, pois, com isso, qualquer “dissidência” interna não-alinhada ao polo liderado pelos EUA poderia passar a ser lida como elemento que terminaria por fortalecer o lado oposto, soviético. Outro ponto relevante na argumentação dos líderes da direita para a construção dessa estrangeirização das esquerdas era a alegação de incompatibilidade ontológica entre as esquerdas em sua natureza e o que seria, supostamente, a essência brasileira; imputando contradições referentes às posições políticas, filosóficas e aos valores morais. Enquanto o Brasil era entendido como uma nação fundamentalmente cristã e capitalista<sup>51</sup> (características compartilhadas ante o rol das nações inseridas em uma “civilização ocidental”),

---

<sup>50</sup> Termo que surge na Guerra Civil Espanhola, quando o general Franco possuía quatro colunas de combate. A “quinta coluna” seriam seus apoiadores em Madri, que sabotaram a resistência e a república de dentro para fora. Assim, o termo passou ao vocabulário político mundial de maneira metafórica para se referir aqueles considerados “infiltrados” que, aparentemente dentro de um campo, acabavam por servir a um inimigo de outro, externo.

<sup>51</sup> O que não significa que por parte das direitas não aparecessem críticas a um, assim chamado, capitalismo. Na época, de ofensiva revolucionária mundial, o capitalismo tinha sua popularidade bastante questionada. Mas o núcleo dessas críticas, que são discutidas no capítulo terceiro da corrente tese, se davam na direção de rejeitar o tipo ideal de capitalismo economicamente liberal e não ao modo de produção capitalista em si.

as esquerdas apareciam como forças estranhas ao serem acusadas de anticapitalistas e materialistas – e, como se pode notar, dessa forma a argumentação assume postura tautológica ao generalizar toda a esquerda com os atributos do marxismo, o que se justificava, por sua vez, na própria operação de correlacionar toda a esquerda ao comunismo soviético.

O potencial do argumento religioso aí é grande e encontra precedentes históricos. Ele permite descrever o Brasil como nação de um conjunto maior de “nações cristãs”, buscando superar a evidente contradição entre uma afirmação de caráter nacional e a paralela perspectiva cosmopolita, pan-americana e ocidentalista de alinhamento aos EUA. E, ao mesmo tempo, permite excluir quase que automaticamente os acusados de comunismo da nacionalidade brasileira (para a direita, cristã). Eric Hobsbawm, num dos clássicos da historiografia mundial sobre o nacionalismo, já pontuava que “A religião é um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade, entre pessoas que de outro modo não teriam nada em comum” (HOBSBAWM, 1990, p. 83). Observando o fenômeno ao longo da história, Bresser-Pereira nota que “embora a mesma religião não seja um requisito das nações, muitas vezes o nacionalismo, no processo de construir e consolidar o estado-nação, usa a religião como instrumento de coesão social e fortalecimento de legitimidade” (2008, p. 176).

O argumento da incompatibilidade de essências via religiosidade possuía força tão considerável que ultrapassava as fronteiras da direita. A própria esquerda não comunista recorria a ele nas polêmicas internas do campo (contra a esquerda declaradamente comunista) e até mesmo, ainda que sob outro viés, contra a direita, ao mobilizar o lado social do cristianismo para incriminar os que se recusavam a combater as desigualdades sociais.

Brizola, por exemplo, ao dividir o povo brasileiro entre os “comprometidos” com a espoliação estrangeira, de um lado, e os não comprometidos, de outro, diz que os primeiros são:

aqueles que, nesta altura do século, brandem as teses do liberalismo econômico, com elas encobrendo o seu *egoísmo antissocial e anticristão*, a sua ânsia anti-humana da riqueza, a sua desarvorada sede de poder econômico e político. São os que defendem o latifúndio e, quando falam de liberdade, não estão defendendo senão a sua liberdade de continuarem ricos num país de pobres. E quando falam de segurança, não pensam senão na estabilidade de seus negócios [...]. *São os sócios diretos ou indiretos do processo espoliativo* [...]. São os que, para resguardar seus interesses, nesta hora prenhe de inquietações e sinais inequívocos de inconformidade popular, *não sentem qualquer escrúpulo de apelar para a intervenção estrangeira* (2004, p. 530, grifo nosso).

Para o líder gaúcho, o processo espoliativo na América Latina se dava por meio de um complexo entre as corporações estadunidenses e seus “associados e dependentes locais” que, em geral, formam as classes dominantes dos seus respectivos países (2004, p. 517).

Miguel Arraes, na mesma linha, define mais detalhadamente quem comporia cada um

dos campos, chegando a usar os termos “antipovo” e “antinação” para classificar os seus adversários. Na luta pelas reformas de base<sup>52</sup>, para alcançar o desenvolvimento e superar a contradição fundamental - entre o povo brasileiro e o imperialismo - estariam o operariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional:

O povo brasileiro está nas ruas, nas igrejas, nos sindicatos, nas cidades e nos campos, nas repartições, nas fábricas, nas empresas, como operário, colono e trabalhador rural, empregado e patrão, pequeno proprietário e capitalista, sacerdote, militar, comerciante e industrial, profissional liberal, intelectual, estudante, desempregado, mendigo, a expressar, pelos meios que lhe são possíveis, sua premente necessidade e sua patriótica aspiração de uma nação livre e independente, de um povo que possa, pelo menos, dar teto e escola a todos os seus filhos e o mínimo indispensável de alimento à sobrevivência de todos (1965, pp. 34-35)<sup>53</sup>.

Na contramão dessas intenções e “pela manutenção dessa ordem de coisas”, “violentamente lutam os latifundiários, o imperialismo, o IBAD<sup>54</sup>, tudo, enfim, que constitui o antipovo e a antinação” (1965, p. 54). No campo do imperialismo, portanto, estariam, além das potências capitalistas propriamente ditas, aqueles acusados de serem seus agentes e aliados: os latifundiários e os setores “corrompidos” da alta, da média e da pequena burguesia (1965, p. 35).

Prestes e os comunistas brasileiros também manterão ao longo da IV República avaliação dualista semelhante, produzindo um discurso em que, de uma parte, se apresenta um polo policlassista que representaria a “nação”, o “povo brasileiro” e o desenvolvimento/progresso e; de outra parte, o imperialismo e os acusados de serem aliados locais deste, apontados como a negação dos interesses nacionais, agentes da ingerência estrangeira, da espoliação econômica e do atraso. As idas e vindas táticas do PCB faz com que se desloque com certa frequência, no discurso comunista, quais setores das classes dominantes e partidos/lideranças da esquerda moderada ou aliadas desta estariam num ou noutro polo (como Juscelino Kubitschek, cujo governo fora acusado de ser um “governo de traição

<sup>52</sup> Uma série de medidas de caráter radical-reformista propostas pela esquerda entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, visando combater as desigualdades sociais e a dependência externa, como as reformas agrária e urbana e a regulamentação das remessas de lucro ao exterior.

<sup>53</sup> Durante a leitura das fontes primárias trabalhadas ao longo da tese, em diversos momentos foram encontradas numerosas variações linguísticas oriundas de estilo e da distância de tempo que nos separa dos nossos objetos. Foi feita a opção por se atualizar as citações diretas para as normas da língua portuguesa vigentes no Brasil atualmente (2021). Palavras como “nação”, “país”, “pátria”, entre outras, eram abundantemente escritas pelos políticos-autores com a inicial maiúscula e sobre isso é importante chamar a atenção aqui, já que se, por um lado, não faz diferença para a abordagem que foi proposta na corrente tese, por outro, para alguém com interesses mais específicos, talvez a grafia de tais palavras como substantivos próprios (e não como substantivos comuns, conforme ficou na tese) venha a ser significativo.

<sup>54</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Funcionou de 1959 a 1963. *Think tank* anticomunista que, com apoio direto dos EUA, atuou no Brasil visando combater a esquerda e fortalecer figuras da direita. Sobre a atuação do IBAD cf. Dreifuss (1981)

nacional” – posição depois autocriticada) (PRESTES, 1958, p. 2). Mas a essência da avaliação, sua dualidade centrada na contradição entre um policlassista povo brasileiro, de um lado, e o imperialismo e seus aliados em setores das classes dominantes, do outro, permanecerá inalterada em todo o período. Já em 1947, por exemplo, Prestes defendia uma ampla frente, pois, “todos os patriotas devem unir-se, por quanto têm obrigação de se darem as mãos e marchar juntos” (2003, p. 113), para desencadear o desenvolvimento capitalista no Brasil<sup>55</sup> no sentido de enfrentar a espoliação imperialista e os “resquícios feudais” na economia brasileira (2003, pp. 112-113).

O entendimento de que o desenvolvimento do país ao longo da IV República levou ao acirramento das contradições entre a nação brasileira e o imperialismo estadunidense foi fundamental para a entrada de Prestes e dos comunistas no movimento nacionalista<sup>56</sup> no final dos anos 1950. Fazendo um balanço autocrítico em prol da nova posição tática, escreveu o líder comunista:

Analisando as contradições existentes na sociedade brasileira, ficávamos presos a um esquema e não víamos que, em resultado do desenvolvimento econômico do país, a contradição que se aprofundava cada vez mais era a que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e aos seus agentes internos. Esta contradição tinha se tornado a principal e dominante e determinava o processo de alteração na disposição das forças sociais. Surgiam condições cada vez mais favoráveis para unificar amplas forças contra o imperialismo norte-americano, inimigo principal da nação (1958, p. 3).

A influência do subjetivismo se manifestou na maneira como concebíamos o processo de organização da frente única. Criamos subjetivamente um modelo pré-fabricado — o da frente democrática de libertação nacional — e nos esforçamos durante muito tempo, sem êxito, para levá-lo à prática. Deixamos de perceber, assim, o processo de formação da frente única que se dava na própria realidade e que decorria, em parte, da atuação dos comunistas em diversas campanhas anti-imperialistas. Daí porque demorássemos em compreender a extraordinária importância do movimento nacionalista, como frente única, embora incipiente, das forças anti-imperialistas e democráticas (1958, p. 4).

Na primeira eleição presidencial após essa virada tática, Prestes justificará a adesão dos comunistas à candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott acusando seu adversário, Jânio Quadros, de ser patrocinado pelos setores “reacionários e entreguistas”, “como Carlos Lacerda”, cujos porta-vozes seriam “o 'Estado de São Paulo', 'Correio da Manhã', 'O Globo' e outros órgãos identificados com os interesses dos trustes estrangeiros” (PRESTES, 1960, p. 3).

---

<sup>55</sup> Na época, os pecebistas entendiam que o Brasil vivia sob regime semifeudal e que o desenvolvimento capitalista representaria, portanto, um progresso; pois o país não teria condições de avançar diretamente para o socialismo. Uma abordagem crítica de ruptura com essa perspectiva que traz também um balanço das diversas questões implicadas pode ser visto no artigo *A que herança devem os comunistas renunciar?* (1980) escrito por Anita Leocádia Prestes sob influência de pensadores como Florestan Fernandes.

<sup>56</sup> Uma das expressões mais organizadas do movimento nacionalista e intitulada como tal foi a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que funcionou de 1956 até 1964. Sobre a FPN cf Delgado (1995).

As posições políticas de Jânio, inclusive, “se identificam com o programa das forças antinacionais e antipopulares”, como a oposição ao monopólio estatal do petróleo (1960, pp. 3-4). Para o ícone comunista, Jânio Quadros era um “intérprete de grupos econômicos dos mais reacionários do país — os latifundiários, exportadores e banqueiros ligados ao comércio exterior, que constituem o cerne da oligarquia paulista vinculada ao imperialismo” (1960, p. 4).

Por outro lado, Lott é apoiado enquanto, além de legalista e democrático<sup>57</sup>:

expressão do sentimento nacionalista do Exército, [...] um partidário intransigente do monopólio estatal do petróleo. Propugna o voto para os analfabetos, declara-se favorável a medidas de reforma agrária e não permitiu que o Exército fosse lançado contra os posseiros que, de armas na mão, lutaram pela terra no oeste do Paraná. Pronuncia-se pela limitação das remessas do capital estrangeiro e tem se oposto aos aspectos mais negativos da reforma cambial (1960, p. 4).

É significativa a forma como Prestes classifica a base por trás de Jânio Quadros, sugerindo que a vinculação com o imperialismo destas viria de uma situação estrutural: os interesses oriundos de suas atividades econômicas. Tal perspectiva era uma importante peça no quebra-cabeças argumentativo de toda a esquerda, pois, se o imperialismo era identificado como uma força que atuava na pilhagem do Brasil por via de seus agentes e aliados internos, este o fazia especialmente pela presença material concreta em diversos ramos da economia nacional cujas relações de produção estavam historicamente construídas de maneira dependente das grandes potências ocidentais. Brizola, para quem o Brasil compartilhava essa situação “semicolonial” com toda a América Latina (2004, p. 532), expunha muito didaticamente o que entendia ser esse complexo espoliativo.

Ele opera da seguinte forma: através da penetração de certo tipo de capital estrangeiro adquire o controle próprio ou remoto da faixa econômica mais desenvolvida. Como, porém, nesses países subdesenvolvidos os empresários industriais e comerciais, os empresários das grandes empresas e os proprietários de bancos, são também proprietários rurais e, em tais países, a sociedade rural típica é a latifundiária, temos que o capital estrangeiro embutido nas grandes empresas modernas é também um fator decisivo na manutenção do latifúndio. Por que ele é interessado no latifúndio? Porque o país de onde procede o capital estrangeiro necessita de matérias-primas que são fornecidas pela economia monocultora, economia tipicamente latifundiária. Esta é uma verdade universal. Então o país de onde procede – repitamos –, o capital estrangeiro compra esses produtos primários a baixo preço e vende a alto preço os seus produtos manufaturados, ao país do qual compra os produtos primários. Essa disparidade dos termos de comércio beneficia a quem, serve a quem? É parte do

---

<sup>57</sup> Lott foi o responsável por garantir a posse de Juscelino Kubitschek (JK) diante de uma tentativa de golpe em 1955. O contragolpe, também conhecido como Movimento 11 de Novembro por referência à data em que foi desencadeado, se deu com a deposição de Carlos Luz (PSD), presidente da Câmara dos Deputados que recém assumira a presidência da República por causa da licença médica do presidente Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP). Luz, junto com outros políticos e militares de direita, buscava impedir a posse de JK sob a alegação de que, apesar da primeira colocação nas eleições presidenciais (derrotando Juarez Távora), a votação do candidato diamantinense não atingira a maioria absoluta no sufrágio (Kubitschek obteve 36% dos votos), além de ter tido o apoio do clandestino PCB. Colocando o Exército nas ruas, Lott conseguiu fazer com que Nereu Ramos (PSD), presidente do Senado, assumisse a presidência do Brasil e governasse sob estado de sítio até a posse de JK. Sobre o movimento cf Carloni (2009).

processo espoliativo (2004, p. 533).

Se a estrutura latifundiária do país, tida como um dos principais pontos de atraso social e econômico por toda a esquerda, possuía identificação com os interesses econômicos de rapina do imperialismo, as reformas de base passavam a, dialeticamente, ter importância endógena e exógena; transformando, ao mesmo tempo, a estrutura interna do país e as relações de produção deste com a economia global (BRIZOLA, 2004, pp. 533-534). Daí a aliança entre o latifúndio e o imperialismo para impedir ou desvirtuar a reforma agrária (ARRAES, 1965, p. 53).

Dessa forma, nos principais embates entre os campos ocorridos ao longo da IV República, as forças de esquerda acusaram esses interesses imperialistas, umbilicalmente inseridos em segmentos da economia nacional, de atuação. A campanha contra o PCB desencadeada durante o governo Dutra e que terminou por colocar os comunistas na ilegalidade<sup>58</sup>, sob o argumento de que estes serviam a interesses estrangeiros, é denunciada por Luiz C. Prestes no parlamento nacional como oriunda, em primeira instância, do capital financeiro estadunidense, que estaria preocupado, entre outras coisas, com a aproximação diplomática que estava havendo entre URSS e Brasil (2003, p. 144) – que terminaria também por ser rompida. Se, quando ainda mantinha alguma esperança diante do governo do ex-ministro da Guerra de Vargas, Prestes defendia que o governo de “união nacional” deveria excluir demagogos, golpistas, reacionários e *quinta-colunistas* (1947, p. 40), especialmente as camadas minoritárias da burguesia “vendida” ao imperialismo (1947, p. 41), com a perseguição ao PCB, acusa o regime de ser uma democracia falsa, que se mostrava uma ditadura das classes dominantes e dos agentes do imperialismo (1948, p. 2). Conseqüentemente, o governo Dutra passa a ser apresentado como

um governo de traição nacional que, a serviço do imperialismo norte-americano<sup>59</sup>, esfomeia nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país e entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios norte-americanos (1948, p. 3).

Com os comunistas postos na clandestinidade, Prestes passa a acusar todas as forças da ordem, partidos, governadores de estado, etc., sejam situação ou oposição, de servir ao imperialismo (1948, p. 10)<sup>60</sup>. Outrossim, conflitos mais pontuais igualmente foram imputados

<sup>58</sup> Cassando o registro do partido e, posteriormente, os mandatos dos eleitos sob a sigla.

<sup>59</sup> Uma forte evidência empírica da interferência estrangeira na questão seria a atuação do embaixador dos EUA junto a Dutra na campanha anticomunista – o que seguia a tradição do embaixador anterior, que teria emitido uma declaração estimulando a movimentação de deposição de Vargas em outubro de 1945; movimentação classificada como “golpe” por Prestes (1948, p. 4).

<sup>60</sup> Em uma das diversas viradas táticas ocorridas no período, conforme citado (Prestes, 1948, pp. 15-17).

à ingerência estrangeira e sua influência sobre figuras da política local, como a repressão contra um Primeiro de Maio (PRESTES, 2003, p. 176).

Brizola também viu, em alguns momentos, evidências dessa intervenção na repressão interna. No processo de perseguição aos comunistas no governo Dutra, quando uma onda de repressão se abateu sobre a esquerda sul-rio-grandense<sup>61</sup>, o então deputado estadual (PTB), procurado por vítimas e familiares, trouxe à tona a notícia de que a própria documentação policial tentava justificar seus atos se baseando em informações enviadas do exterior de que se preparava uma onda de “desordens” a ser promovida pelos comunistas (2004, p. 446). Por dedução, acusa aos EUA de ser essa fonte externa:

Teriam sido o Paraguai, a Itália, a Alemanha, ou a Rússia que informaram o governo brasileiro que aqui, em território nacional, iria se desenvolver uma onda de desordem e de sabotagem que seria feita pelos membros do extinto Partido Comunista Brasileiro? Seria demasiada ingenuidade admitirmos que as aludidas informações não vieram dos Estados Unidos. Ele faz a sua política. Absolutamente não podemos criticá-lo, mas cabe ao Brasil fazer a sua política e não a política dos Estados Unidos (2004, pp. 446-447).

Vargas, em discurso realizado no Senado, apontará que sua deposição em outubro de 1945 derivara da insatisfação dos “empreiteiros desses agentes colonizadores”<sup>62</sup> (2011, p. 517) com a estatização dos recursos naturais, a construção de Volta Redonda e a industrialização do Brasil:

Não podem perdoar-me os usufrutuários e defensores de trustes e monopólios que meu governo houvesse arrancado das mãos de um sindicato estrangeiro, para restituí-lo sem ônus ao patrimônio nacional, o Vale do Rio Doce, com o Pico de Itabira, contendo uma das maiores jazidas de ferro do mundo. Tampouco me perdoariam os agentes de finanças estrangeiras a nacionalização das outras jazidas minerais do nosso rico subsolo e das quedas d’água geradoras de força, o uso obrigatório do carvão nacional, as fábricas de alumínio e de celulose e a construção de Volta Redonda. Era contra os interesses da finança internacional a industrialização progressiva e rápida do Brasil (2011, p. 517).

Durante o governo Dutra, quando Vargas vai do apoio ao mesmo (VARGAS, 2011, p. 510) à oposição<sup>63</sup> (VARGAS, 2011, p. 615), o ex-chefe do Estado Novo (1937-1945) lembra

<sup>61</sup> E até um dirigente do PTB terminou espancado pela polícia "unicamente porque não quis dizer de que natureza era um telegrama com várias assinaturas que possuía no seu bolso" (Brizola, 2004, p. 447).

<sup>62</sup> Luiz Carlos Prestes, que em 1945 defendia a presidência de Vargas ao ponto de sustentar que aqueles que o faziam oposição por meio da “desordem” eram aventureiros da “quinta-coluna” a serviço do fascismo (1947, p. 2), concordara com o fato de que a ulterior deposição em outubro fora obra dos agentes do capital estrangeiro e das classes dominantes. Entretanto, para o secretário-geral do PCB, ao contrário de Vargas, seu primeiro governo teria sido de total sintonia com os interesses desses setores – que só o abandonaram por este ter mudado sua orientação em prol de uma aproximação com o povo e conduzido à redemocratização – onde os comunistas poderiam avançar (1947, p. 19).

<sup>63</sup> Cumprindo o compromisso que fizera durante a campanha, quando declarou apoio ao então candidato do PSD por este estar dentro das ideias do programa trabalhista; alertando, porém, para que se este não cumprisse as promessas romperia com o mesmo para se manter ao lado do povo (Vargas, 2011, p. 502).

que o então presidente do Banco do Brasil, Manuel Guilherme da Silveira Filho<sup>64</sup>, estava representando, diante da economia nacional, aqueles que Vargas sempre combateu: os que advogavam a incapacidade do Brasil explorar, por meio do Estado, os seus recursos e potencialidades naturais e desencadear, com sucesso, um processo de industrialização (2011, p. 623). Anos depois, no último gesto antes de cometer suicídio, Getúlio Vargas correlacionará em toda “carta-testamento” a defesa que fazia do povo “humilde” em suas políticas com a busca pela emancipação do Brasil, acusando uma conspiração entre o capital estrangeiro e os exploradores nacionais como causa dos conflitos que sempre travou e que terminaram levando-o ao auto sacrifício (2004, p. 177).

Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente (2004, p. 177).

O legado de Vargas foi interpretado da mesma maneira por alguns de seus continuadores, como Jango (GOULART, 1962, pp. 21-22; 60) e Arraes, para quem o suicídio fora “resultado da campanha de desmoralização de seu governo, planejada e financiada pelo imperialismo, que não lhe podia perdoar as medidas em defesa de legítimos interesses nacionais” (1965, p. 38). O governador de Pernambuco apontou, também, a atuação da mesma força na debacle de outro presidente, Jânio Quadros<sup>65</sup> (1965, p. 39). No subsequente ato à renúncia de Quadros, Arraes culpou os latifundiários e as “camadas corrompidas da alta, média e pequena burguesia, em obediência ao imperialismo” pelo golpe que tentou impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart (1965, p. 57). Para o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o golpe derrotado partiu daqueles que desejam “atrelar o Brasil aos grilhões

---

<sup>64</sup> Posteriormente, assumiu o cargo de ministro da Fazenda de Eurico Gaspar Dutra.

<sup>65</sup> Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, após menos de seis meses de mandato. Novamente, militares e políticos de direita, assim como parte da imprensa e das classes dominantes, optaram pelo golpe, tentando impedir que Jango, vice-presidente eleito e que se encontrava em viagem à China, assumisse a presidência da República. Graças à mobilização popular, liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e responsável por desencadear a “Campanha da Legalidade” e comprometer setores das Forças Armadas com a legalidade, e Mauro Borges, governador de Goiás, que distribuíram armas à população, o golpe foi parcialmente derrotado. João Goulart assumiu o cargo que lhe era de direito, mas em troca aceitou governar com poderes reduzidos, sob um sistema parlamentarista rapidamente aprovado no parlamento nacional. Em 1963 o parlamentarismo foi derrubado por plebiscito e Jango passou a exercer de fato os poderes presidenciais típicos.

do colonialismo e da espoliação social” (1962, p. 62).

Lott<sup>66</sup>, invertendo a acusação que a direita fazia contra ele, segundo o jornal *Última Hora* (25 mar. 1960, p. 3), rebateu: “Quem confunde nacionalismo com comunismo pretende apenas provocar confusão e ao mesmo tempo proteger os interesses dos capitais estrangeiros que sugam a nossa economia e a de outros países subdesenvolvidos”.

Se os EUA apareciam como alvo predileto das acusações das esquerdas para com as direitas e suas ações no Brasil, o mesmo papel era alocado à URSS nos discursos inquisitórios das direitas sobre as esquerdas. Nesse sentido, a formulação de um pensamento doutrinário belicista no quadro da Guerra Fria cumpria função importante ao legitimar essa estrangeirização da esquerda brasileira enquanto uma ameaça também militar – ainda que diluindo a noção militarista para muito além da concepção de guerra *stricto sensu*. Golbery do Couto e Silva foi um dos mais eminentes teóricos dessa concepção. Para o autor, nos quadros da Guerra Fria, onde o polo comunista soviético exercia não só o seu poder armado tradicional, mas também importante influência política, ideológica e econômica em diversos segmentos das sociedades ao redor do globo, a guerra não poderia ser entendida apenas como o conflito tradicional, armado: as disputas na conjuntura de então se desenrolariam nos campos econômico, político e até psicológico - em variados graus e geralmente combinados entre si e a disputa armada tradicional (2003, p. 19). A fronteira entre a gu/erra e a paz não seria mais nítida, havendo permanentemente um estado latente e potencial de conflito; assim como estariam igualmente turvas as políticas interna e externa, que ao se entrelaçarem terminariam por se confundir numa situação de dependência mútua (2003, p. 175). Citando Clemenceau<sup>67</sup>, o ideólogo da ESG afirma que "a guerra é assunto importante demais para que se possa confiá-lo inteiramente às mãos dos generais" (2003, p. 20). Sua conclusão parece ser, todavia, de maneira invertida: a política teria se tornado bélica demais para confiá-la totalmente às mãos dos políticos e não dos generais.

De guerra estritamente militar passou ela, assim, a guerra total, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total a guerra global; e de guerra global a guerra indivisível e - por que não reconhecê-lo? - permanente. A “guerra branca” de Hitler ou a “guerra fria” de Stálin substituí-se à paz e, na verdade, não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra - uma evidência a mais, e esta sob todos os ângulos funesta, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental. A essa guerra onipresente, todos os instrumentos de ação, direta ou à distância, lhe são de valia igual para alcançar a vitória que se traduza, por fim, na efetiva consecução

<sup>66</sup> Que, entretanto, não deu grande atenção ao fator “imperialismo” no golpe que derrotou em 1955, centrando seu discurso na questão da legalidade democrática.

<sup>67</sup> Georges Clemenceau foi um estadista francês. Chefiou a França na I Guerra Mundial e teve importante papel na elaboração do Tratado de Versalhes.

dos objetivos nacionais [...] (SILVA, 2003, p. 19).

Na mesma linha caminharia Lacerda, ao sustentar que “o comunismo não é apenas um movimento político, é uma guerra civil permanente, é uma conspiração internacional permanente” (LACERDA, 1962, p. 286). Lembra, inclusive, que a questão seria um problema de reconhecimento das formas de conflito já postas em prática pelos comunistas para se reagir às mesmas:

Sabemos que para os comunistas a guerra é apenas “a continuação da política por outros meios”. Portanto, sabemos que para os comunistas a política é uma conspiração permanente, visando à guerra civil permanente, que começa pela guerra de classes (1962, p. 106).

Na obra de Golbery do Couto e Silva, a América do Sul aparece como alvo privilegiado da ameaça soviética por conta da proximidade geográfica e político-econômica com os Estados Unidos – principal adversário da União Soviética no conflito global. Nesse sentido, a ação soviética, segundo o autor, poderia se dar de diversas maneiras, desde o ataque direto até a ação de seus partidários e simpatizantes por meio de destabilizações, golpes de Estado ou insurreições (2003, p. 122). Lacerda acusa a Rússia de querer atacar os EUA sem poder fazê-lo diretamente. A América Latina seria o atalho para chegar a eles. Assim, não poderia haver neutralidade possível no conflito internacional:

Sabemos, sim, que o alvo principal da Rússia é os Estados Unidos. Mas também sabemos que para chegar até aqui a Rússia tem que montar uma cadeia de nações domesticadas, capaz de estrangular os Estados Unidos pelo isolamento. Antes de matar a liberdade em seu centro poderoso, ela procura partir de Cuba, atingi-la em seus pontos mais vulneráveis. Como sustentar a tese da neutralidade diante da reação em cadeia de nações sucessivamente subjugadas? Como ser neutro quando se sabe que numa república deste hemisfério se prepara a agressão contra todo ele, neutro ou não? (1962, p. 275).

A neutralidade poderia até existir no mundo, mas não no Brasil. A tradição continental americana seria diversa, além dos compromissos continentais avessos à neutralidade (LACERDA, 1962, p. 276).

Qual seria o núcleo desse suposto hospedeiro a abrigar a ameaça do parasitismo antiocidental? Os comunistas de cada país:

a ideologia comunista cumpre seu papel capital de ponta de lança impalpável e insinuante, no mobilizar uma minoria disciplinada e fanática de profissionais da revolução, no criar um ambiente de agitação e tumultos, no aprofundar todas as dissensões e explorar todos os ressentimentos, no insuflar constantemente o ódio em relação ao Ocidente, tudo de modo a promover, na primeira oportunidade favorável, a irrupção, conforme o caso, de um golpe de Estado - como no Iraque - ou de uma insurreição de massas - como na Indochina. E aí temos a guerra subversiva, insurrecional ou social-revolucionária, que possibilita a agressão indireta e mesmo à distância, comandada do exterior com técnicos da subversão, os intitulados voluntários, armas, dinheiro, propaganda e ameaças de toda natureza, quando não a presença nas imediações dos próprios tanques e aviões soviéticos ou chineses (SILVA, 2003, pp. 126-127).

O eixo Moscou-Pequim é apontado como uma ameaça à segurança da América do Sul tanto quanto fora, um dia, o Reich de Hitler, podendo atuar de forma travestida, "quinta-colunista" (SILVA, 2003, p. 161)<sup>68</sup>. Carlos Lacerda é outro que comparará a “ameaça comunista” ao nazismo. Para este, o “neoimperialismo russo” teria aperfeiçoado a via do quinta-colunismo dos nazistas e estariam utilizando-a para ameaçar o Ocidente (1962, p. 23).

Portanto, não surpreende que para Golbery do Couto e Silva não deveria haver tratamento diferenciado entre uma possível subversão armada desencadeada por comunistas de um país e agressões externas diretamente cometidas pela URSS, dado que os comunistas agiriam necessariamente como essa “quinta-coluna” a serviço da URSS (2003, p. 328). Para Lacerda, até mesmo a pregação de uma política externa independente<sup>69</sup> seria, no final das contas, ação dessa “quinta-coluna”, que buscaria, para este, enfraquecer o Brasil e entregá-lo, assim, como presa fácil para a URSS (LACERDA, 1962, p. 76; 105).

Mesmo Jânio Quadros, um adepto da política externa independente que naquele momento compunha forças com a direita brasileira, já no seu discurso de posse veiculado pela *Voz do Brasil* em 31 de janeiro de 1961, correlacionou o socialismo aos interesses "imperialistas" da União Soviética (QUADROS, 2009, pp. 13-14).

Medidas preventivas de caráter repressivo estavam, assim, justificadas no discurso da direita brasileira.

a fortaleza sul-americana permanecerá quase que inexpugnável, se contra a infiltração quinta-colunista, a agressão disfarçada em subversão insuflada de longe, a penetração ideológica emoliente e sutil, forem tomadas, com oportunidade e sabedoria, justas medidas preventivas e, se necessário, repressivas (SILVA, 2003, p. 161).

Os comunistas aí seriam, então, representantes “da pior forma de entreguismo”, pois além de estarem dispostos a colocar as riquezas do Brasil à disposição da “pseudopátria do socialismo”, seriam propagadores da dependência total; um “entreguismo psicológico dos teleguiados comunistas” manifestado por meio da “subserviência mental” e do “servilismo espiritual” (SILVA, 2003, p. 232).

A classificação de “comunista” adotada pela direita na época, assim como a definição daqueles que serviriam, ainda que sem saber, ao mesmo, era, porém, um tanto quanto ampla e muito além daqueles que de fato se reconheciam comunistas ou marxistas e seus aliados

<sup>68</sup> Importante lembrar que “Golbery do Couto e Silva recebeu treinamento militar no centro norte-americano Fort Leavenworth, em 1944, antes de ingressar na Força Expedicionária Brasileira como oficial de inteligência e informações” (Fernandes, 2009, p. 852).

<sup>69</sup> San Tiago Dantas foi um dos principais formuladores da chamada Política Externa Independente (PEI). Uma coletânea de intervenções suas sobre o tema, atualizada em 2011 com artigos de vários pesquisadores debatendo tais formulações, fornece um bom panorama da sua abordagem (Dantas, 2011).

formais. Ela era articulada pelas direitas como categoria de acusação, dirigida indistintamente a seus inimigos. Para Golbery muitas lutas, até justas, poderiam ser fonte da manipulação comunista. O “imperialismo soviético” poderia se apoiar em reivindicações de justiça social, liberdade, democracia ou no nacionalismo para atacar a religião e envenenar a sociedade com seus ideais (SILVA, 2003, p. 141). Por isso mesmo haveria uma maior probabilidade de agressão indireta, pela infiltração, do que direta, com um exército regular tradicional. Em curso estaria, no mundo, um processo no qual o socialismo soviético canalizaria as insatisfações sociais, os “justos anseios nacionalistas” e o anticolonialismo gerado pela opressão imperialista dos países capitalistas para, segundo Golbery, provocar a desordem e o domínio através de golpes de Estado, insurreições, etc. (2003, p. 230).

Certa vez, Luiz Carlos Prestes comentou a situação e notou como, por vários anos, “lutar contra o imperialismo era ser taxado de comunista e estar ameaçado de prisão; lutar pela reforma agrária, pela liquidação do latifúndio, era ser taxado de comunista e estar ameaçado de prisão” (NOVOS RUMOS, 20-26 mar., 1964, p. 3).

Para Lacerda, o grande líder civil da direita naquele período, o campo composto por comunistas e aqueles que o serviam de maneira consciente ou não era bastante amplo: abrangia as cúpulas do PSD e do PTB (1962, pp. 43; 92), setores da imprensa (1962, p. 327), postos de comando das Forças Armadas (1962, p. 96), “frustrados, fracassados e ambiciosos” (1962, p. 85), e os mais inaptos (1962, p. 103). Determinadas práticas e rotinas também terminariam por servir ao comunismo, como a “incompetência administrativa” (1962, p. 106), o “tumulto no equacionamento dos problemas, a irresponsabilidade na proposição de soluções, a demagogia e o carreirismo” (1962, p. 106) e até a incompreensão dos brasileiros sobre o que é o comunismo (1962, pp. 244-245).

De acordo com Carlos Lacerda o comunismo internacional seria capaz de aproveitar e utilizar, inclusive, os adversários.

um fator novo na vida brasileira: as táticas correspondentes ao objetivo estratégico de uma força internacional, com sede em Moscou. Para essa força, aliados e adversários são igualmente desprezíveis, os seus aliados talvez mais do que os adversários. Por isto mesmo ela usa a todos, porque a todos despreza e a todos, afinal, pretende destruir, na medida em que possa servir-se de uns para coagir ou aniquilar os outros (1962, p. 22).

E aos que o acusavam de exagero, respondia:

Hoje também alguns perguntam se não estaremos vendo comunismo demais em toda parte. Se não estaremos chamando também de comunistas os demagogos, os covardes e os confusos que não têm coragem para se definir ou não têm lucidez para fazê-lo; ou sequer têm interesse em ir ao fundo da questão. Não. Bem sabemos distinguir os falsos liberais que pretendem tratar os comunistas como se fossem simples ideólogos. [...] Não só se conformam, mas desejam a coexistência porque presumem que com ela fazem bons negócios (1962, p. 286).

Adotando táticas que, segundo Lacerda, serviriam a Moscou, os comunistas no Brasil estavam apenas seguindo rumos repetidos, já vistos em processos revolucionários desencadeados em Cuba, Tchecoslováquia<sup>70</sup> e China (1962, p. 22).

Como se nota, o uso generalizado do adjetivo “comunista” (e, conseqüentemente, agente de uma potência internacional anticapitalista e anticristã – logo, antiBrasil) se encontrava fortemente justificado na lógica do “inimigo interno” que estaria servindo, no final das contas, a uma potência estrangeira. Tais concepções foram postas em prática em diversos episódios.

No já citado caso do processo de cassação da legalidade do PCB durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, o presidente da República acusa os comunistas de serem uma “oligarquia de falsos líderes, educados e disciplinados no estrangeiro”, que terminariam por levar à dissolução da consciência nacional pela submissão aos interesses soviéticos sob a justificativa do internacionalismo. Deveriam, portanto, ser não só proibidos pela Constituição, como também retirados do país (DUTRA, 1948, p. 167).

Em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio de Recife*, publicada em 15 de julho de 1947, Dutra sintetiza as justificativas para a cassação do registro do partido liderado por Prestes:

O Partido Comunista está declarado fora da lei por força de seus próprios atos e pela sua própria natureza. Isto não é uma opinião: é uma decisão. E decisão do mais alto tribunal eleitoral do país. Essa decisão aplicou dispositivo, de sentido evidente, votado pelos constituintes de 1946, que entenderam assim defender o regime democrático de ação a ele contrária, velando pela garantia dos direitos fundamentais.

*Não pode restar, neste país, nem em qualquer parte do mundo, quem, de boa-fé, negue a evidência de que os partidos comunistas recebem orientação alienígena, e se colocam, pela sua ação e pela sua doutrina, acima das leis do país, ao qual os seus aderentes não se consideram obrigados por dever de lealdade e de obediência exclusivas.*

[...]

A parte que me cabe é dar execução sincera e plena ao decidido pelo poder Judiciário, o que equivale a dar execução ao texto constitucional. Isso será feito sem vacilações, *porquanto é um dever para com a nossa pátria* (1948, p. 217, grifo nosso).

Anos depois, Lacerda sustentava o mesmo argumento, pois um “bom democrata jamais alegará que os comunistas podem agir porque também são brasileiros, como se o fato de serem brasileiros desse aos comunistas o direito de servir à Rússia” (1962, p. 107).

A mesma acusação fora feita diretamente contra Prestes no pouco tempo que este esteve no parlamento brasileiro como senador eleito pelo PCB<sup>71</sup>. Em discussão sobre o caráter da União da Juventude Comunista (UJC), o senador Hamilton Nogueira (UDN) ataca o líder

<sup>70</sup> Primeira e única revolução socialista realizada pela via institucional com sucesso. Daí seu caráter paradigmático nas preocupações da direita brasileira, Anos depois, Salvador Allende não teria o mesmo sucesso no Chile.

<sup>71</sup> Eleito em 1945, exerceu atividade constituinte em 1946 e deste ano até o início de 1948 foi senador.

pecebista como o “mais lúdimo representante do imperialismo comunista” (PRESTES, 2003, p. 572) e chama o PCB de “partido que é a negação de todas as tradições brasileiras” (PRESTES, 2003, p. 576), especialmente por conta do fator religioso<sup>72</sup> (PRESTES, 2003, p. 580). Augusto Pinto Lima, um dos responsáveis pela cassação do partido, alegava que numa sociedade cristã e liberal o comunismo seria por si só elemento alienígena: “extirpar este cancro político é serviço de salvação pública”<sup>73</sup> (PRESTES, 2003, p. 725). A busca pela estrangeirização do PCB para justificar sua cassação era tão forte que no parecer do PSD em prol da perseguição, veem “evidências” em coisas como o uso da foice e o martelo como símbolo, presente na bandeira da URSS e, até mesmo, o fato do líder do partido ter cargo denominado de “secretário-geral” e não “presidente” - para os pessedistas, isso seria prova de que o cargo de presidente era exercido por parte do exterior (PRESTES, 2003, pp. 737-738). Inclusive o internacionalismo proletário, por si, um dos fundamentos do marxismo, para os adversários de Prestes, entraria em conflito direto com o fundamento da existência da nação e, portanto, atuaria inequivocadamente contra a pátria (PRESTES, 2003, p. 440).

Outras figuras da esquerda, como Francisco Julião, também foram objeto de acusação. Lacerda diz que este servia mais à Cuba do que aos camponeses nordestinos (LACERDA, 1962, p. 81). Nem Jânio Quadros, o único candidato a presidente eleito pela direita no período, escapou da acusação, pois, sua política externa independente teria entregado o Brasil à Rússia (QUADROS, 2009, p. 47).

Além de identificar a ação dos comunistas e seus aliados nacionais com a União Soviética<sup>74</sup>, os rivais do comunismo buscavam construir uma contradição de caráter essencialista entre a base filosófica do comunismo, o marxismo, e o Brasil; alegando haver um caráter geneticamente antibrasileiro na base ideológica dos socialistas. O marxismo aí aparece como uma espécie de antinação brasileira<sup>75</sup>. Por isso que, para Eduardo Gomes, primeiro candidato à presidência da direita nacional na IV República, o comunismo seria inerentemente

---

<sup>72</sup> A esta acusação, Prestes, que se declarava ateu, responde que na Itália foram os comunistas que defenderam o Tratado de Latrão na Constituinte e que, no caso brasileiro, o PCB atuou na defesa da liberdade de pensamento ao negar a citação de Deus na Constituição. Além disso, 50% dos membros do PCB seriam católicos (2003, p. 580).

<sup>73</sup> O fato de Prestes ter lembrado que outros países com essas características, como Inglaterra, França e Itália, permitiam a atuação legal dos seus respectivos partidos comunistas não afetou os rumos do debate (2003, p. 725).

<sup>74</sup> Ou, após 1949, China dependendo da ocasião.

<sup>75</sup> Numa abordagem pontualmente comentada anteriormente por ter sido parte do arcabouço mobilizado para cassar o PCB e que, aqui, será analisada de maneira isolada.

antibrasileiro, pois, ao se fundar no materialismo filosófico ateu (1946, pp. 148-149), contrariaria as tradições cristãs que deram origem a nossa nacionalidade, além de negar o espírito de liberdade ocidental que nos é típico e, como ideologia revolucionária, contrastar com o temperamento pacífico do nosso povo (GOMES, 1946, p. 150) e de cooperação entre as classes (1946, p. 281):

[O comunismo] sobretudo, é um sistema ideológico e político eminentemente antibrasileiro. Contraria de todo em todo as nossas tradições de elevação espiritual e sentimento cristão, que plasmaram desde a sua origem a nossa nacionalidade e estruturaram as suas instituições fundamentais. Opõe-se a este sentimento indômito de liberdade que anima como um sopro incoercível todas as nossas reivindicações coletivas. Contrasta estridentemente com o nosso temperamento, manso a um tempo e varonil, inimigo de violências descabidas, afeito à generosidade da tolerância que, na amplitude das suas fórmulas jurídicas, concilia a convivência de todos os cidadãos sinceros e bem-intencionados (1946, p. 150).

Seriam essas algumas das características que, para Golbery do Couto e Silva, deveriam fazer o Brasil se alinhar às potências ocidentais. Segundo ele, o Brasil, por conta da sua origem cristã e por compartilhar dos valores democráticos e liberais, comporia a “civilização ocidental” e, como tarefa, deveria estar presente no conjunto de defesa desta civilização diante da ameaça do “imperialismo”, material e ideológico, do materialismo da Eurásia (2003, p. 208).

Carlos Lacerda será outra importante figura a defender o alinhamento aos EUA com argumentos de caráter essencialista utilizados dentro dessa lógica maior de defesa diante de uma ameaça interna de origem externa e, por si só, negação do que caracterizaria o Brasil. Para o liberal-conservador da UDN, no Brasil, assim como em vários países da América Latina, se utilizariam da bandeira da política externa independente para, na prática, compartilhar uma campanha anti-EUA ao mesmo tempo que favoreceriam a União Soviética. A independência que, para Lacerda, teria valor seria aquela que não abdicasse de registrar junto ao mundo o fato de sermos, em suas palavras, uma nação anticomunista (1962, p. 95). Em viagem aos EUA, Lacerda chega a cobrar uma postura mais incisiva da parte estadunidense na política latino-americana e na integração pan-americana (1962, p. 214), no sentido contrário daquele pregado pelos adeptos do neutralismo – que não seria possível, pois, assim como para Golbery do Couto e Silva, o que estaria em jogo seria a defesa continental e a causa da liberdade (1962, p. 2010). As tentativas de unificação latino-americana, promovidas, por exemplo, por Juan Perón e Fidel Castro, teriam fracassado justamente por se dirigir contra os Estados Unidos e não em conjunto com este. A América Latina teria, inclusive, mais coisas em comum com os EUA do que com a própria Europa, que nos colonizou (1962, p. 213).

Assim, a defesa do país enquanto nação, nos seus aspectos espirituais, territoriais, econômicos e outros, passava pela integração aos EUA na defesa perante a ameaça materialista

do que seria um “imperialismo” exercido pelo comunismo internacional centrado na União Soviética. A luta de classes e o conflito entre as nações promovidos por esse campo seriam incompatíveis com o cristianismo, que, para o Brasil, seria um baluarte (1962, p. 87). De acordo com Carlos Lacerda, seu próprio partido, a UDN, jamais poderia se tornar uma agremiação materialista justamente por edificar seus paradigmas fundamentais a partir dos princípios da civilização cristã, “como tal denominada a herança da cultura, do estilo de vida, pensamento e comportamento que recebemos das culturas judaico-greco-latina através de nossos formadores, a religião cristã e a colonização portuguesa” (1962, p. 86).

A força do argumento essencialista, um dos principais instrumentos da direita nacional na formulação de sua abordagem referente à questão nacional, tanto para justificar seu alinhamento aos EUA quanto para exotificar os adversários de esquerda como partes de uma ameaça externa, pode ser notada pelo discurso dos próprios líderes da esquerda não comunista. Seja para escapar e se defender das acusações de “comunistas” lançadas pela direita ou para disputar espaço contra os comunistas nas contendas intraesquerda, a acusação de que o marxismo possuía essência antibrasileira foi um recurso presente nas figuras analisadas da esquerda. Para Vargas:

Os inimigos não estão apenas no exterior, nos eventuais agressores a serviço de um imperialismo em expansão: também estão aqui, dentro das nossas fronteiras, infiltrados por toda parte, aguardando o momento propício para disseminar suas sementes de desagregação, a serviço de ideologias e de ambições que a maioria da nação repele (2004, p. 142).

A construção, por parte de direitas e esquerdas, de uma noção de “nós” enquanto “Brasil” e “brasileiros” em oposição ao “outro” como “entreguista”, “imperialista” e “quinta-coluna” (logo, antiBrasil), não é um recurso sem precedentes na história. A força desse tipo de postura em disputas conceituais já foi registrada:

um grupo designado por um "nós" só poderá constituir-se em uma unidade de ação politicamente eficaz se incluir em si algo mais do que uma mera designação ou denominação. Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma. [...] não podem estar ausentes os conceitos pelos quais o grupo possa se reconhecer e se autodeterminar, caso deseje apresentar-se como uma unidade de ação. No sentido empregado aqui, o conceito serve não apenas para indicar unidades de ação, mas também para caracterizá-las e criá-las. Não apenas indica, mas também constitui grupos políticos ou sociais. Existem numerosos conceitos desse tipo, que, apesar de se referirem a grupos concretos, podem ser usados de maneira geral. Uma unidade de ação pode entender-se como polis, como povo, como partido, como classe, como sociedade, como igreja, como Estado etc., sem que com isso os excluídos estejam impedidos de se entender também como polis, como povo etc. Tais conceitos que possuem generalidade concreta podem ser empregados paritariamente, com base na reciprocidade. Eles são transferíveis. É verdade que as unidades históricas podem adaptar os conceitos gerais até transformá-los em singulares, de modo a determinarem e compreenderem só a si mesmas. Para um católico, "a Igreja" pode ser apenas a sua; para um comunista, "o partido" pode ser apenas o seu; "a Nação", para a Revolução Francesa, designava evidentemente apenas a sua. O artigo definido serve para

estabelecer a singularização política e social. Nesses casos, um grupo concreto reclama o direito exclusivo à universalidade, aplicando um conceito linguístico apenas a si próprio e rejeitando qualquer comparação. As autodenominações desse tipo produzem conceitos opostos que discriminam os excluídos (KOSELLECK, 2006, p. 192).

Portanto, se a autenticidade de brasilidade era um recurso em disputa nos conflitos entre as forças políticas à esquerda e à direita em um momento que a temática do nacionalismo era pauta de destaque no Brasil e no mundo, é compreensível que o próprio conceito de nacionalismo compusesse o conjunto das contendas relacionadas e adquirisse, por isso, caráter polissêmico.

### 1.3 Nacionalismo e/ou patriotismo: encontros e desencontros

A polissemia dos conceitos mobilizados nas disputas mais paradigmáticas da IV República no Brasil era algo notado pelos próprios agentes políticos envolvidos em tais conflitos, que manifestaram, com frequência, consciência da questão. Sobre o nacionalismo, Carlos Lacerda, que notava que “totalitários” e “democratas” possuíam semânticas diferentes para as mesmas palavras (1962, p. 267), foi enfático: “palavra mais abusada dos nossos dias” (1962, p. 90). Golbery do Couto e Silva registra, ainda, saber que esse “jogo de palavras” era resultado dos próprios embates. Para este, tais instrumentos apareciam por meio de uma série de combinações entre o que chamou de “palavras-positivas” e “palavras-negativas” para influenciar a opinião pública diante das disputas (2003, p. 397). Assim, o general da ESG manifestava parcial consciência acerca do papel ativo dos conceitos - sintetizado da seguinte maneira pelo principal nome do campo da *História dos Conceitos*:

Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias (KOSELLECK, 2006, pp. 109-110).

O cientista político João Feres Júnior, aliás, lembra que o caráter conflituoso do discurso político tem lugar de destaque na teoria de Koselleck, pois, para o alemão, esse “convence apelando para as emoções; leva as pessoas a acreditarem em coisas que ainda não são verdadeiras (ideologias), por conseguinte obriga as pessoas a agirem; e serve para prejudicar, desprestigiar e deslegitimar aos adversários, uma das suas principais funções” (FERES JÚNIOR, 2013, p. 103, tradução nossa)<sup>76</sup>. Logo, não deveria causar estranhamento o fato de

<sup>76</sup> Originalmente escrito em espanhol: “[...] convence apelando a las emociones; lleva a la gente a creer en cosas

que essa constatação da plurivocidade assumisse ares acusatórios.

Buscando constranger Luiz Carlos Prestes no Senado, Hamilton Nogueira (UDN), em debate direto com o senador comunista, lembra que a “vigilância, porém, é necessária, porque – não tenhamos ilusões – incontestavelmente o Partido Comunista emprega as mesmas palavras que nós proferimos, mas com sentido completamente diferente” (PRESTES, 2003, p. 717). Para Eduardo Gomes, candidato à presidência da República pela UDN em duas ocasiões, seria o caso da palavra “democracia”: “entre os que trazem à boca a palavra 'democracia', não são poucos os que a profanam e renegam” (1946, p. 78). Lacerda o acompanha: seria preciso que “não se permita a confusão da democracia com o que os comunistas chamam de democracia” (1962, p. 24). Segundo este, haveria má intenção por parte dos comunistas<sup>77</sup> nesses casos, apontando uma suposta “tática comunista de inverter o sentido das palavras e atribuir ao adversário a intenção de praticar o que ele próprio está tramando [...]” (1962, p. 106).

Quanto à questão da autodeterminação, o grande líder civil da UDN repete a incriminação:

A semântica totalitária não só é diferente como é oposta ao sentido que um democrata dá às mesmas palavras. Já é conhecido que os comunistas fazem a guerra falando em paz, promovem a escravidão falando em liberdade. Agora, vai-se mais longe, nessa corrupção das palavras [sic]. Quando falamos de autodeterminação, não podemos confundir esse nobre ideal dos povos livres para justificar a defesa da sua escravização (LACERDA, 1962, p. 267).

Em outra ocasião (PRESTES, 2003, p. 604) Luiz Carlos Prestes também é inquirido, dessa vez por Ferreira de Souza acerca do conceito de imperialismo:

Vossa Excelência acusa os Estados Unidos de imperialistas. Não sei bem qual o sentido que V. Ex<sup>a</sup> dá à palavra. *Às vezes, em virtude mesmo de nossas ideologias, modificamos de certo modo o sentido das palavras.* Mas não considera V. Ex<sup>a</sup> que também a ação da Rússia Soviética em relação à Iugoslávia e à Hungria é manifestação de imperialismo? [...] Há muitas palavras que, entre nós, têm sentido diferente (grifo nosso).

Quando Prestes, de imediato, aponta que há “conceitos diferentes. O que temos de imperialismo é diverso do de Vossa Excelência” (PRESTES, 2003, p. 604).

Entre os questionamentos do tipo que Prestes sofreu na sua breve e interrompida atividade parlamentar, se fez presente até mesmo a noção de socialismo, que, de acordo com Hamilton Nogueira (UDN) era “outra palavra que tem sentido diferente nos nossos dicionários: 'socialismo' para V. Ex<sup>a</sup> é outra coisa!” (PRESTES, 2003, p. 693).

---

que aún no son verdaderas (ideologia), por consiguiente obliga a las personas a actuar; y se utiliza para dañar, desprestigiar y deslegitimar a los adversarios, una de sus principales funciones.”

<sup>77</sup> É importante lembrar que, para o político do Rio de Janeiro, os “comunistas” poderiam ser um campo bem mais amplo do que aquele formado pelos autodeclarados marxistas. Questão já comentada.

Perante o exposto, não surpreende, portanto, que o conceito de “nacionalismo” fosse abertamente disputado na conjuntura analisada (1945-1964) mesmo por aquelas figuras que não compunham o chamado “movimento nacionalista” desenvolvido em torno de Getúlio Vargas e seu legado.

Quando essa classe de conceitos se tornam insubstituíveis ou não intercambiáveis, se convertem em conceitos fundamentais sem os quais nenhuma comunidade política e linguística é possível. Simultaneamente, são polêmicos porque diferentes falantes querem impor um monopólio sobre o seu significado (KOSELLECK, 2012, p. 45, tradução nossa)<sup>78</sup>.

No caso da parte daquelas lideranças políticas à direita que, em geral, estiveram no campo oposto de tal movimento, se pôde constatar, aqui na tese, uma variação entre a defesa de um “nacionalismo moderado” (em oposição ao nacionalismo do campo nacional-estatista, tido como adepto de um “nacionalismo extremista”<sup>79</sup>) e a rejeição de qualquer nacionalismo em prol do “patriotismo” - que também se observa envolvido nas disputas e polissemias, aparecendo de forma mais difusa e imprecisa que a noção de “nacionalismo” e não apenas em substituição a este, mas também como acompanhamento e complementação. Ambos são analisados daqui em diante, pois, como registrara Koselleck:

Não é possível verificar o valor de um termo como "conceito" válido para o complexo social ou para as confrontações políticas sem incluir os conceitos paralelos ou contrários, sem se reportar a uma ou outra noção geral ou particular e sem se registrar a intersecção entre as duas expressões (2006, p. 113).

Outrossim, como lembra José D’Assunção Barros, “conceitos existem na própria história (ou seja, expressos nas fontes históricas examinadas pelo historiador), e também na História (historiografia) que vai sendo construída pelo historiador” (D’ASSUNÇÃO, 2016, p. 43). Aqui, o foco é o primeiro caso; e o esforço em busca das definições presentes nas fontes estudadas, que talvez soe como demasiadamente detalhista e um pouco cansativo para o leitor, se mostra necessário por conta do que vem sendo visto nos estudos sobre o nacionalismo em geral. O cientista político Benedict Anderson, um dos principais estudiosos do assunto, há décadas alertava que “A nação, nacionalidade, nacionalismo, são termos que têm sido notoriamente difíceis de definir, quanto mais analisar” (ANDERSON, 1993, p. 19, tradução nossa)<sup>80</sup>. No Brasil, Vânia Maria Losada Moreira, pouco tempo depois, sustentava que durante a Quarta República “ser nacionalista não era uma opção ideológica e política de conteúdo

<sup>78</sup> “Cuando esta clase de conceptos se vuelven insustituibles o no intercambiables, se convierten en conceptos fundamentales sin los que no es posible ninguna comunidad política y lingüística. Simultáneamente, son polémicos porque distintos hablantes quieren imponer un monopolio sobre su significado.”

<sup>79</sup> Quando não, “acusado” diretamente de a serviço do comunismo como já comentado.

<sup>80</sup> “La nación, la nacionalidad, el nacionalismo, son términos que han resultado notoriamente difíciles de definir, ya no digamos de analizar.”

unívoco” e, por isso, “os conceitos nação, nacionalismo e nacionalista tornaram-se rótulos nomeadores de realidades tão diversas entre si que pouco colaboram isoladamente para a compreensão do movimento”; o problema se estendia até tempos mais longínquos e para além-fronteiras:

A dificuldade de aplicar tais palavras em sentido preciso para descrever e explicar fenômenos histórico-sociais não é um problema enfrentado apenas pela crítica e historiografia do período populista. Bolívar Lamounier, ao analisar a formação do pensamento político autoritário, diz ser correto considerar os intelectuais da Primeira República “nacionalistas”, afirmando ser tal caracterização, entretanto, “inócua”. A mesma dificuldade é compartilhada por estudiosos de outros países. Referindo-se à experiência europeia, Francesco Rossolillo observou ser o conteúdo semântico do termo nação um dos “[...] mais confusos e incertos do dicionário político” (MOREIRA, 1998).

José Pedro Kunhavalik, cuja tese de doutorado em Sociologia Política (UFSC) sobre o conceito de nacionalismo entre os militares encontrou resultados próximos do presente estudo, faz notar como os dicionários apresentavam os conceitos de “nacionalismo”, “nacionalista” e “patriotismo” (KUNHAVALIK, 2009, pp. 210-211).

Sobre o termo “nacionalismo” no dicionário da língua portuguesa de 1944, este é definido como:

“Patriotismo; preferência determinada por tudo o que é próprio da nação a que se pertence; política de nacionalização de todas as atividades de um país - indústria, comércio, artes, etc.”. [ou seja] Em primeiro lugar, assinalava uma equivalência entre nacionalismo e patriotismo. Em segundo lugar, colocava o nacionalismo como uma preferência pelo que é nacional, e em terceiro lugar, apontava para políticas de nacionalização das atividades do país [...].

Enquanto em 1961, na décima edição do mesmo dicionário (sob a supervisão de Aurélio Buarque de Hollanda), o que se lê é:

“Preferência determinada por tudo o que é próprio da nação a que se pertence; patriotismo; doutrina política baseada na aspiração do ressurgimento das tradições nacionais; reivindicações políticas das nacionalidades submetidas à opressão estrangeira; política de nacionalização de todas as atividades de um país – indústria, comércio, artes, etc.”

Já “nacionalista”, em 1944, seria: “Relativo à independência e interesses nacionais; patriótico” e, em 1961, praticamente idêntico: “Relativo à independência e interesses nacionais; patriótico; diz-se de pessoa que pratica o nacionalismo”. “Patriotismo” é descrito exatamente da mesma forma nos dois dicionários consultados por Kunhavalik: “Qualidade de patriota, amor da pátria”.

Para o sociólogo, assim, haveria nos dicionários tanto a sinalização do uso de “nacionalismo” e “patriotismo” como sinônimos, quanto a significação destes na direção próxima ao do campo autointitulado nacionalista (KUNHAVALIK, 2009, p. 211) e hegemonizado pelas esquerdas. Entretanto, consultando outros dicionários da época só temos

concordância parcial com o autor - e mesmo interpretando o que o próprio Kunhavalik transcreve. Se a afirmação sobre o uso sinônimo de “nacionalismo” e “patriotismo” nos parece correta, a segunda só o é parcialmente, pois, se o caráter programático estatista é, de fato, presente mais à esquerda, a valorização das tradições nacionais, presente na definição de “nacionalismo” de 1961 levantada pelo sociólogo, é frequentemente mobilizada por aquelas figuras das direitas acusadas, na época, de “entreguismo”. No *Dicionário escolar da língua portuguesa* (1963), distribuído pelo Ministério da Educação, o sentido dos termos “nacionalismo” e “nacionalista” é, além de também sinônimos de “patriotismo” e “patriota”, ainda mais abertamente próximo da versão mobilizada pela esquerda e encontra sintonia com a interpretação de Kunhavalik. “Nacionalismo” aparece como: “patriotismo; preferência por tudo que é próprio da nação a que pertence; política de encampação de todas as atividades básicas do país”; e “nacionalista” “relativo à independência e interesses nacionais; patriótico; diz-se de pessoa que pratica o nacionalismo” (1963, p. 834). Já “patriotismo” seria a “qualidade do patriota; amor à pátria” e, “patriota”, uma “pessoa que ama a pátria e deseja servi-la; pessoa patricia”<sup>81</sup>. Mas no *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*, de 1957/1962, nacionalismo aparece como sinônimo tanto de patriotismo quanto de integralismo (FERNANDES, 1962, p. 569), se aproximando da terminologia adotada por setores da direita.<sup>82</sup>

Já em 1945, por exemplo, Eduardo Gomes, no livro que traz suas intervenções na primeira campanha presidencial da IV República (que ainda estava embrionária), tende a correlacionar o conceito de “nacionalismo” ao de fascismo<sup>83</sup> para se referir ao (então recente) passado getulista no Brasil. Para o brigadeiro e, ali, candidato à presidência da República “uma das características do fascismo educacional implementado no Brasil foi o nacionalismo político,

---

<sup>81</sup> É interessante pontuar que em todos esses dicionários, “patriotismo” é arrolado como sinônimo de “nacionalismo”, mas não o contrário. Aparentemente, se sugere a naturalidade de identificar o nacionalista como um patriota, mas não um patriota como necessariamente nacionalista. Isso pode ser explicado pelo fato de que, apesar de também terem uso sinônimo, a semelhança não era consensual e, de fato, todos que reivindicavam o nacionalismo reivindicavam o patriotismo, mas não o contrário; especialmente porque “nacionalismo” era um conceito mais objetivo, com caráter programático. Tudo isso será desenvolvido ao longo desse capítulo.

<sup>82</sup> Um significado um tanto quanto excêntrico e totalmente distante dos aqui vistos foi encontrado no *Novo dicionário da gíria brasileira*, organizado por Manuel Viotti, que se propunha a apresentar “o linguajar dos malfeitores, dos ciganos e do homem da rua; a gíria dos artistas, desportistas, etc.”. Neste, “patriota” é descrito exclusivamente como “mulher de seios exuberantes” (Viotti, 1956). Por não apresentar nenhuma relação com os discursos políticos aqui estudados não nos interessa ir além da citação. Todavia, é curioso notar como um conceito tão importante para as forças políticas de então possuía uso rude em ambientes informais.

<sup>83</sup> Provavelmente influenciado pelo contexto de imediato fim da II Guerra Mundial, onde um tipo de nacionalismo foi elemento estruturante do nazifascismo.

que é diferente do patriotismo nobre e construtivo e identificado com o culto do ditador como encarnação incontestável da nação” (1946, p. 65).

A noção de “patriotismo”, como se vê, aparece como oposição e substituição ao “nacionalismo” (por sua vez) correlacionado ao fascismo:

[...] o nacionalismo político, não identificado com o patriotismo nobre e construtivo, e sim com o irrestrito apoio aos governantes, com a intangibilidade majestática do guia da nação, com o impedimento de qualquer apreciação que não fosse panegírica; irmanado ao nazismo na sublimação da força e no apelo aos recursos da violência; confundido com o personalismo, na proliferação, pelas escolas, dos retratos do ditador (1946, p. 65).

Para o candidato udenista, no que se refere à política externa, seria preciso trabalhar em prol de uma era de paz entre os povos dentro de uma ordem internacional justa, pois, até então, um “nacionalismo agressivo” havia se transformado em imperialismo e causado um grande desastre com a guerra (1946, p. 173).

Na outra ponta temporal da IV República, Carlos Lacerda, por diversas vezes, também identificou o nacionalismo com o fascismo e, de forma mais ampla, com o “totalitarismo”<sup>84</sup>. Para Lacerda, mencionando Santiago Dantas na época em que este ainda era integralista, “nenhum movimento pode ser integralmente nacionalista se não for integralmente totalitário” (LACERDA, 1962, p. 30). Por isso, numa Conferência Nacional da UDN é enfático na disputa contra a ala renovadora (“Bossa Nova”) do partido:

Direi logo que não sou nacionalista e não creio que o seja a UDN, ou não estaria nesse partido. Admito que haja nacionalistas na UDN, exatamente porque ela comporta uma área de tolerância, em doses razoáveis, honradamente justificável. Mas, o que não admito é que se pretenda falar pela UDN como se toda ela fosse de doutrina nacionalista [...]. Nem admito que se pretenda trazer para dentro da UDN o dilema que os comunistas procuram armar fora dela, e contra ela, dilema segundo o qual quem não é nacionalista é entreguista, isto é, quem não coloca a nação acima de tudo coloca-a abaixo de outra nação. Dilema que tem o mesmo objetivo pelo qual o mundo chegou à Segunda Guerra Mundial, pela falsa e terrível opção entre o nazismo e comunismo, que afinal deram-se as mãos para invadir e repartir a Polônia e atear fogo no mundo (1962, p. 90).

A identificação do nacionalismo com o totalitarismo traz, também, de forma explícita ou implícita, a correlação com o imperialismo. Quando aponta, por exemplo, que o nacionalismo põe um dilema comunista, “segundo o qual quem não é nacionalista é entreguista, isto é, quem não coloca a nação acima de tudo coloca-a abaixo de outra nação”, o líder udenista indica que, para ele, o nacionalismo comporta necessariamente a ideia da superioridade de uma

---

<sup>84</sup> É interessante observar que, no caso de Lacerda, a opção pelo conceito de “totalitarismo” permite um leque mais amplo de acusação, abarcando tanto o nazifascismo quanto o comunismo sob o mesmo conceito e identificando o nacionalismo com ambos. Já Eduardo Gomes, apesar das diversas críticas feitas ao comunismo no livro analisado, por várias vezes tece elogios à União Soviética por conta do seu papel na II Guerra Mundial, manifestando, inclusive, otimismo para com o papel da primeira república comunista na construção de uma nova e pacífica ordem internacional (Gomes, 1946).

nação diante das outras. A luta por equidade entre as nações, que é a forma como aqueles que, em algum caso, aderiram ao conceito de nacionalismo tanto na direita quanto na esquerda, encaram o próprio nacionalismo<sup>85</sup>, não tem espaço em nenhum nacionalismo para Lacerda naquele momento (pois, em situações anteriores o político do Rio de Janeiro também variou na adesão a algum conceito de nacionalismo - o que ainda será analisado). Em outras passagens chega a ser mais explícito, quando acusa, por exemplo, que o “nacionalismo moderno é um fator de guerra e de conflitos. Serviram-se do nacionalismo, o nazifascismo ontem; e hoje, o comunismo” (LACERDA, 1962, p. 91).

Assim, a “independência comporta, não uma limitação, mas uma ampliação: a interdependência das nações. A autodeterminação não dá a nenhum povo o direito ao genocídio, o direito ao massacre, o direito à negação dos direitos humanos” (1962, p. 90).

Lacerda recorre, então, ao conceito de patriotismo para se filiar à defesa da questão nacional e classifica o nacionalismo como uma “doença do patriotismo”, tal como “a demagogia é a doença da democracia” (1962, p. 90). Foi, também, um recurso bastante presente na obra de Eduardo Gomes comentada. Para o brigadeiro petropolitano, a deposição de Getúlio Vargas em 1945<sup>86</sup>, por exemplo, foi dada por conta da legalidade e de um “alto senso de patriotismo” das Forças Armadas (1946, p. 179).

Entretanto, tanto Gomes quanto Lacerda, em algum momento, relativizam a carga negativa que imputam ao nacionalismo. Na própria campanha eleitoral de 1945, Eduardo Gomes, em visita ao Nordeste, não deixa passar em branco o papel de Pernambuco nas lutas por “emancipação política” do Brasil, e exalta os levantes de 1817 e 1848 enquanto símbolos de um “nacionalismo brasileiro”. É importante comentar que o político-autor chega também a adjetivar o nacionalismo em um dos casos que trata a palavra de forma negativa, se referindo às “tendências do nacionalismo *agressivo*” que “hipertrofiando-se no imperialismo e na conquista, causaram tamanho prejuízo a todos os países, nas contribuições de sangue e na voragem em que submergiram os patrimônios” (GOMES, 1946, p. 173, grifo nosso) – ou seja, aqui não recorre à palavra “nacionalismo” sozinha como sinônimo de algo negativo (nesse caso, o imperialismo), mas a adjetiva como nacionalismo *agressivo*. Por volta da época em que se declarava abertamente opositor do nacionalismo, Lacerda demonstra considerar válido entender

---

<sup>85</sup> Golbery do Couto e Silva que, como será visto, faz uma disputa em prol do conceito de nacionalismo contra a esquerda, chega também a identificar um “arrogante espírito imperialista de um nacionalismo racial, agressivo e turbulento” (2003, p. 199), mas o faz apontando um tipo específico de nacionalismo entre outros possíveis.

<sup>86</sup> Na qual teve papel ativo.

o mesmo, porém, de alguma forma, em algum contexto de espaço-tempo, positivo - ainda que inadequado para o caso brasileiro<sup>87</sup>:

O nacionalismo, que foi em certas partes do mundo uma reivindicação legítima de independência a conquistar, libertando-as da condição de colônias, aqui toma proporções de caricatura, de imitação servil. Há quem procure atribuir a pobreza do Brasil à riqueza dos Estados Unidos, o que é o mesmo que dizer que os Estados Unidos são ricos à custa da pobreza do Brasil. Ora, nem um argumento, nem um algarismo, nem um fato pode comprovar honradamente essa alegação (1962, p. 48).

Outrossim, como foi comentado, antes de suas manifestações explicitamente antinacionalistas do início da década de 1960, por várias vezes o jornalista udenista disputou com a esquerda a noção de nacionalismo. Por exemplo, em 1952, quando, de Bruxelas, Lacerda, nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e na condição de seu editor-chefe, parafraseou Eisenhower<sup>88</sup> para lembrar aos seus conterrâneos que o "verdadeiro nacionalismo" consistira na "consciência dos perigos tanto internos quanto externos" – perigos estes que, no caso brasileiro se manifestariam em um "falso nacionalismo", "nacionalismo sem fibra e sem fundamento ideológico" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 7-8 jun. 1952, p. 4). Em 28 de novembro de 1957, o jornal carioca chamava a atenção com a matéria “Renúncia de Lacerda nas mãos da UDN”, ao comentar que o agora deputado Carlos Lacerda (UDN) perante a acusação de um colega do próprio partido, Seixas Dória, teria colocado sua renúncia ao cargo de líder da bancada como opção. Segundo a matéria, a crise teria sido desencadeada com a insinuação de Dória de que, para Lacerda, todo nacionalista do parlamento estava a serviço de Moscou, A resposta prática do deputado da Guanabara teria se dado, segundo ele mesmo, "a fim de que a nação fique sabendo se a UDN distingue entre o nacional-comunismo e o nacionalismo sincero".

Até os anos 1960, portanto, Lacerda disputo u por diversas vezes o conceito de nacionalismo - e não foi exceção entre a direita. Jânio Quadros, quando presidente (e, então, no momento em que Lacerda já se declarava opositor ao nacionalismo), apesar de ter sido apoiado pela UDN na sua eleição presidencial<sup>89</sup>, foi muito

---

<sup>87</sup> O que pode ser notado de forma semelhante em outra passagem:

“A julgar pelo vozerio da minoria e o silêncio de setores eminentemente responsáveis pelos rumos do Brasil, dir-se-ia que somos um país como aqueles que, não sendo ainda nação, extremam-se no combate às derradeiras potências coloniais, para poderem ser o que já somos há mais de um século. Para essa deformação do Brasil chega-se a deformar o conceito de nação dando-lhe o tom agressivo que nenhuma nação democrática deseja nem pode ter, nesta era de interdependência, nesse tempo de um salto que já não é mais sobre territórios e sim sobre o espaço entre as estrelas. O imperialismo, verdadeiramente, é hoje um temor para marcianos e lunáticos” (Lacerda, 1962, p. 60).

<sup>88</sup> Dwight D. Eisenhower, presidente dos Estados Unidos entre 1953 e 1961. Antes, como general, foi um dos comandantes aliados na II Guerra Mundial.

<sup>89</sup> O único presidente eleito com apoio da UDN.

criticado por este por conta da sua linha de política externa independente. Mas ainda assim fazia questão de diferenciar o seu nacionalismo do “falso nacionalismo” dos socialistas contemporâneos:

Na fâmula do velho socialismo, a legenda de paz entre as nações ocupava lugar de relevo. Era legenda da confraternização geral, que simultaneamente condenava os jacobinismos estreitos e os nacionalismos obtusos, geradores de conflitos, por via do mesmo artifício demagógico, atrás recordado. E, como variante dele, apresenta-se hoje o falso nacionalismo, como a sublime panaceia da época (2009, p. 14).

Um ano após sua renúncia, faz questão de registrar suas mágoas com Lacerda e outros setores que lhe prestaram apoio anteriormente, pois estes teriam, nas palavras de Jânio Quadros, se aliado com os comunistas contra o “verdadeiro nacionalismo” de sua linha política:

Sabia da hostilização permanente, de uns poucos, mas perigosos comunistas. A esses, eu enfrentara desde o início de minha vertiginosa, mas, atribulada vida pública. Sempre me combateram; sempre os combati. Combatia-os convencido que estava, e estou, de que dentro do regime democrático, promovidas as corajosas transformações orgânicas que entreguem o Brasil aos brasileiros, inspirados os governantes no *verdadeiro nacionalismo, ao qual repugna, com o mesmo asco, tanto a sovietação da pátria, quanto a ditadura do poder econômico interno e externo que nos explora*, encontraríamos solução para os nossos males: Essas reformas deveriam alcançar toda a estrutura da vida nacional, adaptando-a aos novos tempos, às novas exigências, permitindo ao governo através de meios hábeis, eficientes, seguros, a consecução de seus fins em prol do bem estar social. Essas reformas dariam, em súpula, legitimidade à representação popular, e erradicariam, de vez, os demagogos, os mentirosos, os desonestos, fazendo, ao mesmo tempo, impossível a exploração do homem pelo homem, no proveito dos maus brasileiros, ou da cupidez estrangeira (2009, p. 46, grifo nosso).

Até mesmo Juarez Távora, um dos mais proeminentes líderes da ESG e tido pela esquerda da época como um dos expoentes do “entreguismo” por constantemente defender a presença do capital estrangeiro em vários setores fundamentais da economia brasileira<sup>90</sup>, declarava: “desde a minha mocidade tenho sido sinceramente nacionalista” (TÁVORA, 1955, p. 159). A acusação de entreguista era tão frequente que, ao opinar no Congresso sobre a importância do capital externo na política petrolífera brasileira, desabafou: “espero que os Srs. Deputados não me considerarão, por isso, um 'entreguista' ou 'derrotista', mas, simplesmente, um 'realista'” (1955, p. 245). Mesmo quando era elogiado, sofria com o estigma, como quando o deputado federal Orlando Dantas, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), após palavras positivas e de reconhecimento, diz: “na questão da fórmula a ser adotada para a exploração do nosso petróleo, eu sou nacionalista, ao contrário de V. Exa” (TÁVORA, 1955, p. 235).

Para sua defesa, Távora recorre até mesmo ao seu passado de ministro de Vargas e constituinte (1955, p. 159), quando lutara pela nacionalização progressiva das riquezas naturais

---

<sup>90</sup> Como petróleo e energia nuclear. O que será desenvolvido ao longo do corrente capítulo e retomado em algumas partes da tese, especialmente no terceiro capítulo.

do país<sup>91</sup>: “É esse um ponto de vista de velho nacionalista que, iniciando a obra de nacionalização dos recursos naturais do país com a elaboração dos Códigos de Águas e de Minas em 1934 - tem-se mantido inalteravelmente fiel a essa linha de conduta" (1955, p. 302).

Outro expoente da ESG, Golbery do Couto e Silva, num dos prefácios que escreveu para a sua principal obra, *Geopolítica do Brasil*<sup>92</sup>, registra:

Os capítulos que se seguem constituem-nos palestras e ensaios escritos em anos vários durante a década dos 50, traduzindo concretamente a evolução de um pensamento geopolítico e estratégico que se orgulha, sobretudo, de suas raízes autenticamente nacionalistas, a fundo embebidas na sólida realidade da própria terra brasileira (2003, p. XIV).

Da parte do movimento autointitulado nacionalista houve até quem manifestasse sintonia com o “nacionalismo” de Távora. Nos debates acerca da política atômica brasileira, em que Távora sofre a grave acusação de agir em prol dos interesses dos EUA quando da assinatura de um acordo de exportação dos nossos minerais atômicos<sup>93</sup>, o deputado federal Gabriel Passos (UDN)<sup>94</sup>, por exemplo, lembra da ação de Távora quando dos Códigos de Águas e Minas, entendida como nacionalista (TÁVORA, 1958, p. 182). Já o deputado Marcos Parente (UDN), mesmo registrando a discordância com Távora na questão do acordo, faz questão de pontuar que "quase que diria que aceito integralmente, como cartilha do meu nacionalismo, as ideias, os pontos de vista, a filosofia política definida por V. Exa., se bem que em alguns pontos não me encontre na mesma posição de V. Exa" (TÁVORA, 1958, p. 162).

No que se refere à esquerda, o conceito de nacionalismo estava muito atrelado à ideia de “emancipação econômica”; correlacionado, portanto, a uma visão estatizante (ainda que em algum grau limitada) e anti-imperialista da economia. Lott, em discurso reproduzido na edição de 25 de março de 1960 do jornal *Última Hora* (p. 3), aponta:

Não suportaremos que o fruto do suor do brasileiro seja drenado para fora de nossas fronteiras, ou, mesmo dentro delas, seja monopolizado para a exclusiva opulência de alguns. Nosso nacionalismo defende as fronteiras geográficas contra a invasão física e as fronteiras econômicas contra a invasão sub-reptícia de capitais parasitários que têm garras vulpinas para tomar e não mãos fraternas para trocar.

No caso da Petrobrás, Getúlio Vargas justifica a exclusão do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro por conta de potenciais ameaças imperialistas - apesar de declarar ser essa postura uma exceção, já que seria desejável a colaboração do capital

<sup>91</sup> O que chega a ser reconhecido e elogiado pela esquerda

<sup>92</sup> O prefácio é, porém, de 1967, nove anos depois da primeira edição e fugindo, assim, do campo temporal proposto para a análise. Esse prefácio é mobilizado aqui como única exceção em toda a tese, porém, por estar em sintonia com o conteúdo do livro lançado em 1958 (como será visto) e de forma meramente ilustrativa.

<sup>93</sup> Embate tratado no capítulo 03 desta tese.

<sup>94</sup> Um dos principais nomes da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

internacional no desenvolvimento econômico do país. O projeto da Petrobrás é apresentado ao Congresso, portanto, dentro do “espírito nacionalista”: como uma empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacional (2004, p. 134):

[...] fora de dúvida, como o demonstra a experiência internacional, que, em matéria de petróleo, o controle nacional é imprescindível. O governo e o povo brasileiros desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do país, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre povos e entre governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacionais (VARGAS, 2004, p. 134).

O projeto inicial, porém, não excluía a participação do capital privado nacional como componente (ainda que minoritário) da Petrobrás – o que Vargas continua a entender como parte de sua tradição nacionalista em oposição à linha liberal iniciada por seu antecessor, o general Dutra:

Desde que reassumi o governo, ordenei que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei. Pareceu-me também que, numa indústria complexa como a do petróleo e num país extenso como o Brasil, cuja grandeza depende do máximo desenvolvimento regional, o êxito de um programa dessa ordem dependeria da maior flexibilidade e descentralização de atividades executivas. [...] No caso em estudo, poder-se-ia obter o controle do Estado sem o prejuízo da liberdade de ação industrial e comercial, indispensável ao âmbito da organização que se pretende estabelecer. Eis por que se orientou o governo para o projeto de constituição de uma sociedade de economia mista, na qual pudesse ele reunir a maioria absoluta das ações e participar diretamente de uma empresa dotada de bastante flexibilidade, dinamismo, autonomia de ação e máxima capacidade de expansão industrial (2004, p. 152).

Assim, apesar da flexibilização econômica e do estatismo moderado, Vargas entende ser coerente com o seu nacionalismo a proposta de uma empresa industrial mista<sup>95</sup>, com estilo de organizações privadas na gestão, pois os interesses nacionais encarnados pela direção do Estado estariam garantidos pela participação governamental mínima de 51% das ações com direito a voto (2004, p. 132). Assim, a questão da Petrobrás seria resolvida com "bases nacionalistas, isto é, com o trabalho, a técnica e o capital exclusivamente brasileiros" (2004, p. 160).

Além da coerência, o então presidente da República aponta uma continuidade histórica entre o projeto da Petrobrás e sua trajetória nacionalista inaugurada na Revolução de 1930, como a implementação dos códigos de minas e energias de 1934 e 1940 - visando sempre a preservação e a nacionalização dos recursos naturais brasileiros por meio de empresas exploradoras que atuem no setor compostas exclusivamente por sócios nacionais (2004, p. 153):

Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em toda a minha vida pública e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Coube ao meu passado governo elaborar

<sup>95</sup> Em 1951 Getúlio Vargas, após grande mobilização em torno da campanha “O petróleo é nosso”, apresentou o projeto ao Congresso Nacional. Em 1953 a proposta foi aprovada com a modificação para uma Petrobrás 100% estatal – em que houve grande peso até mesmo da UDN (Chaloub, 2017).

a legislação de minas, que nacionalizou a propriedade e a exploração das riquezas do nosso subsolo, cristalizando-se pela primeira vez a defesa do patrimônio mineral do Brasil.

[...]

Em 1941, outra lei do meu governo - o Decreto-lei nº 3.236, de 7 de maio - define o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais e de rochas betuminosas, existentes em território nacional, as quais pertencem à União, a título do domínio privado imprescritível. Nessa lei se exigiu a nacionalidade brasileira dos sócios das empresas que pretenderem autorização para mineração do petróleo. Esta foi, aliás, a diretriz firmada por mim desde a Revolução de 1930 e da qual nunca me afastei (2004, pp. 153-154).

Mesmo depois do Congresso ter radicalizado a linha estatista, Vargas continuava a saudar a Petrobrás como parte de sua linha nacionalista e exaltava a sintonia do empreendimento com seu legado e outros de sua responsabilidade, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a usina de Paulo Afonso – todos apontados como elementos necessários para a independência econômica brasileira (2011, p. 751).

Entretanto, mesmo nos casos em que o capital estrangeiro se fez presente, a esquerda continuou a ver coerência com a linha nacionalista<sup>96</sup> - o que, inclusive, sugere menos estranhamento ante posições como a de Juarez Távora sendo bradadas também enquanto nacionalistas<sup>97</sup>. João Goulart, ex-ministro de Vargas e, no momento, presidente da República, comemora o acordo entre a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e destaca que este servia aos “legítimos objetivos nacionalistas” por garantirem que os recursos oriundos das riquezas nacionais fossem destinados ao desenvolvimento do país - os ganhos com a exportação do minério deveriam ser reinvestidos no Brasil segundo os acordos:

[...] a mais importante característica desses acordos estará na obrigatoriedade de reinversão, no país, de todos os resultados obtidos na exportação do minério de ferro pela Companhia Belgo-Mineira e suas subsidiárias. Assim, a indústria extrativa servirá de fundamento às indústrias de base, pois as reinversões serão dirigidas todas para o campo siderúrgico (1963, p. 183).

Deste modo...

a exploração racional e intensiva do minério de ferro, no plano de uma política de salvaguarda dos interesses da nação, dá hoje o seu primeiro passo, com a associação de capitais nacionais e belgo-luxemburgueses. Ao congratular-me com a Companhia

<sup>96</sup> Vale registrar que um dos principais núcleos do pensamento nacionalista do período, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sofreu um racha por conta desse debate quando Hélio Jaguaribe publicou a obra *Nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), em que defendia a presença do capital externo como parte de um nacionalismo possível.

<sup>97</sup> Foge do presente capítulo a intenção de encerrar o assunto, pois aqui apenas demonstramos as várias expressões dos conceitos “nacionalismo” e “patriotismo” para, nos capítulos posteriores, aprofundarmos a reflexão acerca das manifestações dos mesmos, suas coerências, contradições, aproximações e embates; assim como o papel que ocupavam no contexto mais amplo dos debates sobre a questão nacional. É importante adiantar, porém, que, apesar de ambos os campos indicarem a importância do capital externo, à direita era hegemônica a interpretação dos mesmos enquanto imprescindíveis e, por isso, alvo de defesa e busca por facilidades que lhes atraíssem; enquanto à esquerda, em geral, eram apresentados com função suplementar e com atuação mais limitada. Tudo isso será melhor desenvolvido nas próximas páginas.

Vale do Rio Doce e com o seu eminente presidente pela assinatura deste contrato, que, longe de se opor à linha nacionalista do governo, com ela se entrosa (1963, p. 184).

E, de fato, Jango não pode ser acusado de sair da tradição varguista, já que, como foi dito, o próprio líder da Revolução de 1930 celebrava a importância da participação do capital internacional no desenvolvimento do país, apontando a Petrobrás como uma peculiaridade.

Nesta decisão, o Governo Federal desmente com fatos, mais uma vez, as falsas acusações de que somos sistematicamente contra o capital estrangeiro. Na realidade, recebemos de bom grado toda colaboração externa que venha lealmente contribuir para o progresso nacional, pelo desenvolvimento de nossas forças produtivas (GOULART, 1963, pp. 184-185).

Já em Luiz Carlos Prestes a identificação mais simpática com o nacionalismo aparece a partir de 1957, quando inicia as mudanças que culminariam na conhecida *Declaração de Março de 1958* e na dissidência do PCdoB em 1962. O líder máximo da organização, declara que é a partir daí que os comunistas passam a compor mais efetivamente o chamado “movimento nacionalista” com outras organizações<sup>98</sup> (1959, p. 1). Desde então, a formulação (antiga em nível nacional e internacional) de que nos países do Terceiro Mundo (incluído, assim, o Brasil), o grande entrave ao desenvolvimento e ao bem-estar seria o imperialismo das grandes potências e que, portanto, a questão nacional deveria guiar a ação política dos revolucionários, passa a ser lida como expressão de uma política nacionalista<sup>99</sup>. Assim, as contradições entre a nação brasileira e o imperialismo dos EUA tenderiam a se agravar especialmente por conta da subordinação da política econômico-financeira ao capital imperialista (1959, p. 1). Como consequência, a oposição entre “nacionalistas” e “entreguistas” se acentuariam, inclusive no seio do governo (1959, p. 2), e caberia aos comunistas lutar ao lado dos primeiros contra os segundos, correlacionados sempre ao imperialismo estadunidense (como já demonstrado na seção anterior).

Isto é patente na defesa dos minerais atômicos e, sobretudo, na manutenção do monopólio estatal do petróleo, cujo êxito, consubstanciado no progresso constante da Petrobrás, estimula a confiança do povo brasileiro em suas próprias forças. No que se refere ao café, continua em vigor, apesar de sérias vacilações, a política nacionalista de defesa de seus preços externos, em aliança com os demais produtores da América

<sup>98</sup> O que precisa ser relativizado, pois no início da IV República os comunistas adotaram uma linha muito semelhante àquela pós-1957, baseada na colaboração entre as classes, na priorização das formas legais de luta, na esperança de uma transição institucional para a revolução nacional-democrática e na centralidade do anti-imperialismo. E entre um momento e outro houve flutuações entre apoiar ou não as figuras ligadas nacionalmente ao movimento nacionalista varguista, como Juscelino Kubitschek e o próprio Vargas.

<sup>99</sup> O que não era inédito. Foi, por exemplo, visto na época da luta antifascista da Aliança Nacional Libertadora, quando, conforme reproduz *ipsis litteris* Anita L. Prestes, pregaram “nacionalismo (não chauvinismo)” (Prestes, 2010, p. 43).. Mas, no período aqui tratado (1945-1964), aparece como mudança relevante (apesar de sutil) na postura, pois, até então era mais comum a adoção do termo “patriotismo” de maneira ampla e referências negativas ao “nacionalismo burguês”, como pode ser conferido nos informes de Prestes ao IV Congresso do PCB, realizado em 1954 numa fase mais ultraesquerdista do partido (iniciada em 1950, em reação à imposição da ilegalidade).

Latina, contra as manobras baixistas dos monopólios norte-americanos. É inegável, todavia, que os elementos entreguistas se reforçaram ultimamente no governo, ocupando a maioria das posições-chave que dizem respeito à direção da política econômico-financeira, o que se tornou evidente sobretudo a partir da subida do Sr. Lucas Lopes ao Ministério da Fazenda, acolitado pelos srs. Roberto Campos, presidente do BNDE<sup>100</sup>, e Garrido Torres, diretor executivo da SUMOC<sup>101</sup>. Daí porque, embora contenha aspectos nacionalistas, a política econômico-financeira do governo tem acentuado as concessões ao imperialismo norte-americano (1959, p. 3).

Nisso, Luiz Carlos Prestes reconhece a presença de nacionalistas em vários partidos e acentua a oposição entre estes e os setores “entreguistas” nas eleições de 1958, que, segundo Prestes, passaram a se apresentar enquanto nacionalistas visando resultados eleitorais – o que denotaria o prestígio do nacionalismo entre a população:

Uma apreciação objetiva dos resultados do pleito revela que o movimento nacionalista penetrou em amplas camadas da população e conquistou posições importantes nas eleições, tendo as coligações nacionalistas eleito seis dos onze governadores de Estado e ampliado consideravelmente suas bancadas na Câmara Federal e nas assembleias estaduais. Em três estados importantes — Rio Grande do Sul, estado do Rio e Pernambuco — foram eleitos governadores reconhecidamente comprometidos com as forças nacionalistas e democráticas (1959, p. 1).

Os setores mais entreguistas do PSD foram os que mais perderam espaço no quadro de derrotas eleitorais das oligarquias estaduais ligadas ao partido. Já a UDN encontrou importantes vitórias estaduais, porém, em vários casos, com candidatos e/ou frentes nacionalistas, contrariando a orientação antinacionalista e antidemocrática da cúpula dirigente desse partido (1959, p. 2).

Assim, visando subordinar todas as esferas da luta de classes ao combate ao imperialismo, os comunistas do PCB pregavam que todo “patriota”, acima de diferenças sociais, políticas e ideológicas, deveria forjar a frente única nacionalista e democrática (1959, p. 1)<sup>102</sup>.

Na conjuntura da IV República brasileira, o conceito de nacionalismo expressava, então, independentemente de quem o abraçava e do conteúdo que identificava, um viés programático. Algumas tentativas de definição feitas pelos que o adotaram, seja para defender ou para rejeitar, ajudam a notar essa importante característica, que se mostra fundamental para entender os contextos de diferenciação em relação à categoria do “patriotismo”.

Uma das definições mais objetivas foi feita por Golbery do Couto e Silva, que, declarando acompanhar a formulação do filósofo Bertrand Russel, aceita o nacionalismo como espécie de “religião dos tempos novos”, que “embora derivado do particularismo israelita e da devoção romana pelo Estado” é “fenômeno essencialmente moderno, ao qual se deve, afinal,

<sup>100</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

<sup>101</sup> Superintendência da Moeda e do Crédito.

<sup>102</sup> O que, como foi citado na nota anterior, não constituía nenhuma grande novidade na linha pecebista. O fator novo aí é o entendimento de tal política como expressão de um nacionalismo.

muito da coesão política que viria também a ser, pelo menos até bem pouco, uma das características distintivas da civilização do Ocidente” (2003, p. 111). Logo:

Hoje, subsiste ainda a nação como polarizadora dessa suprema lealdade, sem a qual o homem nem mesmo seria homem, incapaz de transcender-se abnegadamente, nos sacrifícios mais heroicos, a um egoísmo esterilizador. [...] Lealdade que não se traduz apenas no patriotismo - um mero sentimento, nobre e alevantado e inspirador, embora - mas no nacionalismo que é muito mais do que isso, porque é, sobretudo, uma vontade: vontade coletiva, vontade consciente, vontade criadora de engrandecer cada vez mais a nação, realizando plenamente e, sempre que necessário, salvaguardando a qualquer preço os objetivos nacionais permanentes (2003, p. 257).

O nacionalismo seria, então, algo maior do que o patriotismo. Para o general da ESG, o patriotismo aparece como um sentimento, enquanto o nacionalismo é muito mais por ser uma expressão consciente da vontade coletiva voltada para criar e engrandecer a nação acima de qualquer outro valor e projeto. Um paradigma civilizacional contemporâneo:

Ser nacionalista é reconhecer, como suprema lealdade, a lealdade à nação de que se é ínfima parte, mas parcela atuante e consciente. Ser nacionalista é sobrepor, portanto, a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções ou de grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade. Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à nação (2003, p. 258).

A definição é compatível com a que Lacerda adota quando rejeita o nacionalismo, pois, para este, uma das variáveis do totalitarismo inerente ao nacionalismo seria justamente o fato de se colocar a nação acima de tudo, pois a nação estaria abaixo da pátria e esta abaixo do homem<sup>103</sup>:

Eu não coloco a nação acima de tudo. E quero deixar de uma vez por todas bem claro o meu ponto de vista, que penso deva ser o de um partido democrático. Considero o nacionalismo, isto é, a ideologia que visa colocar a nação acima de tudo, uma noção totalitária. A nação está abaixo da pátria e até esta, abaixo do homem (1962, p. 90).

Em um primeiro momento, uma consideração de Juarez Távora sobre o nacionalismo pode parecer também contrariar a definição de Golbery do Couto e Silva, seu colega de ESG, já que o primeiro, na fala de encerramento da CPI criada para averiguar supostas ingerências dos EUA na política atômica nacional, reproduz uma nota da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para criticar aqueles que fazem “do seu nacionalismo *um fim em si mesmo*, ao invés de utilizá-lo *como meio* para a consecução do bem-estar político, econômico e social de todos os brasileiros” (TÁVORA, 1958, p. 82). Entretanto, a divergência aparece apenas em questões de forma e de como cada um exprimiu suas ideias, pois o alvo de Távora era

<sup>103</sup> No conjunto de fontes primárias e produções bibliográficas pesquisadas, não encontramos nenhuma sugestão para o conteúdo dado por Carlos Lacerda à diferenciação entre “pátria” e “nação” - por isso a questão não é explorada aqui.

constituído por aqueles do movimento nacionalista que ignoravam as multiplicidades conjunturais e transportavam automaticamente a rejeição à colaboração estrangeira sem, para Távora, compreender que o nacionalismo deveria ser um meio para atingir o bem-estar geral. O próprio general Golbery do Couto e Silva registra que essa preocupação com o bem-estar da nação é o núcleo fundamental da sua concepção de nacionalismo:

Sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente bem-estar - autodeterminação ou soberania, integração social, prosperidade e prestígio - eis aí, pois, o núcleo fundamental em torno do qual o nacionalismo se condensa e cristaliza (2003, p. 257).

Golbery também acompanhava Távora nas considerações sobre a importância de se compreender a realidade concreta, apontando que um “sadio nacionalismo” não poderia, jamais, desconhecer a realidade conjuntural, inclusive externa, com que se defronta:

Se este [o nacionalismo sadio] quiser constituir-se na força e motivação e impulso renovador que pode e que deve ser, precisa, antes de tudo o mais, firmar os pés na realidade conjuntural que defronta, nunca renegando-a afoito, mas aceitando-a pelo que de fato vale (2003, p. 249)<sup>104</sup>.

A questão de se estudar e compreender bem a realidade nacional é um ponto que acompanha com frequência o argumento de Luiz Carlos Prestes na adesão ao nacionalismo<sup>105</sup>, como analisado na parte anterior do presente capítulo. Grande parte da linha política expressa pelo PCB na *Declaração de Março de 1958*, inclusive, se dá em torno da argumentação de que até então reproduziam o marxismo-leninismo de maneira dogmática e sem considerações sobre as peculiaridades brasileiras. Para Prestes, “o estudo das particularidades nacionais era desprezado antes por nós, mas agora é fundamental aplicar o marxismo-leninismo à nossa realidade para ajudar o movimento nacionalista a formular soluções para o país” (PRESTES, 1959, p. 6).

Um apontamento importante que se vê no campo varguista quanto ao conceito de nacionalismo é a adjetivação deste, em alguns momentos, como “nacionalismo defensivo”, alinhado com a formulação anti-imperialista presente no núcleo do conceito para a esquerda nacionalista em geral e que contrapõe a interpretação presente, por exemplo, em Lacerda, onde o nacionalismo é sinônimo dos nacionalismos imperialistas, como o nazifascismo. Vargas, tido por Jango como “o pioneiro do nacionalismo” e “o comandante dos primeiros combates pela libertação econômica do Brasil” (GOULART, 1963, p. 75), define assim a doutrina do seu

<sup>104</sup> Se nota aqui a sintonia com o comentado prefácio de *Geopolítica do Brasil* escrito pelo político-autor em 1967.

<sup>105</sup> O que, porém, na realidade não era novidade. No breve período de legalidade no início da IV República, o PCB utilizava o mesmo argumento para justificar sua política reformista, conforme pode ser visto em vários discursos parlamentares de Prestes.

partido:

Esse partido é nacionalista, mas seu nacionalismo é defensivo e não agressivo. Deverá manter, rigidamente, sua estrutura nacional, porque as organizações políticas devem ser nacionais para poderem ser nacionalistas. Precisamos respeitar a sabedoria das nossas tradições e evoluir de acordo com as nossas possibilidades reais (VARGAS, 2011, p. 562).

Portanto, o que é possível identificar como núcleo comum do conceito de nacionalismo, à esquerda e à direita na IV República (1945-1964) através das suas principais lideranças, é a apresentação do mesmo enquanto *um programa teórico, ideológico e prático que girava em torno da supremacia da questão nacional no que se refere ao entendimento da realidade e à ação diante desta de maneira contrária a divisões que enfraqueçam a unidade nacional* – daí, portanto, a importância de ambos os espectros da política nacional correlacionarem seus adversários internos a supostos interesses estrangeiros<sup>106</sup> agindo no Brasil. Assim, poderiam excluir estes do conjunto tido como a “nação brasileira” a ser unificada sob tal programa ao mesmo tempo em que justificavam as demais contendas com base nessa estrangeirização, conforme explicado anteriormente.

Mas o fato de haver um núcleo comum não pode levar à subestimação das diferentes interpretações e aplicações naquele contexto<sup>107</sup>, assim como a uma relativização discursiva que ignore a maior ou menor sintonia entre as acusações de cada campo com a realidade concreta<sup>108</sup>. A polissemia desse conceito era reconhecida e disputada – como eram diversos outros conceitos fundamentais na época, conforme exemplificado no início do corrente subcapítulo.

Em 1960 Golbery do Couto e Silva mencionou existir vários “falsos nacionalismos”, “pseudonacionalismos” que representariam, na verdade, interesses de minorias travestidos como os interesses nacionais - o nacionalismo mobilizado pelos comunistas seria um exemplo (2003, p. 258). Neste, como seria declaradamente internacionalista, classista e idólatra da Rússia, nitidamente se perceberia as incoerências. No discurso comunista, para Golbery, a operação argumentativa era fazer o partido comunista se confundir com a classe trabalhadora e esta se apresentar como representação maior dos interesses nacionalistas (2003, p. 259).

---

<sup>106</sup> Grosso modo, a direita ligada ao imperialismo estadunidense para a esquerda; e a esquerda ligada ao comunismo soviético/chinês para a direita.

<sup>107</sup> Que aparecerão ao longo da tese.

<sup>108</sup> Ponto que foge do escopo do presente trabalho, centrado numa análise das produções discursivas. Mas é um fator que não pode ser desconsiderado: inúmeros trabalhos demonstram o apoio de potências imperialistas a setores da direita no período que vai de 1945 e 1964, como Dreifuss (1981) e Fico (2008). Conforme demonstrou Dreifuss, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada pelo Congresso Nacional encaminhou o fechamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) por este ter recebido grandes quantias de empresas estadunidenses visando interferir nas eleições brasileiras de 1958.

Lacerda diz ter perdido muitos votos por causa da campanha que serviria à Rússia em nome do nacionalismo (1962, p. 96). Na prática, para o político fluminense, o nacionalismo serviria, então, à União Soviética:

Prega-se a prevenção contra os Estados Unidos e a condescendência com a Rússia: alguns chamam a isto nacionalismo ou neutralidade. A pretexto de não querer ter amos, troca-se uma aliança cujos pequenos erros corrigem-se com recíproca lealdade, por uma cumplicidade com as tiranias, por uma subserviência diante da arrogância dos novos conquistadores do mundo, como sempre iludidos sobre as razões do malogro de seus antecessores (1962, p. 225).

Assim, os comunistas acusariam diferentes forças de servidão ao estrangeiro como, de forma até inconsciente, compensação por servirem à URSS, mobilizando um nacionalismo que eles mesmos renegariam na prática (SILVA, 2003, p. 247).

Mesmo outros nacionalismos, apesar de partirem de anseios mais sinceros e justos (para o autor) acabariam sendo muito extremistas, como no Oriente Médio, onde o “nacionalismo agressivo e imaturo de Gamal Abdel Nasser” (SILVA, 2003, p. 242) “galvaniza os espíritos em torno de um ideal anticolonialista e pan-arábico indiscutivelmente sadio, mas agressivo, imaturo e turbulento” (SILVA, 2003, p. 226).

Além do extremismo próprio, tal nacionalismo árabe e africano estaria sendo, ainda, manipulado pelo suposto bloco "comuno-soviético" que se aproveitaria do nacionalismo árabe e das lutas no norte da África para, depois de se apresentar como amigo, subjugar os povos (SILVA, 2003, p. 228). Portanto, para “a incorporação, passo a passo, de todo o continente africano [pela URSS] não custará muito, se aproveitados habilmente os justos anseios de um nacionalismo, não obstante imaturo e temerário, e as legítimas reações contra uma discriminação racial, odiosa e desumana” (SILVA, 2003, p. 119).

Lacerda é enfático na crítica. Recusa a denominação de “nacionalismo” para as lutas anticoloniais e acusa uma suposta confusão entre esse “justo anticolonialismo” dos povos da Ásia e da África com as ações russa e chinesa nessas colônias para recolonizá-las por meio de oligarquias locais e tiranias corruptas (1962, p. 92):

O impulso de afirmação nacional, nas colônias e nas regiões atrasadas do mundo, é uma coisa. O nacionalismo, outra bem diversa, apesar das ligações que tem com esse impulso e a exploração que dele se faz para objetivos bem diversos dos nossos, tais como o domínio do comunismo internacional com seus comandos em Moscou e Pequim (1962, p. 91).

De qualquer forma, para Golbery do Couto e Silva, se o nacionalismo perdera força nos países europeus que lhe serviram de berço, na África e no sudeste da Ásia, por conta da luta anticolonialista, havia um forte movimento nacional que, apesar de merecer apoio, desembocava em um “nacionalismo romântico”, que por vezes chegaria até a xenofobia, “essa doença infantil do nacionalismo” (2003, p. 260); enquanto, porém, na América Latina, com

países mais maduros, a situação seria diferente, havendo condições para um nível superior de nacionalismo, realista, crítico e capaz de afastar a demagogia. Este “nacionalismo sadio” é que deveria guiar toda concepção estratégica e formulação geopolítica (2003, pp. 260-261).

Mas não seria, evidentemente, a esquerda a mobilizar esse tipo desejável de nacionalismo – pelo menos para seu colega de ESG, Juarez Távora. Este acusa um espírito de “intransigente nacionalismo” no parlamento brasileiro quando da aprovação de um projeto de Petrobrás 100% estatal que era defendido apenas por “nacionalistas jacobinos e comunistas”. Para o líder militar, o fato de o Brasil ter saído há pouco tempo de um regime caracterizado por seu “rígido nacionalismo” (o Estado Novo) explicava o comportamento emotivo da opinião pública ante a questão do petróleo (1955, p. 81) – esse “ultranacionalismo” da Carta de 1937 já afetara a opinião pública na questão do petróleo em 1947, quando o Estado-Maior das Forças Armadas foi questionado sobre a solução pelo monopólio ou não (1955, p. 197). Inclusive, no que se refere ao Estado Novo, apesar do passado nacionalista na defesa do Código de Minas e Energias, Távora diz que não pode “acompanhar o nacionalismo extremado da carta outorgada em 1937 - porque, reexaminando as realidades nacionais, não pude encontrar melhores bases que as anteriores, para avançar no caminho da nacionalização” (1955, p. 160).

A relação entre os conceitos de “nacionalismo” e “patriotismo” no período em questão era complexa, pois, se, por vezes, o segundo era mobilizado como substitutivo ao primeiro por aqueles que buscavam fazer oposição ao movimento nacionalista sem, entretanto, abrirem mão de disputar a questão nacional; em diversas outras ocasiões o uso assumia conotação bem diferenciada daquela presente no núcleo do conceito de “nacionalismo” ou com uma aproximação difusa. Um comentário de Getúlio Vargas, em 1952, acerca da presidência de Eurico Gaspar Dutra ilustra a questão ao utilizar de maneira curiosa ambos os conceitos numa mesma consideração sobre a política para o petróleo:

Outros planos tinha o governo que me antecedeu [Dutra], [...], com projetos de leis que reformavam completamente a orientação nacionalista do meu passado governo [...]. Por certo, ninguém põe em dúvida o patriotismo dos homens públicos que pretendiam executar esse programa. Fundavam-se eles na tese de que ao Estado cabia apenas a função pioneira e estimuladora, e não a função do controle efetivo da indústria do petróleo. Já não pensava assim, todavia, a imensa maioria do povo brasileiro (VARGAS, 2004, pp. 151-152).

Nota-se como, apesar da política de Dutra ser considerado por Vargas o oposto do que ele entendia ser o nacionalismo, o líder petebista fez questão de ressaltar que não questiona o patriotismo dos responsáveis por tal política. Ou seja, aí os conceitos aparecem como essencialmente deslocados e, enquanto “nacionalismo” mantém a noção programática, patriotismo vai além do mero sentimento, conforme definição de Golbery do Couto e Silva já apontada, aparecendo também como, de certa forma, uma *qualidade moral*.

Em alguns debates ao longo da IV República se constatou o recurso ao conceito de “patriotismo” de maneira bem semelhante com essa feita por Vargas, buscando compensar alguma avaliação negativa que um personagem fazia de outro, ressaltando, no potencialmente ofendido, seu patriotismo como sentimento de estima pelo Brasil e qualidade moral de valorizar e se preocupar com o país acima de outras questões – algo bastante difuso.

Discorrendo sobre Eduardo Gomes e sua posição em defesa do Brasil diante de uma possível guerra, Prestes reconhece: “Faço justiça ao Brigadeiro. Conheço-o pessoalmente; discordamos no terreno político. Creio que suas ideias são reacionárias; mas de que é patriota ninguém pode duvidar” (2003, p. 92).

Comentando o início das divergências com a condução da política externa por parte de Jânio Quadros, Lacerda aponta otimismo baseado na “lucidez” e no “patriotismo” de Jânio Quadros (1962, p. 329).

No debate acerca da política brasileira de minerais atômicos, um dos motivos que levou Távora a sofrer questionamentos sobre a possibilidade de ter colaborado com a embaixada dos EUA foi o fato de ter recebido documentos que traziam posições dos Estados Unidos na questão – o que foi interpretado pelo movimento nacionalista como forma de pressão, na qual Távora poderia ter agido como intermediário. Assim, um dos deputados, Arino Matos (PSD), diz para J. Távora que saber quem entregou tais documentos para ele seria uma “questão de patriotismo” da parte do general. Este, porém, responde que não existe verdadeiro patriotismo sem honra<sup>109</sup> (TÁVORA, 1958, p. 132).

Casos meramente elogiosos também aparecem.

Prestes, na conjuntura de imediato pós-guerra, quando o PCB passa a defender que Vargas lidere a transição democrática (ao contrário da UDN, que sustentava a necessidade de deposição imediata deste, conforme de fato ocorreu) apela para o “patriotismo do chefe da nação” como variável fiadora da sinceridade deste para com a redemocratização (1947, p. 12).

Em oposição à linha pecebista, Eduardo Gomes, candidato à presidência pela UDN, recorre, por sua vez, ao fato do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que assumira a presidência da República após a deposição de Vargas, ter “seu caráter, cultura e patriotismo reconhecidos” para defender a condução do país por este até o fim das eleições (1946, p. 263).

As Forças Armadas foram elogiadas por conta de seu patriotismo em vários momentos. João Goulart, por exemplo, disse: "Confiemos no patriotismo das Forças Armadas e da maioria esmagadora dos brasileiros que sabem que somente no clima da paz poderemos conduzir o país

---

<sup>109</sup> E entregar o nome do responsável seria, para Távora, uma atitude desonrosa.

ao destino que todos almejamos" (1962, pp. 36-37). Jango tece considerações do tipo quanto a outros setores institucionais. Comentando as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras, faz questão de reconhecer que "o esforço e o patriotismo do administrador municipal, por maiores que sejam, não lhe permitem, as mais das vezes, em razão da precariedade dos meios de que dispõe, encontrar solução adequada para os graves problemas locais" (1963, p. 259). Questões como o objetivo de formar profissionais de medicina (1963, p. 207) e a luta contra o analfabetismo (1963, p. 168) são saudadas como "patrióticos". O última presidente da IV República nisso também seguia as trilhas de Vargas – que, se referindo ao parlamento, registrara uma década antes, numa mensagem de fim de ano, que "é com prazer, portanto, que presto aqui o meu testemunho à operosidade das Casas do Congresso durante o ano que acaba de transcorrer e atesto a vigilante e patriótica dedicação com que abordaram os seus encargos constitucionais" (VARGAS, 2011, p. 700).

Logicamente, se o conceito de "patriotismo" era lembrado como qualidade moral de amar a pátria; sua ausência denotava defeito.

Prestes enfrentou um debate sobre o maior ou menor patriotismo de um grupo de grevistas em seu pouco tempo no parlamento. Glicério Alves (PSD), seu colega parlamentar, acusou a greve dos mineiros de ser "impatriótica" por impedir que uma enorme safra de cereais no Rio Grande do Sul fosse transportada; tendo sido respondido por Prestes que a situação de trabalho era tão humilhante e brutal que seria tarefa de todos os brasileiros exigir melhores condições. "Aumentar o salário daqueles operários é medida patriótica que todos temos obrigação de exigir para acabar com a situação de miséria" (2003, p. 197).

Reproduzindo a acusação de servilismo à URSS, Dutra acusa setores da esquerda brasileira de "falso patriotismo" ante uma suposta hipocrisia: "perigosa é a mentira do falso patriotismo que se coloca a serviço de interesses alienígenas, apresentando-se sob o signo da mais pura fidelidade aos deveres para com a terra de nascimento ou de adoção" (DUTRA, 1956, p. 241).

No que se refere ao uso do conceito em questão como sinônimo substituto aos notados usos de "nacionalismo", identificamos a substituição frequente – por vezes declarada, como no caso de Lacerda, que dizia: "Sejamos claros dizendo que não confundimos o pobre com o miserável, o homem livre com o irresponsável, o patriota com o nacionalista, o reformador com o comunista, o cristão com o fariseu, o legalista com o chicanista, o popular com o populista, o líder com o impostor" (LACERDA, 1962, p. 55).

Uma das definições mais precisas de "patriotismo" neste político-autor é bem próxima daquela que Golbery faz do nacionalismo enquanto paradigma da questão nacional acima dos

outros e contrário à divisão do país:

A ideia de pátria não pode subordinar-se a nenhuma tática. O patriotismo não pode ser um pretexto. A pátria não serve a nenhum partido nem o patriotismo a qualquer *parti pris*. A pátria só tem um inimigo, o que a despreza. O patriotismo só conhece um adversário, o que o deforma. A pátria não é exclusivista, é generosa, o patriotismo não é fanático, é lúcido. A pátria funda-se no amor, não pode o patriotismo crescer no ódio. Não há, pois, patriotismo no patrocínio da luta de classes, na divisão oficializada do povo segundo os princípios dessa divisão de egoísmos cuja predominância se transforma em bandeira de frentes políticas e militares, cuja inspiração nem sequer é autêntica, pois não passa de aplicação de uma tática mundial do comunismo para se apossar das nações desprevenidas, enganadas e indefesas (LACERDA, 1962, p. 100).

Até mesmo uma questão de caráter mais programático aparece no conceito que Lacerda sustentava de patriotismo (legislação antitruste, no caso):

Defender-nos de trustes e de combinações que a lei deve proibir, e, na prática, devem ser destruídos por meios legais, é um dever. Fazer desse combate o ponto de partida ou o pretexto para afastar-nos da livre iniciativa, condenar-nos a fazer do Estado o nosso amo e senhor e da nação o nosso ídolo, é confundir tudo e acabar renegando o patriotismo para colaborar com os nacionalistas de todas as caras, inclusive os de meia-cara (LACERDA, 1962, p. 91).

De qualquer forma, “ninguém, nenhuma facção, nenhuma classe, tem o direito de se atirar sobre a nação como se ela fosse apenas o espólio de uma família desavinda. A pátria só existe porque é de todos” (LACERDA, 1962, p. 107).

Esse sentido de patriotismo como sentimento e postura relacionado à unidade nacional aparece em Vargas quando evoca o patriotismo e a boa vontade para superar o clima das paixões eleitorais e das divisões partidárias para se recuperar o Brasil após sua eleição (VARGAS, 2011, p. 675).

Távora vai nessa direção quando defende que, apesar das discordâncias para com o projeto da Petrobrás, todos se unam em torno dela para defender os interesses do país: “[...] adotada como foi, pelo governo, a solução monopolista, parece-nos que o melhor que temos todos a fazer, agora, é cerrar fileiras, patrioticamente, em torno dessa solução” (TÁVORA, 1955, p. 301).

Luiz Carlos Prestes exalta a capacidade do povo sofrer se isso fosse necessário ao bem maior da pátria: “A linguagem dos patriotas é outra – o povo não quer ser acalentado como criança, quer conhecer a verdade, e já provou suficientemente nesses anos de guerra que sabe sofrer em silêncio, com altivez e resignação, se assim for necessário à honra e à independência da pátria” (PRESTES, 2003, p. 185). Para Prestes, naquele momento de breve legalidade do PCB, em nome da unidade nacional os comunistas estavam dispostos a atuar no sentido de conciliar os conflitos até mesmo ao custo de alguns sacrifícios por parte dos trabalhadores.

Mas é na questão da “união nacional” que a sintonia entre o conceito de “nacionalismo” utilizado com mais frequência pelo PCB no pós-57 e o de “patriotismo” até então fica mais

explícita, pois ambos são utilizados como justificativa para colocar a luta unificada entre as classes brasileiras contra o imperialismo como paradigma central e acima da luta entre essas classes (PRESTES, 1947, pp. 6-7).

Companheiros! A elevação do nível de vida das grandes massas do campo interessa a todos os brasileiros. Aos capitalistas, aos operários da cidade. Aos capitalistas, porque capitalista não pode empregar dinheiro em máquinas para que essas máquinas fiquem paradas. E para que produzir tecidos se não há quem os possa comprar?

[...]

Portanto, companheiros, a elevação do nível de vida das grandes massas do campo, interessa também ao capitalista, naturalmente aos capitalistas patriotas, àqueles que amam a nossa terra, que colocam os interesses do Brasil acima, muito acima de egoísticos interesses individuais (PRESTES, 1947, p. 6).

Jango critica os que se recusavam a colaborar com a unidade da nação:

Quando classes produtoras e classes trabalhadoras de todo o país, num alto espírito de compreensão, oferecem a sua colaboração para que o novo governo possa iniciar uma ação de conagração indispensável às reformas básicas desejadas pelo povo, os inconformados de variados matizes lançam-se à obra impatriótica da divisão, como método; do ódio, como instrumento; do golpe, como objetivo (GOULART, 1962, p. 36).

Outro argumento-chave para o PCB reivindicar o nacionalismo após 1957 foi, como comentado, o entendimento da necessidade de se estudar e conhecer a realidade brasileira. Entretanto, Luiz Carlos Prestes já sustentava, enquanto característica patriótica, a mesma postura (e com as mesmas conclusões) quando senador na segunda metade dos anos 1940:

Li estas considerações para acentuar nossa opinião, que afirmamos ser a única patriótica, porque ser patriota não é mentir nem enganar-se a si mesmo a respeito de um progresso inexistente. A verdade é que o Brasil chegou, nos dias de hoje, a constituir um dos países mais atrasados do mundo. No entanto, quais as causas desse atraso? Esta a atitude científica do patriota: buscar a causa. Muitos dos patriotas em nosso país, anos seguidos, investigam isso. Fala-se de raça, de geografia, do clima, da densidade demográfica. Procuram-se explicações para esse atraso, desde Euclides da Cunha com seu célebre livro dividido nessa parte em dois capítulos – a Terra e o Homem – e repetido depois pelos que lhe sucederam em obras publicitárias da mesma natureza, mas nenhum encontrando a razão científica real desse atraso (PRESTES, 2003, p. 227)

Houve casos em que “patriotismo” e “nacionalismo” apareceram juntos e de forma complementar, sem um contradizendo/compensando outro. Dois discursos de João Goulart ilustram o caso. No primeiro, se dirigindo à FAB, diz:

conforta-me [...] a segurança de que a pureza do vosso idealismo muito contribuirá para a vitória final na luta patriótica, nacionalista e cristã que estamos empreendendo e que tem como finalidade construir um Brasil forte, socialmente justo e economicamente emancipado (GOULART, 1963, p. 192).

No segundo, momento de exaltação da Eletrobras como instrumento de emancipação e desenvolvimento legado por Vargas (GOULART, 1963, p. 99), enaltece o “patriotismo e a visão do estadista que a concebeu” (GOULART, 1963, p. 99), pois a Eletrobras era “um ponto integrante daquela mensagem nacionalista legada aos brasileiros pelo grande Presidente Getúlio

Vargas” (GOULART, 1963, p. 100).

O uso do conceito de “patriotismo” era, então, também bastante diversificado.

Se era majoritário, à esquerda e à direita, o entendimento consideravelmente abstrato do mesmo como um sentimento de amor à pátria e uma qualidade moral; sua relação com o conceito de “nacionalismo” variava da função de substituição por oposição (especialmente por parte daqueles que, em dado momento, imputavam à palavra “nacionalismo” um significado inerentemente negativo<sup>110</sup>), sinônimo (de fundo programático: princípio norteador nacional unificador, trazendo propostas de ação ou na valorização do entendimento da realidade nacional) ou acompanhamento.

As situações específicas de cada uso para cada espectro político nacional (esquerdas e direitas) dentro das diversas polêmicas (que até aqui apareceram de forma ilustrativa e desorganizada), assim como o papel de tais conceitos em interpretações particulares da questão nacional, serão vistos nos dois próximos capítulos (primeiro, com a esquerda política e, posteriormente, com a direita), pois, como sustentou Koselleck em estudo específico sobre tais conceitos, “nacionalismo” e “patriotismo” não podem ser determinados ontologicamente ou simplesmente colocados em termos de bom/mal: “O uso linguístico, sempre condicionado por interesses”, diz o falecido pensador alemão, torna obrigatória “uma explicação funcional, ainda quando deste modo a crítica ideológica não encontre um solo firme” (KOSELLECK, 2012, p. 159).

### **Considerações sintéticas sobre o capítulo**

Retomando os pontos analisados no capítulo que aqui se encerra, pode-se dizer que tanto para as esquerdas quanto para as direitas de então, a questão nacional cumpria papel ímpar nas disputas que travavam entre si, pois permitia que o confronto com os adversários fosse pautado na direção da oposição entre uma noção específica de Brasil e de brasileiros contra interesses alienígenas - isso numa conjuntura global em que o problema nacional era reconhecido como

---

<sup>110</sup> É interessante notar como, ao discorrer sobre a história específica do conceito de patriotismo e sua relação com o de nacionalismo, Koselleck, envolvido na atmosfera europeia do início desse século, aponta que, naquela situação, o conceito de nacionalismo carregaria uma carga negativa muito distinta da de patriotismo: “En cualquier caso, hoy día el concepto ‘patriota’ no hace que sus usuarios sean considerados o definidos como nacionalistas o chovinistas, es decir, como parte de un grupo negativo. Nuestra experiencia hace que no se pueda ser nacionalista, pero ser patriota sigue siendo algo aceptable.” (Koselleck, 2012, p. 143).

relevante para ambos os espectros, especialmente pelo destaque que a luta anticolonial e anti-imperialista ganhava naquele momento, se confundindo também com as disputas entre capitalismo e comunismo nos quadros da Guerra Fria.

O debate em torno da soberania nacional, portanto, atravessava o campo interno, com a acusação mútua de estrangeirização de fundo ideológico, em que, por parte da esquerda, sobressaíam três argumentos: a) a direita era majoritariamente dirigida por aliados locais do imperialismo estadunidense (“entreguistas”, que atuavam para entregar as riquezas naturais brasileiras ao exterior); b) essa submissão não era só política, mas principalmente econômica, havendo uma relação estrutural entre a economia dependente brasileira e os EUA; e c) a intervenção imperialista nos assuntos internos era a principal responsável pelos grandes problemas e conflitos nacionais do período (como o suicídio de Getúlio Vargas em 1954). Da mesma maneira, três pontos podem ser destacados no discurso das direitas: a) as forças brasileira de esquerda serviam, objetivamente, de maneira consciente ou não, aos interesses da União Soviética; b) no quadro da Guerra Fria, essa relação servil aparecia como potencial ameaça bélica, onde a esquerda passa, então, a ser tratada como um “inimigo interno” de caráter também militar; e c) além disso, a esquerda, pautada, alegavam, no materialismo econômico e na luta de classes, possuía uma inerente contradição com a essência brasileira (ocidental, cristã, capitalista e pacifista).



## 2. ANTI-IMPERIALISMO, ESTATISMO E JUSTIÇA SOCIAL: A QUESTÃO NACIONAL À ESQUERDA

### **Apresentação introdutória**

O capítulo que aqui se inicia tem como objetivo descrever e discutir o papel da questão nacional nas produções discursivas das principais lideranças brasileiras que se posicionaram à esquerda no espectro político ao longo da IV República (1945-1964) a partir de três eixos: (a) as abordagens críticas acerca do fenômeno “imperialismo” como variável explicativa e justificadora para posições políticas desses agentes históricos; (b) o duplo papel do Estado enquanto instrumento, por excelência, de enfrentamento a esse imperialismo e também de equalização das classes sociais que compunham a nação na direção da justiça social; e (c) a questão da justiça social como elemento realizador da nação em sua plenitude ao permitir com que todos os seus cidadãos e cidadãs usufríssem da riqueza nacionalmente edificada e colaborassem ativamente com processo de emancipação da pátria ao fortalecê-la.

Cada um dos eixos subdivide o texto corrente em um subcapítulo. Eles servem de engrenagem para destrinchar os temas em diversos pontos específicos derivados, inclusive para tratar das divergências intraesquerda.

No primeiro subcapítulo, *O imperialismo como fator colonial no Brasil*, demonstra-se como o imperialismo era lido enquanto o principal responsável pelos males e insuficiências nacionais; apontado como responsável por, junto de seus aliados nacionais, manter relações coloniais com o Brasil e reter, assim, o país no subdesenvolvimento, violando a soberania nacional. Entre os pontos abordados, além da demonstração do que seriam, para as esquerdas, essas relações coloniais em si, se discute, derivando daí, algumas temáticas essenciais para a posterior comparação com as posições das direitas nacionais<sup>111</sup>; como a visão sobre a presença do capital externo no país (inclusive aqueles ofertados como “ajuda” por parte dos países capitalistas centrais); o tipo de relações desejadas para com o mundo, com destaque para a solidariedade internacional e a América Latina; a questão da União Soviética enquanto adversária ou aliada e, diante de tudo isso, a formulação de um projeto que se consolidou em conceito, a chamada Política Externa Independente (PEI).

---

<sup>111</sup> Posições estas apresentadas no capítulo terceiro e comparadas no quarto e último da tese.

Segue-se com o segundo terço do capítulo, *O Estado como instrumento de libertação e realização da nação*, no qual o papel do Estado na construção da nação, segundo as lideranças das esquerdas tratadas, é apresentado em duas direções: mantenedor da soberania nacional em nível externo e equalizador social por excelência em nível interno. Para as esquerdas, essas tarefas se materializariam por meio do controle dos recursos naturais, da nacionalização de algumas empresas estrangeiras e da intervenção e do planejamento econômico pautado na inserção social de setores excluídos do gozo das riquezas nacionais – o que levou parte das lideranças da esquerda à defesa de um “socialismo brasileiro”, diferente e antagonista do socialismo marxista (o comunismo) e ordenado na coexistência entre propriedade privada/livre iniciativa com o Estado, o planejamento e as intervenções na economia quando necessário (ponto também tratado nesse subcapítulo).

A parte final do capítulo, intitulada *A questão da justiça social como meio de inclusão do povo na nação*, é voltada para demonstrar como, segundo as esquerdas da época, a nação brasileira era vista como incompleta por excluir socialmente as classes trabalhadoras, reféns de uma relação em que muito pouco dos frutos do próprio trabalho retornariam para elas; o que, por outro lado, deixava o próprio país mais vulnerável à ingerência imperialista. Esses dois aspectos, a exclusão social e a exploração estrangeira, seriam mantidos por um mesmo complexo estrutural a ser enfrentado por via do Estado no campo da política (o que é discutido no subcapítulo anterior). Combate este justificado, por parcela das lideranças de esquerda, sob um padrão moral ancorado numa interpretação específica e socializante do cristianismo; que seria, por sua vez, para tais figuras, um dos pilares da formação nacional – argumento importante dentro da lógica adotada pela parcela majoritária dos agentes das esquerdas do país, pois, com isso, advogavam para si a fidelidade às “tradições nacionais” em suas pautas.<sup>112</sup>

## 2.1 O imperialismo como fator colonial no Brasil

Como brevemente abordado no primeiro capítulo<sup>113</sup>, a posição dependente do Brasil no cenário internacional aparecia como fator fundamental e estruturante nos discursos das esquerdas no período entre 1945 e 1964. A variável “imperialismo” ocupava um papel de

---

<sup>112</sup> Outro elemento importante nas posteriores comparações com as direitas.

<sup>113</sup> E agora analisado mais pormenorizadamente.

destaque no que se refere às abordagens desses setores quanto à questão nacional. Entendido e apresentado como antagonista da própria realização da nação brasileira, o fenômeno aparecia como responsável por contrariar os interesses especificamente pátrios ao ser lido enquanto um elemento objetivo de drenagem das riquezas nacionais pelos países desenvolvidos (com destaque para os EUA) por meio de relações tipicamente coloniais e, conseqüentemente, atuar para a manutenção de estruturas internas favoráveis ao seu domínio mesmo que isso importasse em violar a soberania brasileira – cujas conseqüências mais diretas seriam a perpetuação do subdesenvolvimento nacional e a exclusão da maioria da população das benéficas da civilização. Assim, para as esquerdas, o imperialismo era um dos principais problemas nacionais, com raízes externas (as relações políticas e, principalmente, econômicas, com as potências estrangeiras) e internas (as estruturas nacionais<sup>114</sup> que cumpriam o papel de engrenagens nativas do complexo de exploração colonial e os setores das classes dominantes aliados ao imperialismo operantes nessas estruturas). Entre as conseqüências maléficas dessa situação, aparecem com frequência nos discursos questões como a drenagem das riquezas nacionais, o endividamento externo, a aniquilação das indústrias brasileiras, a interferência direta em assuntos políticos internos e até mesmo a inflação<sup>115</sup>. Estava em jogo para o povo brasileiro, portanto, a luta por sua “segunda independência”. Nesse sentido, o internacionalismo aparecia como conseqüência direta dessa abordagem específica, centralmente anti-imperialista, do nacionalismo vigente nas esquerdas, pois o fenômeno “imperialismo” afetaria o Brasil por estar presente na realidade global de maneira geral. Compartilhávamos, portanto, segundo as esquerdas, de problemas comuns aos povos subdesenvolvidos de todo mundo, com destaque para América Latina, África e Ásia.

Em 1961 Brizola detalhava os pormenores dessa estrutura espoliativa que levava à dependência:

Ele [o processo espoliativo] opera da seguinte forma: através da penetração de certo tipo de capital estrangeiro adquire o controle próprio ou remoto da faixa econômica mais desenvolvida. Como, porém, nesses países subdesenvolvidos os empresários industriais e comerciais, os empresários das grandes empresas e os proprietários de bancos, são também proprietários rurais e, em tais países, a sociedade rural típica é a latifundiária, temos que o capital estrangeiro embutido nas grandes empresas modernas é também um fator decisivo na manutenção do latifúndio.  
Por que ele é interessado no latifúndio?

<sup>114</sup> O latifúndio e sua relação de dependência com os grandes bancos, a penetração do capital estrangeiro no Brasil, entre outros pontos descritos pelos políticos-autores e comentados ao longo da tese.

<sup>115</sup> A inflação era uma pauta frequente nos discursos das esquerdas e das direitas durante o período abordado. Moniz Bandeira traçou um quadro da inflação ante a economia nacional no ano anterior ao golpe que fundaria a Quarta República: “Em 1963, enquanto o Produto Interno Bruto crescera apenas 1,5 %, o índice geral dos preços se elevava a uma taxa de 81,3% e, com o déficit de caixa do Tesouro atingindo a cifra de Cr\$ 500 bilhões, a expansão monetária evoluíra a um ritmo de 64,3%” (Bandeira, 1978, p. 160).

Porque o país de onde procede o capital estrangeiro necessita de matérias-primas que são fornecidas pela economia monocultora, economia tipicamente latifundiária. Esta é uma verdade universal. Então o país de onde procede – repetamos –, o capital estrangeiro compra esses produtos primários a baixo preço e vende a alto preço os seus produtos manufaturados, ao país do qual compra os produtos primários. Essa disparidade dos termos de comércio beneficia a quem, serve a quem? É parte do processo espoliativo (BRIZOLA, 2004, p. 533).

O processo espoliativo internacional, consequência direta do imperialismo, se daria, então, com o capital estrangeiro penetrando nas áreas empresariais e comerciais; e, como nos países subdesenvolvidos estes setores controlariam também o latifúndio, os capitais externos passariam a ter privilégios na aquisição de matérias-primas e na venda de manufaturados – lucrando, assim, com o saldo final dessa balança comercial. A exploração estrangeira, seria, dessa forma, a causa do agravamento da situação econômica do país e do povo, pois, além de saquear as riquezas nacionais, sustentaria todo um complexo semifeudal interno em associação com as classes dominantes, oligarquias econômicas e financeiras (BRIZOLA, 2004, p. 529).

Dados mobilizados por Dreifuss acerca dos anos 1960 ilustram o grau de penetração estrangeira na economia brasileira

O conjunto dos grupos econômicos multinacionais bilionários e multibilionários somados aos grupos “nacionais” ligados ou associados a interesses multinacionais constituía 68,4% do total, ou seja, 189 grupos de um total de 276 grupos econômicos com um ativo acima de Cr\$ 900 milhões. As conclusões a que se pode chegar são claras. As grandes empresas “nacionais” e os grupos que as controlavam eram predominantemente multinacionais, firmemente interligadas através de uma dependência tecnológica ou financeiramente integrados a grupos multinacionais. A grande corporação “nacional” era principalmente uma empresa associada (DREIFUSS, 1981, p. 51).

João Goulart acompanhava o cunhado Brizola na crítica à relação de desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos no que se refere à disparidade ancorada num comércio em que se observava cada vez mais a queda de preços dos produtos primários exportados e a elevação dos preços dos equipamentos e manufaturas importados (GOULART, 1963, p. 197).

Tal percepção também era compartilhada pelos comunistas. Segundo Prestes:

[...] além do latifúndio, dificulta também e impede o nosso desenvolvimento econômico a dominação do capital estrangeiro. Além de semifeudal é também semicolonial o nosso país. Estradas de ferro, portos, serviços públicos dos mais importantes, está tudo nas mãos dos grandes banqueiros estrangeiros, direta ou indiretamente (PRESTES, 2003, p. 267).

No Senado, o líder comunista detalhava em números o que entendia ser evidência de tal quadro:

Tomemos o valor da tonelada importada correspondente ao da tonelada exportada. Veremos que no Brasil, em 1926, o valor médio da tonelada exportada era, em libras, 50.73, e, em 1940, baixou para 9.88, enquanto que a tonelada importada baixava de 16.16 para 7.02. Quer dizer, se comprávamos, em 1926, com uma tonelada exportada, 3.14 toneladas, comprávamos, em 1940, somente 1.41. Em 1938, com o valor de uma

tonelada exportada, só foi possível adquirir 1,27 toneladas de mercadorias estrangeiras, em vez das 3,14, de 1926, ou mesmo das 3,00, de 1929. Prejuízo, por tanto, de 59%, relativamente a 1929 (2003, p. 261).

E, no mesmo discurso, registrava:

A máquina que nos custava £500, em 1929, podia ser adquirida em troca da exportação de 11,5 toneladas de nossa exportação, enquanto, em 1938, a mesma máquina cujo preço já tenha sido reduzido à metade, £250, só pode ser comprada em troca da exportação de 27,2 toneladas de sua produção (2003, p. 262).

Para Goulart o problema brasileiro era parte de uma situação internacional cuja tendência a se perpetuar e se agravar com o crescimento da população mundial levaria à disparidade entre as nações, tendendo a níveis classificados por ele como incompatíveis com “os princípios da dignidade humana e da solidariedade cristã” (GOULART, 2009, p. 75). Assim, seria imprescindível que as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se pautasse por certas vantagens cedidas pelos primeiros aos últimos visando equilibrar as distâncias sociais e econômicas entre os povos.

Para o marechal H. Lott a identificação do imperialismo como um fator “colonial” não era metafórica e, em caso de derrota na luta pela soberania nacional, o Brasil poderia ver seu povo humilhado como ficaram os sul-africanos diante do colonialismo inglês: “Temos que libertar o Brasil dos trustes que querem nos tornar seus subordinados. Se não fizermos isso poderemos terminar como na África do Sul, obrigados, nas ruas, a mostrar passes aos estrangeiros para podermos circular” (ÚLTIMA HORA, 30 abr. 1960, p. 4).

Os problemas oriundos do complexo estrutural imperialista não se resumiam, para a esquerda, porém, aos econômicos e mais evidentes. Para Miguel Arraes, por exemplo, os efeitos da dominação externa nos campos político e social seriam até mais devastadores (ARRAES, 1965, p. 37). Conforme melhor descrito no capítulo primeiro da presente tese, os principais conflitos políticos ocorridos entre 1945 e 1964 foram lidos pela esquerda brasileira como resultado de uma sinergia entre o imperialismo e os setores das classes dominantes locais, violando a soberania nacional e ferindo os interesses das classes trabalhadoras e demais segmentos sociais do país impactados pela concorrência estrangeira. Tal percepção levou até mesmo a críticas entre a própria esquerda, especialmente dirigidas contra as lideranças que se encontravam à centro-esquerda quando na posição de governo. Numa dessas situações, a Missão San Tiago Dantas<sup>116</sup> foi duramente criticada pelo então governador pernambucano:

A intromissão dos trustes e monopólios em nossa vida é evidente, ostensiva, já não mais se dissimula. Exemplo muito recente disso são os resultados da Missão San

<sup>116</sup> Viagem de três semanas do então ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, aos EUA em março de 1962, visando obter auxílio financeiro nos quadros da “Aliança para o Progresso” e a renegociação da dívida com o FMI. Em troca, o Brasil adotaria uma política ortodoxa no ajuste das contas públicas por meio do Plano Trienal.

Tiago Dantas junto ao governo norte-americano e as agências internacionais de crédito, sob influência e controle do capital internacional monopolista. Em primeiro lugar, a Missão obteve, apenas, uma reduzida parcela do dinheiro que pretendia; ainda assim, essa reduzida parcela não se destinava ao desenvolvimento do país, mas, em sua maior parte, ao atendimento de interesses de companhias estrangeiras localizadas no Brasil, como, por exemplo, o reembolso de acionistas dessas companhias, cuja indenização é feita de modo extremamente lesivo à economia nacional [...]. Mas, há pior ainda: a Missão teve de ouvir e concordar com as exigências do já muito conhecido Fundo Monetário Internacional, exigências que significam, na prática, intolerável tentativa de ditar normas para nossa política econômico-financeira e de controlar a política social do governo brasileiro. Outro sentido não têm, não podem ter, as exigências de que o governo realize violenta deflação em 12 meses, congele o salário dos trabalhadores, não lhes concedendo aumento superior a 40%, e ofereça câmbio livre ao mercado internacional (1965, p. 39).

Entretanto, apesar de também presente nas querelas intraesquerda, a identificação do adversário do momento com o imperialismo capitalista era um recurso majoritariamente voltado contra a direita. Da destituição de Vargas em 29 de outubro de 1945, quando o ex-presidente apresentava a convicção de que foi “vítima dos agentes da finança internacional” (VARGAS, 2011, p. 517), até o golpe de 1964, no qual Jango, em manifesto publicado no 1o de abril do golpe, via “a fúria insensata e odienta dos impatrióticos interesses contrariados” (*apud* FERREIRA; GOMES, 2014, p. 361), as esquerdas identificaram o complexo imperialista, com seus elementos externos e a sinergia com setores internos das classes dominantes, como variável nefasta presente. Em 1961, numa conferência na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), Brizola foi enfático: os EUA davam cobertura para os privilégios sociais daqueles que aqui são, justamente, os seus maiores defensores (2004, p. 501).

Um trecho de um discurso do próprio Jango resume bem a percepção das esquerdas sobre o papel nefasto exercido pelo imperialismo:

Não se compreende que um país subdesenvolvido como o nosso, habitado por um povo heroicamente trabalhador, continue, embora lutando cada vez mais, tolhido pelas mesmas amarras do subdesenvolvimento. Isto se deve, sem dúvida, entre outros fatores, à sangria permanente de nossa riqueza (1963, p. 126).

Nas palavras de Lott:

Não mais desejamos que o suor do trabalhador brasileiro sirva para enriquecer os que estão no estrangeiro. Não é possível que o esforço dos brasileiros continue aproveitando aos países estrangeiros. O que é preciso é que o trabalhador brasileiro seja capitalizado a favor do nosso país (ÚLTIMA HORA, 16 fev. 1960, p. 4).

O imperialismo era, para as esquerdas, portanto, um problema estrutural e multifacetado, cujas consequências eram responsáveis por sustentar as mazelas sociais internas e os déficits de soberania econômica e política da nação – de forma que, com frequência, a ideia de uma “segunda independência” era mobilizada como norte da potencial solução, usando-se termos como “novas etapas da nossa independência” (GOULART, 1962, p. 108), “independência econômica” (BRIZOLA, 2004, p. 473), “emancipação econômica” (ARRAES,

1965, p. 66; VARGAS, 2004, p. 127)., etc. Nisso, “percebia-se que o principal agente para conduzir o crescimento e a emancipação econômica deveria ser o Estado, ou seja, o Poder Público” (MOREIRA, 2011, p. 275). No dia 11 de setembro de 1960, o jornal trabalhista *Última Hora* (p. 04), reproduzia como Lott, o último candidato à presidência por parte das esquerdas do período, sintetizava a questão:

Para que nossa pátria seja uma nação respeitada, para que o povo tenha melhor nível de vida, temos que conquistar a nossa emancipação econômica, mesmo com pesados sacrifícios. E para que isso aconteça é preferível o nosso sacrifício que estendermos a mão aos estrangeiros como se estivéssemos pedindo esmolas. Aí, sim, estaríamos ferindo e maculando a dignidade da nação

Mas o que seria essa “emancipação econômica”? Em 1961 Brizola respondera:

Emancipação econômica significa em primeiro lugar fazer uma profunda revisão dos termos de nosso intercâmbio internacional. Enquanto continuarmos exportando matérias primas a preços aviltados e importando bens elaborados a preços continuamente valorizados, submetidos aos acordos, às fraudes, a todo este complexo cipoal de normas e regras que rege o nosso intercâmbio com o mundo exterior, submetidos a uma estrutura econômico-social decorrente desse vai-e-vem do processo espoliativo, dos juros, dos royalties, da exportação legal e ilegal de lucros extorsivos, dos investimentos antinacionais e dos tentáculos da exploração e do colonialismo [...], nossa economia e o homem brasileiro estarão submetidos a um processo de esclerosamento, de desvitalização que os conduzirá fatalmente a uma espécie de anemia profunda que arrebatará todas as possibilidades imediatas ou futuras de crescimento, de expansão e de real prosperidade (2004, p. 535).

Prestes cita um forte exemplo de superlucro estrangeiro no caso da companhia de energia Light, que:

Em 1910, tinha um capital de 30.000.000,00 de dólares. Esse capital não foi realmente aumentado com outras somas de dinheiro estrangeiro trazido para o Brasil. Em 1942 proclamava aquela Companhia possuir capital no valor de 181.000.000,00 de dólares. Seus lucros são superiores ao capital histórico inicial, que realmente empregou (2003, p. 268).

No dia 18 de janeiro de 1964, a página 04 do jornal *Última Hora* (p. 04), trazia as palavras de João Goulart ao regulamentar a Lei de Remessas de Lucros, que limitava a exportação de lucros por parte das empresas estrangeiras atuantes no Brasil: “Lutamos pela verdadeira independência da nossa pátria, pela sua completa e efetiva emancipação econômica. É dentro desta perspectiva que se há de analisar o regulamento que ora promulgamos” (grifo nosso).

O endividamento constante também seria consequência dessa relação predatória entre as nações e, conseqüentemente, outro ponto a ser combatido. Vargas, por exemplo, quando senador, ao fazer um balanço do seu primeiro governo, exalta os resultados obtidos nesse campo:

Nossos orçamentos eram deficitários e, o que é mais grave, nossa balança de pagamentos era também deficitária. Não tínhamos reservas-ouro, nem divisas, e o Banco do Brasil estava com saques a descoberto. Os juros da dívida externa exigiam mais de 35% do total da receita e quase a metade das nossas exportações. Não

podíamos importar porque não tínhamos como pagar. Por mais que exportássemos, os preços não compensavam nosso esforço. Deixei o governo com a dívida externa pesando apenas em 6% sobre as nossas receitas, com 700 milhões de dólares de saldos no exterior e com tantas possibilidades que o governo é obrigado a proibir a exportação, porque se considera com sobra de cambiais (2011, p. 542).

A própria indústria nacional estaria ameaçada:

Temos mostrado ao proletariado que o maior inimigo do povo não é o patrão, que sofre, igualmente, as consequências de uma situação econômica difícil e a concorrência imperialista que de forma alguma pode vencer. Assim, nossa indústria vai sendo aniquilada pela concorrência dos Estados Unidos, cuja produção é muito mais barata (PRESTES, 2003, p. 561).

A inflação, um dos principais problemas nacionais do período, também era citada com frequência pelas esquerdas como um desajuste oriundo, ainda que parcialmente, do complexo estrutural imperialista e seus componentes de caráter semifeudal e semicolonial (BRIZOLA, 2004, p. 536; PRESTES, 1947, p. 5). Brizola era enfático ao responsabilizar o imperialismo como causa principal da inflação na América Latina:

De nada servem reformas internas num país em que se verifica tal assalto. Encontre-me entre os que afirmam que no processo espoliativo está a causa fundamental da inflação e, portanto, o aumento constante do custo de vida. O processo espoliativo, como uma doença insidiosa, quanto mais grave e intensa, maiores as tensões e deformações que organismo enfermo passa a sofrer. [...] Que é a inflação senão um imposto, um tributo lançado sobre o povo, uma arrecadação de parte da renda e dos salários de cada um de nós? Os governos emitem porque necessitam aliviar uma tensão interna, exatamente como um antitérmico para um organismo febril. A causa da inflação brasileira como a de todos os países latino-americanos está no processo espoliativo. Todos os demais fatores que influem na espiral inflacionária são secundários, irrelevantes ou decorrentes (2004, p. 539).

Para as esquerdas, uma engrenagem importante do complexo imperialista poderia ser localizada nos capitais estrangeiros investidos, que, contrariamente ao que alegavam os seus defensores à direita, tenderiam a aprofundar a dependência do Brasil diante das grandes potências capitalistas – incluindo, aí, para alguns segmentos, os programas de caráter assistencialista. Investimentos estrangeiros, “produtivos” ou assistencialistas, não foram rejeitados sempre e como um todo pelas lideranças políticas brasileiras que se posicionavam à esquerda na conjuntura de então. Porém, havia, ainda que com importantes nuances e até divergências abertas, pelo menos certa precaução e desconfiança antecipada diante dos capitais externos, seus interesses reais e as consequências potenciais; já que estavam diretamente relacionados ao imperialismo e, portanto, deveriam ser regulamentados, vigiados e controlados de alguma forma – quando não, claro, simplesmente rejeitados. Cada caso possuía suas especificidades nos discursos das esquerdas, mas, em geral, a observância dos investimentos estrangeiros como parte do complexo de dominação e exploração imperialista esteve presente.

Essa posição se distancia bastante daquela hegemônica na direita brasileira<sup>117</sup>, adepta, no geral, da imprescindibilidade de tais capitais para o desenvolvimento do Brasil. Arraes atacou diretamente essa ideia como mero mito; recorrendo à história então recente da industrialização do país para demonstrar o caráter errôneo da concepção:

[...] outro mito, este mentiroso e historicamente falso, de que a industrialização só poderá ocorrer com a ajuda do capital estrangeiro. Qualquer estudante de economia sabe que o desenvolvimento industrial do país teve impulso, precisamente, quando era nulo, ou bastante reduzido o afluxo de capitais estrangeiros. Nos anos 30, o nosso avanço industrial apresentou um aumento anual superior a 8%, sem que houvesse qualquer aumento na aplicação de capitais estrangeiros em nossa economia. E quando, logo depois, esses capitais começaram a aumentar, ocorreu, conseqüentemente, uma redução na taxa anual de nosso crescimento industrial (ARRAES, 1963, p. 21).

Para Brizola, uma das lideranças políticas mais decididas quanto à oposição aos capitais externos, os investimentos da nação mais poderosa na economicamente mais frágil tenderia a atuar como uma “bomba de sucção” das riquezas do país investido, pois esses capitais explorariam a força de trabalho do povo mais fraco e exportariam, para o país investidor, os lucros obtidos:

Quando uma nação economicamente forte se predispõe a fazer inversões em áreas subdesenvolvidas sob sua influência econômica, segundo o modelo até agora adotado pelos Estados Unidos, temos que essas inversões não visam levar o progresso às áreas atrasadas, antes representam a instalação de bombas de sucção destinadas a carrear ainda maiores riquezas para o país investidor.

[...]

Isto porque tais investimentos obedecem à estratégia do lucro de exportação, atendem só aos imperativos do enriquecimento e da ganância. Consiste em última análise em obter concessões e monopólios e oligopólios dos mercados locais, montar o sistema de uma máquina de produção ou exploração de qualquer coisa, fazer os nacionais trabalhar e exportar de qualquer forma lucros e rendimentos. A exaustão do povo e do seu patrimônio local, pouco importa. Há, neste sentido, em relação ao Brasil, um depoimento insuspeito. O Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos demonstrou como os lucros obtidos em nosso país, pelos investidores estrangeiros, ultrapassavam em muitos casos, a ordem de 3.000%. (2004, p. 538).

A conclusão do líder gaúcho era enfática: se fosse possível escolher entre um quadro de maciços investimentos estrangeiros em nosso país mantendo o complexo então vigente de relações econômicas internacionais, por um lado, ou mudar essas relações sem receber nenhum investimento ou ajuda, por outro, a segunda situação era preferível, pois, mantendo as relações vigentes, toda suposta ajuda só serviria para, no fim das contas, erodir ainda mais a economia brasileira (2004, p. 537).

Arraes embasava com números essa percepção:

Em 12 anos, de 1947 a 1958, os investimentos registrados no Banco do Brasil somaram a quantia de 494 milhões de dólares. Esses 494 milhões de dólares permitiram, no mesmo período, um reinvestimento da ordem de 525 milhões de dólares e ainda remeteram de lucro para o exterior a importância de 508 milhões de dólares. Quer dizer: se pretendessem retornar, sair do Brasil, aqueles 494 milhões de

<sup>117</sup> Como será visto no capítulo seguinte.

dólares iniciais retornariam acrescidos dos 525 milhões de reinvestimentos, totalizando, desse modo, 1 bilhão e 19 milhões de dólares. Sem contar os 508 milhões de lucros, que já estariam no exterior. Para dizer a verdade, nós, país subdesenvolvido, miserável e pobre, exportaríamos dólares, como efetivamente estamos exportando, à custa do sacrifício, da miséria e da fome do povo brasileiro (1965, pp. 36-37).

Para Arraes, um dos motivos que corroboraria para reforçar esse caráter colonial do fluxo de capitais externos, seria o fato dos mesmos serem investidos prioritariamente nos setores que pouco teriam a oferecer para o desenvolvimento do Brasil, relacionados às possibilidades de explorar mão de obra barata e matéria-prima:

esse fluxo de capitais estrangeiros contribuiu para que, em muitos setores de nossa economia, persistisse, e se solidificasse, a estrutura econômica tipicamente colonial que estávamos querendo modificar, tendo isso acarretado onerosas consequências que ainda hoje constituem problema a resolver. E é fácil compreender porque. Foi e é porque os capitais estrangeiros se aplicaram e se aplicam não em atividades que interessem ao nosso desenvolvimento, mas, naquelas atividades que oferecem mais vantagens aos investidores privados estrangeiros, todos eles interessados em matérias-primas a baixo preço, em mão de obra a salário de fome, em favores e privilégios cambiais e fiscais, de cujos lucros já se desconta o preço do suborno, da advocacia administrativa, da traição (1963, pp. 21-22).

No discurso de Ano Novo em 31 de dezembro de 1951, Getúlio Vargas, ao reconhecer o direito do capital estrangeiro buscar seus lucros nas terras brasileiras, não se constringe, por outro lado, de afirmar que a fuga de capitais ocorrida no Brasil por via da espoliação estrangeira no triênio 1948-1950 levou embora capital calculado como mais do que suficiente para desencadear um vigoroso programa de desenvolvimento econômico no país. Portanto, o lucro do capital não poderia se dar através da dilapidação do patrimônio nacional. Para o líder trabalhista, seria legítima a atuação do capital internacional no país desde que controlada no sentido de garantir lucros justos, sem que empobrecessem ainda mais o Brasil (2011, p. 689).

Como já mencionado, as “ajudas” oferecidas ao Brasil por parte dos países imperialistas não eram tratadas de maneira distinta por alguns setores da esquerda nacional. Programas assistencialistas, como a “Aliança para o Progresso”<sup>118</sup>, um dos principais programas pretendidos enquanto auxílio financeiro dos EUA aos países subdesenvolvidos, eram entendidos como “disfarce”, algo que “não merece o crédito de nenhum brasileiro razoavelmente bem informado” (ARRAES, 1965, pp. 39-40), e, ainda que houvesse reconhecimento da boa vontade por parte dos que ofereciam ajuda, estes, se sinceros, acabariam por reconhecer a “quase inutilidade de seus esforços” (BRIZOLA, 2004, p. 518).

<sup>118</sup> Programa de cooperação econômica e social liderado pelos EUA que, de 1961 até 1969, prometeu auxiliar com recursos financeiros a América Latina para, assim, afastá-los da influência comunista. Foi muito criticado não só pelo declarado anticomunismo, mas também por seu caráter chantageiro, fazendo uma série de exigências aos países em troca da suposta ajuda. Se, no combate ao comunismo, com a mão direita o imperialismo estadunidense impunha a repressão e a violência política, com a mão esquerda entregava “amparos”. Sobre o assunto *cf.* Bandeira (2011, pp. 221-225; 316; 329).

Os números, mais uma vez, embasavam Arraes: metade da ajuda estadunidense oferecida entre 1940 e 1962 teria se dado na forma de empréstimos aos brasileiros para que estes comprassem bens de capital dos Estados Unidos e outros 35% para a importação de excedentes agrícolas que ficariam ociosos no mesmo país – ou seja, empréstimos oferecidos pelos EUA para brasileiros comprarem produtos estadunidenses (1965, p. 40). Assim, o político cearense manifesta anuência com o Papa João XXIII<sup>119</sup> e evoca as palavras deste para registrar a política de “ajuda” do imperialismo como “nova forma de colonialismo” (1965, p. 41). Anos antes, na outra ponta da IV República, Prestes já classificava as supostas ajudas estadunidenses como uma “máscara com que o imperialismo norte-americano procura encobrir essa intervenção e essas ameaças [...] apresentada como necessária ou, mesmo, indispensável do capital americano ao desenvolvimento de nossa vida econômica” (1948, p. 5).

A Operação Pan-Americana (OPA)<sup>120</sup> também foi questionada pelo líder comunista, já que, apesar da tentativa de Juscelino Kubitschek defender as aspirações nacionais junto à mesma, haveria uma contradição insolucionável ao pressupor a possibilidade dos EUA, principal responsável pelo subdesenvolvimento latino-americano, auxiliar no desenvolvimento do Brasil; que, além de tudo, ignoraria o histórico de contrapartidas contrárias ao interesse nacional habitualmente exigidas em troca, como a entrega do nosso petróleo (PRESTES, 1959, p. 4).

[...] em seus princípios e em sua plataforma prática, a OPA pretende manter a política externa do país na dependência da política antissoviética dos Estados Unidos e subordinar o desenvolvimento econômico do país à “ajuda” do imperialismo norte-americano. Nisto, precisamente, reside a contradição essencial da OPA: a ajuda é solicitada ao imperialismo norte-americano que é o principal causador do subdesenvolvimento da América Latina e que, por sua natureza intrínseca, não pode senão tender à exploração e à opressão (1959, p. 4).

João Goulart, ao tecer elogios à FAO (sigla em inglês para *Food and Agriculture Organization*<sup>121</sup>), também ressaltara que a “filantropia, adotada como norma de ação, contribui, antes, para retardar o processo de melhoria efetiva das condições de existência dos povos não desenvolvidos, anestesiando as lutas pela libertação nacional” (1963, p. 212).

Essa grave situação alimentar, derivada de uma economia primária e de uma

<sup>119</sup> O cristianismo e a autoridade do Papa foram muito disputados entre as esquerdas e as direitas na época devido, parcialmente, ao engajamento social da Igreja. O assunto será debatido com frequência ao longo da tese. Uma obra que pode auxiliar na compreensão dessas disputas num contexto continental mais amplo (ainda que focada na “Teologia da Libertação”) é *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, de Michael Löwy (2000).

<sup>120</sup> Proposta de cooperação lançada por Juscelino Kubitschek em 1958 para que os EUA auxiliassem no desenvolvimento da América Latina como forma de afastar potenciais aproximações com o comunismo. Alguns princípios foram incorporados posteriormente na “Aliança para o Progresso”.

<sup>121</sup> “Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura”.

agricultura rotineira, cujos produtos sofrem uma comercialização espoliativa nos grandes mercados, não poderá ser superada no terreno das palavras ou no da filantropia internacional. Temos que desatar as forças nacionais do desenvolvimento, tanto da agricultura como da indústria, a fim de que, mediante a ampliação das oportunidades de trabalho e a elevação do produto nacional, todos os homens e mulheres possam melhorar, rapidamente, a expensas do seu próprio esforço, os padrões alimentares que hoje se situam nas áreas da fome (1963, p. 212).

Entretanto, Goulart, em específico, e as esquerdas, em geral, não estavam livres das contradições. A “Aliança para o Progresso”, tão criticada por seu cunhado Leonel Brizola e outros, chegou a ser exaltada por Jango, na função de presidente<sup>122</sup>, como um grande auxílio para o desenvolvimento da América Latina (1963, p. 46); uma “contribuição capaz de promover a integração de grandes massas nos benefícios da civilização continental” (2009, p. 31).

Foi com confiança que o Brasil recebeu a notícia da nova política dos Estados Unidos para com a América Latina, expressa pelo Presidente Kennedy na Aliança para o Progresso, de cujos marcos históricos faz parte a iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana. Vemos na Aliança para o Progresso a formulação de um plano de cooperação global que a América Latina espera desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que deverá ter para o nosso Hemisfério, uma vez executado, as proporções e a significação do Plano Marshall para os países da Europa Ocidental. A falta de uma iniciativa desse porte tornou extremamente difícil aos países do Hemisfério a estabilização de suas economias (1963, p. 54).

Se, por um lado, pelo menos nesse momento<sup>123</sup>, a posição de Jango quanto à “Aliança para o Progresso”, especificamente, contrasta com a de outras lideranças da esquerda apontadas, por outro, a existência de uma margem de aceitação para o capital estrangeiro sob determinadas condições era mais comum – conforme a própria menção a Vargas, feita anteriormente, ilustra. Para Maria Celina D’Araújo, embora “Vargas impusesse algumas restrições à participação desse capital [estrangeiro] na economia nacional, fazia-o em termos de um controle seletivo, porém não excludente. [...] O resultado final foi a conciliação nos terrenos da política e da economia” (D’ARAÚJO, 1992, p. 181). Não foi o único.

Para o então presidente João Goulart, a postura fundamental na distinção entre capital externo nocivo, de um lado, e capital externo benigno, de outro, estaria na necessária separação e diferenciação no trato dado ao capital estrangeiro que estimularia o desenvolvimento e ao capital que espoliaria as riquezas nacionais (1962, p. 16). Assim sendo, o capital estrangeiro, que segundo Jango sempre teria desfrutado de garantias e vantagens no Brasil, poderia continuar a desfrutar delas, mas precisaria ser disciplinado pela lei para atender aos interesses nacionais (1962, p. 102). O capital internacional seria bem-vindo desde que servisse e se

<sup>122</sup> Importante considerar o lugar de João Goulart como representante máximo da nação – diante dos seus diversos setores em nível interno e como sua expressão no campo internacional.

<sup>123</sup> Na realidade a própria postura de Jango teve variações, como pode ser visto nas páginas indicadas na nota n. 118.

submetesse aos interesses nacionais em paralelo aos seus lucros legítimos (1963, pp. 33-34).

Falando aos investidores estadunidenses apontou:

O que os senhores não podem deixar de considerar também, e estou certo de que o fazem, é a conveniência do nosso país, que deve ser colocada sempre em primeiro plano. Entendemos, outrossim, que os investimentos devem ser selecionados no interesse conjugado do Brasil e de quem os aplica, rigorosamente garantidos, mas, igualmente, orientados, quanto à sua finalidade, no rumo do que convenha mais precipuamente à política do nosso desenvolvimento. [...] A hipótese, por exemplo, de uma indústria produtora de quinquilharias ou qualquer atividade comercial meramente intermediária ou especulativa, em concorrência às nacionais, de um lado; e do outro, qualquer empreendimento econômico básico ou necessário em que a técnica e os recursos estrangeiros ocupem os espaços vazios da produção indispensável ao progresso, não devem representar a mesma coisa (1963, p. 34).

[...] o Brasil se reserva o direito de estabelecer suas próprias regras e, desde que oferece segurança, tranquilidade e rentabilidade ao investimento estrangeiro, não abre mão de sua prerrogativa de encaminhá-lo em harmonia com os reclamos do seu desenvolvimento (1963, pp. 34-35).

Um exemplo de regulamentação necessária às atividades do capital estrangeiro seria a questão da retificação da legislação acerca da remessa de lucros ao exterior (1963, p. 35), debatida na ocasião e efetivada por Jango pouco tempo depois, no início de 1964.

Prestes, numa fase de maior “otimismo”, no imediato pós-II GM, chega a declarar um potencial caráter progressista do capital estrangeiro, que deveria ser bem recebido desde que sob legislação adequada, voltada para combater relações lesivas ao Brasil que poderiam se apresentar por parte do que seria um “capital estrangeiro mais reacionário”:

Num parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país. Isto não quer dizer que sejamos contrários ao capital estrangeiro que nas condições do mundo atual ainda pode ser, dentro das limitações da Carta do Atlântico e após as decisões históricas de Teerã e Crimeia, um dos colaboradores mais eficientes do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados. No mundo inteiro os povos ficarão agora livres da intervenção estrangeira nos seus negócios internos, e assim sendo, o imperialismo está moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos (PRESTES, 1947, p. 9).

O próprio Brizola admitia a inserção de capital dos EUA sob determinadas condições. Para fugir dos problemas derivados supracitados, empréstimos estrangeiros deveriam ser feitos direto ao governo e não às entidades privadas estadunidenses sediadas no Brasil (2004, p. 500).

Em verdade, meus patrícios, se isso não for feito, dificilmente há de ser equacionada a situação do nosso país e da América Latina. Podem os Estados Unidos realizar quantos “programas de alimentos para a paz” quiserem; podem fazer quantas vezes quiserem consolidações de dívidas; podem nos continuar vendendo equipamentos financiados; podem nos propor quantas “alianças para o progresso” desejarem; podem nos fazer empréstimos e financiamentos e investimentos da maneira que quiserem, - o máximo que conseguirão fazer aqui no Brasil é enriquecer grupos, ou, ainda, fazer mais alguns milionários enquanto vai inquietantemente aumentando a pobreza do povo brasileiro (2004, p. 501).

Como se pode notar pelas citações, com frequência os agentes políticos à esquerda

situavam os problemas do Brasil diante do imperialismo como parte de um problema global, com destaque para seus vizinhos latino-americanos. Para parte majoritária das esquerdas da época, nacionalismo e internacionalismo caminhavam juntos, pois, como a variável “imperialismo” ocupava lugar central, ser nacionalista era ser anti-imperialista e ser anti-imperialista era incorporar a noção de que todo povo tem direito à autodeterminação. Caio Moreira reproduz em sua tese de doutorado a conversa entre João Goulart e Josep Broz Tito<sup>124</sup>, então líder da Iugoslávia, na qual o presidente brasileiro aponta a correspondência entre nossa luta por emancipação econômica, em nível interno, e uma “política internacional de ampla cooperação”, em nível externo. (MOREIRA, 2011, p. 376). Nas palavras de Lott:

Do choque das grandes forças internacionais, umas e outras movidas na defesa dos superiores interesses de seus respectivos povos, independente dos regimes adotados, resultou, para nós, membros da comunidade das nações subdesenvolvidas, o nacionalismo, como única posição compatível com a dignidade e como arma de emancipação do país (ÚLTIMA HORA, 19 fev. 1960, p. 4).

Ademais, havia também um sentido prático ao buscar angariar apoio à causa compartilhada contra um adversário em comum. As seguintes palavras de Brizola, proferidas em 1961 no estado de São Paulo e transmitidas via rádio para todo o país, ilustram bem a lógica e a estética de tais concepções e sentimentos:

Desde já não podemos perder de vista a interligação entre os nossos problemas e os problemas do nosso continente. Apesar de sermos o país mais adiantado da América Latina, de economia melhor balanceada, inúmeros pontos de contato identificam a problemática brasileira com a dos povos das demais repúblicas latino-americanas. Nem poderia ser de outra forma, pois a pobreza tem uma estrutura comum, esteja disseminada na Ásia, na África ou em nosso continente. Esta é também uma das razões pelas quais devemos acompanhar com emoção todos os movimentos libertários que ocorrem hoje nas áreas famintas e empobrecidas no mundo. [...] Como a América Latina, como todos os povos ainda prisioneiros do estágio semicolonial, encontramos submetidos a um mesmo processo que eu me tenho permitido chamar de processo espoliativo (2004, p. 532).

Jango, ao defender a autodeterminação dos povos na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), situa o Brasil como parte de uma América Latina que, por compartilhar de uma mesma situação de subdesenvolvimento, só poderia vencer esse déficit por meio de sua unidade:

*Somos membros de uma fraternidade de nações latino-americanas* que, por enquanto, sofrem, umas um pouco mais que outras, da mesma deplorável condição de subdesenvolvimento econômico, que as irmanam na tarefa comum de levantar o nível de existência das suas populações. Esta realidade estabelece as condições objetivas de uma política unitária de todas elas. Compreendemos a política de superação do desenvolvimento na perspectiva continental, dispostos a participar de todos os esforços que venham a ser propostos por qualquer membro da nossa comunidade de nações, visando às ações coletivas que tenham por fim melhorar o nível de vida das populações. Acredito que, sem vigoroso impulso interno e sem franca e leal

---

<sup>124</sup> Tito foi um revolucionário *partisan* que liderou a resistência contra o nazifascismo na Iugoslávia, assumindo o comando do país e implementando o socialismo posteriormente.

colaboração, as nossas nações dificilmente se erguerão, em tempo hábil, do estado de pauperismo em que se encontram (1962, p. 127, grifo nosso).

Nesse quadro de subdesenvolvimento partilhado entre os povos latino-americanos, João Goulart assinalava quatro características gerais: (a) uma infraestrutura agrária essencialmente latifundiária; (b) a dependência econômica das grandes potências; (c) o atraso e o desajuste das instituições; e (d) os deficientes padrões de vida (1962, p. 88).

Cuba, cuja revolução em 1959<sup>125</sup> avançou rapidamente na direção de um forte nacionalismo estatizante e do socialismo, passou a aparecer nos discursos da época como caso emblemático no que se refere às relações potenciais do imperialismo estadunidense com qualquer povo latino-americano que se chocasse contra os seus interesses. A revolução liderada por Fidel Castro, Che Guevara, Celia Sánchez e outros, era abordada pela maior parte da esquerda brasileira como um paradigma tanto da possibilidade de triunfo sobre o imperialismo como da reação brutal que se poderia esperar deste.

É que, a rigor, nenhum país e nenhum povo latino-americano pode deixar de atentar para as causas determinantes do chamado “caso cubano”, porque no caso cubano pode haver um espelho do que, desditosamente, venha ser o nosso futuro, se os termos de nossas relações com ou EUA continuarem como até agora<sup>126</sup>.

Sou um dos que sustentam a tese de que devemos acompanhar atentamente o que lá aconteceu. Se hoje Cuba e seus dirigentes, estão desligados quase do mundo ocidental, isto se deve exclusivamente aos Estados Unidos, à intransigência, à intolerância dos dirigentes públicos e dos chamados homens de negócios norte-americanos.

[...]

Sabemos que os dirigentes revolucionários cubanos quiseram, logo que vitoriosa a Revolução, encontrar um termo de vida concreto com os Estados Unidos. Mas, montados na sua intolerância, os Estados Unidos recusaram-se a admitir qualquer forma de convívio que importasse em abolir os inaceitáveis privilégios dos grupos espoliadores, e esta é a origem do “caso cubano”. Agora pretendem nos engajar, e arrastar toda a América Latina atrelada ao carro de sua intransigência. Não. Decididamente, não (BRIZOLA, 2004, p. 502).

Luiz Carlos Prestes, ao criticar Juscelino Kubitschek por este ter rejeitado o convite para participar, enquanto presidente do Brasil, da conferência dos países subdesenvolvidos em Havana<sup>127</sup>, identificou na postura um sintoma da falta de reconhecimento de que brasileiros e cubanos travariam uma luta comum contra o imperialismo dos EUA (PRESTES, 1960, p. 7).

No ano 1963, Brizola, mais uma vez, mobiliza uma interpretação do cristianismo à esquerda. Agora para defender Cuba, cujo exemplo de solidariedade partiria do próprio Papa João XXIII (BRIZOLA, 2004, p. 572).

<sup>125</sup> Em 1959, a revolução triunfa sob bandeiras nacionalistas e democráticas. Dois anos depois, em 1961, Fidel Castro declara o caráter socialista da revolução (Bandeira, 2009).

<sup>126</sup> Palavras ditas na sede da UNE em 16 de junho de 1961.

<sup>127</sup> Conferência que reuniria povos da América Latina, África e Ásia.

Por vezes, entretanto, esse latino-americanismo das esquerdas poderia coexistir – ainda que não sem conflitos abertos – com o pan-americanismo<sup>128</sup>, principalmente por parte das lideranças políticas interessadas em nutrir, em determinados momentos, relações tranquilas com os Estados Unidos por conta de suas posições institucionais.

Falando à militância do PTB, em 1947, num evento da organização, Vargas, fundador do partido, indica o pan-americanismo como um dos pilares da instituição: “no campo internacional, a bandeira que defendemos deve ser a da nossa tradição histórica, a bandeira do pan-americanismo – a política de amizade e colaboração com todos os países da América, para a defesa da ordem e da paz no continente” (2011, p. 565).

É curiosa a forma com que o fundador do PTB, em outro momento, lembrando da aliança com os EUA na II Guerra Mundial, mobiliza justamente Simón Bolívar, um dos grandes ícones do latino-americanismo, para lembrar de sua filiação ao pan-americanismo (ainda que, não à toa, ressalte a importância deste não servir a relações de dominação interamericana):

Sempre fui, na doutrina e na prática, um adepto sincero da paz entre as nações como clima para a felicidade dos povos e para o desenvolvimento de todas as atividades criadoras. Muito especialmente sempre advoguei em favor da comunhão dos homens e dos povos deste continente. O ideal de Bolívar foi enriquecido pela experiência de uma política fraterna de aproximação e solidariedade entre as nações da América. Mas também sempre julguei – e a época atual o atesta ainda mais claramente – que o pan-americanismo não deve nem pode estabelecer sujeições ou dependências além dos tratados livremente consentidos entre os governos (2011, p. 652).

Falando às Forças Armadas em um almoço durante o ano de 1952, Getúlio Vargas elenca como objetivos das instituições militares diversos aspectos, incluindo nesse rol a noção da “defesa continental” em estreita aliança com os EUA (numa abordagem que, nesse aspecto, será compartilhada com a direita da época) (VARGAS, 2004, p. 142). Se, por um lado, o discurso em questão fala do papel das Forças Armadas em defender o Brasil não só militarmente, mas também da “cobiça do estrangeiro” (2004, p. 141), por outro, ao destacar a tradição da colaboração entre Brasil e Estados Unidos como aspecto basilar ao se pensar a defesa militar do continente, não parece que a ameaça da “cobiça estrangeira” aí se refira às ações dos EUA no momento ou em potencial:

Não será preciso lembrar, também, que a nossa tradição histórica e os nossos interesses políticos e econômicos nos movem hoje, como nos moveram sempre, a uma política de estreita colaboração com os Estados Unidos da América. E isto reforça, tornando mais fácil, a nossa política de cooperação e amizade com os outros países da América. Precisamos estar preparados militar, econômica e financeiramente, para enfrentar as necessidades da nossa própria defesa, como do continente americano se assim o exigirem as circunstâncias (2004, p. 142).

---

<sup>128</sup> Muito mais presente à direita no espectro político brasileiro de então – como será visto no próximo capítulo.

Comparando o tom dessa intervenção com outras do próprio Vargas<sup>129</sup>, se percebe a ambiguidade no que se refere ao tratamento dado aos EUA, cuja ênfase se desloca; ora ressaltando seu aspecto no campo da ameaça imperialista, ora exaltando as tradições comuns e o potencial de integração<sup>130</sup>. O primeiro discípulo de Getúlio Vargas, seu ex-ministro do trabalho, João Goulart, se fez tributário do ícone trabalhista também na mesma ambiguidade ao valorizar o pan-americanismo. Falando sobre um acordo com as universidades estadunidenses, Jango destaca o Brasil como elemento inserido numa unidade continental construída com base nas tradições da civilização ocidental e cristã e continua:

Cumpre destacar entre esses valores a confiança no sistema democrático representativo, a fé na capacidade do homem em melhorar suas condições de vida pelo trabalho e pelo conhecimento, a comunidade protegida pela lei e estimulada e revigorada pela liberdade.

Nosso continente, pelas condições mesmas da sua formação política, possui uma unidade de destino. Esse destino é o de assegurar a integração de seus povos em regimes de justiça social e sem os sacrifícios da personalidade do indivíduo.

Penso que estou proclamando verdade rigorosamente histórica ao dizer que considerável foi a contribuição, para esse fim, em nosso Hemisfério, das universidades norte-americanas (1963, p. 27).

Mesmo Prestes, num momento de crença no apaziguamento das relações com os EUA, mobiliza o pan-americanismo de forma elogiosa ao apontar que a política de solidariedade pan-americana promovida pelo presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt fora fundamental para a mobilização do continente americano na luta contra o nazismo (1947, p. 8).

Entretanto, se EUA e URSS eram reconhecidos como as principais potências mundiais e, com exceção de Prestes e dos comunistas, não havia por parte das esquerdas aqui abarcadas nenhuma posição pró-soviética, por quais motivos o foco dessas esquerdas no problema da independência nacional se dava prioritariamente nas contradições com os Estados Unidos? Brizola se propôs a responder essa questão:

Comigo não formam interesses estrangeiros de quem quer que seja nem de americanos, nem de russos. Preocupo-me mais com os americanos porque eles é que nos estão liquidando. Os americanos é que estão sugando, fazendo a desgraça do nosso povo e do nosso país. Não é o povo americano, não. São as suas corporações econômicas, os trustes, os monopólios, todas as organizações econômicas internacionais que tem lá sua sede e que estão, inclusive, tendo a cobertura oficial do Estado americano (2004, p. 572).

Para o líder trabalhista, não caberia ao seu campo criticar a União Soviética<sup>131</sup>, pois era

<sup>129</sup> A mais significativa talvez seja a “carta-testamento” mencionada na página 48 da presente tese – ainda que não cite nominalmente os Estados Unidos, é nítido a quem se refere quando denuncia a atuação do capital internacional insatisfeito com os gestos de soberania por parte do Brasil.

<sup>130</sup> Uma síntese das dificuldades entre Brasil e EUA durante o 2o governo Vargas pode ser vista em Maria Celina D’Araújo (1992, p. 30).

<sup>131</sup> Pontuando, porém, que, caso a União Soviética mantivesse relações de exploração com outros povos esta estaria tão errada quanto os Estados Unidos.

na órbita dos EUA que o Brasil estava inserido e seria essa nação norte-americana aquela que enriqueceria por conta da exploração do povo brasileiro (2004, p. 499).

Já Luiz Carlos Prestes defendia abertamente a União Soviética como fator anti-imperialista na conjuntura global – e, portanto, aliado real ou potencial dos povos explorados, incluindo aí o Brasil, pois não seria “russa” a ameaça que pairava sobre o país, com a presença de empresas, bancos, bases e soldados (2003, p. 100). Para o secretário-geral do PCB, o papel progressista desempenhado pelos soviéticos começaria com a própria Revolução Russa de outubro/novembro de 1917. A “Revolução de Outubro” teria grande significação para as nações coloniais e semicoloniais, pois, para Prestes, com a mesma, os povos oprimidos pelo império russo puderam gozar finalmente da independência nacional e exercer sua soberania cultural (2003, p. 480). Daí em diante, a URSS teria passado a ser um elemento de paz, democracia e desenvolvimento colaborativo em nível global e o Brasil só teria a ganhar nas relações com este país, com destaque para o potencial econômico, já que as produções de ambas as nações se complementariam (2003, pp. 490).

Ora, basta-nos analisar e compreender o mapa mundial para verificar que dois países tão distintos, de produções tão diferentes, podem se completar. O nosso café, por exemplo, poderia ser consumido na sua quase totalidade pela União Soviética, pois é um povo que cresce, de contínuo e consideravelmente. Mas não só o nosso café, como os nossos óleos vegetais, que são uma grande riqueza da nossa economia; as compras de maquinaria agrícola em condições mais vantajosas do que as que fazemos em certos países imperialistas, onde nos pedem preços cada vez mais altos, em desproporção fragante com o que pagam pela nossa própria produção (2003, p. 491).

Para o então senador, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não poderia ser classificada como imperialista porque estaria desprovida dos mecanismos econômicos que, tradicionalmente, empurrariam as nações capitalistas mais avançadas a explorar as outras (como os trustes, os monopólios e as aplicações financeiras internacionais) (2003, p. 126). Além disso, seu auxílio aos países em desenvolvimento não levaria ao ciclo vicioso das ajudas dos países imperialistas, que, por um lado, trariam progresso, mas, por outro, reforçariam os mecanismos de exploração internacional (2003, p. 160). Um retrato disso poderia ser visto no caso turco: “Kemal Pachá, para conseguir a libertação da Turquia, a que país recorreu a fim de promover a industrialização de sua terra? À União Soviética, da qual obteve maquinário, técnicos, dinheiro sem juros” (2003, p. 126).

A moda então em voga de se atacar a URSS seria, portanto, uma forma de alguns mascararem a entrega por parte destes do nosso povo à exploração do capital estrangeiro (2003, p. 149).

Em um momento, porém, a primazia do anti-imperialismo e o alinhamento à União Soviética se viu em tensão com a centralidade da questão nacional na abordagem comunista;

quando, em 1946, Prestes declarou que os marxistas brasileiros combateriam o governo do próprio país em caso de uma virtual guerra do Brasil contra a União Soviética ou mesmo contra a Argentina (PRESTES, 2003, p. 121)<sup>132</sup>. Entretanto, a linha geral da argumentação do ex-líder tenentista para justificar sua posição não fugiu do padrão até aqui analisado: para L. C. Prestes, a hipótese de uma guerra entre o Brasil e os países citados só poderia ocorrer por interferência do imperialismo estadunidense sobre o governo brasileiro e; portanto, nesse caso, o governo do próprio país estaria se tornando uma correia de transmissão da ingerência imperialista e combatê-lo seria, na verdade, uma forma de defender o povo brasileiro e a soberania nacional da interferência estrangeira (2003, p. 118). Os comunistas brasileiros sempre lutariam contra o imperialismo e suas guerras, ainda que muitas pessoas se equivocassem “levadas, sem dúvida, pela paixão patriótica, mas exploradas pela imprensa paga pelos cofres do imperialismo” (2003, p. 127). A evidente supremacia do internacionalismo sobre algum nacionalismo *stricto sensu* nesse caso termina por ser justificada também em torno do anti-imperialismo e dos interesses nacionais.

A União Soviética seria, assim, para toda a humanidade, o que um dia fora a França por causa da sua revolução de 1789, uma espécie de farol para todos os povos (2003, p. 100). Logo, para Prestes, não haveria nenhum problema entre se alinhar à URSS e defender a soberania brasileira – até porque, para o líder comunista, anos depois, esse alinhamento poderia se realizar dentro dos quadros da Política Externa Independente, preconizada por amplos setores de toda a esquerda brasileira.

Trata-se de alcançar uma política exterior verdadeiramente nova, contrária, em seu espírito e em sua prática, à política seguida até agora pelo Itamarati. Ao invés de submeter-se ao Departamento de Estado e de tentar o caminho da barganha de concessões com o imperialismo norte-americano, a conduta do Brasil na arena internacional deve refletir uma orientação independente, voltada para a defesa da paz mundial e da soberania dos povos. O primeiro passo para uma política desta natureza é, atualmente, o reatamento de relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e a normalização das relações com todos os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China (1959, p. 2).

Pois, além de tudo, o campo socialista se constituiria num ótimo mercado para o comércio exterior brasileiro (PRESTES, 1959, p. 3).

O fundamento da PEI, porém, ia muito além das relações do Brasil com os países socialistas, então relegados por conta do tradicional alinhamento do país com os EUA. De acordo com Prestes, a política externa brasileira deveria ser direcionada para a confluência com os povos que compartilhassem interesses conosco:

Uma política exterior independente exige a estreita aproximação do Brasil aos povos que possuem interesses semelhantes aos nossos, isto é, os países subdesenvolvidos da

<sup>132</sup> O que foi amplamente explorado na época no processo de perseguição aos comunistas.

América Latina, Ásia e África. Ao invés de apoiar invariavelmente com seu voto as posições do imperialismo norte-americano, os representantes brasileiros na ONU e nas outras organizações internacionais *precisam atuar de acordo com os interesses nacionais, que correspondem aos dos povos coloniais e dependentes* em seus conflitos com as potências imperialistas (PRESTES, 1959, p. 2, grifo nosso)<sup>133</sup>.

A posição do marechal Henrique Teixeira Lott, *verbi gratia*, era dúbia na temática. Se, por um lado, era contrário a um possível esforço brasileiro por reatar laços com a União Soviética<sup>134</sup>, pois “Não podemos reatá-las sem que parta deles a iniciativa” (ÚLTIMA HORA, 08 mar. 1960, p. 2), por outro, era taxativo na defesa do estabelecimento de relações comerciais com todos os povos do mundo, independentemente de suas ideologias (ÚLTIMA HORA, 19 fev 1960, p. 4).

O caráter pragmaticamente vantajoso da PEI é enaltecido também por João Goulart, que reverencia a execução da mesma sob o seu governo:

[...] em todos os continentes e em todos os países encontra hoje o Brasil a receptividade para um trabalho a favor da convivência pacífica e de entendimento internacional. Nossa voz é ouvida e acatada nas assembleias internacionais, as levamos contribuições positivas para o encaminhamento dos grandes problemas do mundo de nossos dias. Como resultado expressivo dessa política externa, posso, nesta oportunidade, afirmar à nação que as manifestações expressas de concordância e apoio já recebidas dos países que são os nossos maiores credores, me autorizam a anunciar que, nos próximos dias, estarão definitivamente ajustadas as bases de reescalonamento da dívida comercial brasileira, nos termos propostos pelo meu governo (2009, p. 72).

Seria, assim, vantajoso para o Brasil a efetiva realização de uma política externa autônoma, dialogando com todos os povos do mundo e respeitando e defendendo a soberania de todos, independente dos seus respectivos regimes e ideologias (1962, pp. 127-128). Por isso, a manutenção de boas e independentes relações com todas as nações do mundo, inclusive os países socialistas (então já em voga)<sup>135</sup>, seria motivo de orgulho (2009, p. 71).

Essa forma de conduzir a política internacional do Brasil seria, além de tudo, fiel às tradições nacionais; alinhada com sua história, cultura e religiosidade cristã<sup>136</sup>: em prol da resolução pacífica dos conflitos, adotando o absoluto repúdio à guerra como instrumento diplomático, defendendo a autodeterminação dos povos e, conseqüentemente, a coexistência

<sup>133</sup> É importante notar como, no trecho grifado, o revolucionário comunista aponta uma relação de lógica na sua defesa do alinhamento do Brasil aos povos vitimados pelo imperialismo; como se este alinhamento fosse uma manifestação em si mesmo dos “interesses nacionais” ante um inimigo em comum (o imperialismo).

<sup>134</sup> O que leva a atritos com os comunistas, conforme comentou Anita L. Prestes. Segundo a historiadora, na conjuntura eleitoral de 1959, os pecebistas “não deixam de criticar suas incoerências – não só a recusa do voto comunista, como também a posição contrária ao estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e os países socialistas” (Prestes, 2012, p. 33).

<sup>135</sup> Com a URSS, as relações foram reestabelecidas durante o governo de Jango, em 24 de novembro de 1961.

<sup>136</sup> Por parte de Prestes e dos pecebistas esse ponto da maior ou menor afinidade com o cristianismo não era importante. A religião era tratada como assunto laico.

pacífica entre sistemas distintos:

A linha fundamental da política exterior do Brasil está hoje, como sempre esteve, na defesa intransigente do processo de soluções pacíficas para os problemas mundiais. Ao adotarmos tal diretriz, preconizada ainda há pouco pelo Papa João XXIII, com a autoridade que lhe confere o título de chefe da Igreja Católica, estamos respeitando e exprimindo o espírito cristão do povo brasileiro (GOULART, 1963, p. 189).

A PEI seria uma posição não apenas de governo, mas do próprio povo brasileiro (GOULART, 2009, p. 29). A política externa e a interna derivariam dos mesmos princípios e valores:

A política externa exprime, de modo muito sensível, os sentimentos, as forças e os valores que orientam e definem a política interna. Se prevalecerem no plano interno propósitos de entendimento, se nele predominar o anseio de conciliação entre as liberdades públicas e a justiça social, se a política interna se inspirar no respeito à liberdade de opinião e à ordem jurídica, em que se ampara e dignifica a pessoa humana, então a política externa, inspirada por propósitos semelhantes, poderá consolidar a paz, que é a condição indispensável à sobrevivência de todos os povos (GOULART, 1963, p. 196).

Em direção semelhante, Brizola lembrava da consanguinidade entre a luta contra a exploração do homem pelo homem dentro de um país e a oposição a toda forma de exploração de uma nação por outra:

Nosso dever é ser contra qualquer forma de exploração, a do homem pelo homem, dentro das sociedades nacionais; e de uma nação por outra, dentro da convivência internacional. Mas nosso dever primordial é o de lutar, em primeiro lugar, contra as formas de dilapidação que atingem o nosso próprio patrimônio. *Povo que ainda não se libertou inteiramente, a si mesmo, não pode ocupar-se, apenas com a libertação dos outros* (2004, pp. 536-537, grifo nosso).

Nessa direção, o revolucionário trabalhista chega a elogiar a postura do governo Jânio Quadros:

Quanto a este ponto, no que se refere à política de autodeterminação, desejo, neste instante, fazer uma declaração insuspeita, totalmente insuspeita. Eu a faço com este espírito de independência que, peço a Deus sempre caracterize a minha atuação na vida pública o que neste, instante, desejo solenemente dizer: a política de autodeterminação, e as medidas, as providências de defesa do princípio de autodeterminação consubstanciados na política externa anunciada e iniciada pelo presidente Jânio Quadros e pelo chanceler Afonso Arinos, só não tem os aplausos, a solidariedade e o apoio dos que desejam ver nesse país apenas o círculo estreito de seus próprios interesses. É aquela política a que convém ao Brasil (2004, p. 499).

Conforme trecho grifado acima, a tarefa principal do povo brasileiro na luta contra o imperialismo e por justiça social no mundo seria desencadear a libertação da pátria ante os interesses da exploração estrangeira. Para isso, diversas tarefas se apresentavam, desde as mais tradicionais, como o protecionismo dos produtos nacionais contra similares estrangeiros visando valorizar o mercado interno (VARGAS, 2011, p. 660); até as mais radicais, como assumir o controle majoritário das empresas estadunidenses, que é colocada como “um dos

aspectos mais sensíveis do problema de nossa autodeterminação” (BRIZOLA, 2004, p. 501)<sup>137</sup>. O ponto central de uma até a outra era a noção de que seria impossível acabar com o subdesenvolvimento sem acabar com a exploração do capital estrangeiro através de um planejamento econômico nacional (ARRAES, 1963, p. 20). Para isso, o Estado aparecia como instrumento indispensável.

## 2.2 O Estado como instrumento de libertação e realização da nação

Para as lideranças da esquerda brasileira do período tratado, o Estado aparecia como meio cardinal da realização da questão nacional especialmente em duas direções: (a) instrumento de afirmação de soberania ante os demais países (consequentemente defendendo os interesses do Brasil enquanto nação quando ameaçados por possíveis arroubos imperialistas daqueles países); e (b) aparato de realização plena e inserção de todas as classes que compunham a nação brasileira nas benéficas produzidas pelo conjunto da nação<sup>138</sup>. Assim, o fato do estatismo ser um dos elementos mais basilares nos discursos das esquerdas durante a Quarta República se relaciona diretamente com o caráter do projeto nacional defendido pelas mesmas nas disputas políticas de então, pois, em seus discursos, de um lado, em nível externo, o país enfrentava um quadro de espoliação e ingerência estrangeira (real e potencial) e, por outro, em nível interno, grande parte da própria população brasileira estaria excluída das riquezas materiais e culturais produzidas por ela própria. O Estado era defendido, então, como a ferramenta capaz de garantir a soberania do Brasil e equalizar suas contradições internas para que todos os componentes da nação brasileira gozassem do que o país poderia oferecer. Nesse sentido, foram frequentes as manifestações discursivas em defesa do planejamento e do intervencionismo estatal visando tópicos como o controle dos recursos naturais oriundos do solo brasileiro, a nacionalização de algumas empresas estrangeiras que aqui atuavam e a defesa econômica das classes menos favorecidas – sempre percorrendo, nessas discussões, a fluida e complexa fronteira entre a necessidade da intervenção econômica e da propriedade estatal com a propriedade privada e os lucros particulares (nacionais e estrangeiros) tidos como legítimos

---

<sup>137</sup> Sobre as expropriações promovidas por Brizola quando governador do RS, cf. Bemfica (2007, p. 114) e da Silva (2015, pp. 81-86).

<sup>138</sup> Esse segundo aspecto está desenvolvido melhor na parte seguinte: *A questão da justiça social como meio de inclusão do povo na nação*.

e, portanto, aceitáveis para coexistirem com a supremacia do Estado na política das esquerdas<sup>139</sup>. Para Miguel Arraes, o “princípio do planejamento” seria “indiscutível” (1965, p. 41).

João Goulart, em recepção ofertada pelo Clube Militar no Rio de Janeiro em 1962, sintetizara bem a supracitada tarefa bipartite do Estado nacional:

Com suas raízes mergulhadas na realidade brasileira, ao Estado caberá a missão de conduzir o país pelos caminhos do desenvolvimento e da justiça social. E, na ordem externa, marcará sua presença reafirmando os princípios que nos têm invariavelmente guiado, ou seja, a solidariedade continental, a cooperação com os povos do mundo, o respeito pela independência e pela soberania interna de todos eles. Nenhum Estado pode, na conjuntura presente da política internacional, negar sua contribuição ao esforço comum para expulsar do mundo as ameaças de uma guerra total. A satisfação dos legítimos anseios da justiça social do povo é a melhor arma de que se têm de valer os regimes democráticos para a sua autodefesa orgânica. Com ela a democracia se torna invulnerável às investidas das doutrinas sectárias, imprimindo forte conteúdo social ao abstrato formalismo político e rasgando novas vias de acesso das massas populares ao processo representativo (1963, p. 180).

O Estado seria a espada de dois gumes do nacionalismo. Nas palavras de Lott:

Não suportaremos que o fruto do suor do brasileiro seja drenado para fora de nossas fronteiras, ou, mesmo dentro delas, seja monopolizado para a exclusiva opulência de alguns. Nosso nacionalismo defende as fronteiras geográficas contra a invasão subreptícia de capitais parasitários que têm garras vulpinas para tomar e não mãos fraternas para trocar (ÚLTIMA HORA, 25 mar. 1960, p. 3).

O tema do papel do Estado no controle e no trato dos recursos naturais brasileiros como forma de sustentar a soberania política nacional era um dos temas mais sensíveis à esquerda, já que, além de considerarem esses recursos como fundamentais para a geração de riqueza no país, constatavam que a cobiça estrangeira sobre os mesmos era algo que já se materializava no controle de alguns setores por grupos empresariais do exterior:

Sabemos todos que um dos maiores fatores de desenvolvimento econômico de um país é a sua riqueza mineral. Os exemplos são irrespondíveis. As riquezas minerais de um país não têm preço: valem o que vale a sua independência. Neste particular é impressionante o que ocorre no Brasil. Para dar apenas um exemplo: a quase totalidade das jazidas brasileiras de minérios ferrosos e não-ferrosos está concentrada em mãos de grupos estrangeiros e nacionais, esses na generalidade associados ou dependentes daqueles. Quando um país não pode mobilizar seus recursos minerais, ele tem vedado o seu ingresso no estágio do desenvolvimento (BRIZOLA, 2004, p. 539).

Um dos pontos mais representativos na matéria, o controle estatal sobre o petróleo, atravessou os anos como um dos grandes legados de Getúlio Vargas. Para Leonel Brizola, a Petrobrás representara a independência econômica e a soberania política do Brasil por ser uma espécie de escudo da pátria contra a exploração imperialista:

Em face da lição que nos vem do panorama universal e de toda a história da exploração e do comércio do petróleo, no mundo, em face desses argumentos e dos exemplos, é

<sup>139</sup> O que foi classificado de maneira crítica e negativa por Francisco Weffort como uma “obsessão nacionalista pelo Estado” (Weffort, 2003, p. 43).

que a nossa pátria teria que seguir este caminho para a defesa de sua soberania e dos seus interesses econômicos. Constitui um imperativo da nossa independência econômica e da nossa soberania política o controle sobre todas as coisas referentes ao comércio e à exploração do petróleo. É o código de minas, ainda em vigor, cuja reorganização se deve ao governo do sr Getúlio Vargas, representam [sic] uma espécie de sentinela que os trustes, e mesmo a influência das nações exploradoras dos países mais fracos, terão com necessária autoridade para repelir todas as tentativas de intervenção nas questões do petróleo nacional (2004, p. 472).

Para o próprio Vargas, cujo petróleo seria “um fator básico para a emancipação econômica e o bem-estar social do nosso povo” (2004, p. 130), a presença do Estado no comando do desenvolvimento petrolífero era um imperativo derivado também das necessidades do país diante do crescimento em curso, que, caso falhasse, poderia colocar o Brasil numa situação de penúria energética comparável ao que se vira durante a II Guerra Mundial:

A não ser que tomemos agora as providências indispensáveis, nas dimensões adequadas, terá o país que considerar em futuro não muito afastado a necessidade do racionamento de combustíveis líquidos e do uso de substitutivos, voltando possivelmente a experiências penosas, como as que, numa menor escala de consumo, fomos compelidos a adotar durante a guerra passada. Em qualquer caso, para que o desenvolvimento econômico do país não se interrompa ou se reduza, a pesquisa e a extração do óleo mineral se afiguram como a medida lógica e mais promissora para a solução do problema (2004, p. 136).

Prestes, um entusiasta da Petrobrás, defendera que a política de monopólio estatal do petróleo só seria completa se tal monopólio fosse estendido “à distribuição em grosso dos derivados de petróleo [...] ainda em mãos dos trustes imperialistas” (1959, p. 5).

Na convenção do PTB que homologou a candidatura de Lott nas últimas eleições presidenciais da IV República, o marechal mineiro levantou a bandeira como um dos pontos principais: “como nacionalista, reafirmo categoricamente: a Petrobrás é intocável” (ÚLTIMA HORA, 19 fev. 1960, p. 4).

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada por Vargas durante o Estado Novo em 1941 e cujo funcionamento se deu a partir de 1946, também fora bastante exaltada pelas lideranças das esquerdas na IV República. A produção de aço (metal obtido a partir, basicamente, do minério de ferro) em larga escala aparecia como um marco da “emancipação econômica” do país (PRESTES, 2003, pp. 85-86; VARGAS, 2004, p. 147).

De forma geral, aliás, Vargas, sempre defensor de seu legado enquanto líder da Revolução de 1930 e do Estado Novo, destacava o papel das medidas de nacionalização desempenhado nesse processo como basilares da revolução vista:

[...] a revolução brasileira me outorgou um mandato com a responsabilidade de um programa. Esse programa foi:

- 1º) nacionalização das jazidas minerais;
- 2º) nacionalização das quedas d’água e outras fontes de energia;
- 3º) nacionalização dos bancos de depósito;
- 4º) nacionalização das companhias de seguros;
- 5º) custo histórico para o capital estrangeiro, garantida a sua remuneração nessa base;

6º) criação da indústria básica (2011, p. 623).

Assim, para Vargas, graças às suas medidas, os “bancos estrangeiros não mais controlam a economia nacional. O Instituto de Resseguros<sup>140</sup> aí está, para evitar o escoamento de nossas economias através de companhias estrangeiras. O petróleo surgiu na Bahia e já atende às necessidades de vários estados do Norte<sup>141</sup>” (2011, p. 624).

Como se pode notar pela citação acima, a exaltação das políticas de nacionalização não ficava restrita aos recursos naturais. Se Vargas mencionara com orgulho os pontos do programa da Revolução de 1930 que foram nessa direção; o período posterior, analisado aqui, também viu, por parte das lideranças alinhadas com o aspecto estatista de Vargas, pautas da mesma natureza. Estatizar empresas estratégicas dos mais diversos tipos era questão de soberania nacional.

A atuação parlamentar de Prestes na Constituinte de 1946 foi rica nesse sentido. Para o então senador pecebista, um possível futuro governo progressista precisaria estar constitucionalmente legitimado para estatizar empresas estratégicas (2003, p. 268). Por isso, deveria existir uma série de dispositivos que permitissem com que a lei regulamentasse “a nacionalização progressiva dos bancos, das empresas de seguro e de capitalização, e de outras de fins análogos, em todas as suas modalidades”; assim como “a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos, federais, estaduais e municipais” (2003, p. 269). Afinal, além do mais, a proposta de Constituição então em discussão não seria capaz de intimidar trustes e monopólios como deveria:

propomos [...] que o direito de propriedade não possa ser assegurado aos trustes e monopólios, quando ameace a segurança nacional, ou sempre que anule, na prática, as liberdades individuais, proclamadas nesta Constituição. Senhores, os grandes monopólios, os trustes, baseados no direito de propriedade, não podem, de forma alguma, nos termos da atual Constituição, sentir-se ameaçados (2003, p. 361).

Na outra ponta da IV República, a posição do líder máximo do PCB mantinha a mesma feição, pois declarara, então, que “a nacionalização dos bancos de depósitos e das companhias de seguros estrangeiras, que manobram com grandes parcelas do capital nacional e são instrumentos da política do capital financeiro internacional” só poderia ser benéfica ao país (1959, p. 5).

Nessa mesma época, Luiz Carlos Prestes aborda uma polêmica que, anos depois,

<sup>140</sup> Criado em 1939 para reter os riscos de empresas nacionais, antes escoantes para fora do país.

<sup>141</sup> Discurso realizado na condição de senador em 03 de julho de 1947. Antes, portanto, da fundação da Petrobrás. Foi em 1939 que encontraram petróleo na Bahia. Daí a preocupação de Vargas, que continua: “Hoje, quando essas pesquisas deveriam ser intensificadas para se alcançar a evolução dessa fonte de riqueza e de vida, surgem vaticínios sombrios de que se pretende entregar nosso petróleo à exploração internacional” (Vargas, 2011, p. 624).

colocará em lados opostos Leonel Brizola e o já presidente da república, João Goulart: a encampação das filiais da Bond and Share, companhia de energia elétrica estadunidense que atuava em todo o Brasil (PRESTES, 1959, p. 5). A nacionalização da mesma, em alguns casos (já que as filiais eram regionais), era consenso. Entretanto, a forma de fazê-la levava a divergências importantes, pois, para Brizola, “nacionalizar” uma empresa estrangeira comprando-a seria uma falsa nacionalização. Para o deputado gaúcho, a lei brasileira seria clara ao direcionar a encampação e a desapropriação – o que o colocou em campo oposto tanto ao do governador da Guanabara e adversário histórico, Carlos Lacerda, quanto ao de seu cunhado, acusado de agir para agradar aos EUA, também no caso da Cia. Telefônica Brasileira (CTB) (BRIZOLA, 2004, pp. 584-585).

Para nacionalizar empresas estrangeiras não é necessário [que] sejam concessionárias de serviço público. Mas, quando se trata de concessionária de serviço público e, particularmente, no campo de energia elétrica, terreno onde o nosso país possui vasta legislação, nacionalizar através da compra não há dúvida que [é] o processo marginal da ordem jurídica do país. A verdadeira, a autêntica nacionalização dessas empresas somente se pode fazer através da encampação, da retomada dos serviços e da desapropriação dos bens das concessionárias. É o que prescreve e o que determina a legislação brasileira. Nem o que o governador do estado da Guanabara quis fazer, nem o que está pretendendo, ou fazendo, o governo federal, configuram uma encampação. É falsa nacionalização. Nacionalizar empresas estrangeiras concessionárias de serviço público somente é possível através de ato encampatório, retomando os serviços e expropriando os bens da concessionária, repito (2004, p. 584).

Brizola lembra das suas medidas para a encampação de empresas concessionárias de energia elétrica e comunicações no Rio Grande do Sul entre 1959 e 1962 (GORENDER, 1987, p. 39) para demonstrar o que seria uma “verdadeira” nacionalização:

Encampamos as duas empresas procedendo rigorosamente dentro da legislação brasileira: tombamento físico-contábil; desapropriação dos bens; retomada dos serviços; depósito em juízo adequado e em valor correspondente ao verificado no tombamento; autorização do Poder Judiciário para imissão na posse dos bens. Adotando-se aquilo que a legislação brasileira prescreve, Senhor Presidente, deixa de prevalecer o argumento do Sr. Ministro Santiago Dantas de que seria necessário o pagamento à vista de grande quantia, porque, feito o tombamento físico-contábil, chegaremos à conclusão de que praticamente essas empresas têm de entregar-nos os seus acervos e ainda indenizar o nosso povo pela remessa de lucros indevidos e ilegais (BRIZOLA, 2004, p. 585).

Os problemas com as concessionárias de serviço público não eram novidade. Vargas já havia identificado as lideranças da parte dessas empresas que estavam mais aquém de acompanhar o desenvolvimento nacional e atender às necessidades brasileiras como figuras-chave na “campanha pela estagnação do Brasil” (2011, p. 541). Mas a crítica do então governador gaúcho aos seus adversários nesse caso era muito dura: as compras da CTB e da subsidiária da Bond and Share seriam um crime de lesa-pátria que, anteriormente, o próprio João Goulart havia se comprometido em não fazê-lo (2004, p. 591). Assim, continuava Brizola, quando os interesses do imperialismo eram feridos, governo e oposição se uniriam para

defendê-lo<sup>142</sup>. Lacerda, mesmo se opondo à compra, assim como Brizola, é rechaçado por este por ter dito que subiriam no mesmo palanque na questão, já que “está combatendo este procedimento do Governo Federal por outro motivo muito diferente” (2004, p. 595); problemas com setores específicos do governo em si e não com a natureza da forma de se “nacionalizar” .

Se nota, dessa maneira, como a fronteira entre os limites da atuação do Estado diante da propriedade privada não era isenta de problemas mesmo entre a própria esquerda – e a conclusão é válida tanto para a propriedade privada de estrangeiros quanto a de nacionais. A preponderância, na esquerda, do Estado como dispositivo máximo de intervenção social reforçava as tentativas da direita nacional de “macular” toda a esquerda como “comunista”<sup>143</sup>. Por isso, as ponderações que as lideranças de esquerda faziam sobre os limites do próprio estatismo e o papel da propriedade privada em seus horizontes às vezes assumiam ares defensivos e eram acompanhadas de negações sobre supostas intenções comunistas, de estatização absoluta, socialização de toda a propriedade ou hostilidade ao mercado, Por exemplo, Vargas iniciando a campanha presidencial em 1950:

Os nossos adversários, que se sabem de antemão batidos num livre confronto de cédulas eleitorais, aproveitam todas as oportunidades para atribuir-nos uma hostilidade, que seria mais pueril do que indesculpável, contra o exercício da livre empresa, que a certos aspectos é uma das fontes da prosperidade dos grandes povos e um dos instrumentos do progresso em todos os campos da atividade criadora e produtora de valores econômicos (2011, p. 649).

Acusam-me, às vezes, de ter emprestado ao Estado o papel de açambarcador, levando-o a imiscuir-se em atividades que deveriam permanecer no domínio da iniciativa privada. A acusação é tola. Conduzi o Estado a realizações monumentais porque eram indispensáveis à prosperidade do Brasil e do seu povo. Mas não recusei nunca assistência, auxílio, às empresas particulares que trouxessem a intenção provada de concorrer para o progresso comum. Exemplo marcante desta conduta é a grande indústria de papel de Monte Alegre<sup>144</sup>, a que estou aludindo. Nasceu da iniciativa privada, mas teve por parte do poder público todo o auxílio e amparo que lhe solicitou. Soube honrar a ajuda oficial: cresceu, organizou-se e aí está, como alto marco da nossa produção industrial (2011, p. 665).

Intervenções visando defender a classe trabalhadora seriam, para Vargas, ancoradas na doutrina social do cristianismo e, por isso, jamais poderiam ser acusadas de hostilidades para com a propriedade privada. Pelo contrário, por se fundamentarem nos preceitos cristãos, estariam em total sintonia com as tradições brasileiras e com a perspectiva social da Igreja, instituição crítica ao comunismo e defensora do direito à propriedade:

Foi preocupação fundamental do meu governo dotar o país de um conjunto de leis

<sup>142</sup> O que seria o caso da reforma agrária e da encampação em questão.

<sup>143</sup> Ponto já discutido no capítulo anterior.

<sup>144</sup> Em 1941 Vargas apoiou o grupo Indústrias Klabin do Paraná Papel e Celulose S/A para a instalação de um complexo industrial na região da Fazenda Monte Alegre, que tanto se desenvolveu que em 1964 se emancipou enquanto cidade, cujo nome até hoje é Telêmaco Borba.

sociais compatíveis com a necessidade da vida moderna, que assegurasse ao trabalhador participar, em maior proporção e com mais segurança, dos frutos que o seu labor ajuda a criar. Essas inovações, que tanto irritam os reacionários, apenas consagram preceitos cristãos inscritos na encíclica de Leão XIII, na admirável *Rerum Novarum*<sup>145</sup>, que muita gente cita sem conhecer. O grande pastor de almas condena o coletivismo e afirma a legitimidade da propriedade privada. Não há em toda a minha obra uma palavra em apoio daquela doutrina nociva que nega ao homem o direito de possuir o fruto do seu labor honrado.

[...]

Devemos manter essa linha de conduta e prolongá-la até onde for possível, ajustando-a aos sentimentos profundamente cristãos do povo brasileiro (2011, p. 667).

Nem mesmo Prestes e o PCB, principal instituição comunista do país, desejavam a implementação imediata do socialismo naquela conjuntura. Segundo Prestes, os comunistas brasileiros acreditavam que o Brasil padeceria muito mais por conta do atraso, da miséria e de uma situação feudal do que por conta do capitalismo. Desenvolver o capitalismo sim é que aproximaria o país do socialismo (2003, pp. 111-113).<sup>146</sup>

Jango, ao sustentar que intervenção estatal e iniciativa privada devem coexistir de maneira complementar, resumizou bem os princípios básicos das esquerdas aqui estudadas no que se refere à questão da propriedade

Em face das injunções do mundo atual, ocasionadas, em grande parte, pelas sucessivas e imprevistas renovações do fato econômico, nenhuma contradição insuperável deve existir entre a intervenção do Estado no domínio econômico e a liberdade de iniciativa privada. Hoje, essas duas atividades se conciliam, orientadas por objetivos que se entrelaçam: o Estado suprindo, complementando ou completando a iniciativa privada, enquanto esta se distende, nos limites de suas possibilidades, ao jogo livre dos fatores da produção (1963, pp. 59-60).

Dessa maneira, o planejamento estatal seria imprescindível para o Brasil superar as desigualdades regionais (1962, p. 127), fazer suas reformas e alcançar o desenvolvimento; uma exigência da “missão nacional a cumprir”:

A liderança das reformas coloca desde logo a questão do planejamento, pois desenvolver sem planejamento significa desperdício de energias e de dinheiro. Significa deixar ao acaso das imprevisões, do empirismo e de forças dominadas por interesses exclusivistas, a organização da sociedade brasileira, que deve alcançar em curto prazo um nível superior de economia. Cabe ao Estado, nessa ação planejada, papel ativo para que a mobilização dos recursos materiais e humanos se realize no sentido do atendimento daquelas prioridades que o exame realista da situação nacional determinar.

O planejamento não impõe liderança exclusiva dos poderes públicos no campo econômico, social e financeiro. Ele não exclui a colaboração da iniciativa privada, que encontrará nas reformas necessárias o estímulo indispensável à sua maior expansão. Mas, entre nós, como em outros países de estágio social semelhante, a liderança do Estado na política de desenvolvimento é uma exigência da *missão nacional a cumprir*, e não apenas um princípio teórico. É questão de fato, e não de preferências ideológicas

<sup>145</sup> Escrita pelo Papa Leão XIII em 1891 e com foco na questão social, possuindo conteúdo conciliador ao defender, ao mesmo tempo, a justiça social e a propriedade privada.

<sup>146</sup> Outros setores inspirados no marxismo (menos influentes, porém, principalmente na política institucional) divergiam dessa concepção, como a organização Polop (Política Operária) ou os trotskistas em geral. Sobre a discussão cf. Gorender (1987).

(GOULART, 1962, pp. 100-101, grifo nosso).

Para Vargas, a intervenção estatal na economia seria necessária também não só para contornar os déficits da iniciativa privada, mas para salvaguardar os “superiores interesses da nação” potencialmente ameaçados pelos interesses particulares:

Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada ou acautelar os *superiores interesses da nação*, quer contra a voracidade egoística dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro (2011, p. 704, grifo nosso).

Novamente as discussões em torno do monopólio estatal do petróleo possuem forte poder ilustrativo. No caso da Petrobrás, a iniciativa do governo de Getúlio Vargas fora a de uma proposta em que a empresa, voltada para a exploração do petróleo nacional, seria uma instituição de economia mista – meio estatal, meio privada, portanto. O que não impedia Vargas de considerar que tal projeto consolidava “a orientação nacionalista de que nunca se afastou” em oposição aos “inimigos da nossa emancipação econômica”, já que dessa maneira poderia captar os recursos necessários para o desenvolvimento da indústria nacional do petróleo (2004, p. 151). A justificativa era pragmática: sem abertura parcial da Petrobrás para capitais privados, a indústria petrolífera, necessária para o progresso do país, não poderia avançar ao ponto de atender as necessidades brasileiras (2004, p. 150); mas com o Estado mantendo o controle majoritário da empresa e suas ações, assim como comandando as orientações desta, poderia direcioná-la a atender os interesses nacionais, anulando as possibilidades de atuação de grupos monopolistas nacionais ou estrangeiros (2004, p. 154). Era um projeto tido como “fiel” ao espírito nacionalista, então, por garantir a autonomia do Brasil no problema do petróleo, tendo o poder do Estado valor mais por ser um fator de garantia desses resultados do que por si mesmo.

A Petrobrás seguiria pelas veredas de outras empresas mistas, como a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e a hidrelétrica do São Francisco (2011, pp. 729-730).

A confiança de Getúlio Vargas no caráter nacionalista do seu projeto de uma Petrobrás mista era tanta que, na Bahia, às vésperas do 02 de julho<sup>147</sup>, o político são-borjense comparou a luta do povo baiano, pioneiro na independência política conquistada pelo Brasil contra Portugal em 1822, com a Petrobrás e as possibilidades desta ante a riqueza petrolífera do estado:

O que hoje estamos fazendo aqui é uma nova consolidação da independência. Ontem foi a independência política; hoje é a independência econômica. A Bahia marcha de novo para recuperar o seu posto de pioneira na história do Brasil - desta vez desfraldando a bandeira da nacionalização do petróleo e da emancipação da nossa

<sup>147</sup> Em 02 de julho de 1823 se chegava, na Bahia, ao fim a guerra de independência contra Portugal. No estado, até hoje se comemora a mesma como símbolo máximo da independência do Brasil.

economia (2004, p. 154).

Brizola acompanhava o raciocínio do fundador de seu partido e o defendia nos mesmos termos. O projeto enviado ao parlamento só não propunha uma Petrobrás totalmente estatal porque a “realidade nacional” não o permitiria:

Não há [...] incoerência por parte do dr Getúlio Vargas que está perfeitamente dentro da orientação que se traçou. E, se não foi uma solução de estatização absoluta, foi porque a realidade nacional não o permitiu. Encaminhou uma solução que decorre das condições que a realidade nacional nos oferece, de acordo com as nossas possibilidades e principalmente, partindo donde partiu, teremos de ver na solução proposta uma grande autoridade, porque quem propôs a criação da Petrobrás foi quem tomou a iniciativa, também, de realizar Volta Redonda, que constitui um verdadeiro orgulho para a nacionalidade brasileira (BRIZOLA, 2004, pp. 472-473).

Afinal, tendo não só controle majoritário das ações, como poder de veto sobre as resoluções da empresa, o Estado terá, indiretamente, “o monopólio do petróleo no Brasil” (BRIZOLA, 2004, p. 473).

O próprio PCB, quando, em 1947 (por meio do então deputado federal Carlos Marighella e da bancada comunista), apresentou os primeiros projetos sobre o petróleo, abria algum espaço para a atuação do capital privado nacional na exploração do óleo mineral. Aderiu à campanha pelo monopólio estatal posteriormente (GORENDER, 1987, p. 23).

Diversos casos seguiram a mesma linha.

A Eletrobras, que segundo Vargas, era outro projeto fundamental para o país, especialmente por permitir superar a condição semicolonial de exportador de matérias-primas ao fornecer energia de baixo custo para alicerçar a expansão industrial brasileira (2004, p. 160), também foi pensada como empresa de capital misto, mais próxima daquelas da iniciativa privada com funções semelhantes e que permitiria ao Estado se associar de maneira simples (2004, pp. 167-168).

De fato: Não dispõe a administração pública federal de entidade adequada, quanto à estrutura e ao funcionamento, a aplicar os recursos orçamentários que vêm sendo destinados à construção de usinas elétricas e, muito menos, de desempenhar-se de tarefa da magnitude daquela que a União deverá empreender no próximo decênio, construindo grandes centrais e extensas redes de transmissão de energia e operando-as eficientemente (2004, p. 167).

Em coerência com a lógica, já explicada, de tolerância pontual, ainda que sob desconfiança, ao capital internacional, o acesso do estrangeiro ao gozo do direito de propriedade era, em situações específicas, defendido nos discursos das principais lideranças das esquerdas nacionais.

Até mesmo o acesso à terra, um dos pontos mais palpitantes naquela conjuntura, deveria ser estimulado pelo Banco do Brasil através de um programa de colonização que atendesse aos pequenos agricultores nacionais e ao estrangeiro (VARGAS, 2004, p. 166).

Já o Banco do Nordeste, projetado para lutar “contra a seca e cuidar da organização econômica da região”, dependeria da cooperação dos “homens empreendedores do país e do estrangeiro” para atingir seus fins (VARGAS, 2011, pp. 730-731). Afinal, o governo Vargas sempre recebera “fraternalmente os que aqui vieram para se radicar e produzir, e não apenas para especular e enriquecer” (VARGAS, 2011, pp. 744-745).

Vargas, enquanto exaltava a incorporação das jazidas de ferro de Itabira, antes cedidas à empresa externa, saudava a criação da Vale do Rio Doce por meio da combinação de capitais brasileiros com estadunidenses e rememora a construção da CSN (2011, p. 505), que não existiria sem Roosevelt e seu apoio (2011, p. 517).

João Goulart, em diversas ocasiões, manifestou palavras análogas. A usina hidrelétrica de Três Marias, cuja presença do capital estrangeiro seria de 40%, é citada como um marco pela emancipação econômica da pátria (1963, p. 107), assim como o contrato<sup>148</sup> entre a Central Elétrica de Urubupungá e firmas italianas (1963, p. 213). Na inauguração da fábrica da *Scania*, ao reverenciar o embaixador sueco pela colaboração, fez questão de exaltar a presença do capital estrangeiro positivo e diferenciá-lo daquele tido como predatório (1963, pp. 234-235). O impulso à indústria naval foi outro ponto em que Jango fez notar a importância de capitais externos (Estaleiros Verolme<sup>149</sup>):

Com o lançamento ao mar, nesta solenidade, do maior navio mercante até agora construído no Brasil, abrem-se novas e promissoras perspectivas à realização do programa governamental que tem por finalidade resolver, em definitivo, o grave problema dos transportes marítimos do país.

[...] ergue-se, hoje, magnífica e moderna oficina de trabalho, fruto do esforço empreendedor dos brasileiros e exemplo eloquente de boa cooperação com a técnica e o capital estrangeiros.

[...]

Instituído o Fundo de Renovação da Marinha Mercante, o Governo Federal encontrou finalmente o instrumento adequado para planejar e executar, em rigorosas bases técnicas, o renascimento da indústria de construção naval, pelo estímulo sistemático à iniciativa privada brasileira e estrangeira (1962, p. 55).

Na Constituinte de 1946, Luiz Carlos Prestes chega a criticar o caráter chauvinista de alguns artigos do projeto constitucional em debate; defendendo que estrangeiros, atuantes em alguns setores específicos, possuíssem maior liberdade para operarem na exploração dos recursos naturais do país desde que abrissem mão de direitos especiais oriundos de sua nacionalidade original:

A autorização ou a concessão para o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, assim como das águas e da energia hidráulica, a estrangeiros que declarem considerar-se nacionais e não invocar a proteção de seu governo, elimina o aspecto chauvinista que apresenta o item I do § 9 do art. 164. As empresas estrangeiras que

<sup>148</sup> Que, segundo Goulart, permitiria importantes obras nas regiões da Bacia do Paraná e do Uruguai.

<sup>149</sup> Em 1950 se instalou em Angra dos Reis – RJ a subsidiária da Verolme holandesa.

têm concessões no país não constituem perigo para a nação pelo fato de serem estrangeiras, mas serem empresas imperialistas que entravam o progresso nacional e drenam para o exterior os lucros obtidos com a exploração do povo, constituindo uma ameaça permanente à nossa soberania, uma vez que a qualquer momento, desde que se julguem lesados nos seus interesses, podem pedir a intervenção dos seus governos (2003, pp. 332-333).

De qualquer maneira, caberia ao Estado definir as suas próprias fronteiras diante da iniciativa privada, pois os fins de atender à emancipação nacional e ao bem-estar de toda a população de forma equalizada deveriam ser inegociáveis; estariam, também, inseridos como variáveis na composição do planejamento econômico. Ao defender a criação de um aparato para dirigir o planejamento nacional, Jango deu vida a essa equação:

A instituição de um órgão responsável pelo planejamento constitui fator decisivo na direção de nossa nova política que poderíamos chamar de política do desenvolvimento para o bem-estar do povo. O novo e importante órgão funcionará intimamente articulado com todos os altos escalões da administração federal. Para isso deverá contar com os meios necessários, a fim de que, no mais rápido prazo possível, possa elaborar um plano de desenvolvimento que integre todos os investimentos públicos e discipline os incentivos proporcionados com os recursos da União aos investimentos particulares (1963, p. 157).

Ao comentar a perspectiva de planejamento estatal por parte do governo João Goulart, Miguel Arraes elogia o presidente por sua postura ante o assunto, afinal “sua adoção pelo governo federal é uma das provas de nossa maturidade política e administrativa” (ARRAES, 1965, p. 41)<sup>150</sup>. Para incluir todo o povo brasileiro no processo de desenvolvimento, a participação estatal se mostraria indispensável – era o caso das regiões até então mais esquecidas, como o Nordeste: “Do nosso processo de desenvolvimento tem de ser beneficiário todo povo brasileiro. Daí porque me incluo entre aqueles que reclamam a participação do Estado, cada vez mais direta e mais decidida, no sentido de melhorar as condições econômicas do Nordeste” (ARRAES, 1963, p. 15).

Para Vargas, só com planejamento econômico o Brasil poderia se transformar numa “democracia econômica”; na contramão do “velho liberalismo burguês” (2011, p. 513), vigente na democracia capitalista que favoreceria trustes e monopólios no país (2011, p. 516) e cujos resquícios seriam um obstáculo para que toda a comunidade nacional pudesse acessar os frutos da riqueza nacional:

A democracia econômica não se pode organizar sem o prévio planejamento. Este é que se tem de realizar, não para a economia da coletividade ser desfrutada por meia dúzia de privilegiados. Esse planejamento econômico é que coloca a produção subordinada aos interesses da comunidade e não aos das minorias. Por conseguinte, nós todos devemos nos empenhar em trabalhar para isso, para a organização dessa democracia planificada, a fim de que ela constitua a defesa dos trabalhadores. É nessa

<sup>150</sup> Entretanto, nesse caso os elogios pararam nas intenções do governo federal. Porque a forma como o planejamento se materializou naquele momento, através do Plano Trienal, não foi bem recebida pelo então governador pernambucano, que acusou o projeto de possuir um conteúdo incapaz de proteger a indústria nacional e o desenvolvimento do país ante os interesses estrangeiros (Arraes, 1965, pp. 41-42).

democracia que me alisto convosco, para conseguirmos realizar o engrandecimento do Brasil e a prosperidade de todos os brasileiros (2011, pp. 513-514).

Ainda que no Brasil fosse caso menos de distribuir o já existente e mais de produzir alguma riqueza a ser partilhada (VARGAS, 2004, p. 126), para que esse crescimento fosse, primeiro, possível e, segundo, se desse no proveito de toda a coletividade, a presença do Estado continuaria indispensável:

A elevação dos níveis de vida, num país como o Brasil, depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento econômico. A grande verdade é que temos pouco que dividir. Devemos, portanto, por um lado, atender ao problema de justiça, corrigindo os abusos e a ostentação de uma minoria, e ainda elevar a produtividade através de melhores níveis de consumo, mas, por outro lado, não devemos permitir que uma distribuição insensata venha prejudicar o potencial de capitalização necessário ao desenvolvimento econômico geral, e, assim, à criação de maiores e mais amplas oportunidades de emprego e de salários (VARGAS, 2004, p. 127).

A projeção de um Estado forte, intervencionista e agindo em conjunto com a iniciativa privada sob a direção de um planejamento econômico previamente concebido para equilibrar a distribuição das riquezas nacionais entre as classes em conjunto com a garantia da soberania nacional, pôde ser sintetizada, para parte das lideranças de esquerda analisadas<sup>151</sup>, como um “socialismo brasileiro”, que teria no PTB sua expressão partidária (VARGAS, 2011, p. 565) e, diante da impossibilidade dos partidos conservadores satisfazerem as necessidades populares, seria o elemento de equilíbrio entre o comunismo e os demais partidos (VARGAS, 2011, p. 564).

Entre os diversos partidos de organização democrática, e dela excluo os extremismos em que se fragmenta o panorama político brasileiro, há um divisor de águas. De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes, significam a mesma coisa. Têm a mesma substância política, social e econômica. Não é de estranhar que venham a se reunir. São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Toda essa liberdade política está organizada no sentido da defesa de seus interesses econômicos. Não tem conteúdo nacional. Giram em torno das competições regionais e acompanham o poder. De outro lado está o Partido Trabalhista Brasileiro, *um verdadeiro partido nacional*, integrado na comunidade do continente americano. *Separa o trabalhismo brasileiro dos outros partidos democráticos a diferença de interpretação do conceito social* (VARGAS, 2011, p. 516, grifo nosso).

A planificação econômica e social, capaz de construir a solidariedade entre patrões e operários aos moldes do *New Deal*<sup>152</sup> e do Partido Trabalhista Britânico, seria um imperativo

<sup>151</sup> Uma das exceções era Luiz Carlos Prestes, cujo conceito de “socialismo” possuía outro significado. Nas veredas da tradição marxista-leninista, esse Estado intervencionista em conjunto com o mercado, a propriedade privada e a burguesia continuaria sendo definido como capitalista. A ideia de um “socialismo brasileiro” é, aliás, também derivada da necessidade da esquerda não-comunista se definir em contraponto aos comunistas, que, alegavam, representariam um socialismo soviético, conforme apontado em algumas partes da presente tese.

<sup>152</sup> Política econômica intervencionista aplicada nos EUA para enfrentar a Crise de 1929. Nota-se a evidente contradição entre a busca por um “socialismo brasileiro” e a exaltação de políticas social-democratas internacionais – mas esse é um problema geral de toda força política nacional que busca no “socialismo

histórico para a sobrevivência do próprio regime democrático (VARGAS, 2011, p. 563). A democracia capitalista deveria dar lugar ao socialismo brasileiro se não quisessem levar o país ao caos.

Para as lideranças da esquerda não marxista, o comunismo e a subversão deveriam sim ser combatidos. Mas a melhor maneira de o fazer seria enfrentando os problemas do próprio país – e não com repressão e violências (BRIZOLA, 2004, p. 521). Não se poderia confundir, assim, a luta por justiça social, libertação econômica nacional e legalidade, com extremismo, desordem, comunismo ou antirreligiosidade – como propositalmente faziam os que estavam ao lado da “conservação de privilégios e da manutenção de vantagens antissociais” (BRIZOLA, 2004, p. 492). Até porque, no caso brasileiro, o verdadeiro inimigo seria o capitalismo:

[...] incluo-me entre aqueles que nada têm com o comunismo nem com a Rússia, mas que nem por isso consideram um galardão, um ato de coragem combater o comunismo. Consideramos até [...], nesta época, que combater o comunismo – para muitos indústria rendosa – é quase um ato de covardia. Combater o capitalismo, isso sim, é um ato para o qual se requer muita coragem. Aqueles que se devotam ao combate, à luta contra o liberalismo econômico, contra o capitalismo, estes sim, escolhem o caminho do sacrifício, de vencer, de lutar contra as dificuldades, mas sobretudo uma atitude de coragem (BRIZOLA, 2004, p. 554).

Significativo é o fato de que a díade “justiça social” e “libertação econômica nacional”, aspectos centrais desse “socialismo brasileiro” a ser construído pela via do Estado e do planejamento como alternativa ao comunismo potencial, tenha sido proclamada por Vargas como as grandes batalhas que travou em vida justamente no ato que anunciou sua partida para a morte. Na versão mais conhecida da “carta-testamento” de Getúlio Vargas, podemos ler, assim como leram (e por diversas vezes citaram) os atores da esquerda trabalhista aqui estudados: “esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo” (2004, p. 177). E na versão divulgada pela família apenas em 2004<sup>153</sup>:

Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não dos crimes que não cometi, mas de *poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes*. Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus (VARGAS, 2011, p. 774, grifo nosso).

---

brasileiro” uma alternativa ao marxismo: acabam chegando na social-democracia.

<sup>153</sup> A versão “crua” da carta escrita à mão por Vargas antes do suicídio foi divulgada apenas cinco décadas depois do ocorrido. Aquela até então conhecida, datilografada, tem a autoria discutida.

### 2.3 A questão da justiça social como meio de inclusão do povo na nação

A forte presença do Estado aparecia, conforme dito, como uma necessidade; já que a nação brasileira estaria por ser realizada em sua totalidade ante a constatação de que parte considerável dos compatriotas, especialmente das classes trabalhadoras, estaria impossibilitada de acessar os derivados materiais e culturais do trabalho coletivo. Esse fator, em combinação com as amarras impostas pela dominação imperialista, levava à ideia de incompletude do Brasil enquanto nação. Vide Leonel Brizola, para quem seríamos, naquele momento, um povo, mas ainda não uma nação em sua plenitude:

Somos um povo, mas ainda não somos uma nação na plenitude da sua soberania. A nós, homens de minha geração, cabe guiar esse povo até o umbral de onde ele possa vislumbrar os seus grandes destinos. A vós, jovens, cabe criar a nação, não apenas na plenitude de sua soberania, como também projetá-la numa estrutura social tão límpida e pura em seus ideais de justiça quanto límpidos e puros são os ideais que inflamam o espírito da mocidade (2004, p. 525).

Elogiando Brizola, João Goulart fez menção à luta do cunhado para corroborar com a necessidade das reformas de base para fazer “do Brasil uma nação forte e independente, permitindo que o nosso povo viva mais identificado com a democracia e com mais fé nos destinos da pátria” (1962, p. 58). Getúlio Vargas, num 1º de Maio em Petrópolis, quando falara de seu legado, também destacava a importância de “engrandecer a pátria e fortalecê-la economicamente, através do estímulo e do amparo ao trabalho” (2011, p. 757). Portanto, nas produções discursivas dos agentes políticos de esquerda, o Brasil só estaria completo quando, além de alcançar a soberania, libertasse o próprio povo, como um todo, incluindo as classes trabalhadoras, da injustiça e do desamparo social. Inclusive pelo fato de que o binômio “espoliação estrangeira” e “injustiça social” apresenta dois aspectos oriundos de um mesmo complexo estrutural caracterizado pelo subdesenvolvimento do país. Haveria, portanto, uma simbiose entre a exploração estrangeira e a exclusão social, causada pela materialização de fatores endógenos e exógenos na formação e estruturação nacional. Grande parte do povo brasileiro seria excluído das benéficas da civilização por conta da rapina imperialista e, ao mesmo tempo, sem a inclusão social de todos os compatriotas dificilmente o Brasil enquanto nação teria forças para se libertar dessa pilhagem internacional. O engajamento de todo o povo contra o imperialismo (e, claro, contra aqueles acusados de serem seus aliados internos), na luta por inclusão social, num verdadeiro movimento nacionalista policlassista, seria um meio para, através da assunção do Estado, promover medidas concretas contra o complexo econômico, cultural, social e institucional de exclusão. A mobilização em torno das “reformas de base” foi

o ápice das propostas presentes nas intervenções das lideranças da esquerda na época – cuja parte majoritária vai enxergar como o caminho nacional para a construção de um socialismo próprio, independente e em sintonia com as tradições cristãs do país.

A constatação, por parte desses agentes, de um quadro de profunda exclusão social se manifestou por meio de dados por diversas vezes, de uma ponta à outra da IV República: já em 1946 Prestes<sup>154</sup> lembrava que enquanto a França, com a mesma população do Brasil, teria cinco milhões de proprietários, nós não chegávamos a dois milhões, sendo que, desses, 18% concentrariam 2/3 da área total das propriedades rurais (2003, pp. 239; 243). Em 1961 Jango aponta que dos 12 milhões de agricultores brasileiros, 10 milhões eram forçados a trabalhar em terras que não lhes pertenciam – o que não era detalhe, pois os habitantes do campo, os agricultores e suas famílias<sup>155</sup>, representariam 63% da população brasileira (1962, p. 84). Três milhões e quatrocentos mil filhas e filhos do povo brasileiro, de 7 a 12 anos de idade, ou seja, 54% das crianças em idade escolar, estariam impedidos de exercer o direito de frequentar a escola (GOULART, 1963, p. 168). Em algumas regiões, as desigualdades regionais impactavam de maneira ainda mais brusca a vida do povo: em Recife, cuja população nos anos 1960 era de 800 mil habitantes, apenas 74 mil edificações eram de cimento armado, enquanto 110 mil eram mocambos (26 mil cobertos por palha na função de telhado) (ARRAES, 1963, p. 26). Nessa cidade, em 27 de agosto de 1950, aliás, Vargas reivindicou o passado de lutas da região em prol da independência do Brasil para proclamar a necessidade da segunda libertação nacional – contra a miséria, a doença e o analfabetismo:

Em Pernambuco, o glorioso estado onde se iniciaram contra os invasores estrangeiros as lutas pela emancipação nacional, levanto novamente o grito de liberdade: libertação da miséria, da doença, do analfabetismo. Contra a ignorância, contra a exploração econômica ergamo-nos todos e façamos do Brasil, da nossa pátria, uma nação de homens fortes e capazes de esforço continuado, de produtores esclarecidos, de trabalhadores de alta qualificação, unidos e fraternizados, já que o capital e o trabalho não são adversários e sim forças que se devem unir para o bem comum (2011, p. 661).

Noção presente também em seu discípulo mais implacável, que prometia colocar “as suas melhores energias na consecução de empreendimentos e reformas essenciais, a começar pelas reformas que libertem a nação da ignorância e do analfabetismo, do atraso e da pobreza” (BRIZOLA, 2004, p. 493, grifo nosso).

<sup>154</sup> Vale registrar que, para o líder comunista, o principal documento a reger o período estudado, a Constituição de 18 de setembro de 1946, poderia até ser classificada como democrática, mas jamais como progressista, pois manteria intacta a estrutura disfuncional até então vigente, com o poder do latifúndio prevalecendo e incapaz de impedir a exploração de nosso povo por parte dos bancos estrangeiros (Prestes, 2003, p. 649).

<sup>155</sup> Considerados reféns de “práticas agrícolas nocivas ou superadas” e de uma renda per capita “irrisória, pois mal atinge 30 mil cruzeiros anuais” (1962, pp. 101-102).

Outrossim, a correlação entre emancipação nacional e justiça social, não era só alegórica: haveria um complexo estrutural responsável, ao mesmo tempo, pela inserção dependente do Brasil nas relações internacionais e pela injustiça social interna; e um problema retroalimentaria o outro - conforme mencionado no primeiro terço do capítulo corrente. Apenas *reformas de base*, estruturais, poderiam libertar o Brasil como um todo. Reformas estas reivindicadas pelos trabalhadores sim, mas impostas pelos "interesses nacionais" (GOULART, 1963, p. 77); "pela grandeza da pátria comum [...] visando à libertação do Brasil das garras que o escravizam e dificultam o seu desenvolvimento" (GOULART, 1962, p. 58). A pauta de reivindicações era vasta e incluía questões como as reformas agrária, urbana e fiscal, a limitação da remessa de lucros para o exterior, a legalização do PCB<sup>156</sup>, o direito de voto para analfabetos e praças (D'ARAÚJO, 1996, pp. 99; 148; FIGUEIREDO, 1993, p. 66)), etc; questões sintetizadas por Goulart num Primeiro de Maio em Volta Redonda:

A reforma agrária não pode mais ser protelada. Ela está tão arraigada na opinião pública que mesmo classes economicamente mais favorecidas já a apoiam, por considerá-la fator indispensável à melhoria do poder aquisitivo do povo brasileiro e ao desenvolvimento nacional.

[...]

Outras reformas são também imperiosas. O sistema bancário precisa ser atualizado para assegurar uma organização de crédito e financiamento capaz de alimentar o progresso econômico do país. A indústria, a agricultura e o comércio necessitam de crédito largamente difundido, a juros normais, para se desenvolverem e melhor contribuir para o aumento da produção nacional.

A reforma eleitoral impõe-se para tornar cada vez mais autêntica a voz do povo no Parlamento, evitando-se injunções estranhas e inadmissíveis — demagógicas ou financeiras — na formação das assembleias populares. É indispensável a regulamentação da remessa de lucros para o exterior.

[...]

Torna-se também premente a reforma tributária, que permita ao governo ir buscar recursos nas mãos daqueles a quem o processo inflacionário favorece com lucros desmedidos, e aplicá-los em benefício da nação, corrigindo desigualdades excessivas e enfrentando as grandes dificuldades orçamentárias, sem necessidade de recorrer a emissões ou outros encargos que importem em novos sacrifícios para o povo (1963, pp. 77-78).

Para serem capazes de atender à nação brasileira de maneira plena, porém, não bastava a realização por si só, pois seria necessário que essa realização se desse em sintonia com as peculiaridades nacionais. Era, para João Goulart, o caso da reforma agrária, que não poderia ser igual à soviética ou à chinesa, que serviram para atender aos seus respectivos povos, porque "a reforma que convém ao Brasil é a reforma desejada pelo povo brasileiro, é a reforma que atenda às nossas necessidades e aos legítimos anseios do país" (1963, pp. 118-119)<sup>157</sup>.

<sup>156</sup> Nem todas consensuais. Tal como Lott, que entendia que o PCB não poderia ser legalizado por atender a interesses estrangeiros – numa lógica discursiva já explorada no cap. 1 (Última Hora, 4 mai 1960, p. 10).

<sup>157</sup> Uma preocupação oculta que pode ser indicada em caráter de suposição por esse discurso de Jango é a de desvencilhar a si e a pauta reformista das "acusações" de comunismo. O recurso ao que seria "brasileiro" como forma de contrapor o que seria comunista e, logo, estrangeiro, era comum à esquerda não-comunista

E justamente por implicarem diretamente na afirmação da soberania nacional e da justiça social, contrariariam interesses poderosos. Assim “realizar reformas internas de base num país submetido ao processo espoliativo significa provocar repercussões muito mais amplas, internas e externas, porque as partes da estrutura interna são também partes de todo um sistema” (BRIZOLA, 2004, pp. 533-534). Por exemplo, o caso da infraestrutura energética:

Aqui, portanto, está, para mim, o problema crucial: cumprir realizar as reformas estruturais. Mas quem a isto se dispuser, prepare-se, previamente, para enfrentar o processo espoliativo. A estrutura interna e o processo espoliativo são irmãos siameses, são partes inseparáveis de um mesmo sistema. Querem um exemplo? O Rio Grande do Sul está conseguindo, agora, vencer a barreira do subfornecimento de energia elétrica. Mas só alcançou esta etapa após ter encampado a subsidiária local da Bond and Share (BRIZOLA, 2004, p. 517).

As disparidades regionais também estariam inclusas nas demandas a serem enfrentadas pelo processo das reformas estruturais (ARRAES, 1963, pp. 18-19) e tidas como fundamentais para o desenvolvimento do Brasil (GOULART, 1962, p. 90), pois:

[...] é necessário que o povo [pernambucano] não esqueça que nossos problemas não poderão ser efetivamente resolvidos, caso os problemas nacionais não sejam, eles também, equacionados e resolvidos segundo os interesses do povo brasileiro. Quero dizer, segundo os anseios de emancipação nacional. E não haverá emancipação alguma sem a liquidação do processo espoliativo dos capitais imperialistas em nossa economia. Não haverá nenhuma emancipação sem a reforma das estruturas esclerosantes que ainda são as nossas, principalmente a reforma agrária, que aqui já foi iniciada (ARRAES, 1965, p. 81).

Uma das mais evidentes bandeiras das reformas de base a combinar, umbilicalmente, a questão nacional à justiça social foi a luta pela regulamentação da remessa de lucros para o exterior numa conjuntura onde, conforme já comentado, a fuga de capitais era lida pelas lideranças da esquerda brasileira como um dos aspectos mais determinantes para o empobrecimento da população do país (GOULART, 1963, p. 126). Nesse assunto, para Lott, seria “imperioso impedir-se que o suor dos brasileiros sirva para locupletar a bolsa dos capitalistas estrangeiros” (ÚLTIMA HORA, 19 fev. 1960, p. 4).

Outra pauta a se sobressair, a da reforma agrária, que, entre “as reformas propostas nos anos 60, [...] foi a que mais mobilizou a opinião pública” (D'ARAÚJO, 1996, p. 157), era tida por João Goulart como fundamental para potencializar o desenvolvimento industrial ao lhe nutrir com a ampliação dos potenciais consumidores (1962, p. 90). Poucos anos antes, Henrique T. Lott já lembrava que o “desenvolvimento da indústria exige o desenvolvimento agropecuário” (ÚLTIMA HORA, 10 mai. 1960, p. 10). A bandeira era levantada por Prestes como algo que “verdadeiros patriotas” deveriam abraçar sem vacilações, pois, seria “isso o que reclamam os mais imediatos interesses do Brasil” perante a imperatividade de se forjar um mercado interno

---

conforme discutido no primeiro capítulo da presente tese.

forte para haver progresso industrial e “efetiva, independência econômica e política”. Somente com uma população capaz de consumir em condições adequadas, longe da miséria, esse mercado interno poderia se efetivar (1947, p. 10). A questão social nesse caso, por sua correlação à questão nacional, aparece como causa de valor não só pragmático, mas também moral. O uso da adjetivação de determinados “patriotas” enquanto “verdadeiros” (em contraponto à alternativa oculta: “falsos”) sugere uma ênfase na direção da cobrança social, reivindicando a qualidade moral de “ser patriota”, de valorizar os interesses superiores da pátria, como forma de comprometer a coletividade com a justiça social sob a virtude de realização de demandas no interesse de toda a pátria (no caso, a industrialização enquanto condição para a emancipação nacional). Por outro lado, agruras como a inflação e a miséria seriam consequências dos “restos feudais” no campo e da “exploração de nosso povo pelos trustes monopolizadores do capital estrangeiro colonizador” (PRESTES, 1947, p. 39). As estruturas do subdesenvolvimento eram, assim, costumeiramente entendidas e apreçadas como compostas por vias de mão dupla: a exploração estrangeira causa a exclusão social no Brasil e essa exclusão social mutila a nação impedindo-a de se realizar por completo e reforçando seu caráter dependente ante as grandes potências capitalistas. Dessa forma, não enfrentar a situação seria um “crime contra a nacionalidade”, “crime de lesa-nacionalidade” (BRIZOLA, 2004, p. 530).

Mas o problema dessa “natureza” dual do complexo estrutural do Brasil não estava apenas no fluxo retroalimentador. A intensidade das mazelas igualmente cresceria de maneira espelhada e exponencial:

[...] como, na mesma medida e no mesmo ritmo em que cresce o nosso empobrecimento, cresce de intensidade o processo espoliativo de que somos vítimas, mas desumano e cruel em seus efeitos. É ele que torna mais dependente a nossa economia, tornando, em consequência, mais vulnerável a nossa soberania nacional. Este processo espoliativo que vem sendo imposto ao nosso povo é o responsável, é causa fundamental da elevação crescente do custo de vida, da inflação e de todas as tensões, desequilíbrios e deformações que vêm marcando cruelmente este ciclo da vida brasileira. É este processo que vem sustentando a estrutura interna, injusta e semifeudal. São beneficiárias dele, porque associadas ao processo, as oligarquias econômicas e financeiras, as chamadas classes dominantes, enquanto condena aos salários de fome os que trabalham, quando não condena ao desemprego, ao marginalismo social e à degradação material e espiritual, imensos contingentes da população brasileira (BRIZOLA, 2004, p. 529).

Ancoradas em fortes interesses internos e externos, portanto, essas estruturas teriam quem as defendesse. Mais uma vez, dois anos após seu triunfo revolucionário, Cuba poderia servir de “amostra” do que os brasileiros poderiam esperar caso avançassem na luta pelas reformas de base:

Sob a pressão de problemas sociais angustiantes, os revolucionários não tiveram outro caminho, para erradicar a pobreza, tornar a sociedade mais justa e desenvolver o país, senão nacionalizar todas as empresas que se locupletavam com o trabalho do povo

cubano. Eis o que bastou para provocar uma terrível reação promovida, financiada, estipendiada pelas corporações econômicas estrangeiras.

[...]

Não tenhamos dúvida de que poderemos incidir na mesma faixa de represálias a hora em que iniciarmos um programa real de reformas de base e de liquidação do processo espoliativo, como indispensavelmente necessitamos fazer (BRIZOLA, 2004, p. 541).

De qualquer forma, a demanda a ser enfrentada era inexorável. Por mais otimista que João Goulart fosse para com os êxitos econômicos de seu governo<sup>158</sup>, esses só seriam conquistados de maneira integral, “em termos de interesse da nação”, com “reformas básicas nas estruturas administrativa, econômica e social do país” (GOULART, 1963, p. 268). Por isso, diante da resistência do Congresso Nacional, já no quadro de acirramento político que culminaria no Golpe de 1964 e no fim da IV República, Brizola alerta seus colegas parlamentares de que, com ou sem eles, o povo brasileiro desencadearia as reformas e alcançaria a emancipação nacional:

Concluo então as minhas palavras para dizer a este Congresso que, com a sua vontade ou contra a sua vontade, com as resistências ou sem as resistências das maiorias reacionárias e insensíveis que aqui têm assento, *as reformas vão sair e o nosso país vai se libertar da espoliação internacional*. Se os governantes e legisladores, os responsáveis pelos nossos destinos, continuarem indiferentes, insensíveis, como até agora, comprometidos, - porque não dizer? - com esse quadro de desgraça, de espoliação e de domínio estrangeiro, então, inexoravelmente, como está escrito na Carta de Vargas, *o nosso povo há de fazer tudo isso em nome dos seus destinos, dos destinos eternos da nacionalidade*, pelas suas próprias mãos e iniciativas e eu, como milhões, *estarei ao seu lado* (BRIZOLA, 2004, p. 613, grifo nosso).

Apesar da retórica inflamada e da reação de seus opositores, que frequentemente o “acusavam” de agitador e comunista, Brizola defendia que toda sua disposição tinha como fundamento o cristianismo – elemento formador do próprio Brasil (2004, p. 542). E com exceção de Prestes, todas as lideranças políticas à esquerda estudadas aqui utilizaram esse recurso a uma interpretação socializante do cristianismo com bastante frequência<sup>159</sup>. Estaria em curso uma batalha “cristã e patriótica” (GOULART, 1962, p. 59). As reformas eram defendidas “sem necessitarmos importar figurinos ou fórmulas de qualquer nação, mas através do trabalho construtivo de todos os brasileiros, *dentro de nossa tradição cristã*” (GOULART, 1963, p. 174,

<sup>158</sup> “Os investimentos planejados para o conjunto da economia, durante o próximo triênio, situam-se em torno de três trilhões e meio de cruzeiros, aos preços de 1962. Esses investimentos permitirão que se eleve a renda per capita. Durante esses três anos, a produção agrícola deverá aumentar em redor de 20%, e asseguro que não lhe faltarão o apoio e o estímulo do governo. O crescimento da produção industrial previsto é de mais de 37%, ou seja, mais de 12% anualmente. Ao fim do meu governo, a indústria estará contribuindo com mais de 70% dos bens de capital de que necessita a economia nacional para manter sua elevada taxa de crescimento. A produção de aço será quase duplicada. A de tratores, automóveis e caminhões atingirá cerca do dobro da atual produção desta vitoriosa indústria nacional. A capacidade instalada geradora de energia elétrica, tão fundamental ao nosso desenvolvimento, crescerá de 4 751 000 kw, em 1961, para 7 432 000 kw, em 1965” (Goulart, 1963, p. 268).

<sup>159</sup> Até a presente parte da tese o leitor pode notar várias citações dessa natureza, usadas com referência a outros assuntos. Foi um tema que se destacou na análise feita nos discursos de quase todos os agentes históricos pesquisados e aparecerá novamente no capítulo seguinte conexo às lideranças da direita.

grifo nosso). Estando em sintonia com os princípios cristãos do povo brasileiro, seria um absurdo ver subversão ou comunismo na reforma agrária (GOULART, 1963, pp. 125-126), por exemplo, uma das mais polêmicas pautas de então – e até hoje, mais de meio século depois do momento aqui analisado, totalmente inconclusa.

Com as seguintes palavras, Jango resumira sua interpretação sobre a suposta sinergia entre as bandeiras das reformas de base, o cristianismo e as tradições brasileiras:

Em quase todas as minhas declarações públicas, tenho batalhado por uma política dinâmica, que dê solução aos problemas; de base, inclusive o da reforma agrária, para que se possa estabelecer a justiça social, garantir as liberdades, distribuir melhor as riquezas e os rendimentos, e dar a todos os brasileiros condições dignas de existência, de acordo com os nossos ideais de fraternidade cristã (GOULART, 2009, p. 17).

A adesão à interpretação socializante do cristianismo por parte majoritária dos agentes das esquerdas em questão e a correlação com uma identidade nacional aparecia como maneira não só de combater as direitas e os opositores das reformas sociais, como também o próprio comunismo. Na sua análise dos discursos de João Goulart, Aline Vasconcelos Silva, notou o ponto:

A defesa da reforma agrária exposta por João Goulart faz referências constantes aos ideais cristãos e democráticos. A reiteração do vínculo entre a defesa destes princípios e das reformas de base - sobretudo, da reforma agrária - é uma resposta de Jango, por vezes sutil, e por outras mais direta, a possíveis acusações de comunismo (SILVA, 2012, p. 66).

Vargas, que defendia seu legado junto à legislação social e ao movimento sindical como expressão de afinidade com a política social da Igreja Católica (2011, p. 649), acusava seus adversários de direita e de esquerda de reagirem contrariados à sua postura de independência nacional:

Aos meus acusadores insensatos e insinceros, que me alinham ora entre os totalitários da direita, ora entre os revolucionários da esquerda, eu pergunto por que fui vítima dos extremistas de ambos os credos [...]. Ensaíram a violência porque sabiam não haver forças capazes de me afastar da posição equidistante que adotei, traçando uma linha independente de ação em que os interesses do Brasil e as tradições do seu povo eram únicas diretrizes.

Esse é o clima político dos trabalhistas brasileiros, que proscvem de seu seio os arautos da revolução social, a qual destrói os alicerces espirituais da civilização cristã, que propugna o nivelamento por baixo, que nega a ideia de pátria no que ela tem de puro como força moral, contrária à transformação das nações em sustentáculos ou vítimas do imperialismo político ou da superdominação econômica (2011, pp. 651-652).

De qualquer forma, acima de tudo, negar que o Brasil precisaria de reformas seria se colocar na oposição aos “princípios da solidariedade humana e cristã” (2011, p. 660).

## Considerações sintéticas sobre o capítulo

Nas produções discursivas dos agentes históricos das esquerdas aqui analisadas, o imperialismo e o subdesenvolvimento eram as variáveis centrais na explicação dos males nacionais. Ambos, numa relação de simbiose, compartilhariam de um mesmo complexo estrutural ligado às elites brasileiras, as instituições hegemônicas por estas e a inserção dependente do Brasil num mundo marcado pela sobreposição dos interesses imperialistas dos países mais poderosos sobre os povos explorados. Como contraponto a esse quadro, as lideranças em questão propuseram um nacionalismo marcado, por um lado, pelo enfrentamento ao imperialismo e pela busca da soberania nacional, e, por outro, pela robustez da nação através da inclusão social das classes trabalhadoras. Ambos os aspectos só poderiam ser concretizados por meio do Estado, que equalizaria moderadamente as riquezas nacionais e regularia as fronteiras da atuação do capital estrangeiro no país nos mais diversos aspectos (desde a exploração dos recursos naturais até os limites de riqueza financeira conquistadas com o trabalho de brasileiros e que poderiam exportar para os seus países de origem), assim como pautaria a intervenção do país no mundo na direção da autodeterminação nossa e dos povos que viviam em situação análoga. Se, para Prestes e os comunistas, estava em jogo a construção da revolução nacional e democrática que abriria caminhos para o socialismo marxista no futuro ao desenvolver o capitalismo; para outras lideranças das esquerdas seria a realização do socialismo brasileiro em si, profundamente marcado por uma interpretação socializante do cristianismo e, portanto, pelo respeito às tradições da “civilização ocidental” (incluindo a propriedade privada e o livre mercado – desde que não colocados acima dos interesses da “coletividade nacional”, formada por todos os setores do país, inclusive os mais humildes). O amadurecimento propositivo que levou à materialização de todas essas intenções na Quarta República (1945-1964) se deu com as chamadas reformas de base, cuja incipiente implementação foi abortada com a derrota das esquerdas no Golpe de 1964.



### 3. TRADIÇÕES BRASILEIRAS, INSERÇÃO NA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL E ANTICOMUNISMO: A QUESTÃO NACIONAL À DIREITA

#### Apresentação introdutória

O objetivo deste capítulo que se segue é descrever e discutir o papel da questão nacional nos discursos dos mais destacados agentes políticos que se posicionaram à direita na conjuntura brasileira da IV República (1945-1964) a partir de três eixos: (a) as tradições pátrias do Brasil, que, enquanto nação, teria nascido por meio da suposta “civilização ocidental” e, portanto, possuiria raízes umbilicalmente cimentadas nas características distintivas do Ocidente (o cristianismo, o capitalismo<sup>160</sup> e a liberal-democracia<sup>161</sup>); (b) um conseqüente cosmopolitismo político para com as nações irmãs do “mundo ocidental”, prioritariamente os Estados Unidos da América - tanto por sua posição de país líder do “bloco ocidental” na Guerra Fria quanto pela similaridade geográfica do Brasil, ao compartilhar com este a existência no mesmo continente; e (c) a importância também pragmática dessa política cosmopolita no que concerne ao desenvolvimento do Brasil, que mesmo associado às potências ocidentais estaria justificado no alegado caráter vantajoso dessa associação no fortalecimento da nação.

Tal qual os capítulos anteriores, o corrente se divide em três frações (uma para cada eixo): 3.1 *As tradições nacionais e a “civilização ocidental”*; 3.2 *Cosmopolitismo, pan-americanismo e alinhamento aos EUA*; e 3.3 *Pragmatismo econômico e afirmação nacional*.

No primeiro subcapítulo, a discussão gira em torno de como as direitas brasileiras do período abarcado sustentaram em seus discursos uma determinada visão do que seria o Brasil em suas tradições e essência por meio de uma simbiose argumentativa entre o país e a

---

<sup>160</sup> A defesa do capitalismo por parte das direitas brasileiras da época se fez, por diversas vezes, de forma defensiva ante o quadro de avanço global do socialismo. Assim, era frequente que as lideranças da direita também criticassem um chamado “capitalismo”, chegando até mesmo a propostas em torno de uma “terceira via” voltada ao cristianismo social. Mas com uma observação atenta se percebe que, nesses casos, o “capitalismo” criticado era o tipo ideal capitalista de absoluta liberdade comercial em prol de um capitalismo intervencionista. Por essa razão, não é equivocado identificar que as direitas defendiam o capitalismo em suas intervenções. Essa discussão é feita no presente capítulo em seu primeiro terço.

<sup>161</sup> “Liberal-democracia” é um termo adotado pelo autor da tese de maneira explicativa. Os personagens históricos em questão usavam, em geral, o substantivo simples “democracia”. Essa opção foi feita por conta da importância de não reduzirmos a noção de democracia à sua concepção liberal, como, em geral, faziam as figuras de direita analisadas nas disputas políticas de então – o que será comentado no que interessa em sua vinculação com a questão nacional no capítulo 04.

“civilização ocidental”. Para os setores majoritários das direitas da época, o Ocidente seria, elogiosamente, o elemento de gênese da nação brasileira desde a nossa formação (com a colonização portuguesa) até a independência (com a influência dos EUA); legando-nos elementos de sociabilidade como o cristianismo e a liberal-democracia. Assim, o comunismo, baseado na filosofia ateia do materialismo dialético e na ditadura do proletariado, estaria em irremediável contradição com a “civilização ocidental” e, conseqüentemente, com o Brasil – e deveria ser combatido como uma ameaça real nos quadros da Guerra Fria. Apenas o cristianismo, sob um viés social, poderia trazer a justiça social para o povo brasileiro dentro do que estaria em sintonia com o *éthos* nacional e, dessa forma, também esconjuraria o socialismo.

Na parte seguinte, trabalha-se a concretização dessas concepções numa geopolítica cosmopolita direcionada ao pan-americanismo sob a liderança dos Estados Unidos – como espécie de irmão primogênito (quase tutor) na América e como país líder do bloco anticomunista em nível global. Linha essa sustentada não só por meio das alegadas tradições do “mundo ocidental” presentes em todo o continente, como também em supostas benesses mútuas advindas da aliança com os Estados Unidos, que, no campo da segurança político-militar, por exemplo, seria, para as direitas, uma necessidade perante a própria existência naquele quadro de alegada ameaça comuno-soviética. Um dos aspectos mais sensíveis nas contendas com as esquerdas, o alinhamento aos EUA (e a quase automática “autolimitação” da autodeterminação nacional) não se hegemonizou nas direitas sem rugas internas e teve no debate sobre a política externa durante o governo Jânio Quadros<sup>162</sup> seu ponto alto – por isso também analisado no subcapítulo em questão.

Na última seção, a análise se concentra na justificativa pragmática do alinhamento ao “mundo ocidental”, que seria, para a maior parte das direitas, potencialmente capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro. Aí, ganha destaque a temática do capital estrangeiro, que, para a direita, deveria ser atraído para o Brasil por meio de estímulos. Como se pode facilmente deduzir por tudo que foi dito até aqui, o foco dessa *apologia do pragmatismo* se concentrava nas relações entre Brasil e Estados Unidos; gerando, por outro lado, questionamentos na própria direita sobre o porquê não se aproveitar do comércio com os países socialistas nos casos em que estes se mostrassem também pragmaticamente vantajosos.

### 3.1 As tradições nacionais e a “civilização ocidental”

---

<sup>162</sup> Único presidente eleito com o apoio da UDN em todo o período analisado.

Como já pontuado no capítulo que inaugura a presente tese, a correlação entre o que seria a essência da nação brasileira – em suas tradições – e a “civilização ocidental” (cristã, capitalista e liberal-democrática) era um dos pilares mais fundamentais na sustentação das concepções das lideranças à direita no Brasil no período quarto-republicano no que se refere à questão nacional. Por um lado, a construção dessa interdependência argumentativa dava sustentação ideológica e retórica à estratégia direitista de desenvolvimento capitalista e conservador alinhado aos Estados Unidos; por outro, fornecia insumos no processo de estrangeirização dos adversários, acusados de representarem a antítese da nação por estarem em suposta contradição com o *éthos* da pátria. A fecundação desse Brasil como porção cultural do Ocidente teria começado no próprio processo de formação nacional a partir da colonização desencadeada por Portugal na América do Sul, na qual o cristianismo (via Igreja Católica) desempenhou papel *sine qua non*. Por mais que o amadurecimento brasileiro tivesse empurrado o país a romper com a metrópole europeia<sup>163</sup>, para iniciar de fato o processo de constituição enquanto nação, esse rompimento não só não quebrou os vínculos com a Igreja Católica como ainda se deu sob influência direta dos Estados Unidos da América – nação pioneira na independência das colônias do continente americano e que, após se emancipar da Inglaterra, se tornou um dos núcleos do Ocidente. Em 1889, com a adoção da forma republicana e presidencialista de governo, o Brasil teria reafirmado a influência dos EUA ao se reger sob os princípios da liberal-democracia; chegando ao ponto de mudar o próprio nome para Estados Unidos do Brasil<sup>164</sup>. Do engendramento enquanto extensão de Portugal na forma de colônia até a constituição de fato de um Estado moderno legítimo e soberano, os elementos delimitadores da “civilização ocidental” seriam, para as direitas, intrínsecos ao Brasil. Desse modo, na conjuntura de auge da Guerra Fria naqueles tempos, o comunismo era apresentado pelas lideranças políticas da direita nacional como oposto da nação brasileira, já que o marxismo seria, supostamente, inerentemente anticristão (por ser materialista e ateu) e antidemocrático (ao sustentar a ditadura de uma classe, a trabalhadora, sobre as demais) – portanto, uma ameaça completa ao Ocidente e, conseqüentemente, capaz de molestar os alicerces fundantes do Brasil. O único caminho em sintonia com as tradições nacionais que poderia trazer ao país a justiça

---

<sup>163</sup> Portugal, seu elo genitor ante a “civilização ocidental”.

<sup>164</sup> Nome que perdurou até 1968, quando foi mudado para República Federativa do Brasil (que se mantém até hoje).

seria o cristianismo social, apresentado, por vezes, como uma “terceira alternativa” entre o capitalismo tradicional e o socialismo.

Em 1958, na tarefa de definir o que seria esse “Ocidente”<sup>165</sup> e a “civilização ocidental”, Golbery do Couto e Silva os tratou não só (apesar de também) como algo dado, com raízes e tradições passadas, mas também como um ideal; um programa ainda por ser plenamente realizado (SILVA, 2003, p. 114). Mesmo tendo sido responsável por fatores como o imperialismo, a miséria, o fanatismo anticência e o cientificismo antifé, tudo isso “Ou são inconformismos, ou são retrocessos, ou são perversões. Nada mais” (SILVA, 2003, p. 115) – pontos fora da curva de uma marcha que a humanidade não poderia deixar de continuar a trilhar. Aos já citados cristianismo e democracia (liberal), o general do ESG incluía, também, a ciência como um dos elementos demarcadores do que seria a “civilização ocidental”<sup>166</sup>:

Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a Civilização do Ocidente? Resumi-lo-emos em seus termos essenciais:

- a ciência como instrumento de ação;
- a democracia como fórmula de organização política;
- o cristianismo como supremo padrão ético de convivência social.

E aí se contém, em seus justos limites: liberdade, igualdade e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar, físico e espiritual, para todos; a justiça social e a paz (2003, p. 114).

Como parte da construção dessa marcha de realização da “civilização ocidental” se encontrariam alguns dos elementos fundantes mais marcantes da nação brasileira, presentes já desde a colonização europeia-portuguesa (que iniciara o “Brasil”) e com forte impulso dado sob a influência da pioneira Independência dos EUA (1776): o cristianismo e o liberalismo. O Ocidente seria, ao mesmo tempo, parteiro e tutor do Brasil – e a cultura ocidental, seu berço.

Para Couto e Silva, o país seria fruto do transplante da cultura europeia para “terras quase desertas e virgens”. Portanto, seria indiscutivelmente parte do Ocidente:

Ora, o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria cristandade, produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu para terras quase desertas e virgens, onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência, tradicionalmente alimentado, durante toda a sua jornada histórica já longa de quase cinco centenários, nas fontes mais límpidas do pensamento e da fé ocidentais, não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura (2003, p. 115).

Eduardo Gomes, brigadeiro e companheiro de fardas do general supracitado, no início da Quarta República já registrava que, sob inspiração das “luzes” e do progresso da Europa,

<sup>165</sup> Cujo recorte geopolítico evidentemente não se limitava ao recorte geográfico tradicional.

<sup>166</sup> Entretanto, a identificação da ciência como um dos pilares da “civilização ocidental” não aparece com frequência nas outras figuras analisadas. Por isso no resumo localizado na introdução do presente capítulo a mesma não foi citada.

“berço da civilização”, o Brasil teria recebido capitais e homens para explorar as próprias riquezas e, portanto, estaria eternamente ligado ao Velho Mundo em suas relações tal qual no passado (GOMES, 1946, p. 21)<sup>167</sup>. O liberalismo, nascido na Europa e encrustado na essência nacional, é, naquele momento, exaltado; afinal, a ditadura do Estado Novo se tornara um escombros pretérito e a democracia aparecera na aurora do Brasil:

as tradições liberais, que, apesar das aparências, não se haviam banido da sua alma, o prepararam, de novo, para a continuidade de sua missão no futuro. Não há laços menos destrutíveis do que os das afinidades ideológicas. Elas são, como o idioma, a religião e os costumes, modeladoras da existência nacional. A unidade, que a ditadura não obteve, submetendo a administração dos estados a agentes de sua confiança, foi conseguida, de chofre, pela conjugação das vontades, em torno do ressurgimento da democracia (1946, p. 326).

Na outra ponta temporal, Jânio Quadros compartilhava da perspectiva do brigadeiro:

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em torno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância. [...] A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará (QUADROS, 2009, pp. 19-20).

A Companhia de Jesus<sup>168</sup> teria sido parte basilar dessa “corrente histórica profundamente cristã”, já que, para Eduardo Gomes, com a atuação dessa instituição católica se iniciara a formação espiritual do Brasil (1946, p. 162) – e, com ela, o suposto apreço brasileiro pela liberdade e a ojeriza à tirania. Nessa direção, em sua campanha presidencial de 1946, tece críticas aos que defendiam o direito ao divórcio; já que o país, como parte da “civilização cristã”, estaria filiado a um determinado modelo de família (1946, p. 198). Estaria em questão a capacidade nacional de:

Preservar a família brasileira, nos seus moldes característicos, com a índole cristã que lhe é tradicional, respeitar e fortalecer a sua influência como matriz formadora de uma sociedade bem constituída de cidadãos virtuosos e conscientes dos seus deveres para com a coletividade (1946, pp. 197-198).

Seria imprescindível à nação que a família, com o estímulo do Estado, formasse bons servidores da pátria sob “elos inquebráveis de uma unidade espiritual” (a tradição cristã) (1946, p. 199).

Segundo Golbery do Couto e Silva, a própria integração social só poderia ser efetiva ao se dar com base na moral cristã e sua correspondente justiça social (2003, p. 157) – vultosa

<sup>167</sup> Por curiosidade vale mencionar que, ao contrário do que será característico posteriormente, aí, Eduardo Gomes, elogia a URSS como parte de um esforço civilizatório comum: “Aos povos que o compõem se junta agora, num heroísmo objeto de admiração universal, a União Soviética”. É preciso considerar a conjuntura de prestígio soviético no imediato pós-Segunda Guerra Mundial para compreender tal visão, rapidamente desmontada com o fim da cooperação aliada EUA-URSS e o desenrolar da Guerra Fria.

<sup>168</sup> Ordem religiosa católica fundada na França em 1534 e que teve grande influência ao se tornar importante instrumento de catequização ao redor do mundo.

preocupação do general gaúcho, já que qualquer perigo de desintegração social seria uma ameaça à unidade nacional e, portanto, à sobrevivência do Estado-nação (2003, p. 206). Perspectiva nuclear na ESG e em toda a direita brasileira. Assim: “na teoria geopolítica que surgiu junto com a ESG, o destino do Brasil estava indissolúvelmente ligado ao destino do Ocidente e a soberania nacional só seria defendida numa guerra sem tréguas à sua principal ameaça: o Império Universal da URSS” (MARTINS FILHO, 2003, p. 108).

Com a independência, conquistada em 1822, e, depois, com a proclamação da república, em 1889, o Brasil não só não rompeu com suas tradições ocidentais como ainda as reforçou por conta da inspiração estadunidense.

Ao celebrar a Revolução de 1930, Gomes interpreta que o principal objetivo daquele processo era “retomar nas fontes mais puras os princípios republicanos e federativos, que havíamos herdado da *gloriosa democracia do Norte*” (1946, p. 10, grifo nosso).

Em perspectiva semelhante, o vitorioso ex-concorrente de Eduardo Gomes, o general mato-grossense Eurico Gaspar Dutra, parafraseia José Bonifácio<sup>169</sup> ao celebrar o “sistema americano” e registrar que todos os países da América, ainda que soberanos, eram parte “de uma só família americana” (DUTRA, 1948, p. 68). Uma grande família que, tendo os EUA como parte pioneira, compartilharia muitas características que lhe davam unidade há mais de século:

As repúblicas americanas constituem [...] uma comunidade de Estados autônomos e soberanos, cada qual com sua história e suas instituições próprias. Mas o nosso amor à paz e à justiça, o nosso apego tradicional à democracia e os nossos hábitos de convivência levam a congregar-nos na vida internacional, em torno de princípios e ideias, que são a nossa força espiritual comum (1948, p. 132).

Nesse sentido, o comunismo era acusado pelas direitas brasileiras de representar uma ameaça em sentido duplo: (a) por sua essência, de caráter materialista e revolucionário coletivista/antiliberal, estaria em contradição direta com o espírito nacional-ocidental cristão e liberal-democrático; e (b) pelos meios de existência e manifestação nos quadros da Guerra Fria, em que as contendas de ordem ideológica assumiram formas políticas e militares através das disputas entre os diversos Estados-nação, com a União Soviética e os outros países socialistas sendo entendidos como parte de um campo geopolítico adversário cuja existência seria um perigo a ameaçar também em nível bélico à “civilização ocidental” (incluindo aí o Brasil). Para as lideranças da direita do Brasil, portanto, o comunismo era a negação das tradições ocidentais tanto por suas características inerentes quanto pela forma de realização concreta dessas características nos Estados socialistas e seus aliados.

---

<sup>169</sup> Patriarca da independência brasileira.

Para Eduardo Gomes:

O comunismo, portanto, é uma filosofia de vida que, negando Deus e o espírito e negando a nossos semelhantes um destino próprio e autônomo, pretende, sem recuar, diante de nenhuma de suas consequências, reorganizar a existência humana sobre um materialismo total. E esta concepção das coisas que constitui o fundo permanente e constante da sua teoria e da sua prática, sob as atitudes de superfície, incertas e variáveis (1946, p. 149)<sup>170</sup>.

A incompatibilidade entre o marxismo e o cristianismo, imputada pela direita à esquerda, não estaria limitada, porém, à cosmovisão materialista. Segundo o brigadeiro, por exemplo, a luta de classes, um dos principais fundamentos do socialismo científico, também estaria em contradição com os preceitos cristãos, já que a Encíclica *Rerum Novarum* ensinaria ser um equívoco considerar ricos e pobres, patrões e empregados, como classes inimigas. Todos seriam parte de um mesmo corpo social (GOMES, 1946, p. 282). Carlos Lacerda chega a se indignar com a mobilização de encíclicas papais por parte de cristãos para tolerar o marxismo – o que estaria, segundo o líder udenista, na contramão da própria esquerda mundial: “Hoje, só tem ilusões sobre o marxismo uma certa ala farisaica da democracia-cristã no Brasil, que rapidamente se desmoraliza porque entre outros maus costumes tem o de citar, em falso, encíclicas do Papa” (LACERDA, 1962, pp. 47-48).

Numa das principais obras sobre o anticomunismo no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta identifica o fenômeno com determinada variável “nacionalista”<sup>171</sup>, em que “os comunistas seriam [tratados como] elementos ‘deletérios’, pois instigavam a divisão e a própria destruição do ‘corpo’ nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes” (MOTTA, 2002, p. 30).

Para Távora, a questão social só poderia ser resolvida por meio da “*unidade e a cooperação* – na família, na comunidade nacional e sociedade internacional”; o que contrastaria diretamente “com os princípios de *incompatibilidade e divisão* com que as está intoxicando a ideologia comunista” (TÁVORA, 1959, p. 274). A partilha dos lucros seria o caminho para resolver os conflitos entre capital e trabalho sob os paradigmas cristãos e democráticos – e não a luta de classes (TÁVORA, 1959, p. 275).

No que se refere à incompatibilidade com a democracia, outro pilar da “civilização

---

<sup>170</sup> Como se pode notar, o já mencionado prestígio soviético pós-Segunda Guerra Mundial, presente na época em Eduardo Gomes, não alterou em nada o caráter anticomunista da sua posição. Sobre a reorganização do PCB, o brigadeiro alertava: “no Brasil como no resto do mundo, há uma grande força organizada, sobre a qual não nos é permitido silenciar. Desconhecê-la fora, de fato, fechar ingenuamente os olhos à evidência de uma realidade incontestável. Não definir em face de suas reivindicações a nossa atitude, poderia parecer um gesto de covardia ou uma posição evasiva de quem se furta a responsabilidades indeclináveis. Já entendestes que me refiro ao comunismo reorganizado entre nós em data recente” (Gomes, 1946, p. 148).

<sup>171</sup> Pontuando a importância de se tomar cuidado com o que se entende pelo termo “nacionalismo”, já que – como também foi dito principalmente na introdução e no primeiro capítulo da presente tese – este adquiriu vários significados ao longo do tempo (Motta, 2002, p. 29).

ocidental”, esse argumento, ao lado da estrangeirização do PCB<sup>172</sup>, foi um dos principais elementos elencados para a cassação do registro eleitoral dos comunistas e de seus respectivos mandatos. A ditadura do proletariado, de uma classe sobre as demais, estaria em severa oposição à “tradição democrática” brasileira, especialmente na versão soviética, que com o tempo teria se tornado um governo de partido único. Em entrevista concedida no Palácio do Catete em 13 de janeiro de 1947, pouco antes do STF empurrar o PCB para a ilegalidade<sup>173</sup>, o general Dutra, então presidente do Brasil, ataca os comunistas e sugere que o povo brasileiro “empreste o seu apoio, unicamente, aos partidos que não têm em mira rasgar a Constituição para montar no poder a sua própria ditadura, a de uma classe ou de um grupo”. Dignos da confiança popular seriam apenas “os partidos que, no campo interno, defendem o respeito aos direitos consagrados na Constituição, sobretudo o respeito à pluralidade dos partidos — pois a instituição do partido único seria o totalitarismo” (1948, p. 208).

No mesmo discurso, disse Dutra:

A opinião pública, neste momento, já revela maior compreensão da natureza real do Partido Comunista. Antes de 1935, assistimos pessoas presumidamente esclarecidas incorrerem no grave erro de confiança mal depositada. Ainda agora, no intuito de promover interesses eleitorais de ordem imediata, a boa-fé de alguns levou-os a negociar o apoio de facção que, pela confissão pública dos seus agentes no Brasil, não se julga incondicionalmente obrigada para com a nossa pátria. Contudo, já se vem formando a consciência dos riscos que corre o Estado democrático em reestruturação. A democracia não é nem pode ser passiva. Ela tem de ser vigilante, militando pela sua própria sobrevivência. Tem o direito de defender-se (DUTRA, 1948, p. 209).

Meses depois, logo após o banimento do Partido Comunista do Brasil, Dutra defende que, diante da imprescindibilidade de se consolidar a tradição secular constitucional no país, fora indispensável seguir à risca a Constituição recém promulgada e, portanto, era de se esperar a proibição de qualquer organização que “contrarie o regime democrático e vise suprimir os direitos fundamentais do homem” (DUTRA, 1948, p. 74). Seria uma questão de, sob a inspiração dos esforços republicanos e democráticos de 15 de novembro de 1889 e de 29 de outubro de 1945, “consciência da nação” pressupor não só a defesa de potenciais invasões territoriais, mas também “surto ideológicos incompatíveis com a Constituição e a segurança nacional” (DUTRA, 1948, p. 187).

Para Rodrigo Motta, nas trilhas de Moniz Bandeira:

A oposição entre “comunismo” e “democracia” foi outro elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos anticomunistas denominaram-se “democratas” e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao

<sup>172</sup> Temática apresentada no capítulo 01.

<sup>173</sup> O que ocorreu em 07 de maio de 1947. No ano seguinte, os políticos eleitos pelo partido perderiam também seus mandatos.

governo Goulart. A tendência devia-se, em parte, a uma tentativa de identificação com os valores do mundo ocidental, quer dizer, com os EUA (MOTTA, 2002, p. 247).

Ao romper laços com a URSS, o presidente de origem mato-grossense justifica sua ação no fato de a primeira nação socialista não só atacar o governo brasileiro com mentiras como ainda apoiar a divisão do país (1948, pp. 165-167).

Para Távora, o povo brasileiro teria fortes laços de afinidades oriundos da mistura entre as “raças” e classes, e, por isso, não teria ressentimentos divisionistas de caráter étnico (assim como não o teria por questões regionais). Essa unidade interna, porém, estaria em risco por conta de (entre outros fatores de competência e governabilidade) uma acusada campanha por parte de “agentes totalitários” voltada para desmoralizar as instituições democráticas (TÁVORA, 1962, p. 28).

Assim, os brasileiros, como parte da “civilização ocidental” e da “América livre”, deveriam se preparar para enfrentar tal ameaça cultural, política e militar:

[...] a civilização ocidental a que todos pertencemos nesta América livre se vê de fato cercada pela *heresia materialista do imperialismo soviético*, a ameaça de origem extracontinental sobreleva, inegavelmente, a quaisquer outras, no exigir, de nossa parte, atenção redobrada e um esforço deliberado e viril de segurança coletiva (SILVA, 2003, p. 214, grifo nosso).

O fato de sermos parte da porção sul, a mais vulnerável do continente, por conta da histórica pobreza e instabilidade, redobrar a necessidade de atenção e firmeza no combate ao comunismo, inclusive com a instalação de governos que não declarem abertamente esse tipo de filiação ideológica, mas que na prática constituam perigo para com a unidade e a segurança do continente e do “mundo ocidental”. Assim, seria preciso agir com precaução e antecipação para se evitar a atuação de forças militares estrangeiras aliadas<sup>174</sup> no auxílio à defesa das “instituições democráticas e livres” e do “estilo de vida cristão”<sup>175</sup> (SILVA, 2003, p. 231). Por parte dos (assim entendidos) inimigos da nação e do Ocidente, as armas seriam diversas; um “requisito arsenal de armas terrificantes que vão desde a sutil propaganda ideológica, conduzida em moldes racionais e frios, até os modernos engenhos termonucleares, capazes de inaugurar uma nunca vista guerra intercontinental” (SILVA, 2003, p. 294). O preço da liberdade do povo brasileiro seria a eterna vigilância<sup>176</sup>.

Um dos problemas nacionais fundamentais seria, então, parte de um conflito maior e

---

<sup>174</sup> Os Estados Unidos.

<sup>175</sup> Possível necessidade admitida pelo ideólogo da ESG, mas tida como algo a ser evitado por ser “contingência desprimorosa, humilhante mesmo e, além do mais, prenhe de riscos incalculáveis” (Silva, 2003, p. 231).

<sup>176</sup> Não à toa, a UDN escolheu como seu lema esse antigo dito estadunidense de inspiração liberal: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

global; um choque entre dois *éthos* civilizacionais diferentes: o cristão ocidental, de um lado e, de outro, o socialismo materialista nucleado por URSS/China e suas raízes orientais. A estratégia nacional para essa guerra latente deveria ser pensada, portanto, como parte de uma linha geral ocidental; uma “estratégia de contenção” que incluísse todos os países do Ocidente num plano em que cada um pudesse atuar de acordo com as suas capacidades e peculiaridades para a defesa de todo o “mundo livre” (SILVA, 2003, pp. 131-133). Abordagem adotada, acusava Golbery, por parte do próprio bloco comunista:

Observemos ainda que a estratégia da Guerra Fria é, necessariamente, uma estratégia mundial e que, no quadro desta, o bloco comuno-soviético [...] busca espalhar a cizânia, a desconfiança e o caos, enfraquecendo-o [o “mundo ocidental”] e dissociando-o com a sua pregação antiamericanista, anticapitalista, anticristã, materialista e demagógica. Estamos pois, na América do Sul, também, sob a cínica ofensiva do comunismo desagregador e perspicaz (2003, p. 129).

Se o comunismo não servia ao Brasil por estar em inerente oposição à suposta essência nacional-ocidental e representar um campo geopolítico militarmente inimigo do Ocidente ao qual o país fazia parte, o único paradigma de justiça social que deveria guiar a nação, para as lideranças da direita analisadas<sup>177</sup>, seria o cristianismo social, por vezes até mesmo apresentado como uma “terceira via” entre o capitalismo clássico e o comunismo. A conjuntura, de forte questionamento global à miséria e à desigualdade típicas do capitalismo, não permitia que, ao menos em seus discursos<sup>178</sup>, a maior parte da direita nacional secundarizasse a preocupação com a justiça social – elemento tipicamente identificado com a tradição política das esquerdas.

Eduardo Gomes era enfático: “A questão social ocupa, nos dias atuais, o primeiro lugar nas preocupações de todos os homens de pensamento, e, portanto, tem de ocupar o primeiro lugar nas cogitações de todos os homens de governo” (1946, p. 280). Para o primeiro candidato à presidência da UDN, a consciência humanística e a educação econômica com base na igualdade dos homens e na justiça social seriam pilares do Estado moderno que devem ser defendidos sempre (1946, p. 183). Com base nas pregações papais, Eduardo Gomes justifica sua percepção de justiça social, inclusive, nas trilhas do Papa Pio XI, para a defesa de algum grau de intervenção estatal na economia<sup>179</sup> (desde que respeitando os limites sobre a livre concorrência). Leão XIII, por exemplo, é citado para lembrar que a propriedade é, ao mesmo

<sup>177</sup> Assim como para a maior parte das esquerdas, conforme explicado no capítulo 02.

<sup>178</sup> Conforme alertado na introdução da tese que o presente capítulo compõe, é preciso atentar para o fato de que a análise aqui se centra nos discursos dos agentes analisados; não entrando no mérito, portanto, da correspondência entre tais falas e o que era de fato implementado por esses agentes históricos.

<sup>179</sup> O que não impedia o autor de entender a si e a sua campanha presidencial em curso na época como alinhados ao liberalismo (Gomes, 1946, p. 316). A adesão aí era ao liberalismo político.

tempo, uma instituição individual e social (1946, p. 184) – portanto, ao contrário do que pregam os comunistas, a propriedade privada não seria um impeditivo para o estabelecimento da justiça social desde que regulamentada<sup>180</sup> (1946, p. 284). Sugestões como a participação dos empregados nos lucros, aumentos salariais e impostos progressivos sobre a renda, apareceram entre as propostas do brigadeiro como meios de se combater a desigualdade social sob os princípios cristãos (1946, pp. 43; 184). Para o militar petropolitano: “Esta concepção cristã da justiça coincide com a conveniência econômica, porquanto a prosperidade é incompatível com uma profunda desigualdade social” (1946, p. 43).

De acordo com José Pedro Kunhavalik, tal linha foi também muito presente entre os militares da ESG, que “Eram defensores de uma sociedade capitalista, democrática e cristã, e tomavam os Estados Unidos como modelo de nação. Tais militares defendiam, em suas conferências, embora com limites, a intervenção do Estado na economia” (KUNHAVALIK, 2009, p. 245).

Golbery do Couto e Silva, “o principal teórico brasileiro da segurança nacional”, que “foi designado como professor adjunto da ESG em 1952” e cujas “teses acabaram sendo, muitas vezes, as diretrizes tomadas pela própria escola” (FERNANDES, 2009, p. 852), assim resumia a questão:

De um lado, o medo ao Leviatã monstruoso que em sua soberania prepotente despojará a todos de qualquer partícula de liberdade e poder, de privilégios antigos e monopólios consagrados; do outro lado, um complexo de orfandade e de frustração e de revolta a inspirar o anseio por uma nova modalidade de despotismo esclarecido a implantar paternalisticamente, com o reinado da justiça social, o sempre sonhado milênio na terra.

[...]

Anomia ou totalitarismo eis aí o dilema que se oferece à sociedade de nossos dias, se não formos capazes de formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que, como síntese feliz daquela oposição dialética, abra uma nova era para a história da humanidade, a era de planejamento, de liberdade e de justiça (SILVA, 1981, pp. 21-22)

Nesse livro de 1955, *Planejamento estratégico*, o militar gaúcho dialoga com as ideias liberais (de figuras como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises) e estatistas (de pensadores como Gunnar Myrdal e Charles Bettelheim) (SILVA, 1981, pp. 20-25), se situando numa posição de meio termo bastante pró-planejamento estatal:

se ainda desconfiarmos porventura dos advogados do planejamento estatal, se quisermos, por prudência ou timidez, restringir o mais possível o intervencionismo governamental - limitemo-nos ao campo da Segurança Nacional e aí planejemos e realizemos o *quantum satis* de desenvolvimento econômico, de progresso social, de racionalização administrativa, a política externa, o preparo militar do país, certos de que estaremos largamente contribuindo, de um lado - para impulsionar o país decididamente rumo a um futuro mais grandioso sob todos os pontos de vista - e, de outro lado - para demonstrar insofismavelmente, num campo em que a intervenção

<sup>180</sup> Como, segundo o ator político, ensinaria a *Rerum Novarum* (Gomes, 1946, p. 284).

estatal plenamente se justifica, que o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação (SILVA, 1981, p. 25).

Ainda que o grau de relevância do assunto ou de radicalidade nos objetivos fosse distinta do trato dado pelas esquerdas – afinal a ideia de acabar em absoluto com a miséria e injustiça era tida como uma utopia, pois sempre existiriam no mundo (LACERDA, 1962, p. 87) –, para Carlos Lacerda, sem o cristianismo como elemento civilizador esses problemas seriam muito maiores. Todo partido democrático deveria fazer reformas sociais partindo, assim, dos princípios da civilização cristã (1962, p. 87). Diria Lacerda que “O nosso campo é o da reforma social cristã” (1962, p. 96). Seu partido (UDN), principalmente, deveria ser o partido da reforma social cristã e de paz com todos os povos<sup>181</sup> (1962, p. 96).

O Brasil, enquanto parte da América Latina, seria o palco ideal para esse tipo de experiência; para o “rápido soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso” (SILVA, 2003, p. 142), pois, num mundo em crise, o subcontinente latino-americano combinaria, ao mesmo tempo, suas necessidades extremas com os recursos humanos e naturais abundantes, e a afiliação ao “mundo ocidental” e cristão com o repúdio ao comunismo (SILVA, 2003, p. 143).

Profundamente cristã, animada de ideais democráticos e criada no seio da própria cultura ocidental, a América Latina, de que o Brasil é, em si mesmo, uma expressão e um espelho, constitui vasto e promissor campo para uma tal experiência, generosa sem dúvida, mas também de alta significação para a defesa dos postulados, dos valores, das crenças da civilização toda do Ocidente que, atualmente, já se apresenta quase desnuda na sua esterilidade e na sua incapacidade de atração, ante a arremetida pertinaz e desagregadora da ideologia marxista (SILVA, 2003, p. 143).

Com o cristianismo social poderia se encontrar o que algumas lideranças de direita entendiam como alternativa intermediária entre o capitalismo<sup>182</sup> e o socialismo. Para Eduardo Gomes, tanto uma solução “exclusivamente capitalista” quanto outra “exclusivamente proletária” seriam desastrosas. Seria preciso seguir as ideias papais de se regular as relações entre capital e trabalho para promover a cooperação entre trabalhadores e patrões (1946, p. 280).

Juarez Távora, outro militar a ser candidato à presidência com o apoio da UDN, na primeira parte de um livro de 1957 reproduz uma conferência sua de 1937 voltada justamente

<sup>181</sup> Lacerda aí coloca um adendo importante: a prioridade na relação com outras nações deveria preferencialmente se dar com aquelas que, em tese, não agrediriam nem ocupariam outros países – numa crítica velada aos países socialistas, que, para ele, exerceriam esse tipo de política internacional. O assunto será tratado melhor mais à frente em outros trechos do corrente capítulo.

<sup>182</sup> Ressaltando, novamente, que a parte das lideranças da direita aqui tratadas que faziam, com frequência, críticas ao “capitalismo” se referiam, mais especificamente, ao que seria um tipo ideal de capitalismo economicamente liberal. A “alternativa” proposta entre o capitalismo e o socialismo seria, na prática, um capitalismo intervencionista; um estado de bem-estar social edificado com uma moral cristã de justiça social.

para discutir os desvios e problemas da economia capitalista. Na obra, Távora acusa o capitalismo de sofrer vários desvios funcionais e éticos principalmente por faltar, nesse sistema, uma integração dos seus fatores sob um espírito de justiça social adequado à caridade cristã. Como consequência, em nível internacional um punhado de poucas nações sobreviveriam sobre a miséria da maioria dos povos do globo e, dentro de cada país, o poder político do dinheiro frequentemente se sobreporia aos interesses da maioria trabalhadora e ao seu bem-estar (TÁVORA, 1957, p. 14). Segundo o general cearense, se os socialistas se equivocavam ao buscar abolir a propriedade privada, fazendo com que a democracia terminasse substituída pela burocracia e os patrões privados dessem lugar a um super patrão único (o Estado), os liberais falhariam na crença sobre a efetividade da lei da oferta e da procura em tudo; havendo, na verdade, sob regimes capitalistas, a tendência de se substituir a democracia pela plutocracia e o agravamento da injustiça social. Entre essas escolas econômicas, o meio-termo representado pelo cristianismo social seria o que se apresentaria como desejável (1957, p. 20). Materializando tais concepções, Távora defenderá, sob inspiração de Oliveira Viana, um sistema corporativo como meio de unir empregados e empregadores dentro de um sistema colaborativo em detrimento da luta de classes pregada pelos marxistas (1957, p. 21). Em paralelo à representação política parlamentar também deveria ter a representação profissional de patrões e empregados (1959, p. 96), que, para o general, estaria em sintonia com o modelo de democracia econômica formulada por Dom Fulton J. Sheen<sup>183</sup> sob inspiração do cristianismo (1959, p. 98).

Assim, nas palavras de Mundim, a “articulação entre sindicalismo-cooperativista, cristianismo social e racionalização administrativa atribui sentido ao pensamento de Juarez Távora”. Ideias que “forneceram alguns dos principais elementos da base técnica e ideológica da perspectiva de desenvolvimento associado da ESG” (2016, p. 349).

Dessa forma, para Juarez Távora, se o Brasil adotasse uma política cristã de desenvolvimento nacional poderia, em menos de 25 anos, se tornar uma das grandes potências mundiais, como mostram os exemplos de Japão do séc. XIX, da URSS e da Alemanha Ocidental<sup>184</sup> (1962, p. 85).

Já a argumentação de Lacerda era um pouco distinta na questão de uma suposta “terceira via”, apesar da conclusão ir na mesma direção de seus pares de direita. Para o político

---

<sup>183</sup> Bispo católico estadunidense que foi um dos pioneiros no uso das grandes mídias, como rádio e TV, para a pregação religiosa.

<sup>184</sup> É válido chamar a atenção para as nações que Távora toma como exemplo; todas com o papel fundamental do Estado no desenvolvimento. Surpreendentemente, o militar udenista menciona a União Soviética como caso virtuoso (nesse aspecto, claro).

fluminense, não existiria a possibilidade de uma terceira posição entre capitalismo e comunismo, pois, segundo ele, criticar o primeiro por si só fortaleceria o segundo. Além disso – e aqui mais importante por induzir a uma sentença em sintonia com outras lideranças da direita brasileira – o capitalismo clássico, conforme descrito por Marx, não mais existiria. As transformações do próprio capitalismo já estariam transformando-o numa terceira (e desejável) solução:

Uma terceira solução [entre capitalismo e comunismo] há, sem dúvida, e temos de buscá-la e de lutar para alcançá-la. O que não há é uma terceira posição. Porque enfraquecer a primeira é contribuir para que a segunda, a posição comunista, nos esmague a todos.

O capitalismo, como tal, não mais existe, a terceira solução está a caminho. Nada há tão diferente do capitalismo, tal qual o descreveu Marx, quanto a sociedade norteamericana, na qual o trabalho é a medida de todas as coisas. Portanto é uma tolice, além de ser uma impostura, colocar-se alguém igualmente contra um capitalismo que não existe e contra o comunismo, que existe; contra o capitalismo, em pleno processo de transformação, e o comunismo, em pleno processo de expansão (1962, p. 39).

Se o socialismo não servia ao Brasil, o capitalismo conforme descrito pelos socialistas também não, pois sequer existiria. A realidade dos países capitalistas seria a de uma sociedade em mutação impossível de limitar em ideologias pré-determinadas<sup>185</sup> (1962, p. 84). Em razão disso, a UDN mesmo consideraria superada, em seu programa partidário, o dilema capitalismo *versus* socialismo (1962, p. 83).

Nota-se, por conseguinte, como a retórica de se negar o capitalismo com base num tipo ideal clássico terminava por justificar a adesão ao capitalismo real vigente sob o manto de um suposto terceiro caminho primordialmente anticomunista. Conclusão que fica ainda mais explícita quando aplicavam a abordagem em questão à política externa, com a adesão ao bloco capitalista. Afinal, as tradições compunham e deveriam determinar também a posição internacional do Brasil.

Por isso, Lacerda recebeu com espanto a guinada alternativa de seu antigo aliado, Jânio Quadros, após assumir a presidência da República<sup>186</sup>:

É injurioso supor que o presidente da República não tenha percebido a enormidade do erro de sua política exterior. [...] Não são somente tradições. As tradições nacionais chamam-se assim, porque são realidade permanentes de um país formado na liberdade, no respeito, sim, à autodeterminação e por isso mesmo no horror àquela que falsifica a liberdade que têm os povos de dispor dos seus destinos, chamando governos a ditaduras que se lhes impõem pela força (1962, p. 328).

<sup>185</sup> O governo francês de Charles de Gaulle é apontado como exemplo por Carlos Lacerda.

<sup>186</sup> O que, no início, foi tratado por Lacerda como algo a ser superado. Para o então governador do estado da Guanabara, Jânio Quadros, único presidente eleito com apoio da UDN em toda a história, mereceria estima e confiança para superar as visões equivocadas “acerca da conjuntura mundial e da posição brasileira nessa conjuntura”, cujas concepções e consequências não poderiam ser entendidas apenas como questão de política externa (1962, p. 318).

Por tudo dito, não haveria espaço, para grande parte das lideranças da direita nacional, para um “neutralismo incoerente”, já que na conjuntura mundial de conflitos entre dois tipos distintos de civilização, o alinhamento do Brasil ao “mundo ocidental” estava determinado pela própria existência como parte nascida no (e por meio do) Ocidente. Não assumir isso apenas facilitaria a infiltração do “Oriente comunista” (SILVA, 2003, p. 251). Para coordenar os esforços gerais, a nação-líder do Ocidente, os EUA, apesar da sua supremacia econômica e militar, precisariam ter habilidade diplomática ante os justos ressentimentos de aliados para com posições subalternas e saber respeitar a soberania de todos os envolvidos (SILVA, 2003, p. 131). Mas se, nessa posição internacional de alinhamento à “civilização ocidental”, por um lado, Golbery do Couto e Silva era peremptório ao sustentar, por exemplo, que o Brasil não poderia abrir mão da soberania territorial e ceder sua estratégica região costeira<sup>187</sup> a outro país, por outro, deveríamos sim estar dispostos a utilizá-la, por meio dos próprios brasileiros, para a defesa de “nossos irmãos do norte” e da “civilização cristã, *que é nossa*” contra o “imperialismo comunista de origem exótica” (2003, p. 43, grifo nosso).

Pertencemos ao Ocidente; nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue, em nossos corações, em nossos músculos e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos, nos cânticos que entoamos, nas preces que balbuciamos, até nesta maravilhosa paisagem plástica que nos rodeia, praias, montanhas, selvas, campos, planaltos e rios, ocidentalizados mais e mais pelo esforço perseverante e incansável de incontáveis gerações. Nós somos, também, o Ocidente (SILVA, 2003, p. 115).

### 3.2 Cosmopolitismo, pan-americanismo e alinhamento aos EUA

Certamente, um dos pontos mais vulneráveis nos discursos das lideranças da direita brasileira no que concerne à questão nacional se dava por conta da hegemônica posição cosmopolita e de alinhamento aos Estados Unidos da América – posturas que lhes custaram, da época até os dias atuais (MUNDIM, 2007, p. 106), alcunhas pejorativas da esquerda, como a de “entreguistas”. Se, por um lado, como visto na seção anterior deste capítulo, os principais atores históricos das direitas nativas sustentavam essas abordagens correlacionando-as às tradições brasileiras e, portanto, sem rejeitar, mas abraçando sob um viés próprio, a questão

<sup>187</sup> Por conta do privilégio geográfico de quase monopólio do Atlântico Sul.

nacional; por outro, a construção argumentativa do alinhamento americanófilo-ocidental, principalmente no aspecto justificador, apelava também para supostas vantagens e necessidades pragmáticas em nível militar, político e econômico<sup>188</sup>. Os laços entre o Brasil e o continente americano eram tidos como poderosos: a “natureza” havia nos feito irmãos de uma mesma porção de terra separada das demais ocupadas por outros povos e tradições; enquanto a política nos legou, sob inspiração da pioneira independência dos EUA, a liberal-democracia. A convergência desses fatores nos quadros da Guerra Fria, em que, alardeavam as direitas, estariam ameaçados pelo comunismo soviético as tradições brasileiras e o continente americano, induziria a se tratar as relações com os Estados Unidos também sob o ponto de vista da segurança continental. O Brasil poderia ser alvo direto do avanço comunista, mas, ademais, vir a ser atingido por ser rota possível para um ataque contra os EUA, cuja importância estratégica enquanto país líder da América e do bloco ocidental era notória. Assim sendo, o ombreamento político-militar do Brasil para com os EUA visando a defesa do continente americano beneficiaria ambos. E por beneficiar os dois países, o Brasil, com seus abundantes recursos naturais e geográficos, úteis aos Estados Unidos e a todo continente (na questão militar ou em outras), poderia conquistar algumas vantagens, como o reconhecimento enquanto nação de estatura elevada na região. Portanto, três fatores seriam fundamentais na construção argumentativa das direitas brasileiras no que se refere a sustentar a questão nacional com o contraditório alinhamento aos EUA: (a) as tradições do pan-americanismo ocidental nas quais o Brasil faria parte e que teriam nos Estados Unidos o pioneirismo; (b) a segurança político-militar do país como parte da segurança político-militar continental e ocidental liderada pelos EUA por sua posição de grande potência; (c) as vantagens que o Brasil poderia adquirir nessa relação. Ademais, a alegação, por parte das esquerdas, de que os EUA seriam os culpados pelo subdesenvolvimento brasileiro, seria, segundo os líderes das direitas, uma artimanha cujos únicos beneficiados seriam os comunistas. Entretanto, a evidente contradição entre defender uma postura cosmopolita com foco, além de tudo, numa única potência estrangeira, e alegar adotá-la primordialmente em nome dos interesses nacionais, não passou despercebida pelos seus próprios defensores, que mensuraram até que ponto era legítimo ou não o Brasil aceitar algum grau de autolimitação na sua soberania para sustentar a aliança pan-americana e ocidental – problema que explodiu entre as direitas no governo de Jânio Quadros, único governo eleito

---

<sup>188</sup> O aspecto econômico, por conta da relevância do assunto nos debates da época, é explorado em parte separada, no subcapítulo 3.3.

por elas em todo o período<sup>189</sup>.

Já na formulação da sua geopolítica brasileira, Golbery do Couto e Silva alertava para não se esquecer de se considerar a correlação entre o mundo luso-brasileiro, latino, católico e o “espírito do pan-americanismo” e da “unidade continental” (SILVA, 2003, p. 151). Eurico Gaspar Dutra, na sua política de “alinhamento incondicional” e “transigência ilimitada” para com os Estados Unidos (BANDEIRA, 2011, pp. 103; 110; 119), por diversas vezes saudou o americanismo nos eventos diplomáticos com outras nações do continente. Argentina, Chile, Peru, Uruguai (DUTRA, 1948, pp. 102; 148) e, claro, Estados Unidos. Em um brinde a Harry S. Truman, presidente estadunidense, proferido em um banquete que lhe foi oferecido no Palácio Itamarati quando em visita ao Brasil, Dutra lembrou da proficuidade das relações Brasil-EUA nas duas grandes guerras mundiais:

Robustas são as raízes lançadas [...] pelo sentimento e pela realidade da solidariedade americana. Ela nos abrigou em duas grandes guerras e, agora mesmo, levamos à seiva que a nutre o reforço dos compromissos livre e conscientemente assumidos (1948, p. 155).

Os povos da América, irmanados pela geografia, pela cultura, pela economia e pela liberal-democracia (1948, pp. 54; 63), foram entendidos e projetados por seus grandes líderes precursores como parte de uma mesma comunidade, com interesses em comum e que deveriam, por isso, trabalhar juntos em prol do progresso geral. No Brasil, fora José Bonifácio o responsável por preconizar tal “sistema americano” (1948, p. 156). Ao lado dele, outros “heróis” da América:

Todos consideramos Bernardo O'Higgins um dos heróis da América e um dos precursores do “sistema americano”, propugnado, entre outros, pelo Patriarca José Bonifácio. Na carta que o estudante brasileiro José Joaquim da Maia a Thomas Jefferson dirigiu provocando o encontro, depois realizado no território da França, em favor da libertação nacional, há estas palavras de atualidade: “a natureza fez-nos habitantes do mesmo continente, e, por conseguinte, de alguma sorte, compatriotas” (1948, p. 107).

Parte fundamental dessa unidade americana, a liberal-democracia seria um dos grandes combustíveis para o convívio comum entre as nações do continente. No dia 21 de janeiro de 1947, por exemplo, Eurico G. Dutra oferece um jantar ao presidente eleito do Uruguai, Tomás Barreto, em que, ao saudar o líder uruguaio, celebra a amizade entre esses povos como elo do pan-americanismo exercido mutuamente por meio da fidelidade aos princípios democráticos

---

<sup>189</sup> É importante considerar que, conforme dito na introdução, Eurico Gaspar Dutra, outra liderança elencada na presente tese como figura à direita na política brasileira, foi eleito presidente da República com apoio da esquerda trabalhista. Após eleito é que rompe com esta, exercendo o mandato alinhado à direita (o que, inclusive, se identifica mais com suas posições no primeiro governo de Vargas). Sobre a política externa subserviente de Dutra perante os EUA cf. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra*, de Gerson Moura (1990).

(1948, pp. 19-20). O próprio fascismo europeu teria encontrado dificuldades para se difundir na América ao longo dos anos 1930 porque respirávamos a “cultura inglesa, francesa e norte-americana, livres do contágio de um sistema, que emudecia as consciências, violentamente substituídas pelo arbítrio do Estado” (GOMES, 1946, p. 11). Com as seguintes palavras Eurico Dutra sintetizava a importância da liberal-democracia para a unidade americana: “Colocamos a nossa fé mais profunda no sistema democrático, que adotamos, e sabemos que ele é [...] o fator de vinculação dos povos americanos, pelas condições comuns de vida, que lhes acenam com a esperança de um mundo melhor” (DUTRA, 1948, p. 63).

Entretanto, se a paz e a amizade entre o conjunto dos povos da América deveriam ser celebradas, essa não era a situação entre todos os povos do mundo – conforme já dito exaustivamente na presente tese. Por isso, quando Dutra bradou o principal símbolo da independência e da unidade dos povos da América<sup>190</sup>, Simón Bolívar, não o fez somente em prol do pan-americanismo, mas adicionou um aspecto determinante para a compreensão da geopolítica da época: a importância de se estabelecer um pacto de defesa continental contra qualquer agressão cometida a qualquer Estado das Américas (1948, pp. 129-130) - conclusão que foi acompanhada por Juarez Távora, para quem o alinhamento com o “mundo ocidental” seria parte da nossa segurança coletiva e exigiria, como consequência, considerar qualquer agressão contra uma nação americana por forças externas como um ataque ao próprio Brasil (1959, p. 38).

Ao colocar no centro das preocupações a “segurança” de todo o continente americano contra hipotéticas ameaças externas – destacadamente a União Soviética e o comunismo – as direitas nacionais induziam, em seus discursos, a uma aliança cuja liderança só poderia caber aos Estados Unidos, “grande nação irmã do norte” (SILVA, 2003, p. 39) e “país líder da civilização ocidental” (SILVA, 2003, p. 201).

Dessa maneira, seria imperativo ao Brasil reconhecer a praticidade de se aliar aos EUA no contexto belicoso da Guerra Fria. Carlos Lacerda, assim respondia aos que pregavam o não-alinhamento:

Há os que dizem que não devemos tomar posição em face da luta entre os dois impérios, entre duas grandes potências que querem repartir o mundo entre si. Reconheço que essa tese, a de que devemos ser antes de tudo, brasileiros, é sedutora e fácil. Mas a questão não consiste em saber se devemos ou não ser antes de tudo brasileiros, pois não há dúvidas a esse respeito. A questão está em saber como podemos servir melhor ao Brasil: assegurando-lhe aliados fortes ou isolando-o num

---

<sup>190</sup> É significativo que Bolívar, cuja simbologia sempre esteve atrelada à libertação e à unidade da América do Sul ou, no máximo, da América Latina, seja citado por Dutra numa abordagem pan-americanista que, assim, acaba por incluir o elemento mais polêmico, os EUA, no conjunto a ser exaltado como a comunidade em que o Brasil estaria inserido.

... mundo em que os fracos são devorados (1962, p. 40).

Para o político fluminense, nenhuma guerra, “fria” ou “quente”, seria desejável. Mas não haveria opção diante de um comunismo cujo fim era “tomar conta do mundo” (1962, p. 40). Nesse quadro, crer em coexistência pacífica seria apenas ilusão.

Em nome da “segurança coletiva do continente”, com naturalidade e até certo orgulho, Dutra registrara a prevalência militar dos EUA sobre o Brasil, vista na adoção do modelo estadunidense de organização das Forças Armadas em detrimento do antigo modelo europeu (1948, p. 183). Seu companheiro de fardas, Eduardo Gomes, já havia, anteriormente, proposto que uma boa possibilidade para estimular a aviação seria enviar para os Estados Unidos engenheiros para aprenderem sobre o campo, assim como sugeriu para com pilotos brasileiros (1946, p. 229).

O Brasil só teria a ganhar no alinhamento aos EUA, pois, além de haver uma tradicional política de amizade entre tais povos, o país teria condições de barganhar de forma vantajosa nessa relação bilateral por conta dos seus recursos naturais e geográficos, conseguindo insumos para a defesa do Atlântico Sul e o reconhecimento do Brasil como uma nação de estatura nessa região:

[...] quando entre nossos vizinhos hispano-americanos recrudescer indisfarçável uma oposição aos Estados Unidos, que se mascara de Terceira Posição ou que outro rótulo tenha, aproveitando-se exatamente daquela enfocação para além Atlântico e além Pacífico dos interesses primaciais dos norte-americanos, o Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para uma barganha leal - o manganês, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó - de negociar uma aliança bilateral mais expressiva, que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, contra um ataque envolvente ao território norte-americano via Dakar-Brasil-Antilhas, mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação a nosso país e à Argentina (SILVA, 2003, p. 41).

O Brasil poderia, portanto, ser beneficiado por essa aliança continental sob a liderança dos EUA. Na verdade, diziam alguns líderes de direita, mais do que benefícios, estariam em jogo necessidades indispensáveis para a existência plena do país. Segundo Dutra, os compromissos assumidos em prol da defesa do continente e da amizade com os EUA seriam fiadores na garantia da manutenção do Brasil enquanto um país uno e independente (1948, p. 54). Naquele quadro belicoso, não seria impossível que os comunistas viessem a ameaçar militarmente a América do Sul com ataques isolados ou golpes de Estado e insurreições (SILVA, 2003, p. 122).

Internamente, o grande problema nacional que tornava o país vulnerável seria a pobreza

e a desigualdade (incluindo a desigualdade regional). Mas externamente a situação também não era favorável, pois o país teria muitos recursos num grande território sem capacidade de defendê-los (TÁVORA, 1959, pp. 34-35).

Nossa vulnerabilidade interna é, por isso mesmo, muito sensível, nos dias atuais, à atuação persistente do proselitismo comunista, orientada no duplo sentido de desacreditar a elite dirigente, perante o povo, e de desiludir, uma e outro, da eficiência do regime democrático, como instrumento político capaz de conduzir-nos à Canaã de nosso destino (TÁVORA, 1959, p. 35).

A possibilidade do Brasil ser atingido pelo comunismo era trabalhada como real não só por conta das suas, assim entendidas, fragilidades econômicas, políticas e sociais próprias, mas também por sua posição estratégica no continente, que o tornaria alvo ideal para um ataque cujo fim se direcionasse a atingir os Estados Unidos (SILVA, 2003, p. 141). Se havia algo que ameaçava o Nordeste e a Amazônia:

não é bem tal ameaça motivada por ambições colonizadoras que aqui pensem encontrar uma fonte de matérias-primas essenciais e, ao mesmo tempo, um mercado para seus produtos manufaturados. Para tal fim aí estaria a África, tradicional campo de luta dos imperialismos colonialistas [...]. O que nos ameaça hoje, como ontem, é uma ameaça não dirigida propriamente contra nós, mas sim indiretamente contra os Estados Unidos, a qual, mesmo se a entendermos subestimar dando maior ênfase à praticabilidade ainda bastante discutível de um ataque transártico, nem por isso resulta insubsistente, além de que, de forma alguma, pode desmerecer a importância estratégica do nordeste brasileiro, não para nós que nada queremos do outro lado do Atlântico, mas para os EUA (SILVA, 2003, p. 42).

Se o ataque direto não aparecia como a hipótese mais provável, nem por isso se deveria subestimar outras formas de agressão, ainda que visando também o cerco aos EUA:

Importa considerar, porém, que a América Latina - e, em seu contexto, o Brasil - por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, achasse, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os EUA tão próximos, não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descurar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas. E quem viver, o verá! (SILVA, 2003, p. 141).

Assim sendo, a aliança pan-americana e ocidental incluindo o Brasil também se mostraria interessante para os outros países, especialmente os EUA, que por necessidade da própria segurança, veriam a América Latina como um espaço vital a ser protegido do comunismo pelo fato de ser uma área extremamente vulnerável e que lhe é próxima (SILVA, 2003, pp. 39-40). Inclusive os brasileiros não poderiam ter ilusões: com ou sem o respaldo nacional dos demais povos, os EUA não deixariam o comunismo vigorar na América do Sul:

não permitirão de forma alguma, em nome dos princípios da solidariedade continental ou do ideal pan-americanista ou da segurança coletiva, mas, se necessário for, mesmo contra quaisquer princípios, que se instale neste continente seu vizinho imediato do

sul qualquer foco comunista ultraperigoso à sua própria sobrevivência (SILVA, 2003, p. 229)<sup>191</sup>.

De qualquer forma, os EUA teriam se convencido com o tempo que a persuasão era muito melhor para garantir a defesa sua e a do continente do que o *big stick*<sup>192</sup> (SILVA, 2003, p. 212). O Brasil deveria, então, agir em sintonia para que todos os envolvidos pudessem ser contemplados.

Na opinião de Juarez Távora, até mesmo nossa autossuficiência em petróleo poderia ser útil aos Estados Unidos por nos tornar potenciais fornecedores de energia num conjectural futuro de guerra generalizada contra os países socialistas:

Parece-me igualmente certo que os Estados Unidos, a cujo lado temos formado nas últimas grandes guerras e a cujo lado afortunadamente continuamos formando, na atual disputa, de vida ou de morte, das instituições democráticas cristãs, contra o totalitarismo materialista e brutal do marxismo soviético - estão interessados em que desenvolvamos rapidamente nossos recursos petrolíferos, a fim de que, na eventualidade da guerra, ao invés de figurarmos como consumidores das reservas já existentes no Hemisfério Ocidental, possamos bastar-nos e, até, ser eventuais fornecedores de nossos aliados (TÁVORA, 1955, p. 273).

Se, para as principais lideranças das direitas nacionais, não só o Brasil como os Estados Unidos seriam favorecidos pela aliança pan-americana, era justo que os EUA dessem sua parcela de colaboração de maneira mais ativa em prol das necessidades comuns. Daí que, por vários episódios, os agentes históricos aqui abordados exigiram uma maior participação do país líder da “civilização ocidental”. Para Lacerda, os EUA eram, em parte, culpados pelo acirramento dos confrontos de caráter internacional na América Latina, pois a política de não-intervenção significou na prática o fortalecimento dos “inimigos” (1962, pp. 203-205). Portanto, “Temos de passar a falar na América Latina como de uma parcela adulta, que deseja ser convocada e não quer ser um parceiro silencioso” (1962, p. 217).

À América Latina não interessaria apoios pontuais e com desejos escusos ou pragmaticamente interesseiros (como seriam os da URSS para com seus satélites), mas sim uma política construída de maneira conjunta:

O apoio da Rússia oferecido às nossas nações; tem exatamente isto de mesquinho e frágil. É um apoio condicionado a uma prévia hipoteca política, a uma entrega antecipada de definições diante de questões que são vitais para uma grande parte dos povos latino-americanos. Não é um apoio, é uma isca (LACERDA, 1962, p. 217).

Assim:

O apoio do povo norte-americano aos seus irmãos do sul deve ser algo mais do que um apoio condicionado, deve ser uma proposta franca de associação de interesses para

<sup>191</sup> Escrito em 1959, antes, portanto, do confronto entre EUA e URSS sobre os mísseis levados para Cuba e da ilha caribenha declarar o caráter socialista da sua revolução.

<sup>192</sup> O termo surgiu como slogan da diplomacia agressiva do presidente estadunidense Theodore Roosevelt Jr. (1901-1909) para com a América Latina visando garantir a liderança dos EUA na região.

a realização de ideais comuns. Não ter vergonha de falar em ideal. Não quero prejudicar o vosso mercado interno, mas creio que o idealismo é o melhor artigo de exportação dos Estados Unidos. Cada vez que os Estados Unidos não nos falam nos seus ideais temos a impressão de que eles os perderam ou não querem nos mostrar o que têm (LACERDA, 1962, p. 217).

Inclusive, tal postura pouco ideológica dos EUA nas suas ajudas teriam terminado, por vezes, segundo Lacerda, em enriquecer políticos corruptos no Brasil em vez de trazer algum resultado verdadeiramente positivo, numa situação que lembraria a posição que os estadunidenses tiveram diante da China, onde o mundo a perdera para o comunismo porque, primeiro, ajudaram a corrupção pensando ajudar o país, depois recusaram toda a ajuda para evitar a corrupção e quiseram, ainda, coexistir com o comunismo (1962, pp. 233-234).

Seria preciso agir diferente para com a América Latina.

A participação ativa dos EUA numa política pan-americana era vista desde a época de Thomas Jefferson, porém, sempre aparecendo em ondas; sem continuidade. O “Ponto IV”<sup>193</sup>, implementado depois da II Guerra Mundial, ilustraria os problemas acima descritos: ajudou mais aos inimigos do que os aliados (LACERDA, 1962, p. 233). A “Aliança para o Progresso”<sup>194</sup>, então, deveria ser aproveitada de outra maneira:

Hoje, com a Aliança para o Progresso, a moda mais uma vez se afirma, desta feita com uma nova esperança. Tratemos de fazer que ela não seja destruída. Devemos fazer dela um passo para a integração continental no mundo livre. Sim, devemos tê-la, como uma condição de ordem político-social. (*With string attached*). Não finjamos que a ajuda econômica nada tem a ver com o estabelecimento de uma comunidade responsável na América Latina. Ninguém tem o direito de financiar uma política que não impeça o crescimento interno do comunismo. Para usar o dinheiro do povo americano eu não vejo razão para não entender que a democracia é uma ideia que divide as nações internamente e que a democracia é um ideal, não apenas uma senha para obter créditos do governo americano (LACERDA, 1962, p. 233).

Uma amostra cintilante do fracasso da, assim acusada por Lacerda, política não-intervencionista dos governos estadunidenses seria Cuba.

A Revolução Cubana (1959/1961) foi um caso muito emblemático para todas as forças políticas da época e, como tal, serviu para exacerbar o discurso anticomunista entre as lideranças da direita brasileira. Chegando ao poder com uma plataforma nacionalista e democrática em 1959, rapidamente evoluiu para o socialismo com apoio da União Soviética em 1961. E, apesar de proclamar a necessidade de não-alinhamento dos povos do Terceiro Mundo a nenhuma das grandes potências, Cuba foi frequentemente mencionada como um caso

<sup>193</sup> O Ponto IV foi um programa de "cooperação técnica" internacional entre os EUA e os países subdesenvolvidos cujo nome derivava do discurso no qual o presidente estadunidense Harry Truman o anunciou em 1949 no quarto ponto de sua fala. Esteve presente, contrariando a soberania brasileira, em várias áreas, da Educação à repressão policial. Pelo visto foi pouco para Lacerda.

<sup>194</sup> Então vigente na época em que Lacerda tece os argumentos expostos.

de concreta penetração comunista e soviética nas fronteiras pan-americanas. Se os EUA são criticados por Lacerda por não terem ajudado ainda mais os cubanos antiCastro na invasão da Baía dos Porcos<sup>195</sup> (1962, p. 296), a OEA não recebe consideração melhor:

Quando a ditadura em Cuba se diz agredida pelos Estados Unidos, quando muitos milhares de cubanos denunciam o ditador do seu país como responsável pela intervenção russa no continente americano, por que não se reúne e delibera, não se define e não se decide a OEA? Será o medo da verdade ou será o gosto da mentira? (1962, p. 271).

A existência de uma “ditadura comunista” (sic) em um país do continente americano seria por si só uma ameaça a todos os países da América. Ainda que o principal alvo fossem os Estados Unidos, a nenhuma “nação democrática” interessaria a vitória da URSS sobre os EUA (LACERDA, 1962, p. 274), até porque “[...] não se sustenta a própria existência se a matriz russa, uma vez vitoriosa a experiência da filial cubana, abrir filiais em outros países das Américas” (LACERDA, 1962, p. 275). Cuba seria um caso de invasor estrangeiro conquistando um povo por via de, assim acusados, traidores internos filhos desse próprio povo (LACERDA, 1962, p. 266). A Revolução Cubana teria se tornado uma “intervenção de potências estranhas ao continente americano que visam a fazer de Cuba um aríete para arrombar as portas da liberdade e, dentro do continente, implantar a escravidão totalitária” (LACERDA, 1962, p. 274).

Inaceitável, portanto, que a OEA permanecesse “como a bela adormecida no bosque” (LACERDA, 1962, p. 270). Mas, com ou sem a OEA, os EUA deveriam agir no sentido de intervir em Cuba até mesmo para a própria defesa. A passividade não se justificava (LACERDA, 1962, p. 271).

Lacerda, por outro lado, fez questão de deixar claro: “não precisamos de vós [EUA] para defender a liberdade e a sobrevivência das ideias em que acreditamos” (1962, p. 253). Com ou sem a ajuda dos EUA o Brasil defenderia sua liberdade. Sozinho, porém, poderia acabar derrotado e, nesse caso, “os Estados Unidos serão uma península cercada por um oceano totalitário por todos os lados menos por um, a Europa Ocidental” (1962, p. 253).

Entretanto, por mais que fossem hegemônicas, entre as lideranças da direita, as manifestações americanófilas, havia uma ambígua convivência entre tais argumentos e o pontual reconhecimento do histórico de ingerências por parte dos Estados Unidos e, conseqüentemente, de preocupação para com a manutenção da soberania brasileira perante um aliado mais forte. Golbery do Couto e Silva não se iludia:

É que no Brasil, na hora presente, só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer. E

---

<sup>195</sup> Em abril de 1961 paramilitares exilados cubanos antiCastro fracassaram na tentativa de invadir a ilha mesmo com o apoio da Agência Central de Inteligência (CIA).

para não perecer é necessário aceitar aquele sábio conselho de Washington: Devem ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores determinados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência (2003, pp. 51-52).

Távora, companheiro de Golbery na ESG, ao ser confrontado pelo deputado Dagoberto Sales Filho (PSD) com a afirmação de que as relações entre Brasil e EUA não eram satisfatórias há muito tempo, não só reconheceu a situação como lembrou que não só o Brasil, mas que toda a América Latina poderia reclamar da mesma coisa (TÁVORA, 1958, p. 170).

Mesmo Lacerda, cujo tom do adesismo aos Estados Unidos era bastante elevado (como citado nas diversas passagens até aqui comentadas), reconhecia que o passado dos estadunidenses estava marcado por uma série de invasões sobre outros povos (1962, p. 273)<sup>196</sup>. Não só no tempo pretérito, aliás. Criticando o racismo, afirmou: "Quem pode acreditar no valor de um anticolonialismo que começasse por tratar colonialmente os seus próprios compatriotas" (1962, p. 218).

De qualquer forma, em geral, a maneira encontrada para ajustar essa paradoxal coexistência entre uma linha pró-EUA, de um lado, e, de outro, o temor perante o potencial intervencionista da nação norte-americana, foi a flexibilização parcial da soberania brasileira, considerada eufemisticamente pelo general Couto e Silva como uma autolimitação consciente e necessária (2003, p. 157). O Brasil deveria, então, na sua política cosmopolita de integração pan-americana, flexibilizar, por si mesmo, em algum nível, sua soberania em prol da cooperação necessária à sobrevivência própria e da coletividade continental a qual se inseria, posto que a ameaça comunista era considerada o perigo determinante da época. Sem, claro, a garantia da autodeterminação e da independência o próprio Estado seria mera ficção, porém, isso:

não significa dizer-se, em contraposição, que o próprio estado (sic), soberano de fato, não admita, ele próprio, autolimitações maiores ou menores de seu poder de soberania, em benefício da paz ou da cooperação internacionais, quando não mesmo em face de certas graves ameaças de sua total destruição (SILVA, 2003, p. 205).

Carlos Lacerda sustentava também que a soberania das nações, apesar de importante, não era o único paradigma contemporâneo e que, além de questões como a paz, a guerra, a prosperidade, a pobreza e a educação serem de ordem internacional, outras, como a liberdade e o progresso, eram mais importantes e estavam na frente na ordem de prioridades. Ante possíveis reações nacionalistas à questão, bastaria dar oportunidades de vida para que os jovens não

---

<sup>196</sup> O político fluminense acrescentava, porém, a importância de se separar quais dessas intervenções seriam de conquista daquelas voltadas para suposta libertação. Amenizava, assim, a contradição exposta e lembrava também que, além de não ser recomendável ficar refém de eventos ocorridos no passado, a ameaça real do mundo contemporâneo era a de intervenções comunistas (Lacerda, 1962, pp. 273-274).

terminassem seduzidos pelo comunismo<sup>197</sup>:

Creio que é terrivelmente difícil manter uma política de alianças se não formos capazes de definir uma política de identidade. Dentro de certa margem razoável de respeito aos antigos conceitos de soberania das nações, é necessário reconhecer que a paz e a guerra, a prosperidade e a pobreza, a educação e a ignorância, são fenômenos a ser tratados em escala mundial, ou pelo menos em proporções continentais. E que não é possível continuar a tratá-los com base no egoísmo, na inveja, na frustração ou em termos de conveniência política temporária (1962, pp. 250-251).

Para Lacerda, problemas internacionais deveriam ser tratados de maneira transnacional e, nessa direção, chega a propor a criação de uma “Federação das Américas” como caminho para uma política una de fato e não apenas diplomática e formal (1962, p. 254).

Se, porém, os Estados Unidos ultrapassassem os limites fixados pelo próprio Brasil do que seria mais ou menos tolerável na flexibilização de sua soberania, a firmeza deveria vir como resposta. No caso dos minerais atômicos, por exemplo, Távora concluía que: “Se encontrarmos alguma nação que, sem prejuízo de outros interesses gerais do Brasil, queira ajudar-nos a resolver esse problema [questão nuclear], em melhores condições que os Estados Unidos, seremos imbecis ou irresponsáveis se não aceitarmos essa solução” (1958, p. 127). Golbery do Couto e Silva considerava que talvez existissem desconfianças por parte dos EUA acerca da adesão do Brasil à responsabilidade que lhe cabe de defender o Atlântico Sul, mas que estava fora de questão ceder aí tal direito pátrio inalienável (SILVA, 2003, p. 43).

Mesmo que eventuais rusgas com o principal aliado internacional do Brasil fossem tratadas como hipóteses marginais, o debate sobre o exercício da soberania nacional por parte das direitas ia muito além do eixo Brasil-EUA-América-Occidente. Estava em questão também o papel do país no mundo para além de mero componente do “mundo ocidental”; movido por seus interesses específicos nas relações com outros povos de outros continentes, cujas frações de civilizações distintas, inclusive socialistas, não poderiam ser simplesmente ignoradas ou reduzidas à posição de inimigas. É simbólico que o ápice das divergências intradireitas no tema tenha se dado sob o único governo eleito com o apoio da UDN, Jânio Quadros, para quem:

Nos consideramos membros natos do mundo livre; nos consideramos vinculados à civilização cristã. Porém, essa posição não esgota o conteúdo da nossa política exterior. Reclamamos e exigimos o direito e a liberdade de tratarmos nossos interesses onde quer que necessitem de defesa. Por outro lado, consideramos que nossa vocação de tolerância, nossa ausência de preconceitos de raça, nossos ideais cristãos e democráticos constituem um fator de compreensão. Constituem um elemento que poderá contribuir poderosamente à causa da harmonia entre todas as nações, e a todas as nações lhes estenderemos generosamente nossa mão (QUADROS, 2009, p. 31, tradução nossa)<sup>198</sup>.

<sup>197</sup> Nota-se como nesse momento Lacerda já havia deixado de disputar qualquer conceito de nacionalismo que pudesse coexistir com suas posições cosmopolitas.

<sup>198</sup> “Nos consideramos miembros natos del mundo libre, nos consideramos vinculados a la civilización cristiana. Pero esa posición no agota el contenido de nuestra política exterior. Reclamamos y exigimos el derecho y la

Quadros não divergia, como se pode ver, do arcabouço tradicionalista de viés pan-americanista e ocidentalista construído e mobilizado por seus pares da direita. Indiscutivelmente o país seria parte da “civilização cristã”. Mesmo no caso cubano<sup>199</sup>, onde opôs firmemente o Brasil às tentativas intervencionistas dos Estados Unidos, Jânio afirmava:

Em abril, o Sr. Dillon<sup>200</sup> tentara, perante mim, estabelecer correlação entre a política externa brasileira e nossos compromissos e necessidades financeiras nos Estados Unidos. Respondi-lhe que não discutia, sequer, aquela política. Afirmei que a fidelidade do povo brasileiro aos processos democráticos, à unidade continental e às próprias instituições, sob ameaça da crise financeira e econômica, da fome, da miséria e da injustiça social *se subordinava ao êxito dos nossos entendimentos com o grande vizinho do Norte*, cuja nova administração [governo John Kennedy] víamos com fundadas esperanças e cujo povo estimávamos, fraternalmente (2009, pp. 44-45, grifo nosso).

Jânio Quadros não compartilhava, entretanto, do corolário segundo o qual, por conta da inserção geográfica e cultural do Brasil no mundo, este automaticamente deveria ser uma espécie de sócio menor dos Estados Unidos na sua política internacional pautada por um ferrenho anticomunismo.

Declarações em prol de uma política externa de amizade para com todos os povos não eram uma novidade entre as direitas, porém, nas entrelinhas, em geral, terminavam por justificar a exclusão da possibilidade de trocas com os países socialistas. Dutra, quando presidente, mobilizara o nome de José Bonifácio para defender uma política externa igualitária e de amizade com todas as nações, *desde que não houvesse interferência nos assuntos internos brasileiros* (1948, p. 53) – acusação que, na prática, recaía à URSS<sup>201</sup>. O próprio Lacerda, que, como foi visto, pregava uma intransigência maior por parte dos EUA com o comunismo em sua política internacional, na polêmica contra o governo Quadros, declarou considerar correto estabelecer relações comerciais e amistosas com todos os países desde que não fizessem como, segundo ele, Jânio Quadros, que trataria bem os comunistas e mal as “democracias” (LACERDA, 1962, p. 319).

Mas até mesmo o anticomunismo de Quadros, com as consequentes acusações de “quinta-colunismo” no Brasil (típicas das direitas de então), era explícito. O problema, portanto,

---

libertad de tratar nuestros intereses, donde quiera que carezcan de defensa. Por otro lado, consideramos que nuestra vocación de tolerancia, nuestra ausencia de preconceptos de raza, nuestros ideales cristianos y democráticos constituyen un factor de comprensión. Constituyen un elemento que podrá contribuir poderosamente a la causa de armonía entre todas las naciones, y a todas las naciones les extendemos generosamente nuestra mano”.

<sup>199</sup> Cujas posição de Quadros é discutida a seguir.

<sup>200</sup> Douglas Dillon foi Secretário do Tesouro dos EUA entre 1961 e 1965.

<sup>201</sup> Não à toa o Brasil rompeu relações com a URSS durante o governo Dutra.

era de outra ordem:

No século dos teleguiados, dos satélites artificiais, dos aviões supersônicos, do rádio, da televisão, da ONU, surgem, nos países do Ocidente, operadores políticos — nem sempre nascidos nestas terras — tentando despertar e acirrar ódios nos Estados do hemisfério, valendo-se dos enormes tropeços que os respectivos povos defrontam nas veredas do progresso. Esses esforços precisam ser desmascarados, enfrentados e batidos, isto se realmente quisermos atingir o duplo objetivo que sobremaneira nos importa: internamente, promover a ascensão do elemento humano abandonado, o que só será viável mediante um senso profundo de solidariedade geral; e, no plano internacional, proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações. A tarefa é possível mediante uma política soberana, mas soberana no sentido real e amplo diante de todas e quaisquer potências (QUADROS, 2009, pp. 14-15).

O ponto era que, para Jânio Quadros, a política externa brasileira não poderia se resumir ao fator ideológico: “A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará”. Para ele, existiriam interesses nacionais muito além da oposição Ocidente x Oriente, como a necessidade de se superar a grande diferença entre as nações mais ricas, do Norte, e as mais pobres, do Sul – cuja superação seria mais importante que a do conflito ideológico Leste-Oeste e, ainda, imprescindível para a formação de uma sociedade internacional estável. Então, “O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos” (QUADROS, 2009, p. 20).

Tal posição seria proveitosa ao Brasil, que dinamizaria seu comércio internacional e ainda o projetaria como elemento para a paz mundial. Além disso, a política externa de um país democrático deveria se pautada igualmente por perspectivas democráticas, sem preconceitos e intolerâncias. Era preciso reconhecer não só o direito de outros povos terem uma ideologia distinta daquela adotada pelos brasileiros, como também o caráter fértil de se estabelecer o contato e as trocas entre povos de ideologias diferentes (QUADROS, 2009, pp. 19-20).

A postura de Quadros aparecia também como questão de princípio: o Brasil deveria defender de maneira intransigente a autodeterminação nacional e dar apoio à independência de qualquer povo ante qualquer modalidade de colonialismo ou imperialismo, especialmente os países latino-americanos, estejam eles mais à direita ou à esquerda (2009, pp. 24; 26)

Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso. O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessariamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio por motivos apenas de proximidade geográfica (2009, p. 24).

Enquanto Quadros saudava a “heroica luta do povo argelino” e manifestava torcida para que De Gaulle e Bourguiba<sup>202</sup> chegassem a uma solução, lembrando que o “nosso esforço em

<sup>202</sup> Habib Bourguiba foi o principal líder independentista da Tunísia.

África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano” (2009, p. 24); Lacerda considerava absurdo invocar a autodeterminação no caso de territórios como Angola:

A simples agressão através da fronteira, mancomunada com agentes no interior, basta, no conceito de alguns, para que invoquem o princípio da autodeterminação, ignorando o fato irrecusável de que tais regiões não são países e muito menos nações, porque são parte integrante de nações que decidem soberanamente quais as parcelas de território que constituem assunto da sua autodeterminação.

Tal, por exemplo, o caso de Angola, província ultramarina de Portugal, que se não tem continuidade geográfica com o território de Portugal na Europa, não está muito mais distante da sede do governo português do que, de Washington, o novo Estado do Havai (LACERDA, 1962, p. 272).

Foi no caso cubano, porém, que os contrastes entre Jânio Quadros e Carlos Lacerda ficaram mais evidentes<sup>203</sup>. Coerente com os princípios citados acima, Jânio, assustando adversários e aliados, disse em discurso público:

Penso em Cuba. É tema que se impõe à meditação de todos. *Vejo em Cuba o justo e poderoso anelo de um povo buscando a sua emancipação econômica e social.* Um povo em pleno processo de afirmação nacional, órfão de compreensão e de estímulo. [...]

É a partir destas convicções que cumpre abordar a crise cubana. Cuba não reclama pressão nem justifica sanção de qualquer espécie. Cuba exige compreensão (2009, pp. 43-44, grifo nosso).

Para Quadros, Cuba se tornara um símbolo dos fundamentos da política continental: a autodeterminação dos povos e a não-intervenção. Por isso, mesmo diante de várias pressões, disse Jânio, seu governo não cedeu aos EUA, que queriam a participação brasileira na mobilização de hostilidades contra Cuba (2009, pp. 43-44). O Brasil deveria atuar no caso cubano no sentido da construção de alternativas pacíficas e, assim, se projetar internacionalmente:

[...] confundiu-se o problema cubano com a histórica oportunidade, para o Brasil, de comportamento adulto, nas suas relações de potência para potência. De um lado, essa política rasgaria horizontes ilimitados para nossa atuação nos estados socialistas e nos jovens estados que emergiam do colonialismo decadente, bafejados pela nossa simpatia, traço constante da generosidade brasileira. Por outro lado, fundava-se também, essa mesma conduta, no seu aspecto global, em nossos melhores sentimentos cristãos, e no instintivo horror à opressão, ao preconceito e à violência, que definem a história de nosso país. Poucas nações poderiam, com a autoridade de nosso passado, na luta pelo congraçamento de todas as raças e de todas as convicções, falar a esses jovens Estados, encorajando-os, sobretudo no plano moral, prevenindo excessos, e evitando que a reação, com atos de desespero, viesse a conflagrar toda a humanidade (2009, p. 43).

De acordo com Maria Victoria Benevides, a condecoração de Ernesto “Che” Guevara,

---

<sup>203</sup> Ainda que seja importante considerar que Quadros já havia manifestado muita simpatia para com Cuba no período entre o fim da ditadura de Fulgência Batista, em janeiro de 1959, e a declaração do caráter socialista (em abril de 1961), ocorrida já no meio do seu curto governo.

um dos principais líderes e símbolos da Revolução Cubana, foi o estopim para a crise entre Jânio Quadros e Carlos Lacerda, cuja virulência discursiva e anticomunista junto à opinião pública se exacerbou e conquistou os próprios líderes militares até então fiéis a Quadros, levando o presidente à renúncia (BENEVIDES, 1981, p. 117).

Após o breve governo Quadros, Lacerda proporá, como parte das suas “reformas de base”, a “revisão da política externa retomando suas tradições e a confiança dos aliados” (1962, pp. 17-18). O governo Jânio Quadros, que nasceu e foi composto com o apoio da UDN, foi, para Carlos Lacerda, uma decepção (1962, p. 20).

Um dos fatores fundamentais para o raciocínio de Lacerda – e que opunha de maneira considerável esquerda e direita nos discursos de grande parte das lideranças aqui estudadas – era o entendimento de que os Estados Unidos e/ou qualquer imperialismo capitalista jamais poderiam ser responsabilizados pela situação de baixo desenvolvimento do Brasil. Para o político nascido em Vassouras-RJ, a principal espoliação que se abateria sobre o povo brasileiro seria obra dos próprios brasileiros:

A principal espoliação de que está sendo vítima o povo brasileiro é aquela que lhe causam os próprios brasileiros. Fomos habituados a sonhar com a riqueza fácil de um subsolo rico, de uma terra fértil, de um clima favorecido, até de um céu privilegiado. Dificilmente nos habituamos com a ideia de uma luta severa contra a adversidade, as deficiências do meio, a carência de conhecimentos, a crise de quadros dirigentes. Crismamos o nosso atraso de “subdesenvolvimento” e com isto fizemos regredir o Brasil, cuja ambição, hoje, se ouvirmos os seus atuais porta-vozes, é igualar o Congo ou assemelhar-se ao Yemen (1962, p. 19).

O desequilíbrio comercial entre a América Latina e os países centrais, frequentemente apontado pelas lideranças de esquerda como um dos grandes causadores e mantenedores do subdesenvolvimento<sup>204</sup>, não seria nada se comparado à pauta do financiamento da educação, o “mais importante problema econômico dos povos latino-americanos” (1962, p. 208). Os EUA seriam, na verdade, mobilizados retoricamente como um “bode expiatório” por parte dos corruptos, verdadeiros responsáveis pelo atraso nacional. No caso das favelas, por exemplo, as melhoras não chegavam ao povo porque supostos representantes dos trabalhadores saqueavam a previdência enquanto bradavam contra um imperialismo para desviar as atenções (1962, p. 75).

O que eles fazem com o chamado “imperialismo americano” é o mesmo que Hitler fazia com os judeus, um bode expiatório. Enquanto o povo procura o imperialismo americano, eles batem a carteira do povo e enriquecem os imperialistas nacionais, os demagogos e os desonestos que são seus cúmplices (LACERDA, 1962, p. 75).

Retórica e interesses escusos explicariam a centralidade do combate ao “imperialismo estadunidense” por parte das esquerdas. Távora, quando inquirido na já citada CPI sobre a

---

<sup>204</sup> Conforme visto no capítulo 02.

política atômica brasileira, acusa os comunistas de estarem se aproveitando da situação para criar factoides visando dificultar a cooperação entre Brasil e EUA por motivos ideológicos (1958, p. 71).

A ideia de uma “terceira posição” na América Latina (SILVA, 2003, p. 41) e também o o “nacionalismo” (LACERDA, 1962, p. 204) seriam instrumentos não declarados de oposição aos Estados Unidos.

De qualquer forma, se algumas posturas estadunidenses eram realmente condenáveis até por parte das direitas, conforme visto, a tendência principal manifestada nos “últimos tempos”, segundo Golbery do Couto e Silva em 1952, permitia mais otimismo: a política de dominação e agressão do *big stick* cedia cada vez mais lugar a uma política de cooperação continental (2003, pp. 39-40).

[essa] atitude norte-americana corresponde ao afrouxamento de naturais tensões intracontinentais, e tem seu paralelo no abrandamento de uma doutrina de domínio como sempre foi, a despeito de quaisquer subterfúgios, a tese de Monroe, com ou sem corolários, para uma doutrina multilateral de segurança coletiva, na instituição de uma política de boa-vizinhança em substituição à do *big stick*, no adoçamento das práticas intervencionistas, a diplomacia dos desembarques de fuzileiros cedendo à diplomacia menos ostensiva do dólar, no reconhecimento, enfim, de que a união voluntária e a paz continentais são pré-requisitos indispensáveis a planos muito mais altos e, no momento, inadiáveis, impostos por exigências da segurança própria, embora expressos por vezes em termos menos realistas de uma nova cruzada pela civilização da Europa (2003, p. 40).

Para Carlos Lacerda, não seria nenhum nacionalismo a vacina contra o imperialismo, mas sim um povo esclarecido com um governo honesto (1962, p. 95) – até porque, o imperialismo tão bradado pelas esquerdas, sequer existiria mais. O verdadeiro imperialismo a ameaçar o Brasil seria o comunismo-soviético:

É preciso pôr um termo ao estranho vezo de denunciar os inimigos de um imperialismo que não mais existe e se declarar neutro ou, pior, amigo de outro imperialismo, que passou a existir. Nós precisamos do auxílio americano para o nosso desenvolvimento. Mas, não precisamos do dinheiro americano para saber que o Brasil não deve, não pode e não quer cair sob domínio russo. De graça, e pobres, nós mesmo assim gostamos de nossa pátria e não a queremos “libertada” pelos russos e seus agentes. Seremos um povo próspero se nos mantivermos livres. Se formos escravizados, nem liberdade nem prosperidade (1962, p. 104).

Assim, diferentemente das esquerdas, para a maior parte das lideranças à direita naquele momento histórico, o imperialismo estadunidense não era um adversário a ser combatido. Os Estados Unidos da América, como nação, seriam, ao contrário, um grande aliado. As seguintes palavras de Eurico Gaspar Dutra, proferidas no início da Quarta República brasileira na presença do presidente estadunidense Harry S. Truman, ilustra bem o tom adotado por tais forças nas décadas seguintes: “os povos do mundo já o fizeram depositário da sua confiança, na certeza de que o imenso poderio do seu país significa justiça para os vencidos, socorro para

os que precisam e amparo para os fracos” (1948, pp. 157-158).

### 3.3 Pragmatismo econômico e afirmação nacional

Entre os assuntos que dividiram as forças políticas brasileiras durante o período analisado, a temática do lugar do capital estrangeiro na economia e no desenvolvimento nacional, manifestação do cosmopolitismo no campo econômico, esteve em primeiro plano. Para as figuras políticas que lideraram as direitas ao longo da IV República (1945-1964), estimular a vinda de capitais externos – ainda que sob algum controle e regulamentação - seria indispensável para o Brasil alcançar (ou ao menos acelerar) o progresso econômico. Nesse sentido, o pragmatismo era conjurado para dar embasamento à difícil combinação entre reconhecer a importância da questão nacional e a, assim entendida, dependência do exterior para se desenvolver. O capital externo era constantemente citado como fundamental em vários campos diferentes; de empréstimos diretos, passando por concessões de serviços públicos a estrangeiros, até o maior ou menor direito destes explorarem os recursos naturais pátrios diretamente (com destaque para os debates sobre o petróleo e os minerais atômicos). Por tudo que foi dito neste capítulo até aqui, não deverá surpreender que, no tema, quando se referiam aos “capitais externos”, com frequência pensavam prioritariamente nos Estados Unidos, cuja aliança era também bradada em nome do pragmatismo econômico. Toda essa lógica economicamente pragmática, porém, levava a uma evidente dificuldade de se sustentar o anticomunismo como bússola no comércio exterior, já que, do mesmo jeito que foi visto no subcapítulo antecessor na questão da política externa de Jânio Quadros, houve quem, dentro das próprias direitas, lembrasse que as relações com países socialistas poderiam ser vantajosas para a economia nacional.

De uma ponta à outra do período abarcado, lideranças de direita se manifestaram em prol da imprescindibilidade do capital estrangeiro para o desenvolvimento do Brasil (GOMES, 1946, p. 45; LACERDA, 1962, pp. 17-19). O fundamental seria fazer de qualquer concessão ao capital estrangeiro apenas *um meio para o Brasil alcançar um fim: o desenvolvimento da economia nacional*. Jorge Chaloub, ao pesquisar sobre a UDN, comenta a temática ressaltando a importância de se compreender essas posições como parte de uma concepção maior sobre o

papel do Brasil no mundo na visão dos udenistas<sup>205</sup>:

As posições tradicionais favoráveis a abertura ao capital estrangeiro, presentes desde os primeiros programas, representam não apenas uma influência externa direta, mesmo que essa tenha por vezes ocorrido, mas também uma concepção de relação entre o Brasil e mundo (CHALOUB, 2012, p. 15).

Eduardo Gomes, rumando à primeira disputa presidencial daquela quadra, defendeu o tratamento igualitário entre o capital nacional e o internacional; assim como teceu críticas àqueles que viam no capital externo um instrumento de empobrecimento do país. Para Gomes, pelo contrário, a importação de capitais geraria riquezas:

A deficiência do capital nacional torna necessária a colaboração do capital estrangeiro no desenvolvimento do país. Para atraí-lo cumpre dar-lhe igualdade de tratamento em relação ao nacional, assim como garantia de estabilidade da legislação, respeito aos contratos e liberdade de entrada e saída do país. A opinião, inconsiderada, de uma corrente hostil ao capital estrangeiro, decorre da suposição de que os proventos que este percebe, do seu investimento no país, nos empobrecem. No entanto, quem refletir que aplicado, na forma, por exemplo, de fábricas, de usinas ou de aparelhamento de uma via férrea, ele possibilita a transformação das matérias-primas, cria empregos e dá trabalho aos nacionais, introduz, transporta e distribui novos produtos no mercado, alargando o consumo e melhorando o padrão de vida, reconhecerá as vantagens que traz ao país. Certamente o capital estrangeiro colhe proventos do seu investimento e é justo que os colha. Se pretender, porém, a parte do leão, contra esses e outros abusos deve prover uma legislação adequada. *O Estado não cria capital, nem os indivíduos o improvisam. Ele tem de ser buscado onde exista disponível* (1946, pp. 45-46, grifo nosso).

Lacerda, num livro publicado em 1962, retoma sua própria plataforma das “reformas de base” e defende, entre outras bandeiras<sup>206</sup>, a “revisão de toda legislação que impeça o fluxo de capital para o Brasil ao mesmo tempo que se impeça a saída de capital brasileiro para o exterior” (1962, pp. 17-19) – o que não o impedia de, anos antes, quando adversários facilitavam a entrada de tais capitais, tecer duras críticas. Juscelino Kubitschek foi um dos alvos preferidos.

No que se refere aos capitais vindos na forma de empréstimos externos, Gomes critica Getúlio Vargas por entender que o líder da Revolução de 1930 lhes seria hostil; pontuando como o próprio Vargas, contraditoriamente, necessitou recorrer a recursos do tipo na construção da CSN, de estradas de ferro, etc. Os empréstimos estrangeiros, para o brigadeiro, não eram, portanto, em si negativos (1946, pp. 342-343).

Entre 1945 e 1964, em dois campos, principalmente, a temática do lugar do capital externo no desenvolvimento nacional se fez palpitante: petróleo e minerais atômicos<sup>207</sup>.

<sup>205</sup> Apresentada nos dois terços anteriores do corrente capítulo.

<sup>206</sup> Algumas citadas nas partes anteriores, outras, nas seguintes – sempre onde interessar aos temas em específico.

<sup>207</sup> Mas não foram os únicos. Lacerda, por exemplo, exaltava a colaboração com os EUA por conta da “Aliança para o Progresso”. Segundo o político udenista, o problema do abastecimento de água e da rede de esgotos poderia ser solucionado com as verbas do Fundo do Trigo e pelo empréstimo e pela doação do Fundo de

Quanto ao caso do petróleo, apesar de a Petrobrás ter sido criada apenas em 1953, a discussão sobre o assunto era bem anterior. Em 1945 o então candidato udenista sustentava que o capital externo era fundamental para potencializar as pesquisas sobre o óleo mineral natural e acelerar a sua descoberta, já que, segundo Gomes, o país careceria de recursos para tanto:

Quanto ao petróleo, urge definir uma política de continuidade no incentivar prospecções ou pesquisas, pois a exploração intensiva daquela riqueza é, na frase dos nossos economistas, “uma das maiores aspirações nacionais”. Aquela política - realizada por intermédio de um órgão fiscalizador, orientador e executor - deve proporcionar, nos próximos anos, a inversão de capitais estrangeiros em nosso país, apressar o desenvolvimento de zonas de nosso 'hinterland' e, se bem sucedida com a descoberta do precioso combustível, nos abrirá as portas de um vigoroso progresso econômico. Sendo, como é, incontestável o direito da nação ao petróleo encontrado em seu subsolo, cabe ao Brasil atrair sem conraindicação os capitais, a técnica e a experiência de povos como o norte-americano, o inglês e já hoje, o russo, e, sem se escravizar a concessões prejudiciais e onerosas atender à experiência da Argentina, da Venezuela, do México e de outras repúblicas continentais, levando a termo a desejada expansão, que os nossos poucos recursos não facilitaríamos tão cedo (1946, pp. 51-52).

Juarez Távora foi o principal responsável, entre as direitas, por formular e defender publicamente a posição cosmopolita no assunto do petróleo. Responsável por fundamentar as bases do Plano SALTE<sup>208</sup> na área, quando sustentou a limitação do monopólio apenas para o refino e o transporte do petróleo como forma de controle interno dos preços (TÁVORA, 1955, p. 147); anos depois, no bojo das discussões sobre a Petrobrás, se destacou. Nas preocupações expostas pelo general cearense, além do problema especificamente econômico, era importante considerar também a importância da temática no que se referia à segurança nacional, pois, seria indispensável que o país não dependesse de terceiros no quesito combustível, inclusive para auxiliar (se fosse o caso, até militarmente) os aliados do continente americano na paz ou na guerra (1955, p. 54).

Ainda que admitisse que do ponto de vista estritamente econômico poderia ser vantajoso não ter pressa e desencadear a exploração petrolífera via Estado com recursos exclusivamente nacionais, sob a ótica da segurança nacional, na conjuntura tensa da Guerra Fria, alcançar o sucesso na exploração do combustível fóssil moderno o quanto antes era uma necessidade. O Brasil careceria não só de recursos próprios, como ainda sofreria com problemas oriundos de uma administração pública ineficiente (1955, p. 87; 123). Por isso seria desejável aceitar o controle parcial do capital estrangeiro para, com esses capitais, o Brasil se desenvolver no campo, desde que “ressalvados - já se vê - certos direitos inalienáveis da coletividade nacional” (1955, p. 56) e “se adote uma política de severa vigilância, capaz de impedir o saque de nossas

---

Bogotá (1962, pp. 220; 243).

<sup>208</sup> Plano econômico elaborado sob o governo Dutra com forte teor intervencionista e voltado para estimular o desenvolvimento nacional nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla).

riquezas petrolíferas e consequentes ameaças não só contra a economia do país, como contra sua segurança futura” (1955, p. 123). Portanto, para Távora, o petróleo era fator de progresso econômico, bem-estar social e segurança nacional (1955, p. 64).

os nossos E. M. Militares - órgãos responsáveis pela preparação da defesa nacional - considerando a impossibilidade prática de defender-nos, eficientemente, em caso de guerra, sem o abastecimento regular de petróleo às Forças Armadas, julgaram não ser prudente continuar *fechando a questão* da exploração de nossas jazidas petrolíferas exclusivamente por nacionais (TÁVORA, 1955, p. 154).

A conjuntura internacional mostrava, segundo o general da ESG, que o problema do petróleo adquiria dimensões cada vez mais tensas, com forte ação dos países mais ricos e dos trustes internacionais. Logo, a preocupação com os interesses externos no petróleo brasileiro seria compreensível:

A ambição desenfreada de lucro, açulada pelo incentivo de ações diplomáticas, a serviço do predomínio político ou econômico das nações mais poderosas, tem levado os trustes internacionais do petróleo a escreverem uma das páginas mais sombrias da história econômica da humanidade (1955, p. 65).

Nesse processo, as nações mais poderosas estariam impondo seus interesses aos demais países, visando “controlar, cada vez mais, através da ação de seus trustes ou empresas particulares, as fontes de produção, o beneficiamento, o transporte e o comércio de petróleo” (1955, p. 71). O beneficiamento, o transporte transoceânico e a distribuição do petróleo já eram quase totalmente monopolizados pelos trustes da Standard Oil Co. e da Royal Dutch Shell Co., impedindo a livre concorrência (1955, p. 64).

Em reação, as nações mais fracas reagiriam também cada vez com mais força “contra o que razoavelmente chamam a exploração colonial de seu petróleo”, indo desde limitações pontuais nessa exploração até a total estatização (1955, p. 66).

Assim, seria natural que houvesse, como se via, a suspeita de que a elite intelectual brasileira acabasse seduzida pelo dinheiro e pela diplomacia dos trustes, contrariando o interesse nacional por meio da construção de um arcabouço legal desfavorável aos brasileiros (1955, p. 82). Seria um fato que “Onde quer que haja grandes riquezas disponíveis em jogo, haverá interferências, nem sempre confessáveis, de indivíduos ou grupos, para aquinhoar-se com a sua partilha” (TÁVORA, 1955, p. 237). Mas não seria o Estado o instrumento mais capaz de combatê-lo.

Dessa maneira, era questão de segurança nacional não só desencadear o rápido desenvolvimento petrolífero como também atentar para que o mesmo não servisse de pretexto para violar os interesses nacionais brasileiros.

De qualquer forma, no que se refere à questão puramente energética, a trágica situação do país indicava a urgência de se encontrar uma justa solução para a temática do petróleo. Para

Távora, os números ilustrariam o atraso nacional:

Somos um dos povos do mundo de civilização ainda baseada no esforço muscular, pois mais de 50% da energia que empregamos provém diretamente do braço humano ou do esforço dos animais a seu serviço.

Em consequência da escassa aplicação da máquina pela população brasileira, o trabalho médio diário do nosso homem equivalia, em 1949, a apenas 0,47 kwh, enquanto o esforço médio de cada ianque se elevava a 10 kwh, isto é, mais de 20 vezes o esforço de cada brasileiro (1957, p. 229).

No que se refere especificamente ao consumo de petróleo, o país teria uma discrepância enorme, pois, refinaria cerca de 90.000 barris diários, enquanto consumiria 180.000 barris. Além disso, a utilização de derivados do petróleo crescia em ritmo acelerado: 20% ao ano – logo, tendendo a dobrar a cada 5 anos (1957, pp. 247-248). No compasso do então Conselho Nacional de Petróleo, seriam necessários cinco séculos para estudar toda a área sedimentar brasileira com maior potencial petrolífero (1955, p. 242).

Apesar disso, o povo brasileiro se chocava com uma realidade cruel, em que o país investiu consideráveis recursos (Cr\$ 400.000.000,00), em muito tempo (dez anos), e teve resultados insuficientes, tendo estudado apenas uma pequena área dentre as potenciais e encontrado pouco petróleo. Estaria claro, então, para Távora, que, ao menos no início, seria indispensável recorrer ao auxílio técnico estrangeiro (1955, pp. 86-87).

O problema se mostrava urgente. Sem resolver a questão da produção ou da obtenção da energia nenhum país seria capaz de construir uma estrutura econômica de maneira autônoma e moderna, na paz ou na guerra (1957, p. 228).

Nessa direção, os tradicionais laços brasileiros com o continente americano seriam mais um fator a favorecer a cooperação econômica internacional na temática do petróleo – de ambos os lados; do Brasil para com o continente, ao lhe fornecer a importante matéria-prima, e; de nossos vizinhos, especialmente os Estados Unidos, para o Brasil, por meio da cessão de capitais, equipamentos e técnicos, sem imposições imperialistas ou rapinas:

a) não devemos furtar-nos à cooperação econômica que nos impõem nossa tradição internacional e, especialmente, os compromissos de política pan-americana - dando, desnecessariamente, à solução do nosso problema petrolífero um cunho jacobinista;  
b) em contrapartida, ficaremos com o direito de reclamar aos nossos vizinhos do continente, especialmente aos norte-americanos - mais responsáveis do que quaisquer outros pela fraternidade econômica e segurança coletiva continental - que nos proporcionem - sem imposições imperialistas, nem espoliações monopolistas - os capitais, equipamentos e técnicos de que necessitamos para a solução adequada do problema (1955, p. 90).

A distribuição ao consumo já estaria sendo bem feita por empresas privadas controladas pelos trustes internacionais de petróleo (produtores, refinadores e transportadores). O exemplo dessa eficiência mostraria a validade de se ampliar ainda mais a atuação do capital internacional na área petrolífera (1957, p. 248).

O importante, então, seria conseguir acomodar e conciliar os interesses nacionais e os estrangeiros para se atingir a solução da questão do petróleo (1955, p. 106). Nem um extremo, a “solução” completamente estatal, nem outro, deixando tudo relacionado ao petróleo nas mãos da iniciativa privada. O governo deveria continuar as tarefas de pesquisas, lavra e industrialização do petróleo, podendo avançar sobre os transportes e até imiscuir-se na distribuição ao consumo. Mas a exploração do petróleo mesmo deveria ser aberta ao capital externo. (1955, pp. 109-110).

Após alguns anos de experiência, com o recebimento de conhecimento e patrimônio internacional, aí sim o Brasil poderia decidir, tranquilamente, pela nacionalização total ou pela outorga exclusiva para capitais nacionais – se fosse o caso. Mas era preciso combinar, em primeiro lugar, a urgência de uma solução imediata com a paciência para um ulterior aprendizado que viria com a experiência e o tempo (1955, p. 112). Assim: “a conciliação razoável, entre aquele ideal teórico [monopólio estatal] e este imperativo prático [participação da iniciativa privada nacional e internacional], não é tarefa fácil, mas deve ser procurada viril, honesta e patrioticamente” (1955, p. 123).

Távora, no debate sobre a exploração do petróleo, identificava três caminhos a seguir dentro do que seria aceitável conforme um “rigoroso controle nacionalista”, que alegava defender: (a) o monopólio estatal; (b) a via mista, com o Estado controlando a atividade por meio de empresas mistas também controladas pelo capital privado; e (c) a exploração privada por meio de empresas nacionais e internacionais concorrendo entre si. A primeira era, para Távora, radical demais e, portanto, não desejável; a segunda, inviável por não ser tão atrativa à iniciativa privada; já a terceira, sim, parecia ser a melhor opção:

Quanto à exploração de nossos recursos petrolíferos - mesmo admitindo-se (como admito) que essa exploração só se deva fazer dentro de um rigoroso controle nacionalista - haveria três esquemas fundamentais de soluções a examinar-se:

1.º - monopólio estatal e imediato suprimindo-se qualquer participação da iniciativa e do capital privados, nacionais ou estrangeiros, nas explorações petrolíferas.

É a fórmula jacobina preconizada por alguns nacionalistas jacobinos, com aplauso dos comunistas.

2.º - regime de exploração monopolística, controlada pelo Estado, sob forma de Sociedade de Economia Mista, admitindo a participação minoritária do capital privado, nacional e estrangeiro.

É o esquema dentro do qual fora projetada, inicialmente, pelo Poder Executivo, a Petrobrás S.A., agora radicalizada pelo Congresso Nacional, com a exclusão do capital privado estrangeiro.

3.º - regime de iniciativas concorrentes mas discriminadas - admitindo, ao lado da iniciativa estatal, a iniciativa privada, exercida por pessoas físicas ou jurídicas nacionais, mas sujeitas estas últimas, quando integradas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, a certas discriminações em favor do capital nacional (controle obrigatório pelo capital nacional, estatal ou privado, das empresas dedicadas à refinação e ao transporte especializado do petróleo, sempre que destinados ao consumo interno).

Era esse o esquema adotado no anteprojeto de Estatuto do Petróleo, congelado, por

vários anos, e, afinal, posto à margem pelo Congresso Nacional. Qualquer dessas três fórmulas apresenta vantagens e desvantagens, devendo, por isso, ter sido discutidas, pesadas e comparadas, escrupulosa e objetivamente, para a escolha definitiva de uma delas (1957, pp. 310-311).

A primeira opção, a do monopólio, representava, para Távora, o atraso no alcance da autossuficiência em petróleo, sacrificando “desnecessariamente, às exigências de um nacionalismo exagerado, o atual ritmo de desenvolvimento econômico-social do país” (1955, p. 287). Porém, a Câmara dos Deputados “radicalizou, entretanto, o seu nacionalismo”, excluindo a possibilidade da participação privada na exploração do petróleo nacional, através da Petrobrás ou em concorrência com esta. O mesmo caminho foi seguido pelo Senado, que nem a contratação de serviço técnico estrangeiro permitiu. Assim, para o general cearense, o Congresso desconsiderou as necessidades então urgentes de se resolver o problema petrolífero, ameaçando asfixiar o desenvolvimento do país por escassez de energia e colocando em risco a própria segurança nacional (1957, pp. 254-255).

A solução mista, por outro lado, não constituiria aos olhos de Juarez Távora um caminho plausível, pois lhe parecia improvável haver interesse por parte da iniciativa particular em entrar com 49% de uma empresa mista (1955, p. 148). Até porque “para conseguir-se que o capital estrangeiro venha ao Brasil, é preciso conceder-lhe certas garantias e vantagens” (1955, p. 222).

O caminho desejável, então, era o da abertura da exploração à iniciativa privada nacional e internacional:

Logicamente, confio mais na capacidade empreendedora dos brasileiros do que os pioneiros intransigentes do monopólio de Estado, porque sustento que a sua iniciativa individual, na solução do problema, não deve ser desprezada e amarrada, inteiramente, à burocracia do Estado (1955, p. 149).

Assim, seria necessário autorizar a cooperação do capital estrangeiro na exploração primária do petróleo e na distribuição, em competição com nacionais, o que “*aceleraria a descoberta do petróleo* em quantidade suficiente para a satisfação de nossas necessidades internas. E não receio, como muitos outros brasileiros, que ela nos espolie economicamente” (1955, p. 204).

O centro da problemática era conseguir conciliar os interesses pátrios e internacionais para potencializar e otimizar a exploração do petróleo nacional com vistas a tornar o Brasil autossuficiente no campo.

Entre as medidas propostas por Juarez Távora para equalizar essa contradição, vale destacar: por um lado, (a) cobrança satisfatória de impostos sobre as atividades em questão; (b) demarcação e limitação das áreas de concessão e dos prazos, (c) determinação prévia das áreas reservadas, (d) incorporação ao patrimônio da União de metade das áreas prospectadas (à

escolha dos concessionários); (e) reversão gratuita ao Estado dos acervos das empresas ao fim das concessões, (f) obrigação de fornecer petróleo bruto às refinarias nacionais, (g) obrigação de empregar parcela de técnicos e operários brasileiros; por outro (a) execução das cláusulas contratuais de maneira fidedigna; (b) reconhecimento de uma margem razoável de remuneração; (c) liberdade de exportação para as parcelas de amortização do capital e para os juros e dividendos correspondentes à parte não amortizada do mesmo capital; (d) direito de subscrição de ações de empresas destinadas à produção e à distribuição do petróleo, assim como até 40% daquelas voltadas para o transporte e beneficiamento; (e) direito de receber, em caso em encampação, além do capital investido e não amortizado, uma parcela a título de lucros cessantes; e (f) direito à exportação quando satisfeito o consumo interno (1955, pp. 107-109).

Nota-se, portanto, como, para Távora, a preocupação de conciliar interesses nacionais com os internacionais era acompanhada de uma série de medidas que poderiam, na sua opinião, concretizar tal conciliação sem abrir mão da soberania nacional. Por isso e, principalmente, por, no final das contas, segundo Távora, sua proposta terminar por acelerar o desenvolvimento brasileiro, é que J. Távora não abre mão, diversas vezes, de se reconhecer como um nacionalista, acusando os adversários de um nacionalismo “extremista”, “jacobino” e que agradava somente aos comunistas.

Especificamente quanto à questão da soberania, Távora pensava que alguns mecanismos poderiam atuar como garantia. Para começar, para haver um controle efetivo da indústria do petróleo, seria necessário incorporar as jazidas petrolíferas ao domínio privado da União como propriedade inalienável, declarar de utilidades pública todos os ramos da indústria e comércio de petróleo e só outorgar concessões a brasileiros ou empresas que, ainda de capital estrangeiro, fossem organizadas no país (pessoas físicas ou jurídicas nacionais) (1955, p. 125). A permissão para a associação do capital privado nacional e internacional nos empreendimentos referentes à refinação e ao transporte da área deveria estar condicionada a que as partes invistam também, de forma proporcional, na exploração primária do petróleo – assim como limitar o capital estrangeiro ao controle de 40% das ações com direito a voto nas empresas (o que já fora pensado anos antes, havendo desde a época do governo Dutra um PL relacionado em discussão) (1955, p. 206). Por último, caberia ao Brasil controlar o fluxo de capitais de acordo com o seu interesse...

limitando, de maneira sensata, a exportação de lucros dos investimentos de capitais alienígenas no desenvolvimento de nossa economia e proibindo a exportação do que ultrapasse a importância prefixada. Os excessos teriam de ser reinvestidos no Brasil, como capital nacional. A aplicação de um tal código eliminaria as últimas possibilidades de o capital estrangeiro investido em nossa exploração petrolífera espoliar-nos economicamente dos benefícios oriundos da mobilização dessa riqueza

potencial (1955, p. 258).

Evidentemente, não só o capital empresarial estrangeiro deveria ser controlado como, talvez principalmente, a interferência direta de governos estrangeiros:

A ressalva de que só pessoas jurídicas nacionais de direito privado poderão associar-se à exploração do nosso petróleo é fundamental. Tal ressalva consta do anteprojeto de Estatuto do Petróleo, onde se estatui explicitamente que se um concessionário, por qualquer circunstância, tiver ligação direta ou por interposta pessoa com o governo estrangeiro, terá imediatamente cassada a sua concessão (1955, p. 207).

Apesar de tudo, Távora exalta (1955, p. 182) e defende (1955, p. 202) a criação da Petrobrás – ressaltando, sempre, sua insatisfação para com a falta de abertura para a atuação do capital estrangeiro (1955, p. 183). Mas:

adotada como foi, pelo governo, a solução monopolista, parece-nos que o melhor que temos todos a fazer, agora, é cerrar fileiras, patrioticamente, em torno dessa solução, prestando-lhe, cada qual, o apoio que estiver ao seu alcance, para que, quanto antes, tenhamos obtido, através dela, o petróleo de que necessitamos, com urgência; e, eventualmente, se tal solução não puder proporcionar-nos, em tempo útil e em proporções satisfatórias, esse petróleo, tenhamos dobrada autoridade para reclamar do poder público que adote, pondo de lado vãos preconceitos, outro caminho, mais consentâneo com os interesses superiores do Brasil (1957, p. 311).

A mudança de postura, vista já no período das eleições de 1955, quando Távora foi candidato à presidência, provocou a fúria de Lacerda (TRIBUNA DA IMPRENSA, 28 jun. 1955, p. 4), que dois meses antes era chamado pelo jornalista fluminense de “reserva moral do país” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24 mar. de 1955, p. 4).

Pouco tempo depois da polêmica sobre a Petrobrás, Távora se viu novamente no centro das discussões sobre o grau de liberdade do capital externo no país – e dessa vez com acusações ainda mais graves, que imputavam, de sua parte, não só um “entreguismo” ideológico, mas sim um orgânico diretamente aliado dos EUA: o caso dos minerais atômicos. A trajetória do imbróglio é narrada em livro pelo próprio general (1958), que registra que foi no primeiro semestre de 1956 que essa polêmica estourou, tendo como centro as negociações feitas pelo governo em 1955 para a exportação de minerais atômicos sem compensações específicas. Segundo Távora, na época, levantaram-se contra essa exportação alguns elementos do Estado-Maior das Forças Armadas, da imprensa e do parlamento em oposição ao governo Juscelino Kubitschek e, assim, foi instaurada uma CPI para investigar o problema da energia atômica no Brasil (1958, p. 5).

Visando defender o governo, o líder da maioria discursou em 30 de abril de 1956 afirmando que seus aliados estavam apenas cumprindo acordos celebrados pelo governo anterior, Café Filho (PSP), que teriam sido acompanhados por Juarez Távora como chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (1958, p. 6). Aí, houve a acusação de que Távora teria agido no sentido de reproduzir,

ao país, pressões em prol de um governo estrangeiro para a execução de tais acordos em agosto de 1954. Em 06 de junho de 1956, o deputado pessedista Renato Archer formalizou tal acusação no Congresso (1958, p. 8) e no dia 01 de agosto leu na tribuna da Câmara supostos “documentos secretos” que Távora havia conseguido confidencialmente com a embaixada dos EUA e supostamente utilizado para mobilizar as políticas brasileiras, apontando-os como prova de pressão de embaixada estrangeira (EUA) na mudança da política atômica brasileira (1958, p. 10).

As acusações giraram em torno, basicamente, da percepção de que os EUA teriam exercido pressão sobre o Brasil para atingir seus interesses atômicos e, com isso, haviam sido vitoriosos nessa questão por conta de “documentos secretos” levantados por Távora. Entre as supostas provas elencadas estariam: (a) quatro documentos sigilosos remetidos por Távora à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; (b) a mudança nas diretrizes atômicas em que o governo concede preferência aos EUA para a negociação das questões nucleares, colocando em segundo plano a exigência de fornecimento, em troca, de equipamentos especiais; (c) a desistência na aquisição de ultracentrifugadoras já encomendadas da Alemanha; (d) a demissão de Álvaro Alberto da presidência do Conselho Nacional de Pesquisas<sup>209</sup>; e (e) a assinatura de acordos de cooperação com os EUA lesivos ao Brasil (1958, pp. 22-23).

Távora respondeu a essas acusações afirmando que os documentos não provariam nenhuma ameaça dos EUA e que ele não teve nenhuma ação oriunda de imposições de tais documentos (1958, p. 23). Segundo o político-autor, ele havia observado desde o início da ação como chefe do Gabinete Militar da Presidência da República uma divergência entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a Divisão de Assuntos Econômicos do Itamarati no que concerne aos interesses dos EUA em cooperar com o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro e na condução das negociações para a celebração de acordos entre os governos. Assim, apesar de não ter como apurar de qual lado estava a razão, sabia que havia alguma intenção de colaboração por parte dos Estados Unidos que não estava sendo devidamente aproveitada (1958, p. 24). Afinal, diante de “um governo amigo, cuja cooperação pleiteávamos, era natural que procurássemos conciliar o que fosse conciliável, para obter aquela necessária cooperação, sem quebra de princípios, nem prejuízo para os interesses legítimos do Brasil” (1958, p. 29). Por parte de Távora, o que ele teria feito teria sido levantar informações sobre o ponto de vista estadunidense em torno do impasse nas negociações por conta própria para encontrar caminhos para superar o impasse – algo da perspectiva dos interesses do Brasil e não por pressão

---

<sup>209</sup> Figura que seria contrária aos acordos, mas que Távora diz ter sido retirado de seu posto por conta de corrupção ocorrida em instâncias sob sua responsabilidade.

estadunidense (TÁVORA, 1958, p. 31).

Juarez Távora alegava, inclusive, que entendia que os acordos celebrados por Café Filho (em que o general era acusado de ter responsabilidade<sup>210</sup>) se mantiveram em sintonia com as diretrizes nacionais para o campo atômico, aprovadas durante o governo Vargas, em 25 de novembro de 1953 (1958, p. 31). O objetivo da política atômica brasileira era, desde a época, a preparação para que o país utilizasse os minérios radioativos de que dispunha como combustíveis nucleares; para a produção pacífica de energia atômica. A linha de ação para realizar tal objetivo era obter a cooperação de nações amigas já avançadas na questão nuclear numa relação de troca, em que o Brasil venderia tais minérios que ainda não utilizava por falta de conhecimento e equipamentos especializados, e receberia não só o dinheiro como também a assistência técnica e esses equipamentos sob o princípio das “compensações específicas” (1958, p. 32). A única alteração vista entre 1953 e o acordo celebrado sob Café Filho foi a adaptação do Brasil à facilidade oriunda da mudança nos EUA com o programa "Átomos para a Paz", onde, buscando aproveitar tal oportunidade, o país concedeu a preferência aos EUA na celebração dos acordos (1958, p. 37).

Em seu livro, o general cearense fez questão de grifar o caráter pragmático do acordo ao dizer que reconheceram “o direito de preferência aos Estados Unidos da América para a celebração de acordos, *visando ao mais rápido desenvolvimento de nosso programa atômico, através da execução desse plano*” (1958, p. 37)<sup>211</sup>. Tal preferência se explicaria por ser, então, os EUA a nação mais adiantada na questão nuclear e a líder na defesa do continente – frisando, porém, que nada impediria ao Brasil de negociar com outros países se não tivermos sucesso com os EUA (1958, p. 38).

Significa, na realidade, que, antes de entabularmos tais negociações com outras nações amigas, devemos recorrer ao grande vizinho do Norte - nação com a qual têm sido celebrados, até agora, todos os acordos de governo a governo, para a exportação de nossos minerais radioativos - o que se explica por sua dupla posição favorável, como nação mais adiantada no aproveitamento industrial da energia atômica e, também, nação líder da defesa continental americana (TÁVORA, 1958, p. 38).

Assim, para o general, o Brasil estaria, ao mesmo tempo, cooperando com a defesa continental e ganhando em troca apoio ao desenvolvimento de seu programa nuclear pacífico (1958, p. 40). Mas todo tipo de relação com outros países que pudesse ajudar o Brasil a resolver o problema da energia em condições de tempo e proporções satisfatórias deveria sim ser

---

<sup>210</sup> Apesar de sempre frisar não ter tido relação direta com tais acordos. Falando à CPI, Távora diz que discordava de Archer sobre os acordos de 1955 terem sido vexatórios e lesivos aos interesses nacionais; mas reiterou não ter tomado parte nas negociações para a firmação dos mesmos (1958, p. 63).

<sup>211</sup> E frisa o mesmo ponto na página seguinte.

estimulado (1958, p. 120).

De qualquer forma, no entendimento de Juarez Távora, os acordos Brasil-EUA não seriam lesivos ao Brasil. Os Estados Unidos teriam com outras nações acordos semelhantes<sup>212</sup>, como Colômbia e Argentina, sem que isso se mostrasse algo que violasse as respectivas soberanias. Além disso, na época da instauração da CPI, os resultados da cooperação já estariam se mostrando positivos para o Brasil, como a atividade de cinco geógrafos estadunidenses com vários equipamentos acompanhados por vários técnicos nacionais e a futura recepção do primeiro reator de pesquisas a ser montada na América Latina, assim como o urânio enriquecido necessário para a operação desse reator (1958, p. 69). Távora elenca que os técnicos estadunidenses eram pagos pela repartição a que pertenciam, que os equipamentos seriam deixados como propriedade ao governo brasileiro sob preço de custo menos a depreciação e o reator que nos seria enviado teria metade do seu valor coberto pelo próprio governo dos EUA.

Essa equipe de geólogos que o Brasil conseguiu dos EUA não seria mero detalhe, “pois precisamos saber, urgentemente, o que temos em minerais radioativos para poder formular, com objetividade, nossa política atômica” [...] “E, só nesse momento, o Brasil será senhor de fixar definitivamente sua política de energia atômica. Antes disso, tudo é presunção” (TÁVORA, 1958, p. 99).

Considero uma graça de Deus que nós finalmente tenhamos essa equipe de técnicos americanos, fazendo levantamentos de fato interessantes para o conhecimento de nossas possibilidades em minérios radioativos e trabalhando juntamente com outra equipe de técnicos brasileiros, que poderão vir a ser, em breve, professores de centenas ou milhares de outros técnicos brasileiros (TÁVORA, 1958, p. 100).

E, se alguma pressão estivesse prejudicando o Brasil ao criar limitações não descritas pelas leis<sup>213</sup>, caberia aos brasileiros agir com *patriotismo*. Esse seria o grande fiador:

Só temos uma garantia de viver em paz e em colaboração eficiente: a da lei. Se ela não é obedecida, é melhor não chamarmos isto de nação! [...] Tenhamos o patriotismo de cumpri-la, e a coragem de fazê-la cumprir, indistintamente, por grandes e pequenos, por amigos e adversários, por nacionais e estrangeiros. É o caminho certo (TÁVORA, 1958, p. 120).

Em defesa de Juarez Távora, o historiador Luiz Felipe Cezar Mundim, ao analisar as obras do cearense, identificou algo distinto da figura “entreguista e antinacionalista, como de

<sup>212</sup> Porém, Frota Moreira (PTB) e Renato Archer (PSD) discordaram e indicaram que outros países, como Bélgica, Canadá e Índia, foram muito mais favorecidos pela política nuclear estadunidense. Távora se limita a responder que o importante seria os EUA cumprirem com o combinado e nos próximos acordos caberia ao Brasil buscar uma situação melhor (Távora, 1958, pp. 73-74).

<sup>213</sup> Um dos pontos elencados por Archer era que os resultados dos trabalhos dos geólogos que estavam atuando no Brasil só poderiam ser divulgados se o governo dos EUA assim liberasse - nem o governo brasileiro poderia torná-los públicos. Nesse caso em específico, Távora pontua em nota de rodapé no livro que não havia nada disso escrito no acordo para o “Programa Conjunto de Prospecções de Recursos em Urânio no Brasil” (1958, p. 109).

costume era apontado automaticamente tanto por seus adversários como por vários historiadores” (MUNDIM, 2007, p. 106), concluindo que o general “era coerente com a perspectiva do desenvolvimento associado, nacionalista ao pensar a organização do Brasil, assim como o era a ESG” (MUNDIM, 2007, p. 114).

Respondendo à acusação de “entreguista” diversas vezes, Távora, no caso do petróleo, por exemplo, se disse injustiçado por seus detratores, que pregavam uma automática correlação entre ser contrário ao monopólio estatal com estar atuando para entregar o petróleo brasileiro aos trustes – o que, por mexer com o sentimento patriótico do povo, ganharia grande lastro e, segundo Távora, superando em deslealdade a acusação de comunismo e servidão à URSS aos que, contrariamente, defenderiam a saída monopolística (1955, p. 150).

Não à toa, em seus livros, citava com certa frequência Alberto Torres, um dos mais proeminentes pensadores nacionalistas brasileiros e “o mais objetivo dos nossos pensadores políticos, pelo menos no que se refere aos aspectos econômicos da vida brasileira” (TÁVORA, 1955, p. 11). Em uma dessas menções, que reproduzia palavras ditas numa conferência proferida no Clube Militar em 21 de maio de 1947 e que inaugurava a discussão pública sobre o problema do petróleo brasileiro, mobilizou o pensador fluminense para apontar como grave problema o saque das riquezas naturais sofrido por toda América do Sul. (1955, p. 11).

Traçando um histórico do caso especificamente brasileiro, o general cearense lembrava que, no início do período republicano, diante da incapacidade exploratória da iniciativa privada nacional, o governo cedeu ao estrangeiro toda a área sedimentária do vale amazônico (mais de 1 milhão de km<sup>2</sup>) para pesquisa e exploração do subsolo, assim como permitiu a uma filial da Bond and Share a exploração da energia hidráulica de todo o território do Espírito Santo, “concessões absolutamente escandalosas e lesivas aos interesses da coletividade” (1955, pp. 14-15). Teria sido a Revolução de 1930, na qual tomou parte, que promovera a reação contra essa situação e em defesa das riquezas naturais do país (1955, p. 19):

Após a vitória da revolução nacional de 1930, começou a reação contra esse deplorável estado de coisas. Essa reação se processou num tríplice sentido: medidas de proteção às riquezas naturais do país, a racionalização dos respectivos processos de exploração e a centralização normativa da matéria, na esfera federal (1955, p. 19).

A Constituição de 1946, entretanto, teria suprimido o dispositivo presente na de 1934 que determinava a nacionalização progressiva das riquezas do subsolo e das fontes de energia hidráulica (1955, p. 40) – o que seria preocupante, pois, conforme teria dito Alberto Torres: "Uma nação pode ser livre, ainda que bárbara, sem garantias jurídicas; não pode ser livre, entretanto, sem o domínio de suas fontes de riqueza, dos seus meios de nutrição, das obras vivas de sua indústria e do seu comércio" (TORRES *apud* TÁVORA, 1955, p. 45).

A questão, para Távora, era, segundo ele próprio, um equilíbrio entre os interesses nacionais legítimos e as oportunidades internacionais - que, em caso de contradição com os primeiros, teriam que ser previamente limitados pela legislação brasileira. Uma posição extremada, excessivamente preocupada com o imperialismo dos países capitalistas mais avançados, terminaria por servir aos interesses soviéticos:

Devemos impor, no Brasil, o regime do respeito à lei e de punição imediata dos que a infringem. Se fizermos isso, nossa geração será bendita pelos nossos descendentes. Se o não fizermos, tentando, ao invés disso, impedir que nos deem ajuda aqueles que, mal ou bem, possam e queiram ajudar-nos na solução de problemas básicos que não podemos resolver sozinhos, em condições razoáveis de tempo e de proporções, simplesmente porque desse auxílio podem advir-nos males - talvez acabemos deglutidos por coisa ainda pior do que esse imperialismo capitalista - o outro imperialismo, o imperialismo soviético, que não se contenta com monopolizar riquezas materiais: pretende também controlar os dons de espírito, a começar pela liberdade de pensar, de discutir, de discordar! (1958, p. 121).

Carlos Lacerda, aquele que, dentre as lideranças civis da direita, foi o que mais sofreu com o estigma de “entreguista”, naturalmente também se defendeu da incriminação e apontava extremismo por parte “dos que insistem em proclamar, depois de D. Pedro I, a independência do Brasil” (LACERDA, 1962, p. 222). O caso das remessas de lucro seria uma amostra desse suposto exagero: “Fala-se de processo de espoliação. Para provar isto, levanta-se um bicho de sete cabeças: a remessa de lucros<sup>214</sup>. No entanto está oficialmente provado que os dólares gastos em viagens ao exterior são mais do que os dólares remetidos como lucros e royalties” (1962, p. 41). Para Lacerda, “Procura-se confundir com intervenção de uma nação sobre outra, a presença, em uma, de empresas com sede na outra; umas quantas empresas estrangeiras, umas quantas propriedades estrangeiras” (1962, p. 273).

Para as lideranças da direita, era o Brasil que sairia ganhando com o capital externo.

A “Aliança para o Progresso” poderia fazer pela América Latina o que o Plano Marshall fez pela Europa, mas:

os propagandistas do comunismo procuram usar de porta-vozes para intrigar o povo com movimentos como o da Aliança para o Progresso. Já houve quem dissesse que ele é um perigo porque não se deve crer em ajuda desinteressada, esquecidos do Plano Marshall, que fez pela Europa o que a Aliança pode fazer pela América Latina (LACERDA, 1962, p. 40).

O aspecto pragmático do cosmopolitismo americanófilo<sup>215</sup> levava, porém, a uma contradição: comercializar com países socialistas (e, logo, fugir do alinhamento automático aos

<sup>214</sup> Dois artigos que, entre outros, podem fornecer um contexto sobre os conflitos em torno do tema são: *Complexo multinacional e a “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973)*, de Fábio Campos (2014), e *A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964)*, de Felipe Loureiro (2016).

<sup>215</sup> Que coexistia com o aspecto culturalista, escorado nas supostas tradições nacionais de viés ocidentalista.

EUA) também seria economicamente vantajoso. O governo de Jânio Quadros foi a expressão dessa contradição entre as direitas brasileiras.

Quadros, em balanço sobre o próprio governo, alegou ter encontrado um país em sérias dificuldades financeiras, em que era necessário um corte drástico nas despesas, mas que, por si só, seria insuficiente. Logo, a única saída seria ampliar o comércio com o exterior. “Aí residia a base de nossa sobrevivência como nação soberana: alargariamos o nosso comércio com o estrangeiro ou pereceríamos?” (2009, p. 42). Para tal, o ex-governador de SP indicou que era preciso qualificar melhor a política externa brasileira e fazê-la (nas suas palavras) sem nenhum preconceito de raça, credo ou filosofia. As relações com Cuba e a presença na África, na Ásia e nos países socialistas em geral teriam sido essenciais à soberania brasileira, ao progresso e à segurança do país (2009, pp. 42-43).

As limitações da nossa economia confundiam-se com as limitações da nossa política externa. Era em decorrência desta que viríamos a afirmar a soberania nacional, convivendo com todos os povos, sem considerações de raça, credos ou filosofias, assumindo nossa maioria no mundo, ou não teríamos sequer a oportunidade de incrementar o nosso intercâmbio comercial e cultural, quebrando as cadeias que nos jungiam a impérios ideológicos e econômicos. Tal conduta não implicava em hostilizar qualquer nação mas, por certo, iria contrariar interesses poderosos (2009, p. 42).

Dessa forma, o Brasil havia reconhecido a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas, vendo na ampliação das relações com estes uma possibilidade de mercados no exterior. Nessa direção, recomendou, na ONU, voto favorável ao debate em torno do reconhecimento da representação da Hungria e da China (2009, p. 22).

Conforme dito anteriormente, porém, a postura de Quadros se mostrou exceção entre as direitas. Para Lacerda, na verdade, Jânio Quadros cometera um erro histórico em sua política externa e, ao se distanciar dos tradicionais aliados ocidentais, isolou o Brasil sob o pretexto de aproximá-lo de todas as nações (1962, p. 84).

Em síntese, o Brasil necessitaria mesmo era da “sua” civilização, a do Ocidente, para se desenvolver e até mesmo sobreviver no quadro belicoso da Guerra Fria:

[que] o Brasil essencialmente depende - e quanto! - do restante do Ocidente e, em particular dos EUA, para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança é fato que para nós, brasileiros de hoje, não exige discussão maior (SILVA, 2003, p. 141).

### Considerações sintéticas sobre o capítulo

Nos discursos das lideranças das direitas brasileiras durante o período da IV República (1945-1964), a questão nacional possuía grande importância ao correlacionar determinada visão do que seria o Brasil a elementos estruturantes em seus projetos políticos, como o anticomunismo, o cristianismo, a liberal-democracia e o alinhamento pan-americano ao Ocidente, especialmente os Estados Unidos da América. A evidente contradição entre sustentar o fator nacional como central enquanto ancoravam todas as perspectivas na adesão a um bloco estrangeiro liderado por um país não só mais forte, mas com histórico intervencionista<sup>216</sup>, foi trabalhada, por um lado, por essa perspectiva específica do que seria a nação brasileira e suas tradições, mas, por outro, justificada também em termos pragmáticos, em que as necessidades de defesa e sobrevivência nos quadros da Guerra Fria estariam combinadas com as potenciais vantagens oriundas do alinhamento americanófilo-ocidental, como a possibilidade de se adquirir capitais que, alegavam as direitas, desenvolveriam o Brasil. Assim, para parte majoritária das direitas da época, a pregação de que o Brasil deveria estar alinhado de maneira moral, política e econômica às potências ocidentais era um imperativo que encontraria sintonia com a formação nacional (em suas tradições e essência), a conjuntura da época (marcada pela “ameaça” comuno-soviética) e a conveniência econômica.

---

<sup>216</sup> Que custou a todo o campo a alcunha de “entreguistas”, conforme já apresentado.

#### 4. NAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: A QUESTÃO NACIONAL EM TRÊS EIXOS

##### **Apresentação introdutória**

Este capítulo aqui iniciado tem o objetivo de encerrar a presente tese retomando dois conceitos que surgiram com frequência nos capítulos anteriores, mas que, até então, não obtiveram espaço para uma discussão própria de suas correlações com a questão nacional: as noções de “desenvolvimento” e “democracia”<sup>217</sup>. Alguns aspectos levantados podem, dessa maneira, soar repetitivos. Porém, houve o cuidado de se evitar ao máximo reincidir argumentos já dados de maneira suficiente.

As pautas do desenvolvimento e da democracia foram tópicos fundamentais do debate público na conjuntura da IV República (1945-1964). São inúmeros os trabalhos dedicados a eles<sup>218</sup>. Não surpreende, portanto, que tenham sido mobilizados em correlação com a questão nacional pelos agentes políticos aqui estudados e, conseqüentemente, que compoñham o conjunto de elementos abordados na tese – quando, na linha de Koselleck, nota-se aqui a importância de se considerar os chamados “conceitos paralelos”, aqueles que aparecem como importantes para a compreensão de algum outro conceito-chave (no nosso caso, “nacionalismo”) (KOSELLECK, 2012).

Seguindo uma estrutura mais próxima do primeiro capítulo, com subcapítulos comparativos, do que a dos segundo e terceiro, em que esquerdas e direitas foram discutidas

---

<sup>217</sup> Sobre esses conceitos ao longo da história do Brasil, ver, no caso da democracia, *Do Despotismo da Gentalha à Democracia da Gravata Lavada: História do Conceito de Democracia no Brasil (1770-1870)*, de Christian Lynch (2011). Sobre desenvolvimento, a tese de doutorado de Tatiana Oliveira versa sobre o mesmo num período muito próximo do nosso: *Alegorias do desenvolvimento(ism)o: o futuro passado de um conceito do progresso e sua recepção no Brasil (1945-1961)* (2016). No campo internacional, podem ser de interesse do leitor *Democracy in the plural? The concepts of democracy in Swedish parliamentary debates during the interwar years*, de Anna Friberg (2012); *Conceptual History and politics: is the concept of democracy essentially contested?*, de Oliver Hidalgo (2008) e; *An inquiry into the roots of the modern concept of development*, de Philipp Lepenies (2008).

<sup>218</sup> Sobre a importância do desenvolvimentismo ver Guimarães (2001, p. 164) e Oliveira (2016). Já o tema da democracia foi um dos que mais mobilizou polêmicas acadêmicas sobre o período. Uma obra seminal na abertura dos debates, que - a nosso ver, equivocadamente no que se refere à esquerda da época - sustentava o déficit de adesão real à democracia por parte de todos os campos como um dos fatores a explicar o golpe de 1964, foi a obra *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*, de Argelina Figueiredo (1993), endossada por Jorge Ferreira (2003). Críticas acertadas a essas concepções, defendendo o caráter democrático das esquerdas, podem ser vistas em Toledo (2004) e Melo (2014). Vale mencionar também a tese de Alexander Englander sobre a questão democrática no período (2018).

separadamente, o texto que se segue está dividido em duas partes, uma para cada noção.

Na parte 4.1 o debate sobre como a questão do desenvolvimento foi trabalhada no período em questão nos aspectos que interessam ao tema principal da tese se dá em via de mão dupla: por um lado, para as lideranças políticas de então, sem uma correta e justa aplicação da questão nacional não haveria desenvolvimento; e, por outro, a incapacidade de promover o desenvolvimento do Brasil colocaria em xeque qualquer aspiração relacionada à questão nacional. As disputas entre espectros políticos em torno da maior ou menor efetividade no desencadeamento do desenvolvimento era central na justificativa das suas respectivas propostas quanto à temática nacional. Nas páginas seguintes, esses argumentos são divididos principalmente em três eixos: (a) a necessidade de se consolidar a união de toda a nação para se alcançar o desenvolvimento; (b) o desenvolvimento como um caminho imprescindível para se evitar o comunismo<sup>219</sup>; e (c) a autodeterminação como condição para o desenvolvimento.

Na segunda metade do capítulo, a interseção entre a questão democrática e a questão nacional também é tratada em duas vias: tanto as lideranças políticas à esquerda quanto aquelas à direita concordavam que só uma alegada democracia poderia ser a forma de exercício político que contemplaria a totalidade da nação garantindo, de fato, sua soberania; por conseguinte, qualquer ameaça à soberania nacional colocaria em risco a existência da democracia. Cada lado, entretanto, adotava tal lógica com percepções muito específicas do que seria a democracia, frequentemente imputando ao outro a infidelidade aos princípios democráticos e, conseqüentemente, à nação. Os eixos sob os quais essa interseção é apresentada são: (a) a unidade nacional como pressuposto da democracia; (b) o comunismo como contraconceito da democracia e a democracia como remédio contra o comunismo; e; (c) democracia e autodeterminação nacional como fatores que se retroalimentam.

#### 4.1 Desenvolvimento e questão nacional

Entre as grandes figuras políticas da IV República brasileira, a questão nacional como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país se dava especialmente em dois domínios; um, com foco na política interna, e outro, voltado para as relações do Brasil para com o exterior.

---

<sup>219</sup> Quase sempre correlacionado à ingerência estrangeira dos países socialistas pela ampla maioria dos personagens históricos estudados – conforme apontado várias vezes ao longo do trabalho.

Em nível interno, tanto as esquerdas quanto as direitas<sup>220</sup> defendiam que os variados setores que compunham o povo brasileiro deveriam atuar em sintonia para, com essa *unidade nacional*, desenvolver o país. Dessa forma, seria imprescindível que conflitos de classe, ideológicos, religiosos, etc., fossem secundarizados, adiados ou reprimidos em prol de uma atuação conjunta na direção de promover o progresso nacional. Nesse sentido, conforme apresentado no capítulo primeiro da corrente tese, a mútua estrangeirização de um campo para com o outro escamoteava os limites de quem era aceito realmente como elemento pátrio nessa aclamada unidade nacional – afinal, ambos os campos se excluíaam do conjunto das alianças pretendidas<sup>221</sup>. O adversário passava, então, a ser apresentado de maneira desvirtuosa não só por supostamente representar interesses alienígenas, como também, por conta disso, ser um empecilho ao desenvolvimento do país – o que remete ao nível externo do binômio questão nacional/desenvolvimento.

Se, internamente, caberia aos brasileiros a unidade, diante do mundo a afirmação da soberania seria indispensável para fazer do Brasil um país desenvolvido; assim como o sucesso em desenvolvê-lo atuaria como fiador dessa soberania. A ênfase na autodeterminação como caminho para o desenvolvimento nacional foi um argumento muito frequente principalmente entre as esquerdas, que entendiam haver uma relação estrutural entre a dominação imperialista estrangeira e o subdesenvolvimento brasileiro.

Por parte das direitas, os holofotes do perigo externo recaíam sobre o comunismo, tido como vírus a serviço da União Soviética (e outros países socialistas) e que só poderia ser eficazmente combatido se, ao lado das medidas de repressão, houvesse sucesso na promoção do desenvolvimento nacional – argumento lido com certa frequência entre a esquerda não comunista também. Então, se o imperialismo das potências capitalistas era, para as esquerdas, um dos principais responsáveis pelo subdesenvolvimento nacional, obstáculo a ser enfrentado para a promoção do desenvolvimento, o comunismo e a conseqüente subserviência a Moscou era a potencial ameaça à soberania a ser combatida com desenvolvimento, já que um país desenvolvido não ofereceria condições (como a pobreza extrema) propícias para uma revolução de cunho socialista.

Luiz Carlos Prestes, em sintonia com as concepções acerca da unidade policlassista necessária à etapa democrática-burguesa da revolução<sup>222</sup> brasileira, de uma ponta à outra da IV

---

<sup>220</sup> Pelo menos em seus setores majoritários.

<sup>221</sup> Salvo raras exceções em que se tentou uma unidade realmente geral, mas que tenderam ao rápido fracasso, como no acordo interpartidário durante o governo Dutra e na busca por um candidato único para sucedê-lo.

<sup>222</sup> Já apontada nos capítulos 01 e 02.

República exaltava a disposição dos comunistas à composição com diversas classes sociais e segmentos da população independente de questões religiosas ou ideológicas. O alvo das lutas deveria ser o imperialismo e as frações das classes dominantes que atuavam como seus agentes internos. Contra eles, os comunistas se uniriam a todos os brasileiros. Ou seja, nas palavras de Anita Prestes, propunha-se a "subordinação do conflito entre trabalho e capital ao empenho para alcançar um capitalismo autônomo no Brasil" (PRESTES, 2012, p. 20). Mesmo nos momentos de radicalização tática, como logo após a ilegalização do PCB entre 1947 e 1948 (assim como das instituições próximas e seus parlamentares), a lógica se mantinha – o que mudava era a ampliação do conjunto entendido como “agentes do imperialismo” (Getúlio Vargas em grande parte do seu governo, por exemplo). Quando senador, o revolucionário comunista se mostrara perplexo ante a indisposição dos colegas para aceitar a postura aberta à unidade nacional por parte dos comunistas<sup>223</sup>:

Não somos nós, comunistas, que provocamos, neste momento, em nossa pátria, num momento tão difícil, tão delicado, em que é necessário, sem dúvida, resolver os mais graves problemas de nosso povo; não somos nós, comunistas, que provocamos discussões, nem divisões ideológicas e filosóficas. Pelo contrário. Dizemos que somos brasileiros, que estamos fazendo política do Brasil; nada temos a ver com a Rússia ou com a União Soviética. São os provocadores que nos obrigam às discussões ideológicas ou filosóficas. Hoje, no Brasil, é necessário resolver os problemas do momento, que aí estão, seríssimos, e que interessam ao progresso, ao bem-estar e ao futuro de nossa pátria. Esses problemas não podem ser resolvidos nem por um homem genial, sozinho, nem por um partido político, ou por uma classe social. São problemas que exigem a união de todos os brasileiros patriotas (PRESTES, 2003, p. 111).

Ou seja, a unidade entre o conjunto dos brasileiros patriotas – portanto, todos aqueles portadores das virtudes referentes ao sentimento de amor à pátria e as qualidades morais derivadas, sem distinções de outra ordem – se mostrava necessária à resolução dos problemas que afligiam a nação.

Até setores da classe dominante rural, aquela que, na estruturação das concepções pecebistas acerca do caráter semifeudal do Brasil, ocupava o lugar central no conjunto dos “agentes internos do imperialismo”, poderiam ser exaltados por conta de supostas frações não comprometidas com a espoliação internacional. Em 1959, por exemplo, Prestes registra a pluralidade da mobilização em torno da ampliação das relações internacionais com os países socialistas:

A atuação do movimento nacionalista tem se orientado para a luta por certas soluções, cuja urgência decorre do próprio desenvolvimento da situação objetiva do país. Exemplo típico é o da luta em favor da normalização das relações com a União

---

<sup>223</sup> A leitura completa da coletânea de discursos parlamentares de Luiz Carlos Prestes (2003) é um bom caminho para compreender a perplexidade do então senador comunista por conter de maneira completa os debates nos quais participou, com a intervenção dos adversários. Por diversas vezes o ex-líder tenentista foi confrontado e acusado com questões de cunho meramente ideológico ou teórico, assuntos específicos do marxismo, sem qualquer relação direta com a política brasileira e os pontos em pauta.

Soviética e os demais países socialistas. Reivindicação repetidas vezes levantada pelas entidades operárias e estudantis, entusiasticamente aplaudida pelas massas nos comícios e assembleias, por ela vem se manifestando número crescente de personalidades influentes na vida pública, intérpretes do pensamento não só da burguesia como de consideráveis setores de fazendeiros (PRESTES, 1959, p. 1).

As tensões com os setores da classe dominante, mesmo potencialmente cooptáveis para a luta nacionalista, eram muito claras nas formulações pecebistas acerca do caráter vacilante da burguesia nacional. Tais tensões se manifestaram, de diversas formas, ainda que sem o mesmo grau de teorização e sistematização, em vários momentos entre as demais lideranças de esquerda pesquisadas. Num discurso promovido no Senado em 1946, Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que se mostra indignado com a postura antipopular das elites brasileiras, clama a amigos e inimigos pela harmonia nacional e contra a política sectária de grupos:

Sempre me esforcei para alcançar a harmonia nacional, apesar da intolerância de alguns espíritos e da intransigência de muitos interesses. Minha palavra é, portanto, um apelo a todos, amigos e inimigos, companheiros e adversários, para que tenhamos sempre presente a necessidade de paz e de equilíbrio social. Nosso povo precisa de tranquilidade para o trabalho fecundo. Necessita da produção intelectual de nossa elite para melhorar sua eficiência, seu nível de vida e seus recursos materiais. Já passou a época das posições políticas em benefício de grupos. O desvio de uma parte da elite na disputa estéril de cargos e posições governamentais retarda a evolução econômica, prejudica o ritmo de trabalho e sacrifica o povo. Como representantes do povo, nele devemos pensar e por ele agir, pondo à margem as preocupações imediatistas em torno de falsas posições de máquinas políticas, que não resistem à manifestação do voto secreto. Nossas elites, em parte, se afastaram do sentimento social e chegaram até a se arrogarem, em alguns momentos, os direitos de impor sua vontade sobre a das multidões (VARGAS, 2011, p. 553, grifo nosso).

Em 1961, quinze anos depois, portanto, também moralmente vitorioso após um golpe de Estado<sup>224</sup>, seu mais próximo continuador, João Goulart, exaltou a união nacional como necessidade para a realização da soberania e do desenvolvimento

Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma união nacional que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento (GOULART, 2009, p. 10).

Afinal, para Jango, "A nossa luta comum condiz com os sentimentos cristãos e pacíficos do nosso povo, constituindo também o anseio de todas as forças progressistas, que necessitam da harmonia social para continuar no seu patriótico esforço, visando ao desenvolvimento nacional" (GOULART, 1962, p. 80). Sem a unidade nacional, forjada nos valores e nos sentimentos patrióticos, o desenvolvimento brasileiro estaria em risco. Assim, a conciliação

---

<sup>224</sup> Em 1946, poucos meses após ser deposto por um golpe, Getúlio Vargas foi eleito senador com votação recorde e nos poucos discursos que fez nessa posição, defendeu seu legado construído com a Revolução de 1930. Em 1961, Jango conseguiu reverter o golpe que tentava lhe impedir de assumir a cadeira presidencial depois da renúncia do então presidente Jânio Quadros, mas, para isso, aceitou a solução conciliatória de exercer a presidência sob um regime parlamentarista – o que foi intermediado por Tancredo Neves e rejeitado, com razão, por Leonel Brizola.

entre as classes era também importante, apesar da ênfase ser sempre nos direitos dos trabalhadores - quem mais necessitava de intervenções favoráveis para atingir o equilíbrio social. De qualquer forma, era desejável que patrões e empregados abrissem mão de interesses corporativos quando em conflito, pois costumava-se exigir isso apenas do lado dos explorados por meio da repressão policial e financeira. Era necessário que todos entendessem as implicações de tais posturas para o desenvolvimento nacional (1962, p. 65).

Estava no DNA do varguismo, “sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social” (GORENDER, 1987, p. 16).

Na mesma direção, Miguel Arraes, na posição de governador do estado de Pernambuco, fazia questão de registrar a própria capacidade conciliatória como uma importante qualidade (ARRAES, 1965, p. 91), já que, segundo o próprio, sempre fazia grande esforço em prol da compreensão e da solução efetiva das questões trabalhistas quando estes as solicitavam, conseguindo, assim, que abdicassem de outros pontos que pudessem vir a causar intranquilidades na região. Numa greve, por exemplo, intermediou um acordo para pagar os dias parados aos trabalhadores que voltassem às atividades laborais enquanto a questão se resolvia na justiça. Entretanto, fora o patronato, sob o comando de supostas lideranças políticas interessadas na perturbação da ordem, que rejeitou e, então, inviabilizou, a proposta (1965, p. 89). Não à toa, Arraes exaltava os burgueses que encontravam junto aos operários um meio pacífico para as reivindicações destes como “verdadeiros empresários” (1965, p. 86).

A união dos brasileiros era o caminho e a libertação nacional sua ideologia: “A união do povo brasileiro é força invencível e não há povo sem ideologia. A nossa é a ideologia de uma nação livre e independente e por ela é que estamos lutando e continuaremos a lutar” (ARRAES, 1965, p. 67).

Mesmo Leonel Brizola (cuja propensão para a conciliação, naquela conjuntura, era menor e com discursos marcados pela radicalidade retórica), na passagem sobre os brasileiros “comprometidos” e “não comprometidos” com a espoliação, retirada da conferência realizada em Presidente Prudente no final de 1961 e mencionada no capítulo primeiro por apontar de maneira bem direta e sem tergiversações os “sócios diretos ou indiretos do processo espoliativo”, deixa bastante em aberto o conjunto dos que seriam agentes da libertação e do desenvolvimento nacional, afinal:

Somos todos nós. Não preciso descrever, dizer quem somos. Ninguém terá dificuldade em nos identificar. Não comprometidos são os brasileiros inconformados com o processo de espoliação que nos é imposto. Não comprometidos são os brasileiros não conformados com as sobrevivências feudais que dominam amplos setores da vida brasileira. São os brasileiros não conformados com a má distribuição da riqueza social no país, concentrada em alto teor em poucas mãos, enquanto a miséria castiga, fustiga,

impede e elimina as oportunidades, deprime a quase totalidade das populações brasileiras (BRIZOLA, 2004, p. 531).

Na campanha presidencial de 1960, o general Henrique Teixeira Lott exaltou como sinal de vitalidade do movimento nacionalista justamente a disposição da classe trabalhadora de colocar espontaneamente os interesses nacionais na frente dos classistas:

O nacionalismo se faz sentir com tal intensidade atualmente no Brasil que as comissões de trabalhadores com as quais tenho contato, antes de me apresentarem suas reivindicações específicas, abordam os problemas nacionais, querem saber meu pensamento e insistem na conveniência de solução nacionalista para seus problemas (ÚLTIMA HORA, 4 ago. 1960, p. 4).

No âmbito dos potenciais conflitos sociais, não causa espanto que as direitas também adotassem o discurso da colaboração entre as classes<sup>225</sup>.

Dutra, por exemplo, que defendia que “O nosso dever de brasileiros é cerrar fileiras em torno dos interesses fundamentais da nacionalidade” (DUTRA, 1948, p. 196), sustentava que “As relações entre empregadores e empregados, por sua vez, devem manter-se no terreno da colaboração recíproca, em prol da expansão e do aperfeiçoamento da economia nacional, para que assim possamos elevar o nível de vida da nossa gente” (1948, pp. 56-57). Até mesmo o engajamento operário na luta por justiça social e a existência dos direitos trabalhistas poderiam ser alvo de valorização (1948, pp. 55-56).

Anos antes, seu companheiro de armas e adversário de urnas, Eduardo Gomes, em campanha eleitoral, já pontuava a imprescindibilidade de se lembrar que patrões e empregados têm deveres que devem cumprir (GOMES, 1946, p. 283), afinal:

Ao capital é necessário que se assegure a iniciativa nas atividades econômicas e a garantia de que será conservado ao abrigo de assaltos confiscadores do Estado; ao operário é preciso que se dê tudo quanto ele necessita para defesa dos seus direitos e proteção dos seus interesses. Ao capital deve-se preparar o terreno para um desenvolvimento regular e justo; ao operário deve-se aplainar o caminho para que eleve o teor da sua existência e possa galgar suavemente os melhores postos na sociedade. Tudo quanto a legislação social proporcionou ao operário, de benefícios, deve ser mantido, quando não houver ensejo de ser ampliado. No terreno das conquistas sociais não é admissível retrocesso algum (1946, p. 282).

A pauta dos direitos trabalhistas e da justiça social eram paradigmas praticamente inegociáveis na conjuntura pós-II Guerra Mundial no Brasil e no mundo.

No entanto, enquanto por parte das esquerdas era majoritário que se chamasse à colaboração entre as classes partindo de uma perspectiva de interesse dos trabalhadores convocando as elites ao compromisso social, por parte das direitas era mais frequente a direção contrária. Mesmo nas duas menções acima feitas, no caso do general Dutra o então presidente

---

<sup>225</sup> Principalmente em momentos como a campanha eleitoral ou no exercício de mandatos no Executivo - afinal, enquanto setores mais inclinados às elites econômicas, necessitavam ampliar consideravelmente suas bases.

reforçou a necessidade dos trabalhadores aumentarem a produção individualmente para, assim, haver a elevação na produção geral; enquanto a fala do brigadeiro Gomes se deu no contexto de apontar os limites aceitáveis para a intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, para, assim, evitar exageros em prol de qualquer um dos lados<sup>226</sup> (DUTRA, 1948, p. 56; GOMES, 1946, p. 281).

Não era raro haver, em paralelo, críticas (ainda que em tom moderado) à legislação trabalhista, considerada, em alguns momentos, desequilibrada por tratar apenas dos direitos dos trabalhadores e não de seus deveres recíprocos para com os patrões - o que, para Juarez Távora, geraria problemas de produtividade (TÁVORA, 1962, p. 29).

De qualquer maneira, saindo do âmbito social para o campo das disputas políticas, o tom das direitas em geral era bem menos conciliador. A ideia de unidade nacional<sup>227</sup> enquanto elemento para o desenvolvimento tendia a se correlacionar à noção de “segurança nacional” e a assumir, no setor, um viés de exclusão radical daqueles elementos considerados divisionistas. Para Golbery do Couto e Silva, seria tarefa fundamental da própria geopolítica permitir que se alcançasse o desenvolvimento nacional sem a ameaça de oposições internas ou externas:

Temos, pois, que a geopolítica, baseada na ciência geográfica e, em particular, no ramo denominado geografia política, serve de fundamentação geográfica e propõe diretrizes, calçadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à política nacional, tanto no domínio não-estratégico desta, e onde se visa ao bem-estar, ao progresso, ao desenvolvimento atingíveis sem a ameaça de antagonismos internos ou externos, quanto na esfera da segurança nacional, isto é, da estratégia (SILVA, 2003, p. 202).

Pressões entendidas como no sentido contrário ao dos objetivos nacionais deveriam ser combatidas, não importando se internas ou diretamente externas (SILVA, 2003, p. 89).

A subversão, em abstrato, e o comunismo<sup>228</sup>, em específico (e sempre atrelado à chaga do quinta-colunismo soviético), eram os principais elementos potencialmente identificados

<sup>226</sup> O que, no fundo, expressa preocupação para com intervenções “extremadas” no sentido de proteger os trabalhadores, já que eram essas as acusações frequentes contra a justiça trabalhista criada pelo recém destituído governo de Getúlio Vargas.

<sup>227</sup> Outro aspecto interessante do fator “unidade nacional” com a noção de desenvolvimento presente no período era a ideia de integrar todo o território nacional, tanto no sentido geográfico, de conquistar e ligar todas as partes do grande território nacional (projeto muito forte entre os militares, aparecendo com frequência em suas obras, mas não só), quanto no social, de reequilibrar economicamente as regiões brasileiras (Dutra, 1948, P. 176; Gomes, 1946, P. 10; Goulart, 1962, P. 114; Silva, 2003, P. 153; Távora, 1959, Pp. 135-137; 1962, P. 52). Para Távora era preciso generosidade no orçamento para “encetar uma patriótica marcha, que não será precisamente para o oeste, e sim para todos os quadrantes da hinterlândia brasileira!” (1959, p. 120). Dutra identifica na causa do rio São Francisco: a “mais brasileira das causas” (1948, p. 85); um elo do sistema de comunicações nacionais, cujo cuidado seria uma exigência da defesa e da unidade nacional (além da população ribeirinha) visando melhorar a ligação interna do país (1948, pp. 81; 90).

<sup>228</sup> Classificação que poderia ser usada de maneira indiscriminada e com intenções pejorativas para toda a esquerda, conforme já demonstrado nos capítulos anteriores.

como essa “ameaça interna” a perturbar o desenvolvimento nacional.

Até numa intervenção voltada para exaltar a importância da política externa independente, em nível internacional, e da “solidariedade geral”, da união de diversos setores da nação sem a qual seria impossível ao Brasil fazer “ascender o elemento humano”, em nível interno, Jânio Quadros encontrou espaço para o anticomunismo ao identificá-lo como o portador das ações supostamente desagregadoras voltadas para dificultar tal comunhão do país (QUADROS, 2009, pp. 14-15).

Carlos Lacerda não criticava apenas o governo brasileiro por supostamente estar “infestado de assessores comunistas” (LACERDA, 1962, p. 50). A “Ala Moça” do PSD e o setor da “Bossa Nova” da UDN eram igualmente irresponsáveis por conta da tolerância para com os comunistas. Tal postura vir ancorada na necessidade de ampliação da base social junto aos operários não era justificativa considerada razoável pelo político fluminense:

A omissão ou incompreensão dos outros partidos, inclusive a UDN, tem grande parte de responsabilidade nesse panorama. Parece haver quem pense que para ter trânsito no meio operário é bom ter alguns comunistas no partido. Ora, a verdade é exatamente o oposto. Pois quando um operário quer ser comunista, ele sabe onde encontrar o Partido Comunista, não precisa da Bossa Nova da UDN, nem da Ala não-sei-de-que do PSD, nem dos Canarinhos do PDC (1962, p. 51).

Para Lacerda, o caráter amplo da UDN, um partido democrático aberto a acolher todas as correntes e conciliar os extremos teria limite – e esse era o comunismo (LACERDA, 1962, p. 83).

Nesse sentido, o sucesso em alcançar o desenvolvimento era tido pelos diferentes espectros políticos não comunistas também como um pressuposto básico para se evitar o “perigo vermelho” e a subversão. Diversas lideranças analisadas concatenavam a variável “desenvolvimento” à impossibilidade do comunismo criar raízes, com exceção de Luiz Carlos Prestes e dos próprios comunistas, que, em sentido contrário, entendiam que era exatamente a falta de desenvolvimento capitalista o principal obstáculo à edificação do socialismo<sup>229</sup>. Nas palavras de Prestes: “Sou socialista, mas estou convencido de que é por meio do desenvolvimento rápido, decisivo, do capitalismo no Brasil, que mais depressa chegaremos ao socialismo” (2011, pp 112-113).

---

<sup>229</sup> Era hegemônica entre os pecebistas da época uma interpretação etapista do pensamento marxista, segundo o qual o capitalismo deveria ser uma etapa da história realizada de maneira plena até o desenvolvimento das forças produtivas fornecer condições especialmente econômicas para se iniciar a transição ao comunismo. Outras vertentes marxistas possuíam posições diversas, mas eram minoritárias no conjunto das esquerdas brasileiras. Será o golpe de 1964 que permitirá uma conjuntura favorável ao crescimento de outras interpretações, especialmente a teoria da dependência, cujos primeiros passos se deu entre os revolucionários da Polop (Política Operária) no início da década de 1960 (Gorender, 1987).

Combater o subdesenvolvimento era, portanto, uma tarefa “universal” no espectro político<sup>230</sup> - e, para Golbery do Couto e Silva, um dos principais componentes do que deveria ser a geopolítica brasileira em nível interno e externo, já que, conforme já havia sido visto até então na Ásia, outras regiões, como a África e a América Latina, tomada por problemas como a miséria, a ignorância e a corrupção, estavam bastante vulneráveis às diversificadas táticas do movimento comunista internacional. Era imperativo combater o subdesenvolvimento antes que os comunistas o fizessem (SILVA, 2003, p. 295):

Relegada a ação militar ostensiva ao plano meramente secundário das ameaças e das ostentações de prestígio e de força, todo o amplo e variado espectro das táticas sutis de infiltração, do terrorismo, da guerrilha, da propaganda ideológica, que compõem esse complexo moderno da guerra insurrecional ou subversiva, oferece perspectivas muito mais promissoras de êxito, sobretudo onde já se manifestem tensões sociais das mais graves e se eternize um padrão intolerável de vida, tal como o demonstraram, na prática, Mao Tse-Tung e Ho Chi Minh.

Eis por que não estará a América Latina, ela própria afinal, imune a ataques solertes desse tipo, tanto mais de temer quanto mais perdurem a estagnação econômica, a corrupção, a miséria, a ignorância e a fome.

Combater o subdesenvolvimento nas áreas nacionais retardadas e no restante do continente, cooperar na imunização também dos jovens países africanos à infecção fatal do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer progressão soviética na direção dessa África atlântica onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional, colaborar por todos os meios em mantê-la totalmente livre do domínio comunista - eis aí, mais ou menos bem delineadas, numa tentativa ordem de prioridade decrescente, as diretrizes principais que se nos afiguram indeclináveis, de uma geopolítica brasileira adequada à atual época agitada e cataclísmica, ante um mundo que se debate e agoniza no mais brutal encontro de civilizações antagonistas (SILVA, 2003, pp. 295-296).

Juarez Távora era peremptório: era preciso encontrar uma alternativa para a solução da questão da justiça social que fugisse daquela radical representada pelo comunismo<sup>231</sup> – o insucesso poderia fazer com que todos fossem arrastados por ela (1959, pp. 284-285).

Percebe-se que “estavam preocupados especificamente com a vinculação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa” (FERNANDES, 2009, p. 847).

Assim, para Lacerda, era absurdo acreditar em algum gesto positivo por parte da União Soviética no sentido de auxiliar ao Brasil, já que o desenvolvimento brasileiro era fator que afastaria o país do domínio comunista:

A Rússia, por isto mesmo, não tem o menor interesse em ajudar o Brasil e nenhum outro país ainda não comunista a livrar-se de suas dificuldades. Pois, na medida em que esse país se livrar de dificuldades, mais remoto será o dia em que ele se tornará comunista. Só o desespero pode levá-lo a ser comunista? Então, como quereria a Rússia colaborar para que não haja desespero aqui dentro? (1962, p. 41).

Mesmo internamente, questões típicas do subdesenvolvimento, como brutais

<sup>230</sup> Ainda que, evidentemente, com graus, meios e fins diferentes.

<sup>231</sup> E a proposta mais sólida nesse sentido surgida no período foi a do cristianismo social, conforme visto no capítulo terceiro.

dificuldades técnicas e legislativas, seriam intencionalmente fruto de postergações e impedimentos para facilitar a possibilidade de triunfo do comunismo (LACERDA, 1962, p. 239).

O fantasma do comunismo e/ou da subversão eram conjurados, porém, em um outro sentido, retoricamente semelhante, mas politicamente cumprindo função antagônica. Especialmente nos anos de radicalização que antecedem ao golpe de 1964, quando, ao lado da forte mobilização social reformista, aumentava a frustração com a resistência das classes dominantes e do parlamento, setores da esquerda registravam a falta de alternativas entre o desenvolvimento digno e socialmente justo do país ou a subversão como forma de cacifar as próprias bandeiras reformistas; no sentido ameaçador, de apresentá-las às elites e aos adversários políticos como um (para eles) mal menor ante a possibilidade da insurreição popular – o que seria legítimo.

Brizola, em 1961, registrava:

Dentro em pouco, com o agravamento das tensões internas e por todos os motivos que aqui longamente debatemos, estaremos colocados diante do dilema: o poder de decidir para reformar será exercido por homens públicos autênticos e representativos, através do processo democrático ou, mesmo independentemente de nós, o povo brasileiro irromperá pelo caminho da insurreição, caminho que também é um direito quando o povo não tem outra alternativa de libertar-se, para se realizar a si mesmo e viver com dignidade (2004, p. 543).

João Goulart, ainda que com palavras consideravelmente mais amenas no famoso discurso realizado na Central do Brasil em 13 de março de 1964, não deixava de ressaltar que as reformas eram o caminho pacífico para se desenvolver o país na direção da solução dos problemas sociais – logo, fora dessa via, só restaria a violência:

Já sabemos que não é mais possível produzir sem reformar, que não é mais possível admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional, para milhões e milhões de brasileiros, da portentosa civilização industrial, porque dela conhecem apenas a vida cara, as desilusões, o sofrimento e as ilusões passadas. O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. *Reformar; trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada*, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos (GOULART, 2009, p. 83, grifo nosso).

Sobre a reforma agrária em específico, Jango pontuava que

Para evitar que a rigidez das estruturas agrárias, que compromete o desenvolvimento nacional, venha a criar tensões de elevado custo social, a política de desenvolvimento deve planejar modificações estruturais, isto é, deve fazer da reforma agrária um dos seus objetivos centrais (GOULART, 1963, p. 210).

Raciocínio que poderia adquirir uma face defensiva também, como quando fora pressionado para adotar uma política ortodoxa de combate à inflação via redução de investimentos públicos e respondeu que “Vamos refrear o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento do país. A estagnação de nossa economia nos arrastaria à ruína, à miséria e

ao desespero, lançaria o país na anarquia e provocaria subversões [...]” (1963, p. 220).

O raciocínio não era, entretanto, exclusivo da conjuntura pré-golpe – apesar de ter se acentuado nesse momento. A tensão política e a ameaça de radicalização rondaram a IV República do início ao fim e o próprio Vargas alertava que, se o regime democrático capitalista, “compreendendo a gravidade do momento”, não permitisse a justiça social e a evolução pacífica para o socialismo democrático brasileiro, “a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro” (VARGAS, 2011, p. 516).

Dessa forma, se percebe como a unidade nacional, que era entendida como necessária ao desenvolvimento do país, aparece, por sua vez, condicionada por este – já que sem vencer o subdesenvolvimento o Brasil estaria exposto ao perigo do acirramento das contendas internas, da subversão e do comunismo, cuja ameaça era entendida de maneira extensiva, da desagregação interna para, no fundo, a ingerência de alguma potência socialista sobre o Brasil.

No quesito especificamente externo, a autodeterminação era outro aspecto considerado fulcral para o desenvolvimento (e vice-versa).

João Goulart jurou lealdade à “vanguarda do desenvolvimento brasileiro”, aos trabalhadores e empresários na luta pela “conquista da emancipação econômica do nosso país” (1962, p. 38).

Brizola, seu cunhado, ofereceu uma boa síntese da perspectiva da esquerda acerca da temática:

E o que precisamos fazer para rompermos para a civilização e para o desenvolvimento? Esta pergunta conduz a uma só resposta. Ela nos coloca frente a frente ao conceito de autodeterminação. São autodeterminadas as nações que, em primeiro lugar, disciplinam como querem as suas relações e o seu intercâmbio com as nações do universo. Em segundo lugar, só são rigorosamente autodeterminadas as nações que, através de meios ao seu alcance são capazes de executar, realizar as reformas estruturais consideradas necessárias à sua prosperidade social e econômica (2004, p. 499).

Ou seja, para Leonel Brizola, só poderia ser considerada desenvolvida e civilizada uma nação autodeterminada, soberana nas suas relações para com o resto do mundo e capaz de efetivar a prosperidade entre todos os seus cidadãos.

Em sintonia com esses princípios, Luiz Carlos Prestes arrolou, entre as reivindicações do Partido Comunista Brasileiro o “desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”, comportando itens como a ampliação do comércio externo, na direção dos países socialistas e a limitação das remessas de lucro de empresas para o exterior (1959, pp. 2-3).

Por parte das direitas, como é de se esperar por tudo visto até aqui, o comunismo era o principal fator de ordem externa a trazer preocupações ao sereno desenvolvimento brasileiro,

especialmente por sua capacidade de violação da soberania nacional por meio da suposta infiltração:

essa vulnerabilidade externa é extremamente sensível à atividade comunista, que não só perturba o desenvolvimento normal do país por meio de agitações e greves sistemáticas, como poderá, ainda, debilitar o Poder Nacional<sup>232</sup>, em emergência de guerra, por variados processos de quinta-colunismo (TÁVORA, 1959, pp. 35-36).

Citando um militar da marinha estadunidense, o general Távora reforça o caráter interdependente da percepção da soberania como fator endógeno e exógeno por meio da noção de “segurança nacional”, que seria a “condição social que os líderes nacionais julgam necessário manter ou criar para o bem-estar contínuo da nação” nos campos interno e estrangeiro (1959, p. 27) – no qual as Forças Armadas teriam papel indispensável na efetivação de uma política de segurança coletiva (1959, p. 37). Era questão nacional essencial poder planejar e executar uma mobilização de toda a pátria em nível civil e militar (1959, p. 40).

Não foi em apenas uma ocasião que Carlos Lacerda registrou seu entendimento de que relações com a União Soviética jamais poderiam ser favoráveis ao desenvolvimento do Brasil (LACERDA, 1962, p. 105).

Por outro lado, quanto mais desenvolvido fosse o Brasil, mais capaz de garantir a própria autodeterminação seria.

Inclusive na área em que a soberania nacional poderia ser questionada ao extremo: a guerra. Em uma ocasião, Getúlio Vargas elogiou a política econômica desenvolvimentista de seu governo nesses termos:

Hoje, não é mais apenas a fortuna das armas, disputada na peleja, quem confere a vitória: esta se inclina para a nação que soube, com mais sagaz providência e pertinaz energia, mobilizar a totalidade das suas forças vivas, organizar o seu poderio econômico e criar os parques industriais onde os exércitos em campanha vão buscar o próprio alento que os anima.

Por isso, devemos encarar também como questão básica para a defesa nacional o aparelhamento econômico e industrial do país, em que sempre se empenha - e com firmeza inabalável - o meu governo (VARGAS, 2004, p. 141).

Para Brizola, a questão do petróleo, uma das principais pautas do desenvolvimentismo posta à época, representava “para o Brasil a sua carta de independência econômica, e, sobretudo, a garantia de sua soberania política” (2004, p. 473).

Segundo Golbery do Couto e Silva, era aceitável que desenvolvimento econômico acelerado viesse acompanhado de graves problemas (como greves, inflação, acirramento das desigualdades regionais, etc.), pois todos esses eram secundários perante o fundamental dever de garantir a independência do Brasil e sua unidade nacional (2003, p. 153).

<sup>232</sup> Távora define “Poder Nacional” como os meios de ordem política, interna e externa, econômicos, psicossociais e militares de um país para garantir seus objetivos nos âmbitos nacional e internacional (Távora, 1959, p. 29).

Era, aliás, na dependência entre desenvolvimento e questão nacional que, conforme visto no capítulo anterior, as direitas se escoravam para defender um dos pontos mais polêmicos: a indispensabilidade do capital estrangeiro para o Brasil.

No dia 6 de novembro de 1951, por exemplo, a página 4 do jornal *Tribuna da Imprensa* trazia o artigo “*Nacionalização*” *contra a nação*, em que o jornalista fluminense acusava o projeto varguista contrário à ação de bancos estrangeiros no Brasil de ser demagógico e representante de um “nacionalismo que se sobrepõe ao legítimo interesse nacional” ante uma realidade que comportaria “um nacionalismo que consiste em querer tudo o que possa melhorar a nação [...], outro que se preocupa apenas consigo mesmo, indiferente às consequências. E ainda outro, que atua intencionalmente contra a nação”. Carlos Lacerda alega estar entre os primeiros, enquanto Getúlio Vargas e seus aliados representariam a culminância dos segundos com os terceiros. Invertendo a lógica das esquerdas, para Juarez Távora, como seriam imprescindíveis os capitais externos para o desenvolvimento do país, um correto nacionalismo os abraçaria de bom grado, pois, do contrário, estaria se atuando contra os interesses nacionais. Nessa linha, acusa, no caso do petróleo, um “nacionalismo exagerado<sup>233</sup>” como potencialmente responsável por atrasar o desenvolvimento do país ao sustentar o monopólio estatal do óleo mineral, já que o ideal, para o general, seria haver a cooperação dos capitais privados nacionais e internacionais em concorrência com o Estado caso o norte fosse a aceleração do desenvolvimento da indústria petrolífera (TÁVORA, 1957, pp. 250-251).

Falando sobre os militares acusados de “entreguistas”, Kunhavalik já havia notado a questão:

Garantir a soberania nacional, para os antinacionalistas, significava garantir que o país tivesse um desenvolvimento econômico, pudesse explorar as suas riquezas naturais, mas sem negar a participação do capital estrangeiro, sem xenofobismo. Esta postura, imputada aos nacionalistas, seria falta de civismo e de um verdadeiro patriotismo, visto que a sua adoção levaria ao atraso econômico (2009, p. 228).

Outro componente que se relacionava com certa frequência no que se refere à questão do desenvolvimento e da soberania nacional era a da autonomia intelectual pátria; a ideia de que os brasileiros não poderiam resolver os problemas nacionais com ideias importadas de outras condições, devendo buscar soluções nativas e originais para a superação do subdesenvolvimento.

Na defesa de uma “atitude de independência intelectual”, João Goulart defendia que:

um povo se torna adulto quando passa a pensar em termos próprios, condicionando a elaboração do seu pensamento às imposições do próprio destino que lhe cumpre forjar,

---

<sup>233</sup> O adjetivo aí atua quase como parte de um substantivo composto, pois, o “nacionalismo exagerado” seria oposto ao saudável nacionalismo na medida certa - que Távora não abre mão de bradar.

sem xenofobia, na convivência com o universal, mas, igualmente, sem a pusilanimidade dos exageros do mimetismo ou da subserviência para com o alienígena. Por isso mesmo, o Brasil deve empenhar-se na formação de equipes brasileiras, com pensamento brasileiro, que se lancem à tarefa de arrancar o nosso país do estágio do subdesenvolvimento. De nada nos adiantaria dispor de bom esquema operacional se não contarmos com homens capazes de executá-lo (1962, pp. 91-92).

Um dos fatores do atraso nacional, segundo Brizola, estava na dependência psicológica gerada pela dominação imperialista estadunidense (2004, p. 498). Se libertar desse aspecto brutal do aprisionamento neocolonial seria uma importante tarefa do movimento nacionalista:

É um facho de luz sobre a escuridão e sobre o obscurantismo! E principalmente sobre o obscurantismo que faz tabu de algumas palavras e ameaça com o terror macartista as atitudes sinceras, patrióticas e nacionalistas. [...] Esta é a posição em que todos nós nos situamos: nem dependentes de um dos mundos, nem dependentes de outro. Nem em Nova Iorque nem em Moscou – mas no Brasil, no estudo dos problemas brasileiros, na luta contra a miséria brasileira, na fidelidade a um destino próprio para o povo brasileiro (BRIZOLA, 2004, p. 514).

É compreensível como, sob tais demandas, Vargas se orgulhara da anterior fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>234</sup> ainda sob seu primeiro governo (VARGAS, 2011, p. 535).

Golbery do Couto e Silva compartilhava da preocupação com a dependência psicológica para com o exterior por parte dos brasileiros. Todavia, na sua abordagem, eram as potências comunistas as responsáveis por tornar compatriotas teleguiados e reféns dessa, assim acusada, subserviência mental:

Urge o tempo. Contra a pior forma de entreguismo que é esse entreguismo psicológico dos teleguiados comunistas, capazes não só de dispor de qualquer de nossas riquezas em benefício da pseudopátria do socialismo, mas ainda de se comprazer na pura subserviência mental, num servilismo espiritual que só almeja saber qual a linha justa que lhes cumpre seguir, defender e propagar - impõe-se, sem tardança, prevenir as elites descuidadas, egoístas e fartas, fortalecer as massas desprotegidas e inermes, ao calor desta sábia e nobre cultura cristã que é a nossa, e sobre a base indispensável de um desenvolvimento econômico e social que não repudie, porém, os valores espirituais (2003, p. 232).

Para o general gaúcho, toda atividade de planejamento deveria, para almejar sucesso, combinar uma boa avaliação da conjuntura com o conhecimento profundo da realidade nacional e visando atender, sempre, os interesses nacionais (2003, p. 176). A singularidade do Brasil diante dos demais países era um fator que mereceria consideração em qualquer projeto para a nação e foi em Alberto Torres, um dos principais pensadores das peculiaridades brasileiras, que Juarez Távora buscou inspiração para a tarefa (TÁVORA, 1959, p. 7). Logo, “pontos de vista alienígenas têm de ser, o mais rigorosamente, banidos. Pois só vale a estratégia - como, de sua parte, a geopolítica - que for estritamente nacional” (SILVA, 2003, p. 247).

<sup>234</sup> Criado entre 1934 e 1936 é, até os dias, atuais uma das mais importantes instituições com objetivo de estudar e conhecer as questões brasileiras.

Fundamental para entender as posições desse tipo por parte da esquerda da época é registrar como, em suas formulações, a condição de “não-desenvolvimento”, o subdesenvolvimento, era produto das relações de dominação imperialista que recaíam sobre o Brasil<sup>235</sup>. Afinal, “O subdesenvolvimento não é uma fase estática. É um processo dinâmico. Quer isto dizer que se não vencermos a sua barreira, as tensões sociais serão sempre cada vez mais crescentes no país” (BRIZOLA, 2004, p. 529).

Essa compreensão assumia diversas faces.

Uma bastante óbvia para as lideranças políticas da esquerda, era a crítica à divisão internacional do trabalho com a desigualdade nas relações comerciais diretas entre os países pobres e ricos, em que atuávamos como exportadores de matéria-prima (produtos com baixo valor agregado) e importadores de mercadorias manufaturadas – o que, para Jango, já era desvantajoso em si mesmo, mas, com a pressão dos países desenvolvidos em prol de preços mais vantajosos para si, estaria ficando pior para o Brasil (1963, p. 197).

Assim, a industrialização, uma das grandes pautas do desenvolvimentismo, era indispensável ao progresso do país - e justamente por significar a possibilidade de desenvolvimento e emancipação nacional, a industrialização seria combatida pelo imperialismo e seus aliados (ARRAES, 1965, p. 109).

Da tribuna do Senado, Luiz Carlos Prestes criticou o governo Dutra por destruir a indústria nacional, numa política que só interessaria ao imperialismo e sua gana de manter o Brasil como mero exportador de matéria-prima (2003, p. 615).

Para Vargas, aqueles que, aqui no Brasil, criavam uma falsa contradição entre promover a agricultura ou a indústria para defender a primeira em detrimento da segunda (2011, p. 604), mesmo que bem-intencionados, estavam alinhados aos representantes dos trustes internacionais e seus interesses escusos e espoliadores: “à testa dessa luta se encontram nomes que se destacam por suas atividades como representantes de trustes internacionais” (VARGAS, 2011, p. 606).

---

<sup>235</sup> Em oposição a isso, as direitas costumavam dar ênfase a elementos morais e administrativos, geralmente bem abstratos, como causa do subdesenvolvimento. A própria definição do problema ia nessa direção. Para Lacerda, o que estava em voga no Brasil seria uma “versão sul-americana de neofascismo ou comunismo subdesenvolvido” (1962, pp. 10-11). O subdesenvolvimento não seria só um problema de caráter econômico, mas também psicossocial e político (Távora, 1962, p. 67).

No que se refere às reformas de base, ponto central do desenvolvimentismo anti-imperialista das esquerdas, o líder udenista diz que mais importante eram as reformas administrativas e moralizantes, demandas reais que não poderiam ser adiadas em prol de reformas de base idealizadas, defendidas por quem deseja revolução e não reformas (1962, p. 223). A principal reforma a se fazer, inclusive, seria a de valorização da inteligência e do caráter (1962, p. 101). Juarez Távora acusava que o baixo padrão econômico-social brasileiro derivaria, em parte, de um desajuste político-administrativo (1959, p. 36). Nosso atraso econômico seria fruto da atuação inadequada da elite dirigente (1959, p. 117).

Os ataques que sofreu depois da deposição em 1945, eram, de acordo com o próprio, produto dessas forças de rapina, atuantes na construção de uma crise nacional que arrastava o legado varguista como parte:

Sou forçado a concluir, diante do que está ocorrendo, que o que se está fazendo em nossa terra é iludir o chefe da nação, para provocar a nossa ruína, alcançar o esgotamento das nossas energias, a fim de que não tenhamos forças de controle sobre as riquezas que recuperamos. Nada mais do que isso. Os líderes da campanha contra a industrialização do Brasil não agem mais à sombra. Estão às claras. Caíram as máscaras! Não é a mim que se pretende destruir, Sr. presidente, e sim ao espírito de libertação do povo brasileiro, que me animou durante 15 anos de governo. É o espírito de libertação das energias nacionais, mantido vigilante e nobre pelo entusiasmo da nação.

[...]

O governo deve ser compelido, pela crise, pelas dificuldades financeiras, pela perturbação geral do país, a abrir mão de Volta Redonda e do Vale do Rio Doce. É bem possível que seja esta a origem da fabricação desta crise. E aqui ficam minhas palavras, como documento em defesa da vida nacional (VARGAS, 2011, p. 625).

Entretanto, o complexo neocolonialista ia muito além da atuação direta em prol de vantagens oriundas das desigualdades internacionais. O imperialismo já estava com diversas raízes profundamente penetradas em solo nacional (literalmente e metaforicamente)

Com essas empresas mistas, e por todas as outras formas tradicionais de penetração imperialista (empréstimos públicos e a empresas particulares, comércio externo de importação e exportação, concessão de serviços públicos, bancos e seguros, exploração de riquezas naturais, fábricas, usinas, casas de comércio, fazendas de criação e frigoríficos, etc.), o que é certo é que avança a exploração do país pelo imperialismo que, cada vez mais ocupa e monopoliza as posições chave de nossa economia, orienta-a segundo os interesses de seus grandes bancos e monopólios, manda para o exterior lucros sempre crescentes, lucros de que em parte se serve no país para comprar e subornar políticos das classes dominantes que lhe servem de advogados ou testa de ferro, e de sócios nas suas empresas mistas ou de investimento conjunto (PRESTES, 1948, p. 5).

Com todo esse poder e relação com as classes dominantes locais, o imperialismo teria agido como fator de modelagem das estruturas internas no Brasil (BRIZOLA, 2004, p. 516).

Portanto, para o Brasil e a América Latina atingirem, de fato, o desenvolvimento seria preciso superar o imperialismo e as estruturas internas em simbiose, como o latifúndio

Não é possível, por exemplo, atingir-se razoável grau de desenvolvimento econômico se persistirmos sendo um país de latifúndio, de populações marginalizadas, de populações condenadas a viver em nível de subconsumo. As reformas estruturais internas que necessitamos empreender estão condicionadas intimamente a que se operem ao mesmo tempo profundas transformações na forma e nas condições como se vêm realizando, particularmente nestes últimos decênios, o nosso intercâmbio e relações econômico-financeiras com o mundo exterior. São duas questões interligadas. Termos de uma equação. A nossa estrutura interna é função daquelas relações [...]. Ao fazer esta afirmação, tocamos no problema crucial do nosso país e da América Latina (BRIZOLA, 2004, p. 532).

E, por não terem saída, “os homens das classes dominantes, classes cujo papel histórico terminou e cuja existência já se tornou hoje um obstáculo ao desenvolvimento da nação”, acabavam tendendo a atuar contra o próprio país, buscando apoio no exterior para conseguirem

a sustentação de seus privilégios (PRESTES, 1948, p. 3).

No caso de sinceridade acerca da boa vontade dos homens públicos e autoridades dos EUA em suas palavras de intenções de colaborar com o Brasil, era inadiável que sustassem o apoio aos interesses privados, dos trustes e monopólios estadunidenses no país (BRIZOLA, 2004, pp. 499-500).

A grande contradição a travar o desenvolvimento nacional era, portanto, entre a nação brasileira e o imperialismo (e seus agentes internos) – todas as lutas deviam ser subordinadas a essa (PRESTES, 1959, p. 3) e as reformas de base eram o caminho.

Parece muito claro, porém, que não será por milagre ou passe de mágica que se resolverão essas contradições e ocorrerá nosso desenvolvimento. Nossas contradições internas não poderão ser resolvidas sem as reformas de base, que desentrem nosso processo, e sem que resolvamos nossa contradição fundamental, aquela que é cada dia mais aguda, entre o povo brasileiro e o imperialismo. Estas duas últimas expressões nada têm de abstrato. [...] <sup>236</sup> é a reivindicação, dita subversiva, do operariado, do campesinato, da pequena burguesia e daquelas camadas da média e alta burguesia já identificadas como burguesia nacional, que constituem o povo brasileiro. O imperialismo, esse é ainda menos abstrato; cada brasileiro sente e sofre, diariamente, sua ostensiva presença cancerosa, a sugar a depauperada economia nacional, através de seus aliados e de seus agentes, os latifundiários e as camadas corrompidas da alta, da média e da pequena burguesia (ARRAES, 1965, pp. 34-35).

As lutas do povo brasileiro iam de encontro às aspirações dos povos oprimidos de todo o globo. O mundo estava mudando; a exploração colonial e a penetração imperialista não teriam mais lugar (BRIZOLA, 2004, p. 540), e o Brasil marcharia ombreado: “A mancha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional” (GOULART, 1963, p. 197).

Ao tratar do contexto de então, Tatiana Oliveira aponta que “O desenvolvimento tornou-se um tema central para a agenda dos países latino-americanos a partir dos anos 1950. No Brasil não foi diferente, ocupando, o país, posição de destaque no que tange o debate internacional sobre este assunto” (OLIVEIRA, 2016, p. 2) Como se pode notar, um dos aspectos dessa importância foi a capacidade dos agentes políticos de então identificar desenvolvimento e nação como elementos inseparáveis.

## 4.2 Democracia e questão nacional

A interdependência entre a questão democrática e a questão nacional, apesar de ter sido mencionada ao longo de nossa tese com bem menos frequência que a pauta anterior, do

---

<sup>236</sup> A parte aqui oculta dessa citação pode ser vista no capítulo 01 da presente tese.

desenvolvimento, ocupou espaço igualmente importante entre esquerdas e direitas no período. Além do mais, a estrutura argumentativa concatenava lógicas muito semelhantes. Democracia e soberania nacional eram apresentadas como aspectos que se retroalimentavam. A democracia, como espaço de encontro e realização da comunidade nacional, era apontada como condição para a nação, como um todo, defender e projetar seus interesses no campo internacional; enquanto qualquer ameaça à soberania nacional promovida nos quadros da Guerra Fria era vista como tendencialmente identificada a frações internas, desequilibrando a proporcionalidade democrática e, portanto, a democracia em si. O fator “unidade nacional” é novamente central. Nesse caso, o exercício democrático expressaria a totalidade da nação, devendo ser combatida qualquer ameaça tida como em contradição com os interesses nacionais enquanto perigo para a própria democracia – o que poderia, dependendo da vertente política do portador do discurso, estar representado pelo comunismo, pela subversão, pelo regionalismo, etc. Nessa direção, uma alegada democracia aparece, à direita e à esquerda<sup>237</sup>, como espécie de contraconceito<sup>238</sup> do comunismo. Não era comum – como poderia se supor mais pertinente – que se opusessem substantivos como “liberalismo” (enquanto ideologia) ou “capitalismo” (enquanto modo de produção) ao “comunismo”<sup>239</sup>, mas sim “democracia”. A palavra democracia era uma das principais a aparecer como antítese do termo comunismo, havendo, porém, uma distinção importante na consequência dessa abordagem, já que enquanto nas direitas era consensual um anticomunismo bastante acentuado e de viés nitidamente autoritário, nas esquerdas havia espaço para uma espécie de anticomunismo democrático, com a defesa do direito de existência e participação política dos comunistas sendo apresentada como meio eficaz de se combater o próprio comunismo. Ademais, não se deve esquecer de um ponto importante indicado no capítulo terceiro: a democracia era mobilizada como um destacado componente das tradições nacionais de origem ocidental que comporiam o Brasil e a nacionalidade brasileira. Logo, é de se esperar que as diferentes noções de democracia fossem disputadas com grande ênfase na questão nacional.

A concepção de unidade nacional como pré-requisito indispensável para a democracia aparecia nas intervenções discursivas das lideranças políticas da época especialmente em duas direções: primeiro, no sentido social e classista; segundo, em questionamento ao

---

<sup>237</sup> Com evidente exceção dos próprios comunistas.

<sup>238</sup> A noção de “contraconceito” é outra importante ferramenta que Koselleck propõe para nutrir os estudos de algum conceito em específico (Koselleck, 2012, p. 47).

<sup>239</sup> Como seria mais correto tendo em vista a natureza dos termos.

regionalismo<sup>240</sup>. Portanto, para as lideranças à esquerda e à direita durante a IV República brasileira, unir os cidadãos compatriotas, independente de classe social e afiliações oriundas de interesses regionais/locais, era imperioso ao exercício democrático.

Algumas intervenções acerca do legado da Revolução de 1930 e do varguismo foram particularmente profícuas para a identificação de determinadas abordagens sobre o assunto. *Exempli gratia*, Brizola nos primeiros anos da Constituição de 1946, para quem foi em 1930 que se começou a construir a democracia no Brasil, pois, até aí, vigoraria apenas um “arremedo de democracia” com o país entregue aos conflitos<sup>241</sup> e à miséria:

sem o assentimento do povo, sem o clima conveniente, sem uma mentalidade generalizada, não é possível consagrar, com segurança, qualquer instituição política. O preparo do terreno para a ordem democrática, no que tem de bom nos nossos dias, foi feito a partir de 1930. É por isso que podemos afirmar, com segurança, que a democracia de hoje no Brasil deve muito e muito àquele que tem sido acusado e apontado como ditador, o senador Getúlio Vargas.

Antes de 1930 não possuíamos na verdade democracia no Brasil.

[...]

O que se passava no Rio Grande do Sul era apenas um detalhe do que ocorria em todo o território brasileiro. Campeava o caudilhismo em toda a parte. Enfim, possuíamos um arremedo de democracia, que desagregava a nacionalidade e semeava a miséria, a discórdia, a viuvez e a orfandade. É por isso que eu afirmo de minha tribuna, absolutamente consciente das minhas palavras, que devemos a conquista da tranquilidade democrática, que hoje desfrutamos, a S. Excia. o senador Getúlio Vargas, quando governou este país, que, por assim dizer, plasmou uma mentalidade favorável ao exercício dos processos democráticos (2004, p. 455).

Para Miguel Arraes, as acusações de “subversão” dirigidas a qualquer mobilização popular era absurda, já que “o povo brasileiro” saberia que a ilegalidade seria um terreno que interessaria apenas à minoria que lhe seria contrária. Era fundamental que a união do povo brasileiro, trabalhadores ou patrões, caminhasse *pari passu* com a legalidade democrática. Nesse sentido, bradou um “apelo ao patriotismo”, buscando dialogar com um valor supremo de amor e fidelidade à pátria acima de outras questões:

O povo brasileiro não deseja nem a desordem nem a ilegalidade. Ele, hoje, sabe a quem isso interessa, quem são os que se aproveitam da ausência de legalidade democrática. Nossa união, pois, é hoje mais necessária do que nunca. União de todos, dos trabalhadores e das classes produtoras, dos empregados e dos patrões, do operariado e da burguesia nacional. União acima de possíveis e naturais diferenças religiosas ou filosóficas, e cujo centro seja a ideologia de uma nação livre e independente (1965, p. 43).

Estava sempre em questão a “pacificação da família brasileira, situando a questão acima das divergências ocasionais que acredita sejam sempre movidas pelo patriotismo nunca

<sup>240</sup> A prevaência dos interesses regionais, geralmente articulados pelas elites locais, sobre os nacionais.

<sup>241</sup> Segundo o próprio Vargas, entre os conflitos que a Revolução de 1930 teria “resolvido” estava a questão do capital vs trabalho. Segundo o chefe revolucionário, sob seu primeiro governo não havia a necessidade de greve porque a Justiça do Trabalho era composta pelos próprios trabalhadores, que resolviam rapidamente as questões trabalhistas (Vargas, 2011, p. 726). Uma interpretação evidentemente autorredentora.

desmentido dos brasileiros de todos os quadrantes” (ARRAES, 1965, p. 136).

Ao justificar a deposição de Carlos Luz no contragolpe preventivo de 1955, o general Teixeira Lott apontava que, em caso de sucesso no golpe contra a posse de Juscelino Kubitschek, o país poderia entrar numa ditadura e, naturalmente, “[,,] uma ditadura conduziria o país simplesmente a uma situação anárquica” (ÚLTIMA HORA, 16 nov. 1955, p. 3). A democracia era fundamental para manter o país unido e em ordem.

O próprio Vargas, cuja ênfase, principalmente nos discursos voltados para a base classista<sup>242</sup>, recaía muito na sua ligação com os trabalhadores, deu considerável destaque ao fato de ter aceitado disputar a eleição presidencial de 1950 para unir a nação sob seu nome, sem distinções partidárias ou de classe.

Registrado sob a legenda de dois grandes partidos políticos - o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Progressista - com o concurso poderoso de fortes contingentes do Partido Social Democrático, não sou, entretanto, candidato de matiz estritamente partidário, e sim um homem que consentiu em disputar o pleito, atendendo aos apelos formais do povo, sem distinção de classes sociais, nem categorias políticas (2004, p. 123).

No bojo das lutas pela Assembleia Constituinte de 1946, Prestes convocava a “união mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, democratas e progressistas de todas as classes”; mais especificamente “operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares” em prol do progresso da pátria, pois “dentro de um parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas”. Assim, “Contra uma unidade tão ampla só poderá ficar a minoria reacionária e fascista que ainda espera conseguir deter a avalanche democrática com golpes de estado e guerra civil” (PRESTES, 1947, p. 9). Com a Assembleia Nacional Constituinte estaria em questão “chegar através da união nacional à verdadeira democracia” (1947, p. 13). Pouco tempo depois, já eleito senador, o pecebista gaúcho mobilizava Lenin ao pontuar a importância de se compreender as necessidades da união nacional de todos os partidos como uma especificidade da conjuntura nacional. Se Lenin encontrou soluções russas para os problemas russos, os brasileiros deveriam trabalhar para chegar às soluções também genuinamente brasileiras para os problemas nativos (PRESTES, 2003, p. 743).

Jânio Quadros lembrou do comunismo para ressaltar, igualmente, a importância da unidade nacional – em sentido muito contrário ao de Prestes, entretanto. O comunismo e o fim da liberdade seriam as consequências trágicas de uma possível fratura nacional:

Nos países cujas instituições foram derrubadas em consequência do êxito de guerras

---

<sup>242</sup> Como nos eventos partidários ou nas comemorações do Dia do Trabalhador.

fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante, ficaram proibidas todas as reivindicações, abolida toda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artifício no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário, dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar da distribuição da terra, a sua estatização. Em face do grande império central, que tudo vê e tudo prevê, nenhuma pequena nação, mesmo afim ou irmã, mantém a licença de falar em nacionalismo. Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as.

Vivamos como seres livres, construindo o poderoso Brasil (2009, p. 16).

É significativo que no livro de 1956 que trouxe várias intervenções de Eurico G. Dutra durante seu governo a epígrafe escolhida tenha sido o seguinte trecho de um discurso seu dirigido às Forças Armadas:

Ao apresentar-vos, nesta nova oportunidade, as minhas homenagens e ao exaltar o sentido patriótico da vossa colaboração no florescimento das instituições, restauradas graças à união, em torno do Brasil, das suas gloriosas Forças Armadas - relembro, com o pensamento nos inimigos da democracia, as palavras do Livro Sagrado:

“Todo reino, dividido contra si mesmo, será assolado; e a casa, dividida contra si mesma, cairá” (São Lucas, 11:17)

(DUTRA, 1956, p. 9).

Contra os “inimigos da democracia” o apelo de palavras sagradas em prol da unidade...

Para Carlos Lacerda, era louvável compreender a capacidade do Brasil poder ser organizado sob uma verdadeira democracia, sem ditaduras de minorias ou majorias, pessoas, grupos ou classes (1962, p. 23).

O pior defeito do Legislativo, na opinião de Juarez Távora, era a tendência de se desviar da política em prol do bem comum para atender preferências “de natureza facciosa, grupal ou pessoal, visando, na maioria dos casos, a proveitos eleitorais” (1962, p. 55). Buscando evitar o conflito e forçar a colaboração entre os polos mais antagônicos da sociedade, capital e trabalho, o general cearense, em 1957, ainda buscava inspiração nos primeiros tempos da Revolução de 1930, quando foi ministro da agricultura<sup>243</sup>, para defender o modelo de sindicalização econômico-profissional ao lado da tradicional sindicalização político-social. Para o general, o primeiro seria capaz de promover a união, já que “o sindicato ou consórcio econômico-profissional não se opõe, diretamente, ao patronato. Procura, sim, por uma fraternal conjugação de esforços de todos, elevar o simples proletário, à situação de proprietário” (TÁVORA, 1957, p. 145).

No outro aspecto da relação democracia/unidade nacional, o combate ao regionalismo era ponto forte nas preocupações de Távora. Apesar de apoiar o municipalismo como forma de contrapor o centralismo, entendia existir bastante diferença entre haver municípios fortes, o que seria desejável, e fazer a política geral a partir de interesses de frações com domínios locais. E

<sup>243</sup> De 22 de dezembro de 1932 até 24 de julho de 1934.

é em Oliveira Viana que vai buscar inspiração para escrever que o grande problema da democracia no Brasil não seria conseguir a generalização do sufrágio universal, mas sim a liberdade civil e individual para destruir o *modus operandi* da política feita ao estilo de feudo e de clã (TÁVORA, 1959, pp. 246-247).

Na já citada defesa do legado varguista de 1930, Brizola elogiou Getúlio Vargas, “que, para felicidade de nosso país, extirpou aquele regionalismo que massacrava a unidade da nação, que a enfraquecia e, sobretudo, sugava todas as suas energias orgânicas”. Ademais, “A formação dos partidos nacionais [...] foi, indiscutivelmente, uma consequência do regime centralizado instituído por S. Excia”. Por êxitos do tipo “que a democracia de hoje muito deve ao sr. Getúlio Vargas, pela ação desenvolvida no seu governo” e “O único mérito desta nossa original democracia, foi o de dar armas aos reacionários para golpear a justiça social” (BRIZOLA, 2004, p. 456).

Os elogios do correligionário encontravam sintonia na avaliação que o próprio Vargas fazia de seu governo: teria sido ele o responsável por consolidar garantias ao voto (inclusive feminino), destruir o caciquismo político e superar o que seria apenas mera democracia de fachada da República Velha (1889-1930):

O acusado ditador deu à sua pátria o voto feminino e o voto secreto, duas medidas das mais democráticas e que nenhum governo antes de 1930 se tinha animado a fazer. Com a igualdade política dos sexos e a liberdade do voto assegurada a todos os cidadãos, destruí o caciquismo político, que mantinha no Brasil, até 1930, um regime artificial, uma democracia de fachada (VARGAS, 2011, p. 509).

Para Prestes, era preciso distinguir a legítima autonomia municipal, base da democracia política, do poder das castas latifundiárias locais, que possuíam controle total das suas regiões (2003, p. 208). Meritório seria o fato de o PCB ser o “único partido político verdadeiramente nacional que já existiu e existe em nossa terra<sup>244</sup>” (PRESTES, 1947, p. 2) – fundado em 1922 com foco na classe trabalhadora e grande participação dos militares de várias regiões, o Partido Comunista era nacional em sua existência e pauta, não limitadas a nenhuma demanda regionalista.

Os adversários, à esquerda e à direita, não concordavam. Para estes, o comunismo, os comunistas e o seu partido encarnavam a negação da nação e sua democracia. Como notou Jorge Chaloub (2015, p. 27), para alguns setores da direita brasileira a palavra “democracia” aparecia com frequência como mero contraconceito de “comunismo”, numa oposição automatizada e quase sempre estrangeirizando a ideologia comunista como um “tentáculo”

---

<sup>244</sup> Segundo Delgado, o PCB “apresentava-se, desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fones laços internacionais” (Delgado, 2003, p. 135).

soviético<sup>245</sup>.

Na conjuntura pós-II Guerra Mundial, o brigadeiro Eduardo Gomes dizia que fora a “democracia” a grande vitoriosa na guerra que a FEB e a FAB participaram, e, com isso, era necessário protegê-la do “totalitarismo” fascista ou comunista<sup>246</sup> (1946, p. 109).

Carlos Lacerda, ao sustentar que esquerda *versus* direita seria uma dualidade conceitual ultrapassada, propôs, como fronteira de definição política a variável “liberdade”. Segundo o político fluminense, seriam democratas os que lutavam pelos direitos do homem e pela “liberdade com responsabilidade”; opostos aos “totalitários”, aqueles que suprimiriam e esmagariam tais direitos (1962, p. 265). O comunismo representava para o Brasil um perigo muito maior que os EUA, pois a falta de convicção democrática – até mais do que a pobreza – criaria solo fértil para a vitória vermelha (1962, pp. 243-244). Só seria possível salvar o Brasil se houvesse uma separação muito clara e inconfundível entre democracia, de um lado, e comunismo, de outro (1962, p. 23).

Perigo esse que, conforme igualmente visto na parte anterior do atual capítulo, incidiria na divisão do Brasil enquanto nação – e isso não poderia ser tolerado.

De acordo com Dutra, para quem “aqui só há uma pátria, onde cabem todos os brasileiros, una e indivisível como o nosso solo” (1948, p. 167), “O Brasil não pode condescender com os que o querem dividir irremediavelmente”. Mas, com os “dirigentes do extinto Partido Comunista, com os representantes daquele núcleo central, composto de homens treinados e disciplinados no estrangeiro, que tenta burlar a sentença do Tribunal Superior Eleitoral e sobreviver na ilegalidade” atuando, estaria havendo excessiva tolerância, com quase todos os partidos se aliando aos comunistas em algum estado (1948, p. 224). A ameaça à democracia, à soberania e à unidade nacional seria um fato.

Golbery do Couto e Silva pontuava que não haveria problema – e seria até saudável – que dentro do regime democrático houvesse a oposição de partidos políticos minoritários, grupos de pressão e interesses regionais ativos. O problema, o intolerável, seria a ação (pouco importando se legal ou ilegal) de partidos comunistas; assim como de minorias linguísticas/étnicas e movimentos separatistas. Estes, quando buscassem mudar o regime de maneira revolucionária, atuariam na contramão do cerne da solidez nacional e, portanto, da democracia.

Fica, portanto, excluída, desde logo, a oposição dos partidos políticos minoritários,

---

<sup>245</sup> Ou chinês.

<sup>246</sup> Numa abordagem que acaba eclipsando o papel da União Soviética e das guerrilhas comunistas na derrota do nazifascismo.

exercendo-se nos regimes democráticos dentro de normas legais amplamente admitidas e benéficas, essencial mesmo à vitalidade e eficácia do sistema institucional; assim também, a atividade normal dos chamados grupos de pressão, o jogo das influências regionais no panorama federativo, etc. Ao contrário, cabe incluir os antagonismos ligados à atuação de grupos importantes, tanto ilegais como aparentemente legítimos, que revolucionariamente se proponham à mudança do regime - os partidos comunistas nas democracias de hoje, por exemplo, tanto quanto uma organização clandestina de ideologia democrática nos estados soviéticos - o irredentismo de minorias linguísticas ou étnicas, as aspirações separatistas de certas províncias, a autodeterminação almejada por populações coloniais (2003, p. 325).

Jânio Quadros, compartilhando da postura “democrática” do general Couto e Silva, diz que o “liberalismo ortodoxo” estaria superado e a democracia deveria se adaptar às novas condicionantes sociais, como a liberdade sindical e o direito de greve - desde que, porém, não vá na direção da “destruição da ordem social. [pois] Tenho por inadmissível a sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sobretudo se a serviço de conveniências externas” (2009, p. 14).

Lacerda vai mais longe e proclama a inutilidade de se tratar cada nação como um todo. O fato era que “elas já se encontram virtualmente em guerra civil, pelo menos em guerra civil ideológica” (1962, p. 252). Portanto, o comunismo deveria ser isolado e combatido. Como permitir que quem não defenda a liberdade goze de liberdades? (1962, p. 332). Não faria sentido tratar como aperfeiçoamento da democracia a entrega de postos aos comunistas, pois estes seriam inimigos do regime democrático (1962, p. 102).

Invocar o legalismo, isto é, a extrema fidelidade à lei, para admitir a penetração comunista no Exército, na Administração Pública, na Educação, etc. é exatamente revogar as leis em vigor e as decisões dos tribunais. Pois é a Constituição que proíbe a propaganda comunista e foi a Justiça que decidiu da ilegalidade do Partido Comunista. Estes são fatos irrecusáveis, que os “legalistas” não podem ignorar (LACERDA, 1962, p. 333).

Lembrando que “qualquer ligação ou simpatia de algum partido ou político pelo comunismo, era automaticamente motivo para uma feroz oposição e ataques pelos setores mais conservadores” (DELGADO, 2005, p. 12). Nisso, a “flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude” era uma base ideológica fundamental para a noção de “inimigo interno”<sup>247</sup> (FERNANDES, 2009, p. 838).

Dessa forma, a própria semilegalidade democrática brasileira, formalmente, não reconhecia o comunismo como compatível com o regime vigente. Ainda assim, não parecia ser suficiente para os anseios anticomunistas – pelo menos para Golbery do Couto e Silva, para quem a democracia seria um verdadeiro ponto fraco do Ocidente no conflito entre os blocos, pois, o impossibilitaria de reprimir com eficácia a “atuação desagregadora da quinta-coluna

<sup>247</sup> O que se perpetuará por meio da Doutrina de Segurança Nacional ao longo da Ditadura Militar (1964-1985/88).

soviética, dos simpatizantes e teleguiados comunistas” (2003, p. 128). Todavia:

A liberdade democrática é um valor inestimável para a civilização do Ocidente, e renegá-la, em face do agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se a priori vencido. Bem sabem disso os comunistas - os primeiros a clamar, nas praças públicas, pelas franquias da democracia mais liberal, enquanto se aprestam para logo sufocá-las, tão pronto alcancem o poder (2003, p. 129).

Então o Brasil (assim como outros países do “mundo ocidental”), que possuía a liberal-democracia<sup>248</sup> como parte de seu *éthos* nacional, estaria sob um dilema em que as opções eram difíceis de equalizar: segurança nacional e/ou democracia; no fundo, segurança e/ou liberdade. Abrir mão da liberal-democracia seria violar a própria essência nacional, mas torná-la um valor universal, ignorando as, assim acusadas, ameaças de subversão interna-externa, a levaria à ruína junto do próprio país.

Não houve uma solução teórica entre os fatores opostos. A contradição permeou o discurso e a prática das direitas ao longo de todo o período estudado, quando, em nome da democracia e da salvação nacional, promoveram diversos golpes de Estado<sup>249</sup> sempre alegando manter as “instituições”. O ponto que interessa aqui, porém, é: as aparentes contradições na prática não eram excepcionais, ocasionais ou “desvios” - estavam muito bem ancoradas nas concepções em voga, na adesão a uma concepção restritiva da liberal-democracia e cuja simbiose com a questão nacional e o anticomunismo permitia, sem grandes agruras, a acomodação do golpismo “salvador” quando necessário.

O fundo do problema era a questão do poder. Não à toa, Golbery citara Bertrand Russel<sup>250</sup> para lembrar que “o conceito fundamental da ciência social é o *poder*, da mesma forma que a *energia* é o conceito fundamental da física” (SILVA, 2003, p. 63). E no mundo pós-II Guerra Mundial, os mais determinantes campos gravitacionais de poder giravam em torno da instituição “nação”<sup>251</sup>. Na conjuntura conflituosa da época, portanto, seria necessário desencadear uma estratégia, como política de segurança nacional, que se fundamentasse no poder das nações, levando em conta a força dos Estados que dominavam o panorama mundial e a daqueles que compunham o quadro regional: “a nação é ainda forçosamente a unidade de poder no campo internacional e, portanto, será na avaliação realista do poder das nações que se

---

<sup>248</sup> Chamada, por seus adeptos, sempre de “democracia”, no sentido de ser a única forma possível de regime democrático – o que foi explicado no capítulo 03.

<sup>249</sup> Em nome da democracia, Vargas foi deposto em 1945 e levado ao suicídio em 1954; tentou-se impedir a posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e de João Goulart em 1961; em 1964 Jango fora derrubado e se inicia a Ditadura Militar que duraria até 1985/88.

<sup>250</sup> Filósofo britânico que viveu entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX.

<sup>251</sup> Condição que permanece, para contragosto dos pós-modernos.

fundamentará a estratégia” (2003, p. 64). Era esse o quadro em que se tratava o dilema segurança e/ou liberdade ao lado de outro, tão palpitante quanto, entre segurança nacional e bem-estar material, cuja opinião de Golbery era de que seria impossível haver bem-estar sem segurança nacional<sup>252</sup>. No caso da liberdade, seria, de fato, elemento fundamental para segurança, então forçoso era estabelecer limites (2003, p. 11).

Não se acredite, pois, que o sacrifício da liberdade possa conduzir sempre a um aumento de segurança. Além de certos limites, a liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da segurança. Os escravos não são bons combatentes - eis a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos [...]. A liberdade do cidadão dentro do estado moderno precisa ser salvaguardada e defendida também, dentro de limites que são irredutíveis até mesmo na guerra, sob pena de sem ela - a liberdade - totalmente esvair-se a própria segurança, em nome da qual tantas aventuras liberticidas se tem empreendido desde que o mundo é mundo (SILVA, 2003, p. 12).

Os limites exatos de até onde se poderia tolher a liberdade ficam ocultos.

E, se por um viés, essa postura assertiva em prol de algum grau inegociável de democracia pode ser interpretada como defesa da liberdade, por outro, na realidade, revela a plena aceitação de uma visão tuteladora da liberal-democracia, com a delimitação de quem e como se pode gozar das liberdades. Afinal, *quis custodiet ipsos custodes?*<sup>253</sup>

Em outra ocasião, o general não deixa dúvidas: na conjuntura conflituosa caberia ao governo agir, orientar, mobilizar e coordenar todas as atividades nacionais; sendo admissível uma maior centralização do poder e restrições aos direitos de cidadania - imperativo de segurança nacional diante das ameaças internas e externas. Mas, novamente, deveria se tomar cuidado com possíveis exageros na intensidade da ameaça real servindo para sustentar desejos autocratas de alguns (SILVA, 2003, p. 311). Surpreendentemente, o “estranho fenômeno do macarthysmo turbulento e agressivo” é criticado como um exagero a perturbar a “maior e mais sólida democracia do mundo” (SILVA, 2003, p. 312).

Para Távora, o ponto de equilíbrio estava no elemento cristão da democracia brasileira: “O problema de nossa organização deve equacionar-se globalmente, em função da *Segurança Nacional* e em termos de uma verdadeira democracia cristã, isto é, não só política, mas também econômica e social” (1959, p. 8).

Mas Lacerda possuía clareza da dificuldade de se atingir a sintonia e alertava: ou se

---

<sup>252</sup> Assim como era indispensável um mínimo aceitável de bem-estar econômico e social para tornar possível a segurança nacional. Mas no caso de não haver escolha, “não há como fugir a necessidade de sacrificar o bem-estar em proveito da segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo, aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida” (Silva, 2003, p. 11).

<sup>253</sup> Geralmente traduzido como “Quem vigia os vigiantes?”; é uma famosa frase do poeta romano Décimo Júnio Juvenal, que produziu suas poesias, entre elas a obra da qual a frase em questão foi retirada, entre os séculos I e II. Pode ser encontrada no livro *Sátiras*.

consegue a ordem democrática, a ordem com a liberdade e a disciplina consentida ou haverá a ordem imposta, armada e mistificadora (1962, p. 13). Ou seja, a democracia, para atender às demandas da segurança, precisaria ser tutelada; a liberdade não poderia fluir sem a disciplina. Em caso contrário, a desordem e a subversão tornariam a situação do Brasil insustentável e o país acabaria se tornando uma ditadura de qualquer lado chamada pelo próprio povo. As crises já eram muitas (1962, p. 13). Até mesmo as Forças Armadas poderiam se tornar um fator de opressão, abandonando a tradicional posição moderadora<sup>254</sup>. Fé, porém, que, ainda assim, a “reação liberal” em favor da “única liberdade durável, a liberdade com responsabilidade” viria como resposta (1962, p. 15).

A “tradicional posição política moderadora” defendida por Lacerda, porém, foi em todo período analisado – com exceção de 1964, quando as previsões de Lacerda se concretizaram e as Forças Armadas não entregaram de volta o poder aos civis de imediato – golpismo contra as esquerdas. Além das supracitadas justificativas, havia, pelo menos por parte do político fluminense, o entendimento do regime de 1946 como uma "semidemocracia" (LACERDA, 1962, p. 167); incompleta, portanto, e conseqüentemente não tão intocável. A república precisaria ser refundada. O regime mais pareceria uma ditadura, na qual, alegava Lacerda, alguns poderiam protestar desde que não imprimissem resultados e a Constituição era violada sistematicamente, com os privilégios do Executivo e do Legislativo sendo fato inquestionável (1962, p. 132). Lacerda disse, em determinada ocasião, detestar revoluções, mas, assim como a guerra, reconhecia que poderiam ser necessárias algumas vezes (1962, p. 231).

Tentativas não faltaram.

Por mais que houvesse, por parte das direitas, o reconhecimento do valor da liberal-democracia, ainda que em sua versão restritiva e, por vezes, tutelada, quando a derrota deixava de ser possibilidade para se tornar fato, a “segurança nacional” entrava em jogo, delimitando, na prática, as fronteiras aceitáveis da liberdade não esclarecidas na teoria por Golbery do Couto e Silva.

Se, durante as eleições de 1945, Eduardo Gomes sintetizava o espírito da época, de fim do Estado Novo no Brasil e pós-queda do nazifascismo no mundo, após a derrota o tom é outro.

Em 1945, a:

disputa eleitoral não é um sintoma de enfermidade, que afete a existência da nação; é uma prova de saúde cívica. O choque de opiniões não enfraquece nem mutila a autoridade: destina-se, ao contrário, a fazê-la repousar na concepção doutrinária ou no

---

<sup>254</sup> Nenhum personagem histórico possui poderes divinatorios. As trilhas que os conflitos estavam se dando possuíam direções perceptíveis. O golpe de 1964 não foi raio em céu azul. Um polêmico clássico na discussão sobre essa mudança de postura nas Forças Armadas é Stepan (1975).

conjunto de medidas práticas, que sair vitorioso do embate (GOMES, 1946, p. 82).

Enquanto em 1955, Gomes é apontado diretamente pelo general Teixeira Lott como um dos chefes do golpe de Estado que se armava contra a posse de Juscelino Kubitschek. Em entrevista à *United Press*, reproduzida pelo jornal *Última Hora*, o militar legalista assim descreve as últimas esperanças da atuação conspiracionista, longe dos holofotes, de Eduardo Gomes no episódio: “O brigadeiro Eduardo Gomes, quando percebeu que no Rio nada mais podia fazer voou para São Paulo. Mas lá pouco depois sentia que a ação rápida do Exército fora total em todo o país. E regressou ao Rio” (16 nov. 1955, p. 3). Um ano antes, seu companheiro de armas, Golbery do Couto e Silva, se destacou como um dos principais nomes do *Manifesto dos Coronéis*, cuja direção golpista acabou levando Getúlio Vargas, então presidente, ao suicídio. O manifesto alertava que “com o comunismo solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta” (SILVA, 2008, p. 503). Era legítimo agir:

E tanto mais urge fazê-lo quanto a ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político, semeador de intranquilidade e conflitos, cada vez mais avulta na hora presente, estimulada ao calor das paixões e das ambições sempre exacerbadas em períodos pré-eleitorais (SILVA, 2008, pp. 504-505).

Em 1964 a direita brasileira resolve o “dilema” e, ao prevalecer a (assim alegada) “segurança nacional” em detrimento da “liberdade”, inicia uma ditadura que duraria duas décadas. Lacerda certamente não esperava ser futura vítima dessa vil escolha quando justificou com o anticomunismo o golpe de Estado que depôs João Goulart:

A Rússia acaba de sofrer na América, ou mesmo no mundo, a sua maior derrota, maior mesmo do que a que sofreu com o pacto teuto-soviético. O Exército acabou com isso. [...] Os comunistas são minoria e, portanto, como minoria é que eles devem viver (TRIBUNA DA IMPRENSA, 2 abr. 1964, p 2).

Para as lideranças das esquerdas, com exceção óbvia de Prestes, o anticomunismo era igualmente um componente discursivo presente e importante. Além da disputa de espaço com o PCB, instigada por sua influência nos movimentos de massa e na intelectualidade (GORENDER, 1987, p. 20), essas esquerdas demarcavam suas características próprias e distintivas para responder aqueles que lhes incriminavam como comunistas. Porém, diferentemente das principais lideranças das direitas, os meios conjurados para a tarefa de enfrentar o marxismo tendiam a assumir contornos mais democráticos<sup>255</sup>. Para estes, o comunismo seria sim um adversário a ser combatido e cuja essência era a negação de tudo que

<sup>255</sup> Ainda que não em todos, como a já comentada declaração de Lott sobre a legalização do Partido Comunista, citada no capítulo 02 da tese. Inclusive é importante lembrar que parte dos petebistas apoiaram a cassação do registro do PCB em 1947/48.

era nacional; contudo, vencê-los dentro do regime democrático era um caminho apontado como mais promissor do que a repressão e a exclusão tão frequentemente sustentadas pelas direitas.

No momento em que o debate sobre a ilegalização do PCB (promovida pelo governo Dutra e pelo STF) ganhava os holofotes da política nacional, Leonel Brizola tomou lado na trincheira defendendo o direito dos comunistas à existência. O fez recorrendo ao argumento de que seria no debate democrático que as ideias marxistas teriam suas falhas reveladas – como teria se dado no Uruguai. De acordo com as palavras do revolucionário gaúcho:

Lá [no Uruguai], não existe praticamente o problema do comunismo. Por que não existe este problema? Porque a existência plena e integral do exercício de todas as liberdades assegura essa situação, e porque o povo respira, realmente, um clima democrático.

[...]

Lá o debate franco e leal, a luta e o embate democrático, entre todas as correntes de opinião, fez com que os partidários do regime comunista sofressem uma esmagadora derrota, porque os seus argumentos não resistem, realmente, a um confronto honesto e sadio, dentro de um clima democrático (2004, p. 319).

Naquele país, diferentemente do Brasil:

Os extremismos sofrem [...] um combate leal e sistemático, dentro dos princípios democráticos, sem o uso desses artificios perigosos que estamos empregando, recalando consciências pela força bruta, encarcerando cidadãos, porque defendem uma ideia ou, por outro lado, jogando esses nossos patrícios na ilegalidade. Com isso, absolutamente, não conseguimos que eles mudem de rumo, em sua orientação política. Errados eles estão, bem o sabemos, mas não é desta forma que conseguiremos convencê-los dos seus erros (2004, pp. 319-320).

Seu partido, o PTB, estaria sempre preparado para enfrentar o comunismo na disputa dos votos (BRIZOLA, 2004, p. 383).

E não foram poucas as vezes em que Brizola usou a tribuna parlamentar para defender comunistas alvos de arbitrariedades (BRIZOLA, 2004, p. 483), como quando dos ataques policiais contra o seu frequentemente adversário e deputado estadual pecebista Marino Rodrigues do Santos, alvo de prisão (BRIZOLA, 2004, p. 394).

Estou, como disse de início, falando de coração aberto, falando francamente, espontaneamente, sobre um problema que considero de primeira ordem, e de que tenho tratado várias vezes, com tanto gosto, da minha tribuna, pois não é a primeira vez que aqui me encontro para verberar, para criticar e para protestar contra todos os atos de violência que se venham a cometer no Rio Grande do Sul, seja contra os meus companheiros, seja contra os meus adversários, e mesmo contra aqueles que, no gozo e no uso de sua cidadania, dentro dos seus direitos consagrados pela Constituição, estejam politicamente impedidos de militar nas suas facções políticas, como acontece com os partidários, com os membros do extinto Partido Comunista. Eles, sr. Presidente, devem constituir motivo de nossa doutrinação, de um reajuste ao nosso ambiente político, e não apenas motivo de violências e de arbitrariedades. (BRIZOLA, 2004, pp. 391-392).

Outro aspecto indispensável no combate ao comunismo seria acabar com os problemas

brasileiros que dariam justificativa para a atuação comunista<sup>256</sup>. Ter esse mecanismo em primeiro plano – e não a repressão – seria o grande diferencial da esquerda não comunista perante os demais anticomunistas:

A grande diferença entre nós e os que nos acusam está em que eles querem combater o comunismo com a polícia, com a violência, com a ilegalidade, com o desrespeito à Constituição e, portanto, com o terrorismo e com a mentira. Querem a implantação do atestado ideológico e querem, principalmente, através destas campanhas odientas, envolver e inutilizar todos os que apontam seus privilégios e querem um Brasil novo e livre. E nós entendemos que a melhor maneira de combater o comunismo está em resolver os problemas que nos afligem (BRIZOLA, 2004, pp. 521-522).

A lógica encontrava sintonia no próprio Vargas, para quem o mundo todo se direcionava para uma fase de democracia econômica e social, em que as necessidades básicas da população precisavam ser atendidas para se evitar a agitação social e a justiça com as próprias mãos por parte do povo:

O próprio Plano Marshall, de ajuda aos países europeus, não visa senão elevar os níveis de vida, assegurar emprego para todos, firmar as condições de estabilidade do trabalhador, para que não medrem as ideias dissolventes no seio das sociedades. E que é o tão falado Ponto IV senão um remédio para que cessem os males e perigos da anarquia social?

Precisam saber de uma vez por todas os reacionários intransigentes que estamos vivendo uma fase de democracia econômica e social em que as necessidades básicas de subsistência das populações obreiras e do povo em geral devem ser atendidas de forma preferencial e decisiva. Na Europa, na Ásia, como nos países da América, as dificuldades econômicas são germes constantes da inquietação social, e é preciso remediá-las em tempo oportuno para evitar que o povo se agite e faça justiça pelas próprias mãos (2011, p. 683).

Na mesma linha, o cunhado de Brizola e ex-ministro de Vargas, João Goulart, quando presidente, era enfático no caminho da justiça social como melhor meio para defender a democracia brasileira e suas tradições cristãs:

Estamos dispostos a impedir que as nossas instituições políticas sejam atingidas pelos extremismos da esquerda ou da direita, mas insistimos em que a melhor maneira de defender a democracia e as nossas tradições cristãs consiste na mobilização de recursos, em grande escala, para enfrentar a miséria, a desigualdade social e o subdesenvolvimento econômico, aproximando rapidamente as classes sociais e eliminando as grandes distâncias que hoje separam as nações desenvolvidas das não-desenvolvidas e que conduzem à exploração inevitável destas por aquelas (1962, p. 97).

Com Jango, a vertente democrática do anticomunismo era estendida às relações internacionais:

Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois numa guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns e *temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia*

<sup>256</sup> Dialogando aí com o desenvolvimento sendo apontado como meio de se evitar o comunismo (demonstrado na primeira metade do corrente capítulo).

*representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível à proteção do homem e à manutenção da sua liberdade* (1963, p. 55, grifo nosso)<sup>257</sup>.

Além de tudo, o anticomunismo autoritário era, por diversas vezes, apenas uma desculpa de se violar a democracia que fazia vítimas muito além dos comunistas *stricto sensu*.

Vargas, num discurso em prol liberdade sindical, criticou as injustiças cometidas contra supostos sindicalistas extremistas (2011, p. 714). O líder petebista lembrava que com frequência a acusação de “comunista” partia de burocratas querendo destruir líderes operários de oposição (2011, p. 727).

Luiz Carlos Prestes, a figura máxima do PCB, foi, entre todos os personagens pesquisados o que, evidentemente, mais sofreu com ataques referentes à sua filiação ideológica. E, apesar de comunista declarado, ressaltava também quão obscura e generalista era a pecha de comunista, pois em nome do combate ao comunismo e à Rússia se combateria, na verdade, a democracia (2003, p. 141), inclusive com a participação direta do imperialismo estadunidense. Ante o terror contra o “perigo vermelho”, a democracia e a soberania nacional estavam sendo violadas:

são cada vez mais diretos, mais claros e descarados os intentos de intervenção em nossa vida política, bastando lembrar o discurso do embaixador Berle nas vésperas do golpe reacionário de 29-10-45 e as sucessivas e imprudentes declarações de seu sucessor Pawley, no sentido de estimular o governo Dutra em sua campanha anticomunista. São assim os restos da independência nacional que se vêm cada vez mais ameaçados pelo atrevimento e a audácia da intervenção imperialista em nossa terra (1948, p. 4).

Num dos episódios, Prestes foi diretamente confrontado pelo constituinte Clemente Mariani (UDN), um dos principais defensores da ilegalização do comunismo no Brasil. Nas palavras de Mariani, os comunistas fariam com a democracia o mesmo que com o nacionalismo: aproveitavam a oportunidade de usá-los para, assim que possível, destruí-los em prol dos próprios interesses (PRESTES, 2003, p. 463).

Diante das ironias de Clemente Mariani acerca da incompatibilidade entre a linha pecebista com as declarações dos principais inspiradores do PCB, Lenin e Stálin, radicalmente críticos à via reformista do socialismo, Prestes se defende pontuando que foram as mudanças no mundo e de época que teriam transformado as possibilidades táticas (PRESTES, 2003, pp. 453-454). A Tchecoslováquia era uma amostra de viabilidade da transição pacífica ao socialismo (PRESTES, 2003, p. 449).

---

<sup>257</sup> É importante perceber como na intervenção de Jango a democracia aparece como contraconceito do comunismo com bastante naturalidade, ainda que a intenção seja de aproximação com os países comunistas e o anticomunismo ali atue mais no sentido de se defender de possíveis ataques acerca de simpatias ao marxismo.

Para Prestes, em todas as intervenções nos momentos de busca de atuação mais inclinada à legalidade<sup>258</sup>, duas considerações eram importantes: (1) a abdicação da construção do socialismo como tarefa imediata em prol de uma prévia etapa democrática-burguesa; e (2) a possibilidade de se chegar ao socialismo pela via pacífica, oriunda das peculiaridades nacionais e das mudanças no mundo pós-II Guerra Mundial, com o prestígio alcançado pelo movimento comunista recém fortalecido pelo conflito. Assim, os objetivos imediatos e futuros dos pecebistas convergiam para a defesa e a participação na liberal-democracia então instaurada, ainda que para radicalizá-la na direção de uma democracia social e econômica.<sup>259</sup>

Logo, usando os métodos democráticos e submetendo-se às regras do regime, era um direito dos comunistas disputar o poder por via legal, visando conquistar uma maioria que lhes desse apoio – e, antes de aderir à campanha de ilegalização do PCB, o próprio Dutra teria reconhecido tal legitimidade em 17 de abril de 1945 (PRESTES, 2003, p. 167). A prova da fidelidade do partido aos princípios democráticos era a sua própria atuação ao longo da história, especialmente no período de legalidade, quando, de acordo com Prestes, “foi dos que mais lutaram pela democracia em nossa pátria”:

durante um ano de vida legal, o Partido Comunista foi dos que mais lutaram pela democracia em nossa pátria. Durante anos e anos temos lutado pela democracia, porque o que desejamos é a democracia com todas as correntes políticas; queremos que todos os homens sejam realmente iguais perante a lei, podendo o marxista dizer – sou marxista, como o crente diz que é crente, cada um defendendo suas ideias, levando-as ao povo, expondo-as à nação. Por meio do voto (2003, p. 189).

Os comunistas seriam o “Esteio-Máximo da Ordem” (PRESTES, 1947, p. 14) e, se quisessem derrubar a federação ou a república, como eram acusados, não teriam atuado na Constituinte, primeiro, e, depois, na defesa do poder constituído (PRESTES, 2003, p. 724). Mesmo pouco depois da cassação do registro eleitoral do PCB essa linha de atuação teria se mantido: lutar contra a ditadura, mas dentro da legalidade<sup>260</sup> (2003, pp. 593-594).

É importante pontuar ainda que em nenhum momento Prestes abdicou de defender o caráter democrático do socialismo já estabelecido e também do regime soviético. Lá, segundo o revolucionário, a Constituição defenderia, sim, as liberdades individuais e, além disso, disponibilizaria aos trabalhadores meios para efetivar de maneira concreta seus direitos. A

<sup>258</sup> Como nos primeiros anos da IV República e após a conjuntura da *Declaração de Março de 1958*.

<sup>259</sup> Ponto que Mariani não deixou escapar entre as suas acusações, identificando que a democracia que os comunistas estavam participando e dizendo defender era, na verdade, a democracia que consideravam meramente formal, burguesa; diferente da democracia social e econômica que de fato defenderiam.

<sup>260</sup> O que não durou muito tempo. Compreensivelmente, colocados na clandestinidade, Prestes e o PCB gradualmente retornaram a defesa da luta armada, sem, entretanto, mudar o norte estratégico da luta: uma revolução nacional-democrática e burguesa.

liberdade de imprensa, por exemplo, seria realidade, pois os trabalhadores, diferentemente do que ocorreria sob o capitalismo, possuiriam os meios de produção para divulgar amplamente as suas opiniões (2003, p. 519-520).

Luiz Carlos Prestes, portanto, não reconhecia sob nenhuma circunstância a incompatibilização entre comunismo e democracia que tentavam lhe imputar e, no caso das principais lideranças da direita brasileira, que era usada para reforçar a suposição de que era pela via da repressão que se resolveria a incompatibilidade entre o comunismo e o Brasil.

A correspondência entre a liberal-democracia e as tradições nacionais por parte das lideranças de direita foi um recurso anticomunista suficientemente explicado no terceiro capítulo da presente tese. As manifestações desse amálgama iam do uso culturalista e conservador, como quando o brigadeiro Eduardo Gomes bradou a democracia como o cimento da unidade espiritual da pátria (1946, p. 151), até o uso instrumental e justificador, em que a suposta tradição democrática nacional era convocada como elemento de validação – por exemplo, o general Juarez Távora mencionando o nome de Alberto Torres para defender a sua perspectiva de forma constitucional<sup>261</sup> como a mais objetiva e adequada à realidade nacional, conciliando os valores universais de democracia com a ordem, a livre iniciativa com o bem-estar social, e o trabalho com a produtividade (1959, pp. 49-50).

Mas por parte das esquerdas, a identificação entre os dois fatores foi bastante presente também. Para João Goulart, as Forças Armadas eram fiadoras indispensáveis na luta pelas reformas de base, pois, assim, impediriam que o caminho legalista e institucional fosse violado e, dessa forma, tais reformas poderiam ser levadas a cabo dentro das tradições democráticas e cristãs do país – ou seja, em paz e sem violação da ordem:

Continuaremos fiéis às imposições do nosso dever. A identificação, cada vez mais perfeita, entre as Forças Armadas e os legítimos anseios populares, dá-nos a certeza de que as reformas de base reclamadas pelo país poderão processar-se dentro da linha das tradições democráticas e cristãs que desejamos a qualquer preço preservar (1963, p. 27).

Para Lott, o equívoco dos que viam ameaça comunista no Brasil estava justamente na incompatibilidade que haveria entre tal sistema e o povo brasileiro, adepto da liberdade:

Muitos dizem que o Brasil pode ser presa fácil do comunismo. Uns afirmam conscientemente; outros para provocar confusão. Tudo, porém, não passa de uma grande balela. O brasileiro, mesmo o de condição mais humilde, pelo seu acentuado

---

<sup>261</sup> Entre outros pontos, criando um poder ordenador, com cúpula num Supremo Conselho Federal, conforme citado no capítulo 01. A função do poder ordenador, segundo Alberto Torres, seria fixar e supervisionar a execução de políticas de segurança nacional, coordenar e controlar as tarefas em comum das três esferas e dos três poderes e anular qualquer ato destes que contrariassem a Constituição ou os interesses do povo brasileiro. Os horizontes seriam a garantia da liberdade comercial, a defesa do solo e das riquezas naturais do país, e a correção das injustiças sociais (Távora, 1959, pp. 54-58).

sentimento de liberdade, nunca suportou nem jamais suportaria a carga sobre o pescoço. Os próprios escravos deram exemplos dignificantes, reagindo contra a opressão de seus senhores e tentando conquistar por todos os meios a liberdade. O povo brasileiro, estejam certos todos os que não o conhecem bem, só aceita ser conduzido pelos seus ideais de liberdade (Última Hora. 11 fev. 1960, p. 4).

Prestes não fugiu à regra. O parlamentarismo popular unicameral<sup>262</sup>, uma das mais ousadas propostas pecebistas ao longo do período, buscou na tradição democrática nacional o embasamento a lhe dar autoridade e legitimidade política. Nos debates da Constituinte de 1946, o ex-líder tenentista se dizia contrário ao presidencialismo, pois este seria uma forma de poder inadequada por traduzir a exclusão popular e o poder dos latifundiários. Era preciso elaborar uma forma de governo tipicamente brasileira, de acordo com a realidade pátria:

O problema, pois, não é teórico e não está propriamente na escolha entre uma ou outra forma de governo republicano, mesmo porque, como já disse nesta Casa o Sr. Nestor Duarte, o Direito Constitucional é o mais nacional dos direitos. Trata-se de estudar a realidade brasileira, trata-se de meditar sobre toda a experiência política de nosso povo, a fim de buscar a forma mais apropriada ao progresso e à verdadeira prática da democracia no país (2003, p. 270).

Na sugestão de Luiz Carlos Prestes, os poderes Executivo e Judiciário ficariam subordinados à assembleia nacional, com o Judiciário sendo parcialmente eleito diretamente pelo voto popular (2003, p. 273).

Para o socialista porto-alegrense, a história do Brasil revelaria a inconveniência do presidencialismo para a construção da democracia no país, já que ao longo dos anos foram várias as vezes em que a presidência teria se tornado tirania. No Brasil, o presidencialismo caminharia sempre com a possibilidade de ditaduras (2003, p. 301). Além de tudo, a divisão dos poderes só existiria como um ideal limitado ao aspecto legal. Na prática, um poder acabaria sempre se sobrepondo, dirigindo e oprimindo os demais (2003, p. 304). Parte da proposta, o fim do Senado, que, para Prestes, tenderia a ser uma casa reacionária dos senhores feudais – foi bem vista até pela UDN (2003, p. 272).

Em resumo, o parlamentar comunista alegava que a imprescindibilidade de se pensar e engendrar a democracia dentro das tradições nacionais não deveria ficar limitada a um viés conservador ou reacionário. Seria possível inovar dentro das tradições:

Precisamos de instituições realmente novas, dentro das tradições nacionais, sem dúvida, mas sem a preocupação rotineira e reacionária de defender ideias caducas e preconceitos medievais. A história não anda para trás nem o nosso povo tem saudades de um passado abjeto, de miséria e ignorância, de força e exploração, sob a égide de leis e constituições que jamais foram postas em prática ou cujos preceitos, aparentemente democráticos, podiam ser sempre escamoteados pelos ricos e

<sup>262</sup> Brevemente indicado no capítulo 01 e aqui explicado. Contraditoriamente, a proposta tem nítida inspiração na forma de governo soviético, que, por sua vez, se deu com Lenin e os bolcheviques sob influência da Comuna de Paris e das conclusões de Karl Marx e Friedrich Engels acerca da experiência parisiense e seu caráter democrático sem a típica divisão dos poderes pregada pelos liberais.

dominadores. Seria um absurdo e um erro de graves consequências voltarmos agora às Constituições anteriores, às abstrações jurídicas, hoje, mais do que antes, em contradição com a realidade nacional com os interesses do progresso do Brasil. A prática já demonstrou o que significa o presidencialismo em nossa terra - ditaduras, mais ou menos descaradas de oligarcas que se sucedem no poder ao azar de golpes de Estado, de reviravoltas e “revoluções” felizes, em geral estimuladas e sempre apoiadas por um ou outro grupo de banqueiros estrangeiros (PRESTES, 1947, p. 34).

Um pouco antes<sup>263</sup>, mas na mesma onda de debates acerca de quais seriam os rumos da democracia brasileira pós-Estado Novo, o PCB apresentou um programa de união nacional e Constituinte no qual uma das reivindicações, a décima segunda, dialoga com o terceiro e último tema a ser tratado no presente subcapítulo: a democracia como condição para a autodeterminação. Segundo Prestes, a nacionalização era necessária nos casos em que o poder dos trustes e monopólios nacionais e estrangeiros, assim como dos latifúndios, viessem a se tornar um entrave à democracia e à independência nacional por subordinarem a sociedade e impedirem a real efetivação dos direitos democráticos:

Trata-se da democracia que precisa ser juridicamente assegurada em nossa terra, mas naquele sentido em que a definia Condorcet, ainda há pouco citado por Thorez, uma democracia “em que todas as instituições devem ter por fim o melhoramento social”. Trata-se do progresso do Brasil que precisa ser assegurado pela liquidação dos restos medievais de uma economia colonial e semifeudal, causa e origem do atraso, da ignorância, da miséria de nosso povo. Trata-se de assegurar a independência nacional enfim, pela liquidação das bases econômicas da reação e do fascismo em nossa terra — o monopólio da terra e os grandes trustes e monopólios nacionais ou estrangeiros, superiores em força aos governos e que anulam na prática todas as garantias e direitos teoricamente assegurados ao povo, que submetem, assim, aos seus interesses e à exploração da finança internacional (PRESTES, 1947, pp. 32-33).

Na mesma época, no lado extremo oposto ao de Prestes, o também ícone do tenentismo<sup>264</sup>, Eduardo Gomes, dizia que “*O poder do povo - quando ele encarna a autoridade suprema da razão e do direito - é a fonte de toda a grandeza de um país e a principal condição para que ele conserve e resguarde a sua independência*” (1946, p. 57, grifo nosso). A ênfase, aí, como se pode notar, se distancia um pouco daquela das esquerdas em geral, já que se inclina mais ao aspecto político da democracia. Para o brigadeiro, era o voto livre, fosse ele direto ou indireto, sem qualquer constrangimento, que poderia fazer com que o governo fosse um governo do povo (1946, p. 18).

À esquerda no espectro político, a ênfase recaía sobre o caráter econômico e social da democracia. Em ambos, porém, a democracia, seja ela como ou qual fosse, era pré-condição para a soberania nacional.

Por isso, entre outros motivos, Miguel Arraes não considerava o Brasil uma nação livre;

<sup>263</sup> 13 de novembro de 1945.

<sup>264</sup> Sobre o tenentismo vale a leitura da obra de Anita Prestes, *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* (2014).

afinal, os trabalhadores do país não gozavam de condições mínimas para o exercício das liberdades:

Nenhum indivíduo pode proclamar-se livre se a sua nação não é livre, se a sua classe não goza de liberdade. E nós ainda não somos uma nação livre, nem as nossas classes trabalhadoras adquiriram aquelas liberdades mínimas essenciais à dignidade do homem e do trabalho (1963, pp. 28-29).

Em mensagem direcionada ao povo de Pernambuco, o então governador assim resumia o que era a demanda por uma nação livre e independente, que tanto falava (e que tanto apareceu nas páginas da tese até aqui):

Nossa luta é pela construção de uma nação livre e independente, onde nosso povo possa viver próspero e feliz. Isso quer dizer que nossa luta é pela manutenção das liberdades democráticas, pois sem elas nosso povo não pode organizar sua unidade e sua resistência. Nossa luta é contra os capitais imperialistas, que espoliam nossas riquezas e procuram desacreditar nossos anseios de emancipação, como agora estão fazendo com a Petrobrás, que é o nervo e o sangue de nossa libertação. Nossa luta é pelas reformas de base, especialmente a reforma agrária, pois sem ela nosso povo não conseguirá ser livre e independente. Nossa luta é pela paz no mundo, porque a paz é o bem supremo e a suprema finalidade da vida humana.

Trabalho e paz, meus amigos, são meus votos para o povo neste primeiro ano de governo.

Paz e reformas, para que sejamos livres e prósperos.

Reformas e governo democrático e popular, para que sejamos uma nação livre e independente (1965, p. 82).

João Goulart elencava também um aspecto até básico, a democracia, como meio de exercício do poder na república, era o instrumento sob o qual as políticas de libertação nacional poderiam ser efetivadas – e disso dependeria o futuro do Brasil:

O destino da pátria, a que todos temos devotado a vida, depende da nossa capacidade de promover, dentro da ordem e da lei, a renovação da sociedade em que vivemos, fazendo da democracia representativa um instrumento de luta pela emancipação econômica do país e pela implantação da verdadeira justiça social. Unidos, poderemos levar a bom termo essa tarefa cristã e preparar para os nossos filhos, para as gerações de amanhã, a pátria independente e respeitada, em que poderão encontrar os mais altos níveis de liberdade e de bem-estar (1963, p. 250).

Contrariamente, porém, onde as esquerdas viam o exercício da democracia em prol da emancipação nacional, Lacerda via as sementes do totalitarismo e, conseqüentemente, da submissão e da destruição da soberania. Por isso, bandeiras em voga, levadas às ruas majoritariamente pelas esquerdas, como autodeterminação, não intervenção, neutralidade e independência, eram consideradas pelo expoente udenista as quatro grandes mentiras (LACERDA, 1962, p. 267). O “totalitarismo” das ruas castraria as possibilidades do livre exercício da política, da soberania popular, e, em consequência, da autodeterminação nacional:

A autodeterminação é condição de soberania. E a soberania do povo e do governo que o representa, por meio de processos definidos, com pequenas variações segundo a cultura e a civilização de cada povo. Todos esses processos democráticos, sem embargo de suas variações, têm em comum uma constante, uma condição essencial: a liberdade de manifestação da vontade do próprio povo. Não a gritaria da massa na praça pública, porque tal manifestação é muito mais a dos regimes totalitários (1962,

p. 268).

Falar em autodeterminação para justificar ou defender a não-intervenção no caso cubano era desconsiderar a situação real do país, em que o povo, sem independência, estava impossibilitado de exercer sua soberania (1962, p. 269).

Fala-se de uma política independente, isto é, de uma política em que cada nação trace os seus próprios rumos na comunidade mundial. Mais uma vez, os comunistas usam certas palavras para dizer o contrário do que pensam e fazem. Saberão, todos os que a ela se referem, o que significa essa palavra - independência? Independência é algo pelo qual os povos lutam, e não os seus tiranos. Independência quer dizer liberdade e onde não há liberdade não há independência, ou a que existe não vale grande coisa. Independência significa o direito de um povo dispor do seu destino; e ele não só não dispõe como não conhece o seu destino, quando pende das mãos de um homem e este não é senão um instrumento de ideias e de forças que, à distância, o conduzem. Para que uma nação seja independente, portanto, não basta que o seja em relação ao estrangeiro. É preciso que o seja também diante de seus próprios governantes. [...] Existe, é certo, uma modalidade limitada de independência, aquela que só se manifesta em relação ao estrangeiro. Mas, enquanto o estrangeiro pode vir unir-se contra si o povo inteiro, o tirano dentro da nação impede que o povo se una contra ele e submete, assim, ao seu único arbítrio, a independência do povo, sem a qual a da nação não existe. Independência é outro nome para autodeterminação. Não esqueçamos que determinação quer dizer decisão, portanto, o direito de autodeterminação é o direito de decidir por si (LACERDA, 1962, p. 279).

Não poderia haver independência sem liberdade. Uma nação sem a representação popular seria uma nação incompleta, uma não-nação. Um tirano no comando de um país – e tanto faz se possui apoio de parte ou da maioria do povo – seria, então, fator que atuaria na contramão da soberania nacional:

A autodeterminação, para um democrata, é o direito que tem um povo de decidir do seu destino, de dispor da sua vontade sem a imposição de estranhos, mesmo com o apoio de frações nacionais que se apossam, pela força, do poder militar e político. Podia-se falar na autodeterminação da França, da Holanda, da Bélgica, por exemplo, quando estavam sob a ocupação estrangeira. Da autodeterminação contra Quisling<sup>265</sup>, na Noruega, embora Quisling fosse norueguês, tanto quanto Fidel Castro é cubano" (LACERDA, 1962, p. 267).

A situação de Cuba, para Lacerda, era comparável a das nações sob a ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial. No mesmo conjunto estavam os países sob influência soviética, como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, da Romênia, da Estônia, Letônia, Lituânia, Albânia, e as minorias nacionais incorporadas à URSS. Todos casos de déficit de autodeterminação por conta da ausência de democracia (ainda que de maneiras distintas) (1962, p. 268).

Alegar a autodeterminação como significando o direito que teria Fidel Castro de matar a vontade o povo cubano, já é um exagero monstruoso. Não existe liberdade para matar à vontade nem independência que defenda contra a intervenção legítima do mundo para fazer cessar a ação de um governo que se arma contra a independência do mundo.

Não existe autodeterminação para um governo totalitário porque ele começa por não reconhecer o direito da autodeterminação alheia. Não existe autodeterminação onde

<sup>265</sup> Vidkun Quisling foi outorgado líder da Noruega em nome da ocupação nazista.

não existe democracia e não existe democracia onde não existe, pelo menos, o direito de defesa e o direito de viver sem medo (LACERDA, 1962, p. 296).

Para Kunhavalik, “na redescrição retórica feita pelos antinacionalistas, as noções de liberdade e de soberania nacional propugnadas pelos nacionalistas se converteriam em seus contrários”, já que “na visão dos antinacionalistas, os seus oponentes seriam contrários à liberdade, pois eram considerados comunistas e, portanto, defensores de um regime que negava a liberdade”. Conseqüentemente, “se esta era tida como um atributo da condição da existência nacional, os nacionalistas seriam, em decorrência, contra a soberania nacional” (2009, p. 228). Um ótimo resumo da relação entre as direitas do período e as questões nacional e democrática.

### **Considerações sintéticas sobre o capítulo**

Nas obras e discursos das lideranças políticas à esquerda e à direita durante o período da IV República (1945-1964), a questão nacional, a questão do desenvolvimento e a questão democrática foram tratadas, em diversos momentos, como inseparáveis. Curiosamente, uma tríade de recortes permitiu identificar, nas páginas acima, os principais argumentos e lógicas a atravessar, de maneira comum, a interseção entre questão nacional/desenvolvimento e questão nacional/democracia: (1) unidade nacional; (2) comunismo e anticomunismo; e (3) soberania e autodeterminação. Assim, se os agentes políticos de então disputaram a legitimidade de suas respectivas propostas acerca da questão nacional (formulando até conceitos próprios de “nacionalismo”), conforme discutido nos três capítulos anteriores, o certame atravessou outras pautas relevantes e que também eram alvo de disputa, como aquelas em torno da questão democrática e do desenvolvimento. Todos esses temas se retroalimentavam e serviam para os respectivos campos cacifarem os próprios projetos e desqualificar os dos adversários. Quanto mais em sintonia com os interesses da nação, mais democrático e mais capaz de realizar o desenvolvimento determinado projeto era apresentado. Quanto maior fosse o sucesso na promoção do desenvolvimento e na adesão à democracia, mais digno de ser entendido como verdadeiramente nacional. Tudo isso válido em termos endógenos, de unir o povo brasileiro em diversos sentidos, e exógenos, de garantia da soberania do país naquele quadro de acirradas disputas da Guerra Fria; ambos presentes nos debates acerca do comunismo e sua maior ou menor pertinência, adequação e legitimidade ao Brasil.

## CONCLUSÃO

Ao longo da tese que aqui se encerra foi observado como, durante o período da Quarta República (1945-1964), as principais lideranças das esquerdas e das direitas brasileiras lidaram com a questão nacional em suas produções discursivas. Naquela conjuntura de extremo e constante acirramento político – tanto em nível nacional, com diversos golpes de Estado (vitoriosos ou fracassados) e perseguições políticas atravessando o país, quanto internacional, sob a Guerra Fria, com inúmeras mobilizações populares, insurreições, revoluções comunistas, guerras de libertação nacional e intervenções imperialistas – a temática nacional imbricava-se a outras pautas presente no mosaico das disputas políticas, como a busca pelo desenvolvimento, a questão democrática, a luta por justiça social, a questão religiosa, o anticolonialismo, o comunismo e o anticomunismo, etc. Dar respostas à questão nacional era, para as forças políticas da época, um imperativo posto.

Uma das consequências das duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945) foi o grande impulso às lutas de libertação nacional. Em paralelo, o estímulo promovido pela Revolução Russa (1917) à pauta anticolonial e a vitória soviética na II Guerra Mundial atuaram como importantes forças gravitacionais a atrair, na periferia do mundo, a esquerda para a questão nacional (e vice-versa). A Revolução Cubana (1959/1961) deixou essa situação ainda mais viva América Latina. No Brasil, durante a República de 1946, as classes trabalhadoras da cidade e do campo se mobilizaram de maneira crescente, enquanto a economia se internacionalizava em ritmo acelerado e, assim, as lutas sociais se chocavam com os interesses externos abertamente - além do principal ator político a ligar a sua imagem ao nacionalismo ainda no período anterior, Getúlio Vargas, a partir dos anos 40 se inclinar cada vez mais à esquerda, com sua base assentada entre os trabalhadores.

Dessa forma, não deve causar estranhamento que entre 1945 e 1964 tenham sido as esquerdas a hegemonizarem o movimento nacionalista e que o tenham feito sob uma perspectiva centralmente anti-imperialista. A base do tratamento dado à questão nacional pelas principais lideranças desse campo foi, aliás, o entendimento de que o imperialismo era o principal fator responsável pelos problemas brasileiros. Segundo esses políticos de esquerda, o imperialismo não só drenava as riquezas nacionais por meio de relações de troca desiguais, da rapina dos recursos naturais ou da exploração da força de trabalho pátria, como ainda sustentava politicamente os setores das elites locais (principalmente os latifundiários) inimigos da equalização social – e esses, em troca, agiriam como sócios diretos do processo espoliativo

imperialista. Grande parte das contendas e dos golpes acima mencionados foram acusados de representarem a ingerência do imperialismo e seus sócios locais sobre os interesses nacionais – retórica que se via, por vezes, nas divergências entre a própria esquerda. Haveria todo um complexo estrutural ancorado na aliança entre o imperialismo e segmentos das elites locais que, por meio de instituições (como o latifúndio “semifeudal”) e relações exploratórias, explicaria a condição de dependência e subdesenvolvimento do Brasil.

Situação, inclusive, análoga a de outros povos do Terceiro Mundo, explorados, ainda que em diferentes níveis e dimensões, pelo imperialismo. Segundo parte majoritária das lideranças de esquerda, os países vítimas da exploração colonial clássica (como até então a maior parte dos povos do continente africano), da guerra internacional aberta (como a Coreia – naquela quadra fraturada em dois países) ou da (nem sempre tão) sutil dependência econômica, possuíam em comum um adversário: o imperialismo. A Política Externa Independente, procurando promover os interesses brasileiros ao redor do mundo de maneira independente de qualquer potência (capitalista ou socialista) e em solidariedade aos demais que, como o Brasil, assim agissem, foi a manifestação-síntese de tal percepção. Com forte ênfase na América Latina, ser nacionalista para as esquerdas pressupunha, portanto, ser internacionalista – ainda que a forma de o ser tenha encontrado diferentes posições e graus de adesão. Cabia aí a, por parte dos setores mais moderados do trabalhismo, por exemplo, a busca pela boa convivência com os Estados Unidos e a adesão ao pan-americanismo, desde que acompanhado do repúdio à ingerência deste sobre o Brasil e da rejeição da solução militar como forma de resolver qualquer conflito internacional<sup>266</sup>. Por outro lado, a União Soviética poderia ser alvo não só de esforço diplomático em prol de relações saudáveis (importante pauta da época – ainda que não unânime no campo), mas também de estima e admiração – como fora para o PCB. Foram muitos os caminhos, mas o Norte era o mesmo: a emancipação nacional e a “segunda independência” do Brasil.

A busca por equidade nas relações internacionais estava, para as esquerdas, intimamente relacionada à luta por justiça social em nível interno; afinal, como dito, um dos grandes fatores a depor contra as potências capitalistas estrangeiras (com destaque para os EUA) era a sustentação das elites internas e seus interesses. Para as esquerdas, a realização plena da nação não poderia se dar apenas no aspecto internacional, mas precisaria ser efetivada, principalmente, na inserção das classes trabalhadoras na vida econômica, social e política nacional. O nacionalismo de esquerda daquela conjuntura era, então, destacadamente

---

<sup>266</sup> Logo, sem alinhamento automático à posição estadunidense e sua típica agressividade na política internacional.

distributivo: não haveria possibilidade de se pensar em um Brasil forte, livre e soberano sem que toda a sua população pudesse gozar da parte justa das riquezas socialmente produzidas. Uma série de reformas pensadas nessa direção, como a reforma agrária, o direito de voto para os analfabetos e a regulamentação das remessas de lucro para o estrangeiro, estiveram no centro da pauta política e ficaram conhecidas como reformas de base – cuja a implementação, ainda em gênese, se viu interrompida pelo golpe empresarial-militar de 1964 e permanece em suspenso até os dias atuais.

1964, aliás, significou a fratura de algo que possuía grande ênfase nos discursos das esquerdas: a busca pela união de todos os brasileiros, independente de classe social, ideologia ou religião, que, desde que interessados na libertação nacional, deveriam se aliar na luta contra o imperialismo e seus aliados nas elites locais. O caráter policlassista é outro aspecto central no nacionalismo de esquerda formulado e abraçado pelas forças populares da época.

O realce ao papel do Estado, característica umbilicalmente reconhecida como demarcadora do viés de tal nacionalismo, aparecia como a legitimação do uso de uma ferramenta indispensável para enfrentar o imperialismo e construir a justiça social. Por via do Estado as forças populares poderiam construir relações socioeconômicas justas entre os brasileiros (distribuindo um pouco melhor as riquezas e regulando as relações políticas e de trabalho), incluindo-os de fato no conjunto nacional, e controlar (combatendo ou limitando) a presença da exploração externa em setores como os de recursos naturais; além, claro, de projetar oficialmente a posição internacional independente do Brasil perante o mundo. A criação da Petrobrás em 1953, após longa campanha, talvez seja um dos maiores legados da luta nacionalista da época e permanece até hoje como símbolo desse período.

Entretanto, a preponderância do Estado como instrumento de intervenção política e econômica tinha limites que eram explicitamente declarados para afastar as acusações de comunismo promovidas pelas direitas de maneira indiscriminada contra toda a esquerda. Propriedade estatal e propriedade privada, planejamento e livre iniciativa, deveriam ser conjugados na medida certa e em equilíbrio. Além do mais, para grande parcela das esquerdas aqui analisadas, o marxismo não seria adequado por estar em contradição com a essência nacional (cristã e ocidental) e com tendências ao alinhamento à União Soviética. Para algumas das lideranças do setor, a democracia econômica defendida poderia ser até compreendida como um “socialismo brasileiro”<sup>267</sup>, jamais como o socialismo científico soviético. Mesmo os pecebistas, que, evidentemente, não rejeitavam o marxismo, na época eram enfáticos na defesa

---

<sup>267</sup> Cujas explícitas influências da social-democracia e do keynesianismo sugerem consideráveis limites na suposta superioridade ante o marxismo no quesito “brasilidade”.

de um desenvolvimento de tipo capitalista no curto e médio prazo<sup>268</sup> (e por diversas vezes o fizeram sob a alegação da necessidade de se adaptar o marxismo-leninismo às peculiaridades nacionais).

À direita, aliás, a identificação do *étos* nacional como inerentemente cristão e ocidental foi um dos pilares a estruturar toda a concepção das lideranças desse setor acerca da questão nacional – no qual adicionavam, ainda, como parte do conjunto “ocidental”, uma versão liberal-conservadora da democracia (e o capitalismo, eufemisticamente oculto na variável “democracia” e, por vezes, até parcialmente criticado nos discursos). A confluência entre o que seria o Brasil e a chamada “civilização ocidental” permitia com que edificassem, com relativo sucesso<sup>269</sup>, análises, perspectivas e propostas sob o paradigma da questão nacional mesmo num cenário político em que a temática era majoritariamente apropriada pelas esquerdas. Lhes fornecia não só mecanismos de justificar as próprias bandeiras, como ainda as municiava para atacar as esquerdas dentro da própria retórica nacional – ainda que, para isso, tivessem que naturalizar uma noção nada precisa de quem seria “comunista”.

Essa generalização de todo adversário como “comunista” (ou, pelo menos, ainda que por inocência ou incompetência, servindo aos interesses comunistas) em combinação com uma concepção de Brasil enquanto parte da “civilização ocidental” ia na direção de deslegitimar todas as esquerdas, acusando-as de estarem em frontal contradição com a essência nacional (cristã e liberal-democrática) ao esposarem uma ideologia materialista, atea e revolucionária.

Na política internacional, portanto, nos quadros da Guerra Fria não haveria outra saída melhor do que o alinhamento ao país líder do bloco ocidental, os Estados Unidos da América – concretamente, como parte de um mesmo continente, o pan-americanismo era a forma do Brasil sintonizar sua política internacional com a essência nacional-ocidental. A ameaça representada pela União Soviética estaria voltada para todo o Ocidente. Seria inegociável a necessidade do Brasil cerrar fileiras nas mesmas trincheiras que os EUA para defender a si mesmo e à “civilização ocidental” na qual era entendido como parte. Até porque as lideranças de direita alegavam que as potências ocidentais teriam muitos interesses nesse alinhamento brasileiro e isso poderia garantir ao país algumas vantagens no processo, como o auxílio ao desenvolvimento da sua capacidade energética visando um futuro cenário de escassez oriundo do possível descongelamento da Guerra Fria.

---

<sup>268</sup> Que possibilitaria, assim, posteriormente, as condições para a futura edificação das primeiras etapas do comunismo.

<sup>269</sup> Afinal, terminaram por conquistar o poder em 1964 – ainda que, claro, por variados motivos.

O pragmatismo era um forte instrumento na retórica direitista. Justificar que determinada postura ou política era a mais vantajosa pro Brasil poderia nutrir qualquer proposta no sentido de legitimá-la como mais adequada aos interesses nacionais. Um dos grandes embates da época, da maior ou menor necessidade do capital externo para o desenvolvimento do Brasil, era sustentado pelas direitas sob o viés de que, sendo imprescindível à nação, defender políticas de atração ao capital externo não contrariaria o “verdadeiro” nacionalismo.

Todavia, ao legitimarem suas respectivas abordagens em torno da questão nacional especialmente por meio da combinação entre esse pragmatismo (tendendo ao economicismo) e o que seriam as tradições nacionais (numa inclinação culturalista), as lideranças da direita brasileira não tiveram unanimidade na interpretação de que tal fórmula acarretaria necessariamente no alinhamento à política externa estadunidense quando esta ultrapassasse as fronteiras do que pareceria mais interessante ao Brasil. Significativo é o fato de que foi no governo do único presidente que essas forças conseguiram eleger no período, Jânio Quadros (PTN), em 1961, que esse debate tenha explodido entre as direitas. Afinal, se uma das incompatibilidades entre o marxismo e o cristianismo era o viés revolucionário do primeiro em contradição com o pacifismo do segundo, por qual motivo a política externa se alinharia a posturas belicistas no lugar da boa e pacífica relação com todos os povos do mundo? Se o que justificava a atração ao capital externo, entre outros pontos, eram as vantagens econômicas supostamente adquiridas, como se negar a comercializar com os países socialistas? Eram respostas claras para as esquerdas, mas, entre as direitas, levou a pelepas que ajudam a entender o porquê do governo Jânio Quadros der durado apenas poucos meses.

E, se na época dessa divergência com Jânio Quadros, Carlos Lacerda teceu críticas a noção de “nacionalismo” de maneira aberta, na maior parte do período abarcado sua postura foi diferente. Assim como as demais figuras direitistas analisadas, disputou o conceito de nacionalismo contra as esquerdas e as acusou de portar um “falso nacionalismo”. O léxico que acompanhou o cabo de guerra conceitual foi, aliás, rico em adjetivos acompanhando o substantivo “nacionalismo”. Para macular e causar fissuras no *corpus* nacionalista das esquerdas, as direitas poderiam acusá-las de um nacionalismo que seria não só falso, por supostamente impedir o desenvolvimento do país, mas também expressão do “nacional-comunismo”, já que terminariam por contradizer a essência ocidental do Brasil. Poderiam apontar também uma deturpação exagerada do nacionalismo, uma versão “jacobina” do nacionalismo. Na maior parte do tempo para a maior parte das figuras de direita analisadas, o fulcral era deslegitimar a esquerda como representante dos interesses nacionais e da nação como conjunto.

Nos momentos – majoritários - em que essas figuras de direita adotaram o uso do conceito de nacionalismo para si mesmas de forma positiva, o fizeram pelo viés do entendimento do Brasil como umbilicalmente pertencente à “civilização ocidental” e do pragmatismo. Já por parte das esquerdas, prevaleceu a orientação anti-imperialista e distributivista como pilar. A polissemia do conceito em questão, porém, não possuía fronteiras rígidas, especialmente porque se construíram em interação. Nem as direitas abriam mão, em seus discursos, totalmente da soberania nacional ou de algum grau de justiça social; nem as esquerdas, ou pelo menos sua maioria, deixavam de disputar que eram elas, na verdade, que estavam mais em sintonia com as tradições nacionais e com as necessidades econômicas e sociais do país. Mas as ênfases, o lugar e a interpretação dessas noções eram distintos entre os espectros políticos nacionais. Alguns aspectos, porém, eram próximos, como, a valorização da “unidade nacional” acima de qualquer conflito, a importância de se estudar e descobrir a realidade do país e se sintonizando com ela independente de ideologias pré-definidas ou; o que é mais importante, *o caráter programático do conceito de nacionalismo*. Nacionalismo para esquerdas e direitas na Quarta República (1945-1964) se manifestava por meio de projetos e pautas. Era construção e ação.

Nesse caso, se diferenciava do uso mais comum de outro conceito próximo, “patriotismo”, mobilizado à esquerda e à direita com maior grau de imprecisão e mais como sentimento e qualidade moral de amor e fidelidade à pátria. Apesar de aparecer, algumas vezes, como sinônimo de nacionalismo ou até substituí-lo nos momentos em que determinados agentes históricos não se identificavam como nacionalistas mas buscavam reivindicar a questão nacional para si – o que foi além de Lacerda; com Luiz Carlos Prestes e os comunistas do PCB utilizando esse tipo de recurso até passarem a adotar de maneira mais explícita o nacionalismo como algo positivo a partir do final dos anos 1950.

Outros conceitos importantes na elucidação do papel desempenhado pela noção de “nacionalismo” foram as ideias acerca do “desenvolvimento” e da “democracia”. Ambos representavam valores em alta no período e, ao mesmo tempo, legitimavam e eram legitimados pela maior ou menor sintonia com a questão nacional – adaptados às perspectivas de esquerdas e direitas com suas peculiaridades e nuances, mas igualmente relevantes. Conforme dito, justificar de maneira pragmática a capacidade de promover o desenvolvimento era um recurso frequente para sustentar determinada visão sobre o nacionalismo em detrimento de outras. Por outro lado, a questão nacional era clamada também como condicionante para o desenvolvimento. Só um país internamente unido e (especialmente para as esquerdas) soberano de maneira econômica e política nas suas relações para com os demais povos teria condições

de alcançar o desenvolvimento. Situação semelhante àquela da “democracia”, que era encarada como meio de realização política da nação em sua plenitude; condição prévia para o exercício da soberania inclusive perante as demais nações – que, por sua vez, poderiam vir a intervir no Brasil por diversos meios, subvertendo, pela ação de apoiadores nacionais, a democracia em prol dos seus interesses e, assim, matando-a. Na conjuntura da Guerra Fria, o opositor, de qual lado fosse, era frequentemente acusado de ser um agente a serviço de uma potência estrangeira. A ideia de unidade nacional era forte na construção da noção de democracia também, já que o adversário poderia ser lido como figura de desestabilização política por meio da ingerência externa. E, destacadamente à direita, se formulou toda uma doutrina de guerra preparada para enfrentar o “inimigo interno” com o mesmo rigor que uma invasão militar clássica. A questão nacional, nesse caso, se confundia com a “segurança nacional”.

Sob essa perspectiva, os comunistas foram fortemente perseguidos em nome da democracia e, apesar de ocuparem a posição de uma das maiores forças políticas do país em todo o período, só tiveram direito à representação parlamentar própria nos primeiros anos do (então) novo regime. As alegações para a ilegalização do PCB em 1947 e a cassação de seus parlamentares em 1948 foram justamente na direção de acusar incompatibilidades do Brasil, liberal-democrático e cristão, com o comunismo em sua teoria, ideologia e afinidade internacional com a URSS.

E apesar de haver maior espaço entre as lideranças da esquerda não-comunista para o convívio democrático e legalizado com o PCB e os marxistas, a rejeição ao comunismo sob a antagonização deste com o *éthos* nacional era característica comum aos espectros políticos nacionais (com exceção, evidente, dos próprios comunistas). Se esquerdas e direitas disputavam o cristianismo (e o que seria de fato as tradições nacionais) entre si com ênfases distintas, quando o assunto era o marxismo o repúdio aproximava suas produções discursivas: a solução para a justiça social no país, adequada à sua essência, era o cristianismo social e não o comunismo.

O anticomunismo, um dos grandes paradigmas da época, estava, como se nota, umbilicalmente relacionado à questão nacional. Ser “acusado” de comunista era, entre outros aspectos, ser colocado em contradição com a essência do próprio país e sob suspeita (quando não culpa) de estar atuando a serviço da ingerência estrangeira soviética. Apesar de compartilharem dessa percepção, as esquerdas não-comunistas não foram poupadas das mesmas incriminações por parte das direitas – que, por sua vez, eram atacadas como representantes e sócias do imperialismo estadunidense, “entreguistas”, etc. Naquela conjuntura marcada pela questão nacional no Brasil e no mundo, estrangeirizar o adversário foi um

mecanismo indispensável na retórica do jogo político – mesmo para as lideranças das direitas cujas relações com o imperialismo estadunidense se revelaram sem qualquer pudor no golpe de 1964, que levou ao fim a breve república ancorada na Constituição de 1946 e representa, portanto, o recorte final do tempo estudado na presente tese.

Como demanda para futuros trabalhos seria interessante verificar não só os discursos dos agentes políticos sobre a questão nacional mas as suas práticas no período; observar as produções discursivas de importantes personagens históricos de organizações não analisados aqui<sup>270</sup>; ou o impacto dessa ruptura do golpe para o conceito de nacionalismo dentro de um período temporal maior - para antes e depois do que aqui foi necessário limitar devido ao volume de fontes pesquisadas, a opção por um recorte de problema mais amplo (a questão nacional) em que o conceito de nacionalismo foi uma dentre outras preocupações, a relevância do momento (IV República) para a temática nacional, etc. Os resultados da presente tese demonstraram a validade da abordagem proposta sem ter qualquer pretensão de encerrar o assunto. Assim, a ampliação do escopo, entre outros instrumentos, em busca de novidades, refinamentos, confirmações ou correções é parte do processo coletivo da produção científica que não tem porque não ser levado à frente. A condição do Brasil como um país da periferia global e dependente permanece. A questão nacional é pauta urgente.

---

<sup>270</sup> Como a Ação Popular, as Ligas Camponesas, a Polop, os integralistas do PRP, etc

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues de. *As redefinições do nacionalismo populista no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1984.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Mexico: Colección Popular, 1993.
- ANDERSON, Benedict. “*I like nationalism’s utopian elements*” (2005). Disponível em: [uio.no/english/research/interfaculty-research-areas/culcom/news/2005/anderson.html](http://uio.no/english/research/interfaculty-research-areas/culcom/news/2005/anderson.html). Acesso em 10 set. 2016.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ARRAES, Miguel. Miguel Arraes: pensamento e ação política (organizado por Jair Pereira et. al.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- ARRAES, Miguel. *O povo no governo*. s/c: s/e, 1963.
- ARRAES, Miguel. *Palavras de Arraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011;
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Entrevista à revista Ópera* (2016). Disponível em: [revistaopera.com.br/2016/11/23/moniz-bandeira-objetivo-dos-eua-e-anular-soberania-dos-estados-nacionais](http://revistaopera.com.br/2016/11/23/moniz-bandeira-objetivo-dos-eua-e-anular-soberania-dos-estados-nacionais). Acesso em 25 de novembro de 2016.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARROS, José D’Assunção. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. Araucaria. *Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, vol. 18, n. 35. 2016.
- BARROS, José D’Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo, *Ler História* [Online], n. 71, 2017, posto online no dia 04 janeiro 2018.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política - 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de synthèse historique*, vol.46, 1928.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo; Editora UNESP, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. *Estudos Avançados*, vol. 22, n. 62, 2008.

BRIZOLA, Leonel. *Leonel Brizola (perfis parlamentares): perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: ALRS, 2004.

BUENO, Francisco. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 1963.

CALIL, Gilberto. Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, 2011.

CAMPOS, Fábio Antonio de. Complexo multinacional e a “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973). *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, Campinas, n. 245, nov. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e análise de textos. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História*: Rio de Janeiro: Campus, 1997a.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1997b.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARLONI, Karla. O 11 de Novembro de 1955. *Militares e Política*, n. 5, 2009.

CARONE, Edgard. *A República Liberal: 1945-1964 (2 vols.)*. São Paulo: Difel, 1985.

CARONE, Edgard. *O PCB (vol. 2)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. *Agenda Política*, v. 8, 2020.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Liberalismo e nacionalismo no Brasil (1947-1953): notas sobre a UDN e a Campanha do Petróleo. In: *VIII Encontro ABCP*, 2012,

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 2015. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORÇÃO, Gustavo. *Patriotismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Presença, s.d.

COUTO E SILVA, Golbery de. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1958.

COUTO E SILVA, Golbery de. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

COUTO E SILVA, Golbery de. *Planejamento estratégico*. Brasília: UNB, 1981.

DA SILVA, Marco Antônio Medeiros, *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul 1959-1963*. 2015. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DANTAS, Rodrigo. *Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955 – 1962)*. 2015. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. São Paulo: Ática, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: CEPS, 2008.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. A ruptura institucional de 1964 e o sentido da democracia. *Aurora*, vol. 7, n. 2, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. São Paulo/ANPUH, v. 14, n. 27, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, vol. 14, n. 28, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. *O Brasil republicano* (vol. III) – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Ltr, 2011.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 2006. Dissertação de Mestrado (em História). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

DELGADO, Marcio de Paiva . O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-1955. *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, 2005.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, D. (org.). *Miséria da Historiografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

DREIFUSS, René. *1964 A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, John Walter Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (2 vols.)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

DUTRA, Eurico Gaspar. *O Governo Dutra* (seleção de discursos e documentos feita por José Teixeira de Oliveira). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

DUTRA, Eurico Gaspar. *Discursos e alocuções*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

DUTRA, Eurico Gaspar. *Palavras de despedida*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

DUTRA, Roberto. A questão nacional: o desafio maior dos progressistas. *El País* [online], 2018. Disponível em: [brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/actualidad/1526773598\\_328449.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/actualidad/1526773598_328449.html). Acesso em: 17 out. 2019.

DUTT, Carsten. História(s) e Teoria da História: entrevista com Reinhart Koselleck. *História da historiografia: Ouro Preto*, n. 18, 2015.

ENGLANDER, Alexander David Anton. *Democratização, demofobia e conflitos sociais: estudo teórico e histórico-sociológico sobre a República de 46*. 2018. Tese. (doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 6, 1992.

FERES JÚNIOR, João. For a critical conceptual history of Brazil: receiving begriffsgeschichte. *Contributions to the History of Concepts*, vol. 1, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. Editora Globo: Rio de Janeiro, 1962.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*, de Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. *O Brasil republicano* (vol. III) – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. (org). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano* (vol. III) – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil (vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERRO, Flavia Salles. *Um liberal autoritário: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981)*. 2020. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

FRAGA, Gerson. *A “derrota do Jeca” na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950*. 2009. Tese (doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FRIBERG, Anna. Democracy in the plural? The concepts of democracy in Swedish parliamentary debates during the interwar years. *Contributions to the History of Concepts*, vol. 7, n.1, 2012.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, G. (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Angela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil*. Tempo, vol.1, n.2, 1996.

GOMES, Eduardo, *Campanha da libertação (discursos)*. São Paulo: Martins, 1946.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GOULART, João. *Desenvolvimento e independência: discursos (vol. 1)*. Brasília: Presidência da República, 1962.

GOULART, João. *Desenvolvimento e independência: discursos (vol. 2)*. Brasília: Presidência da República, 1963.

GOULART, João. *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FAG, 2009.

GRYNZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. *O Brasil republicano (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, M. A. R. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

HIDALGO, Oliver. Conceptual History and politics: Is the concept of democracy essentially contested?, *Contributions to the History of Concepts*, vol. 4, n. 2, 2008.

HIPOLLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1985).

HO, Chi Minh. *O caminho que me levou ao leninismo (1960)*. Disponível em [marxists.org/portugues/ho\\_chi\\_minh/1960/04/leninismo.htm](http://marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1960/04/leninismo.htm). Acesso em: 25 jun. 2016.

HOBSBAWM, Eric. Nacionalismo e marxismo. In: PINSKY, J. (org). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, 2012.
- IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, vol. 2, n.1, 1988.
- JAGUARIBE, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013.
- JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; IUPERJ; São Paulo: Loyola, 2006.
- KIM, Jong Il. *Para compreender corretamente o nacionalismo* (2002). Disponível em: [marxists.org/portugues/kim\\_jong-il/2002/02/28.htm](http://marxists.org/portugues/kim_jong-il/2002/02/28.htm) . Acesso em 01 set. 2016.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Trotta, 2006a.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006b.
- KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe. *Contributions to the History of Concepts*, vol. 6, n. 1, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. 2009. Tese (doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LACERDA, Carlos. *Carlos Lacerda / cartas 1933-1976*. Família, amigos, autores e livros, política. (organizado por Carlos Souza, Cláudio Mello e Eduardo Coelho). Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2014.
- LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares: seleta*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LACERDA, Carlos. *Minhas cartas e as dos outros*. (organizado por Túlio Vieira da Costa). Brasília: Belo Horizonte, 2005.
- LACERDA, Carlos. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LENIN, Vladimir. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: LENIN, V. *Obras* (t. V). Moscú: Progreso, 1973.

LENIN, Vladimir. *Kommunismus*: journal of the Communist International (1920). Disponível em: [marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm](http://marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm). Acesso em 25 jul. 2015.

LENIN, Vladimir. Resolução sobre a questão nacional (1917). Disponível em: [marxists.org/portugues/lenin/1917/05/16-02.htm](http://marxists.org/portugues/lenin/1917/05/16-02.htm). Acesso em 12 jan. 2017.

LENIN, Vladimir. Sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación. In: LENIN, V. *Obras* (t. V). Moscú: Progreso, 1973.

LEPENIES, Philipp. An inquiry into the roots of the modern concept of development. *Contributions to the History of Concepts*, vol. 4, n. 2, 2008.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, vol. 22, n. 62, 2008.

LOSURDO, Domenico. A Revolução, a nação e a paz. *Estudos Avançados*, vol. 22, no. 62. 2000.

LOSURDO, Domenico. Civilização, barbárie e história mundial: relendo Lenin. In: LOSURDO, D. *Liberalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006a.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias & letras, 2006b.

LOSURDO, Domenico. *Entrevista à revista Crítica Liberale* (2013). Disponível em: [vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=9&id\\_noticia=208610](http://vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=9&id_noticia=208610). Acesso em 10 set. 2016.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LOSURDO, Domenico. *Marx, Cristóvão Colombo e a revolução de Outubro* (2010). Disponível em: [blogdaboitempo.com.br/2010/04/20/artigo-de-domenico-losurdo-marx-cristovao-colombo-e-a-revolucao-de-outubro](http://blogdaboitempo.com.br/2010/04/20/artigo-de-domenico-losurdo-marx-cristovao-colombo-e-a-revolucao-de-outubro). Acesso em 10 set. 2016.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, v. 36, jan/abr. 2016.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, 2016.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Do despotismo da gentalha à democracia da gravata Lavada: História do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). *Dados* [online], vol. 54, n. 3, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Sattelzeit diferido da América Ibérica: reflexões sobre uma história dos conceitos políticos fora do mundo europeu. *História do Direito - Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito*, v. 1, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe, In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. *O Brasil republicano (vol. III) – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n. 55, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: ZACHARIADES G. C. (org.). *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracajú: EDISE, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores brasileiros e a contrarrevolução democrática. *Outros Tempos*, vol. 11, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *Revista História e Luta de Classes*, vol. 1, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marco Aurélio. *Os cruzados da Ordem Jurídica: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) 1945-1964*. 2011. Tese (doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Marina Gusmão. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda, 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. 2003. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MUNDIM, Luiz Felipe. Cezar. ESG e campo cultural no Brasil - apontamentos para o estudo da relação entre os militares e o Estado brasileiro (1930-1964). *Aedos: Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 5, 2013.

- MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e a organização do Estado brasileiro: racionalismo administrativo, sindicalismo-cooperativista e cristianismo social no pensamento militar pré-golpe de 1964. *Antíteses* (Londrina), v. 8, 2015.
- MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery de Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)*. 2007. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil* (vol. 1): da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil* (vol. 2): da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MOREIRA, Caio Silva. *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. 2011. Tese (doutorado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 35, 1998.
- MOTTA, Marly da Silva. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*. Rio de Janeiro, n. 19, mai., 2005.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NOVOS RUMOS. Edições 001 até 265 (1959-1964). Rio de Janeiro. Disponível em: [marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/index.htm](http://marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/index.htm). Acesso em: 30 de mar. 2019.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- OLIVEIRA, Tatiana Santos. A cultura do desenvolviment(ism)o no Brasil: crise das esquerdas, razão do capitalismo e os sentidos do progresso. In: *41º Encontro Anual da ANPOCS*, 2011.
- OLIVEIRA, Tatiana Santos. *Alegorias do desenvolviment(ism)o: o futuro passado de um conceito do progresso e sua recepção no Brasil (1945-1961)*. 2016. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Atica, 1990.

PINSKY, Jaime. (org). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PIRES, Olivia Carolino. *Questão nacional no pensamento crítico da América Latina*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PITILLO, João Claudio Platenik. *Aço Vermelho: os segredos da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

PRADO, Maria Emilia. Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. *HAOL*, n. 15, 2008.

PRESTES, Anita Leocadia. *A que herança devem os comunistas renunciar?*. Oitenta, VOL, 1980.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Anita Leocadia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Anita Leocadia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PRESTES, Luiz Carlos. *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático*. Rio de Janeiro: Vitória, 1959. Disponível em: [marxists.org/portugues/prestes/1959/situacao/index.htm](http://marxists.org/portugues/prestes/1959/situacao/index.htm). Acesso em: 20 fev. 2018.

PRESTES, Luiz Carlos. *Informe ao IV Congresso do PCB (1954)*. Disponível em: [marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/index.htm](http://marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/index.htm). Acesso em: 20 fev. 2018.

PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes: o constituinte, o senador (1946-1948)*. Brasília: Senado Federal, 2003.

PRESTES, Luiz Carlos. *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*. Rio de Janeiro: Vitória, 1960. Disponível em: [marxists.org/portugues/prestes/livros/lott.htm](http://marxists.org/portugues/prestes/livros/lott.htm). Acesso em: 20 fev. 2018.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947. Disponível em: [marxists.org/portugues/prestes/1947/democracia/index.htm](http://marxists.org/portugues/prestes/1947/democracia/index.htm). Acesso em: 20 fev. 2018.

PRESTES, Luiz Carlos. *União Nacional para a democracia e o progresso*. Rio de Janeiro: Horizonte, 1945. Disponível em: [marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm](http://marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm). Acesso em: 20 fev. 2018.

QUADROS, Jânio. *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil* (vol. VI): partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: UNICAMP, 2007.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Theotônio dos. *Evolução história do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SARETTA, Fausto. *O elo perdido: um estudo da política econômica do governo Dutra (1946-1950)*. 1990. 2v. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

SEBASTIÁN, Javier Fernández. *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Fundación Carolina: Madrid, 2009.

SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco. Conceptual history, memory, and identity: an interview with Reinhart Koselleck. *Contributions*, 2006.

SILVA, Aline de Vasconcelos. *O projeto nacionalista de João Goulart: análise dos discursos de 1961 a 1964*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Francisco Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “partido da classe operária” (PCB) na democratização (1945-1964) In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). *As esquerdas no Brasil* (vol. II): nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen, Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

SZWAKO, José; ARAUJO, Ramon. Quando novos conceitos entraram em cena: História intelectual do populismo e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. *Estudos Históricos*, vol. 32, 2019.

TÁVORA, Juarez. *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

TÁVORA, Juarez. *Organização para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

TÁVORA, Juarez. *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TÁVORA, Juarez. *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, vol. 19, pp. 27-48, 2004a.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2005)*. Bauru: EDUSC, 2004b.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: UNICAMP, 2014.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Edições 001 até 4.544 (1949-1964). Rio de Janeiro. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=154083&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=154083&pesq=). Acesso em: 30 de mar. 2019.

ÚLTIMA HORA. Edições 001 até 1.424 (1951-1964). Rio de Janeiro. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=). Acesso em: 30 de mar. 2019.

VARGAS, Getúlio, *A campanha presidencial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

VARGAS, Getúlio. *A política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VARGAS, Getúlio. *Discursos de Getúlio Vargas: perfil parlamentar*. (organizado por Maria Celina D'Araújo). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VARGAS, Getúlio. *Discursos selecionados do presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FAG, 2010.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio escreve a Lourival*. (organizado por Angela de Castro Gomes). Aracaju: EDISE, 2015.

VIDEIRA, Antonio. Pensando no Brasil: o nacionalismo entre os físicos brasileiros no período entre 1945 e 1955. *Saber y Tiempo*, Buenos Aires, v. 5, n. 18, 2004.

VIOTTI, Manuel. Novo dicionário da gíria brasileira, organizado. Bentivegna: São Paulo, 1956.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison. *History and Theory*, vol. 45, 2006.

WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Tempo e história*, vol.11, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. *Capitalismo contra democracia: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.